

IGOR GOMES SANTOS

NA CONTRAMÃO DO SENTIDO: ORIGENS E TRAJETÓRIA DO PT DE FEIRA
DE SANTANA- BAHIA. (1979-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de mestre em História. Área de Concentração História Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virgínia Fontes.

Niterói
Agosto de 2007

IGOR GOMES SANTOS

NA CONTRAMÃO DO SENTIDO
ORIGENS E TRAJETÓRIA DO PT DE FEIRA DE SANTANA – BA (1979-2000)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Virginia Fontes.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada frente à comissão julgadora em 28 de agosto de 2007.

Prof.^a Dr.^a Virginia Fontes

Prof.^o Dr.^o Marcelo Badaró Mattos.

Prof.^o Dr.^o Eurelino Coelho Neto.

Prof.^o. Dr.^o Gelsom Rozentino (Suplente).

Niterói
Agosto/2007

Ao meu pai, Afrânio da Silva Santos, “bandido do céu”... Muita saudade... Posso sentir as lágrimas que pingariam nas páginas desta dissertação... apenas por que fui eu que fiz...

*Pode sorrir se quiser
Eu não vou me incomodar
Sei que contra a maré
A gente não pode remar
Agora sei
A dor de uma ingratidão
Mas a maré vai levar
As mágoas do meu coração
Remo no barco da vida
Água bate e não me cansa
Sempre na maré pesada
Sonhando com a maré mansa
Pescador já não se assusta
Com sorriso de sereia
E depois da maré baixa
Sempre vem a maré cheia.
(Maré Mansa, Martinho da Vila.)*

RESUMO

O objetivo da dissertação é discutir a trajetória do PT de Feira de Santana, em especial, sua relação com os trabalhadores da cidade. Ao seguir as pistas de Gramsci, destacamos como proposta metodológica para tratar da história de um partido político aquilo que ele chamou de “eficiência real”, isto é, analisar a atuação do PT de Feira de Santana nas Lutas de classes, nas diversas esferas de atuação política e organizativa.

ABSTRACT.

This article debates the pathway troden by the PT (Worker's Party) in Feira de Santana in the 80's and 90's, more particularly, its relationship with the working class of this city. Following indications of Gramsci, the methodology privileges what was called by this studios "real efficiency" to study the history of a political party; in other words, this text presents the result of a research on the actual influence of the Party over class-struggles, and over the many places of political and organizational action, in the space-time selected.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	01
INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 - Historiografia do “Mito Fundador Petista”.....	13
1.1. A “eficiência Real” da Historiografia do “Mito fundador”.....	13
1.2. A Cidade de Feira de Santana e seu Partido dos Trabalhadores.....	27
1.2.1. Origem e povoamento.....	27
1.2.2. Modernização Republicana.....	32
1.2.3. Modernização, Industrialização e Ditadura Militar.....	36
1.2.4. Aspectos Políticos da História Recente de Feira de Santana.....	45
1.2.5. O PT de Feira de Santana: Organizações e Tendências.....	55
CAPÍTULO 2 – Fundação.....	66
2.1. Crise da Ditadura Militar.....	66
2.2. Origens do PT de Feira de Santana.....	69
2.2.1 O MDB jovem.....	71
2.2.2 O Movimento Estudantil.....	80
2.2.3 Cine Clube Olney São Paulo.....	86
2.3. O Movimento Pró-PT.....	92
2.3.1. Pedágios e Comitê de Solidariedade.....	92
2.3.2. As filiações nos bairros.....	94
2.3.3. As eleições de 1982.....	101
CAPÍTULO 3 – O PT e as “Oposições”.....	109
3.1. “Filho Adotivo do PMDB”.....	110
3.2. Diretas Já! 1984.....	118
3.3. Nova República.....	127
3.4. Diretas Já! 1988.....	129
3.5. Coligar ou não coligar, eis a questão!.....	135
3.5.2. Campanha Eleitoral de 1988.....	135
3.5.1. Campanha Eleitoral de 1992.....	140
3.5.3. Campanha Eleitoral de 1996.....	142
CAPÍTULO 4 – O PT e os movimentos dos trabalhadores de Trabalhos de Feira de Santana.....	150
4.1. Breve Visão dos Mundos dos Trabalho.....	150
4.1.2. Cultura Política “Pelega” e “Peleguismo”?.....	151
4.1.3. Mobilizações dos Trabalhadores na Década de 1980 em Feira de Santana.....	158
4.2. A Peleja do PT de Feira de Santana em Busca dos Trabalhadores.....	168
4.2.1. O “Trabalhador Coragem”.....	168
4.2.2. Sindicatos Cutistas e Petistas: SINPRO, ASTA, Delegacias Sindicais.....	181

4.2.3. Formação das Oposições Sindicais: Condutores Autônomos, Comerciários, Professores Estaduais, Bancários.....	196
4.2.5. “O Grito da Terra”.....	217
4.2.6. Os Trabalhadores Rurais: Uma Longa Disputa.....	223
4.3. Associações de Moradores e Lutas de Bairro.....	227
CAPÍTULO 5 – Peculiaridades do Transformismo.....	244
5.1 Ambiência Social Conservadora.....	244
5.1.2 Novas Esquerdas: Aspectos Teóricos do Transformismo.....	253
5.2 Transformismo na Feira.....	267
CONCLUSÃO: O OLHAR DO HISTORIADOR SOBRE A “EFICIÊNCIA REAL”.....	295
BIBLIOGRAFIA.....	308

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é sempre um acúmulo de anos. Da a escolha do tema até a finalização da dissertação passam-se alguns anos, mas as ajudas e colaborações não passam, elas ficam marcadas no coração e no próprio trabalho finalizado. Devo a tantas pessoas que certamente esquecerei algumas delas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus “melhores” amigos nesses tempos recentes (acho que ainda se usa esse termo em tempos de fãs de orkut, amigos virtuais, etc.): Samuel Marques, Fabrício Mota, Jeferson Sobrinho, Nilton Oliveira, Mateus Martins, Andrei valente, Larissa Penelu, Tatiana Farias, Edivania Alexandre, Igor José, Guilherme Augusto, Cristhyane Oliveira, Jamile Silveira, Manuela Muniz, Taliane, Mirna Oliveira, Walquiria Lima e Chenia. Todas estas pessoas acompanharam um “tempo bom, que não volta nunca mais”, a qual todos aprendemos muito: solidariedade, fraternidade, companheirismo, lhe dar com diferenças com respeito e sabedoria. Além disso, estas pessoas emprestaram seus ouvidos e ombros para as “elucubrações” desse aprendiz. Espero não ter feito dos seus ouvidos um penico. Larissa, devo dizer, foi uma leitora interessada e algumas vezes (muitas), angustiada. Nilton me hospedou de vez em quando no Rio de Janeiro e me socorreu quando eu precisei de ajudas na secretaria da pós-graduação.

A Algumas dessas pessoas devo agradecer duplamente, pois além de amigos são membros do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais), onde temos debatidos nossos textos e tantos outros. Agradeço também aos outros membros: Rafael, Rafaela, Flávio, Ana Verena, Aruã, Yolanda e Flávia.

Agradeço a Robério Souza pelo estímulo e pela demonstração, desde sempre, cuidadosa e responsável com a prática da pesquisa.

Um estimado agradecimento a Elizete da Silva, incentivadora, ex-orientadora (sempre orientadora) e professora com quem aprendi muito sobre fontes, catalogação, resumos e apresentações orais

Devo muitíssimo a dois professores, dentre tantos que devo muito, mas essas são dívidas incalculáveis: Rogério Fátima e Eurelino Coelho. Rogério me fez perguntas para as quais até hoje eu busco respostas e ao buscá-las me esbarrei em algumas pedras que me ensinaram muita coisa. Leituras imprescindíveis me foram sugeridas por Rogério Fátima. Aulas maravilhosas assisti... Mas sempre com aquelas perguntas para perseguir... Coelho é responsável por eu estar, neste exato momento, sentado na frente do computador fazendo estes agradecimentos. Há dois anos e meio atrás, quando tudo parecia dar errado, eu telefonei para ele dizendo que ia desistir da inscrição na seleção de mestrado da UFF, ele me deu uma injeção de ânimo, além de uma carona, e faltando exatamente 10 minutos para fechar a agência dos Correios, conseguimos preencher a papelada e enviar em tempo para a UFF. Deu-me e emprestou-me livros essenciais; conseguiu que eu ficasse hospedado na casa de seu irmão e sua companheira, Paulo Sergio e Bia, os quinze dias durante a seleção do mestrado; leu textos meus; zombou da minha escrita, o que provoca a ira do meu ego e faz eu correr para melhorar; leu o meu projeto de pesquisa; me indicou a existência de parte da documentação utilizada nessa dissertação que estavam em posse de antigos militantes do PT de Feira de Santana. Ufa...Muito Obrigado aos dois.

Paulo Sergio, Bia e família e Camila (na barriga de Bia), me hospedaram com um carinho e atenção que me deixou a vontade e tranquilo para realizar uma boa prova e ser aprovado na seleção. “Bob”, “Igorete”, e tantos outros apelidos que Paulo Sergio me deu naqueles dias, agradece, de coração.

Maíra Barreto me hospedou em sua casa no primeiro mês a pedido de seu pai, Eloi Barreto (a que agradeço também), sem me conhecer. Maíra, sempre de bom humor, levantou meu astral naquele melancólico período de transição de uma terra para a outra. Virou uma grande amiga. Obrigado.

No Rio de Janeiro pude participar do grupo estudos que Marcelo Badaró é o coordenador. Agradeço a ele e aos seus orientados pela política progressista de relações internacionais que permitiu a abertura do grupo às pessoas de nações (cidades) estrangeiras. Tive ali a convicção de que a história social da esquerda deve se aproximar cada vez mais da história social do trabalho. Badaró também fez parte da minha banca de qualificação. Apontou questões importantes e ainda sugeriu soluções.

Agradeço a Gelsom Rozentino a participação na qualificação e suas observações críticas.

Ainda no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de assistir uma disciplina com o Prof. Alexandre Fortes na UFRJ, suas aulas foram de muita valia para captar a sensibilidade que requer discutir as dinâmicas culturais dos trabalhadores e suas modalidades organizativas.

Gostaria ainda de agradecer a Vitor Emrich e Paulo Inácio. Ambos foram amigos que fiz durante as aulas na UFF. Paulo Inácio ainda me deu toda hospitalidade, juntamente com Ana, a quem agradeço também.

De volta a Salvador, assisti a disciplina, matriculado como aluno especial, do prof. Antônio Câmara. Agradeço a ele por ter não ter se feito de rogado para que eu participasse da disciplina Movimentos Sociais na América latina, mesmo tendo tido problemas com os prazos.

À Muniz Ferreira, agradeço a gentileza do convite para assistir uma disciplina sobre História das Esquerdas na Bahia.

Minha orientadora, Virginia Fontes, é figura rara nas universidades dos dias de hoje. Compromissada com a socialização do conhecimento, é uma infatigável intelectual a serviço das lutas populares e do socialismo. Aprendi muito nas suas aulas e com os contatos que mantivemos.

Um agradecimento mais que especial para a minha família, Isa, Mari e minha mãe, Romilda. Delas, sempre obtive o conforto, o incentivo e o amor que são necessários para se desenvolver livre e plenamente. Sou um privilegiado por ter sido educado por vocês. Minha mãe, sempre preocupada em criar condições de trabalho para mim, fez um quarto extra na nossa casa na minha volta do Rio, o que foi essencial para meu trabalho se desenvolver, ela ainda foi a minha principal fiscal, sempre perguntando: “cadê o capítulo tal?”.

Mirinha, muito obrigado pela paciência, de tantas idas e vindas, de tantos adeus e ais!, Tantos suspiros e respirações, e de tantas coisas ditas e vividas. Obrigado por ser minha companheira e exercer essa nomenclatura todos os dias, com tanta propriedade. Mirna, além de ser a mulher que eu amo, é minha principal leitora... que privilégio... Corrige todas minhas barbeiragens ortográficas, que são muitas e algumas, evidentemente, escapam-lhe, e sempre fala: “você tem que ler americanismo e fordismo”.

Agradeço a FAPESB pela bolsa de estudos.

De praxe, nenhuma destas pessoas tem responsabilidade pelas minhas opiniões formuladas nesta dissertação, elas estão isentas de qualquer desatino da minha parte.

INTRODUÇÃO

O tema da dissertação que o leitor tem em mãos é fruto de uma curiosidade antiga do autor. Desde os primeiros anos na universidade me relacionei com colegas petistas, filiados ou não, que expressavam uma abundante esperança no Partido dos Trabalhadores e nos seus ideais, ao mesmo tempo que entrava em contato, através de debates, leituras, amadurecimento político e teórico das limitações e do estado de desengano que alguns outros companheiros expressavam sobre o PT.

Presumia que os sentimentos duais em torno do mais importante partido de esquerda do Brasil naquele momento, era um assunto sério e que deveria consumir algumas horas do meu tempo livre estudando-o. O contato com um professor que já estudava o assunto me possibilitou tornar isso uma questão acadêmica e a problematizar o assunto.

Uma das primeiras questões que me chamou atenção na literatura sobre o PT era a marca do contexto histórico do qual cientistas políticos e sociólogos, a maioria em plena década de 80, faziam análises das quais o tempo e as viradas políticas se encarregaram de deixar uma marca um tanto ufanista e otimista. Achava que já era chegado o momento de uma reavaliação histórica.

Um outro sentimento veio através da vivência militante na cidade de Feira de Santana. Percebia certo silêncio daquele partido nas lutas sociais da cidade. Percebia certa “gelatinosidade” dos aparelhos privados de hegemonia, com exceção para o movimento estudantil que parecia fazer às vezes dos partidos, brigando pela redução da passagem do transporte coletivo, pelo plano diretor democrático, no conselho de saúde, no conselho de transporte, etc. O tema me inquietava.

A partir de um dado momento recebi pistas sobre possíveis documentos guardados com militantes do Partido que estavam interessados em disponibilizá-los a pesquisadores ou para conservação em acervo. Segui as pistas e me deparei, de fato, com um montante fabuloso de documentos de todos os tipos; escritos e de audiovisuais. A vacilação que existia em torno de tratar o PT como objeto, naquele momento, se dissipou. Com a documentação que tinha em guarda, Feira de Santana e o seu Partido dos Trabalhadores crescia na minha frente e nas minhas interrogações.

No início da pesquisa fui traído pelas minhas leituras, e pelo meu imaginário social. Tentava achar, em Feira de Santana, o “mito” das origens de fundação do Partido dos Trabalhadores, representado no imaginário coletivo através da fundação de um partido galvanizado nas greves operárias de fins de 1970 e começo de 1980 do ABC paulista. Não conhecia com exatidão os nomes e as figuras que compõem as páginas da dissertação a seguir. Buscava encontrar vestígios do PT de Feira de Santana entre os operários do CIS (Centro Industrial Subaé), porém, o começo das entrevistas me levaria para uma seara inesperada.

Confesso que não achei aquilo que encontrava. A História é cruel com nossas fantasias e esquemas. E caí em dúvida novamente.

As dúvidas que me acometiam sobre fazer ou não um projeto de mestrado com o tema que versasse sobre o PT de Feira de Santana, diminuíram quando percebi que tinha a possibilidade de realizar um trabalho que colaborasse na crítica daquelas interpretações que considerava problemática, isto é, que debatesse com o otimismo eloqüente que afirmava, sem maiores problemas, que PT era sinônimo de bases mobilizadas e greves; que abordasse a questão da transposição, mecânica, que dava como verídico o PT como sinônimo de sindicalistas na sua linha de frente,

principalmente sindicalistas operários da grande indústria; e que balizasse de outra forma a relação das organizações de esquerdas na construção e nos rumos do partido.

Ao longo da pesquisa pude perceber que o problema era mais grave. Não apenas generalizava-se a formação do PT, mas generalizava-se os impactos do desenvolvimento capitalista e, com efeito, a formação das classes trabalhadoras.

A bibliografia que intitulei no capítulo I de “historiografia do mito fundador”, abordou a importância política da formação de um mito de origem (“petistas autênticos”) nas lutas internas dentro do partido. O perfil político dos historiadores e cientistas sociais referendou um atributo generalizante e universalizador necessário para a expansão territorial da hegemonia interna de certo grupo petista. Em São Paulo foi fundado o PT (nas grandes greves de 1979 e 1980), ali estavam os fundadores e os grupos que deviam melhor representar a formação da “novidade” política brasileira (Lula e os sindicalistas e, em menor medida [coadjuvantes do processo], os intelectuais de esquerda, organizações clandestinas e militantes católicos). A fundação do PT aconteceu ali devido a industrialização plenamente desenvolvida. Este, com poucas exceções, era o disco arranhado da história do PT.

Mas se o capitalismo no Brasil se desenvolveu através da relação entre moderno e arcaico, qual o papel que coube a este “arcaico”? Se para entender o capitalismo no Brasil há de se compreender o lado menos desenvolvido do Brasil e como se deu a montagem das relações de classe entre grupos sociais representantes do atraso e do moderno, por que seria diferente a compreensão de uma organização dos trabalhadores? Como se deu a nacionalização dos laços de solidariedade entre os subalternizados dos mais diversos lugares que foi fundamental para a formação do PT?

Não intencionei responder essas perguntas, mas ao menos as fiz. Assim pude tratar a formação do PT de São Paulo, como algo peculiar – aliás, São Paulo é a maior

peculiaridade brasileira. Reconheço que os principais impulsos na formação do PT emanaram de lá, mas percebi que sem os demais Brasis e sem os demais PTs nada teria acontecido, e os primeiros impulsos não passariam de impulsos.

O primeiro capítulo tenta dialogar criticamente com essa historiografia. Revela algumas “peculiaridades” de outras localidades brasileiras onde o PT surgiu de uma formação social diferenciada e com sujeitos também diferenciados. Aproveitei para apresentar o município de Feira de Santana, sua origem, modernização, classes sociais e dinâmica política, além de ter tentado apresentar rapidamente as tendências e as algumas de suas evoluções internas.

Não me concentrei nos desdobramentos internos do partido, pois o que me interessava era analisar a relação entre o PT de Feira de Santana e as classes trabalhadoras. Este viés não resultou de um descuido, mas de uma opção metodológica sugerida por Antonio Gramsci no volume 3 dos Cadernos do Cárcere, em “O Maquiavel”. No texto, o Italiano sugere que os historiadores dos partidos políticos deveriam observar a “eficiência real” desempenhada pelo partido político entre as classes sociais das quais almeja ser a expressão da vontades. Assim, por opção, a metodologia lhe obriga a “buscar” o partido na sociedade, investigando o poder de penetração das suas resoluções, dos seus militantes e da sua simbologia entre seus inimigos e aliados, estudando as construções e desconstruções políticas que foi capaz de empreender. Monograficamente falando, a história da cidade é parte da história do partido. Tentei explicar esta peripécia metodológica na conclusão da dissertação.

Assim, no capítulo II, consegui trilhar os caminhos de alguns movimentos sociais da cidade, principalmente, do movimento estudantil e perceber nele, e em algumas organizações que atuavam no mesmo movimento, a matriz impulsionante da fundação do PT de Feira de Santana, bem como a importância do MDB feirense na

organização deste núcleo fundador. Neste capítulo fui até as eleições de 1982 para demarcar um momento importante da construção partidária e como se saíram os petistas de Feira de Santana.

O capítulo III trata da constante relação que as assim chamadas “oposições” tinham com o PT de Feira de Santana e vice-versa. Tratei de demonstrar as sérias dificuldades que os militantes do PT tinham em alcançar uma relação mais profunda e organizativa entre o proletariado feirense, haja vista, o espaço ter sido seriamente obstaculizado pelas “oposições”, principalmente o PMDB e suas representações populares, que melhor souberam se relacionar com a cultura popular e associativa da cidade. Aqui se destaca a importância de figuras como Francisco Pinto e Colbert Martins, políticos de extrema representação popular, além de um passado de luta contra o regime civil-militar que ocupou durante muito tempo o imaginário de rebeldia e contestação à ordem social, necessários a um partido de clara pretensões contra-hegemônicas. O PT tentou furar esse cerco e, para isso, formulou algumas táticas e representações destes senhores e do PMDB. A rota de colisão foi inevitável. O PT passou toda a década de 1980 isolado na política local, sem alianças com outros partidos de esquerda, e socialistas, pois estes priorizaram a representação popular do PMDB feirense.

No IV capítulo trato do PT de Feira de Santana nas organizações dos trabalhadores. Este capítulo ficou deveras exaustivo, mas o considero primordial para a análise empregada, afinal, concretamente falando, os petistas dependiam dessa relação para consolidar um Partido dos Trabalhadores, de fato, de trabalhadores. Percorremos os sindicatos, as associações de moradores, as lutas pelos solos urbanos, jornais “nânicos” fundados na cidade, a não formação da CUT, Oposições Sindicais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, etc. Os petistas encontraram uma parada dura contra eles: fraudes

sindicais, a máquina política e, principalmente, a vontade, por parte das tradicionais lideranças dos trabalhadores, de manter intacta a estrutura e as tradições associativas e militantes herdadas daquilo que os petistas de Feira de Santana denominaram de “populismo” e algumas vezes de “caciquismo”.

O capítulo V, o mais difícil, e que em diversos momentos tem caráter hipotético, abridor de questões, localiza o PT de Feira de Santana no processo de conservadorismo político que toma conta o País na década de 1990 e do qual o PT não saiu incólume. Retrata certa “crise do marxismo”; discute a posição de políticos e militantes petistas frente à crise do leste europeu; mostra como essas “crises” adquiriram expressão política, coletiva, na formação de um novo núcleo majoritário no Partido – que o guiou para um política estranha ao da independência de classe, centro hegemônico da estratégia partidária e matriz da contra-hegemonia no País durante toda a década de 1980 – ; e debate o transformismo, isto é, a colaboração de indivíduos ou um coletivo, outrora assentados como representantes políticos das classes trabalhadoras em suas lutas, com a hegemonia burguesa.

A penetração de uma ideologia assentada nas práticas do terceiro setor ou das ONGs , que denominamos de “terceira via”, isto é, práticas gerenciais de serviços sociais que promovem a colaboração entre Estado, Movimentos Sociais e capital em função das resoluções da “nova questão social”, promovidas através de práticas focalizadas de intervenção na regulação dos direitos sociais, desenvolvidas pela “sociedade civil”. Esse momento, tanto quanto os outros, é recheado de “peculiaridades”. A política pela qual se desenvolveu a colaboração de classes na localidade tratada é guiada pela entrada no partido de algumas figuras representativas nas lutas dos subalternos do município.

Essa nova configuração do PT de Feira de Santana lhe retira do raio da esquerda marxista e lhe insere uma linguagem e práticas sugestivamente próxima a do novo “campo majoritário” do partido. “Excluídos”; “inclusão”; “desenvolvimento”; “cidadania” ao invés de lutas de classes; “parceria” com os poderes públicos; mercado “solidário” e “regulado”; são algumas das aproximações mais evidentes. Não coincidentemente, o grupo identificado como a Articulação, tendência majoritária no partido, vence as eleições do diretório municipal em 1995 com a incumbência de mudar os rumos do partido que, na maioria das vezes, se encontrou isolado da vida orgânica dos trabalhadores.

Constatei uma mudança nos rumos do partido, mas não percebemos a alteração na vida orgânica dos trabalhadores na vida partidária, apesar de não duvidar da possibilidade de maior existência de trabalhadores, mas uma reordenação interna que modificou a predominante maioria partidária da “esquerda petista”.

Para não falar que tudo é peculiaridade, o PT de Feira de Santana se desenvolveu junto a um projeto político nacionalmente organizado de independência de classe dos trabalhadores brasileiros. O PT feirense esteve à esquerda do espectro político do partido durante toda década de 1980 e metade da década de 1990, mas hoje se encontra, novamente, cumprindo uma etapa política desse partido, porém oferece a sua fatia mais conservadora. Nesses momentos o “específico” surge na montagem dos processos de hegemonia, isto é, no rastro de um movimento de âmbito nacional e totalizante que, para se desenvolver, necessita da unificação do diverso em circunstâncias díspares, porém formulado como um projeto (ou governo) “de todos” para “todos nós”.

Finalizo essa breve introdução ciente da relação entre objeto e sujeito e dos riscos que corri: parcialidade, amor e ódio, admiração e negação, etc. Bem como no início da década de 1980, o assunto é efervescente. Vivenciamos a segunda gestão do

Governo Lula. No momento em que escrevo estas linhas causa dor, angústias, frustrações, felicidades, espantos e convicções. E não é para menos: as pessoas deram o melhor de suas vidas à organização do PT e hoje alguns colhem frutos plantados no passado que consideram amargos. Outros acham que tem sabor devêz, que pode ser melhorado com o tempo, e alguns, em menor número, presumo, colhem doces e maduros frutos “proibidos”. No caso, estou com Gramsci quando escreveu:

De que modo o presente é uma crítica ao passado, além de (e porque) uma superação dele. Mas, por isto deve-se jogar fora o passado? Deve-se jogar fora aquilo que o presente criticou “intrinsecamente” e aquela parte de nós mesmo que a isto corresponde. O que significa isto? Que nós devemos ter consciência exata desta crítica real e dar-lhe uma expressão não só teórica, mas política. Ou seja, devemos ser mais presos ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e de sua contribuição (e de seu reviver)¹.

¹ Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 95.

CAPÍTULO 1

A HISTORIOGRAFIA DO “MITO FUNDADOR”, A FEIRA DE SANTANA E O SEU PARTIDO DOS TRABALHADORES

1.1 “EFICIÊNCIA REAL” DA HISTORIOGRAFIA DO “MITO FUNDADAOR”²

Existe uma quantidade razoável de trabalhos acadêmicos que discutem o PT. Em sua maioria, destacam o processo de formação do partido como um marco divisor dentro do campo das instituições da esquerda brasileira e na cena política do Brasil. No geral, destacam algumas características do PT: sua fundação de base operária, principalmente sindical; juntamente com os religiosos católicos, influenciados pela Teologia da Libertação; intelectuais e militantes de organizações clandestinas. O ABCD paulista é, geograficamente, o local de nascimento do PT, devido às greves “espontâneas” que lá surgiram.

Não há como discordar, genericamente, dessas proposições. De fato, no ABCD paulista, principalmente em São Bernardo, foram dados os primeiros impulsos de articulação e formação do PT. Estes realmente foram setores de indiscutível força de coesão na fundação do PT. Mas é pertinente fazermos algumas perguntas: para a fundação do PT, e dos demais partidos que se institucionalizavam nessa época, as novas leis eleitorais³ não previam a consolidação do partido em certa quantidade de

² A análise sobre o “mito fundador” está desenvolvida na tese de doutorado de COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital*. Tese de doutorado. UFF/ICHF. Niterói. 2005, Cap. 1. Neste texto acrescento alguns aspectos ao mito que não estão no autor referido. Coelho analisou o surgimento de um mito de “petistas autênticos” como parte das disputas internas do partido. Aqui me dedico a pensar um dos mecanismos que referenciou este mito, como a literatura do tema que amplia, silencia, esconde, destaca sujeitos. O que queremos apontar é o forte valor de consolidação de hegemonia que esta obra possui, ao mesmo tempo em que pode confundir a pesquisa histórica sobre o PT no Brasil.

³ Para uma discussão a respeito das leis eleitorais ver ALVES, Maria helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

estados, com certa margem de votos? Podia o PT se transformar em um partido nacional sem a participação da militância de outros estados e municípios? ⁴ Como pôde, portanto, a formação do PT, com os aspectos peculiares aos acontecimentos da formação da classe operária paulista, ter ficado, para o imaginário social e historiografia sobre o PT, como modelo geral de formação do partido e, conseqüentemente, de formação das classes trabalhadoras?

Marcelo Badaró em seu livro, “Novos e velhos sindicalismos”⁵, discutiu as características da construção do sindicalismo carioca no período de 1955 a 1988. Buscou mostrar como a experiência de construção de um sindicalismo combativo (o novo-sindicalismo) se fez, e refez, no duplo movimento de oposição e permanência de aspectos da luta sindical do passado do Rio de Janeiro. O autor utilizou como exemplo sindicalistas e sindicatos que foram peças importantíssimas na construção da CUT – considerada expoente máximo do novo sindicalismo – no Rio de Janeiro, para demonstrar como a oposição ao passado, visto como pelego e atrelado, dos sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho, bem como as críticas à “pelegada” serviram para demarcar o tradicional (velho) do novo. Algumas dessas oposições, segundo Badaró, ganharam dimensões ampliadas pela luta político-sindical, haja vista que, muitos sindicatos, antes do surgimento da noção de novo sindicalismo, já desenvolviam práticas que se assemelhavam com àquilo que passaria a ser apresentado como “novos” comportamentos dos sindicatos e sindicalistas.

O autor cita, por exemplo, a organização de comissões nos locais de trabalho, já efetivadas muito antes da noção de Novo Sindicalismo aparecer como marco divisor

⁴ Vale pensar que essa historiografia mítica tem um pé na realidade paulista e no país. Assim, não devemos esquecer as representações abstratas (como diz Marx), por mais que pareçam ser apenas os frutos da vontade de seus autores que recriariam a realidade segundo suas vontades. Esta Historiografia repousa, na verdade, sobre elementos reais. Assim, o modelo paulista do PT não é apenas uma mitologia, mas uma forma real de construção do partido em SP e de tentativa de reprodução desse modelo para o país.

⁵ BADARÓ, Marcelo. *Novos e velhos sindicalismos*. Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 1998.

entre práticas sindicais. Discute, também, a permanência e a forma como a estrutura sindical foi mantida e utilizada por sindicalistas cutistas, como por exemplo, o uso do imposto sindical.

O que nos chamou a atenção na obra de Badaró, para os fins deste trabalho, foi como o autor discutiu nos capítulos 1 e 2 – respectivamente, “A construção do objeto: Sobre a relação entre o pesquisador, e o contexto de produção do trabalho” e “A construção do objeto: Sobre a construção da noção de Novo Sindicalismo” – a visão dos pesquisadores do sindicalismo, em um contexto onde o objeto estudado estava em plena efervescência, e a influência mútua entre o movimento operário e a prática da pesquisa, criava uma relação política indiscutível.

Nas palavras de Badaró:

Vou, porém, além de uma análise da literatura especializada como “fonte secundária”, pois discuto neste capítulo, os nexos entre a produção acadêmica sobre o sindicalismo e os discursos e práticas das lideranças sindicais identificadas como novas, analisando para tanto, algumas passagens significativas das falas dos novos sindicalistas nos anos 1978-80⁶.

Questões como essas, levaram Pollack a refletir que o trabalho de “enquadramento da memória” se alimenta do material fornecido pela história, pois “o trabalho de organização da memória, deve fazer com que a ‘simples montagem’ ideológica, se torne arbitrária⁷”. Para isso, o papel de intelectuais e acadêmicos – intelectuais orgânicos, no dizer de Pollack – deveria ser o de travestir a “violência simbólica⁸”, da uniformização da memória, em discurso científico, ou seja, universalizável a todos e com todas as honras de verdade.

⁶ BADARÓ, Op. Cit, pp. 15.

⁷ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992, pp, 200 a 212. pp, 07.

⁸ Termo que o autor utiliza fazendo menção a Pierre Bourdieu.

Margareth Keck, mesmo trabalhando com o PT de uma forma abrangente, até mesmo porque seu interesse recai mais sobre a funcionalidade do PT para o processo da redemocratização brasileira, reconheceu que:

Embora nos forneça uma boa perspectiva para avaliar alguns aspectos da dinâmica geral do desenvolvimento geral do PT em seu início, ela não é a única; existem muitas outras histórias, além das que contei aqui. Ainda é preciso trabalhar muito sobre a relação do partido com a Igreja Católica e os movimentos sociais a ela vinculados, bem como sobre as diversas organizações de esquerda que decidiram trabalhar no interior do PT. Sobretudo, faltam estudos sobre o crescimento do partido fora de São Paulo, em especial durante a segunda metade dos anos 80, quando passou a ganhar adeptos em nível nacional. Sua influência sobre o eleitorado da zona rural, nos sindicatos rurais e nos movimentos dos sem terra cresceu enormemente⁹ (...).

Na “Comissão Diretora Nacional Provisória” do PT, instituída nos dias 31 de maio e 1 de junho, consta que dos 15 diretores provisórios escolhidos 10 não eram do Estado de São Paulo¹⁰. No Primeiro Encontro Nacional, em 1981, dos 19 membros da Comissão Executiva 11 não eram de São Paulo¹¹. Mas, qual a implicação dessa composição para a História do partido?

A narrativa do início dessa seção, acerca da construção do PT, centrada nos acontecimentos em São Paulo, estabelece um modelo fixo de construção do partido que contradiz a efetividade do PT de diversas localidades do Brasil. O modelo constrói uma homogeneidade onde ela não existe, universaliza, ou generaliza, a história dos primeiros impulsos de construção do PT, apresentada como história nacional. Descuida das especificidades de cada região e privilegia alguns sujeitos políticos em detrimento de outros, respaldando como verdade o que aconteceu no centro da economia capitalista do País.

⁹ KECK, Margaret E. *A Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, pp. 08.

¹⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. 1ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, pp. 62.

¹¹ Idem, p, 16.

Para Benedito Tadeu César ¹², a industrialização e a urbanização seriam as marcas características das localidades onde se desenvolveria o PT. Dessa maneira, São Paulo, sudeste e sul do País seriam espaços “naturais” de maior crescimento do PT, pois possuiriam um parque industrial maior e uma complexa e múltipla classe trabalhadora urbana em contraposição ao atraso rural do Nordeste e Norte que, segundo o autor, não poderiam ter um desenvolvimento do PT similar ao das localidades anteriormente citadas. Porém, a problemática do livro tenta demonstrar que o PT acompanha o desenvolvimento da contemporaneidade, na qual o emprego operário diminuiu progressivamente, e deu lugar, portanto, ao crescimento dos trabalhadores setor de serviços em maioria no partido.

Por este motivo, afirmou César, os partidos deixariam de lado seu conteúdo classista e estariam mais predispostos a discursos pluralistas de representividade políticas, afirmando, assim, a sua contemporaneidade. Para demonstrar a existência de uma “contemporaneidade possível” – título da obra – o autor levanta os dados sobre a origem da militância petista para constatar que, desde o início, o PT não possuía as características básicas dos Partidos Social-Democratas europeus, constituídos inicialmente com base social majoritariamente operária e que entraram em crise juntamente com a crise do fordismo. Coabitariam dentro do PT, trabalhadores operários, trabalhadores rurais, trabalhadores de serviços, pequenos proprietários rurais e pequenos negociantes.

A imprecisão do argumento do autor reside neste ponto: se o desenvolvimento do PT no Nordeste não se potencializou como nas demais regiões do País, devido ao seu desenvolvimento capitalista ter sido mais retardatário, agora que o desenvolvimento do PT se deve a uma “contemporaneidade” heterogênea na estratificação dos

¹² CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político. (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

trabalhadores, principalmente do setor dos serviços, o PT do Nordeste deveria ser o retrato desta contemporaneidade, ou do germe da contemporaneidade, pois como demonstra o autor, no Nordeste do Brasil o partido possuía, e possui, a maior quantidade de trabalhadores do setor de serviços no Brasil, especificamente, 78,2% em 1990¹³. Isso significaria dizer – para manter a comparação de relação direta entre infraestrutura e superestrutura para explicar o maior ou menor contingente e desempenho do PT nas regiões do País – que o Nordeste representaria mais claramente a face do PT no plano nacional.

Como explicar o surgimento do PT do Pará, da Paraíba, Acre, da Bahia, de Feira de Santana (BA), à luz desse mito? Quem tentar procurar operários no PT do Pará certamente se decepcionará – ou não –, pois irá se defrontar com a construção do partido através das lutas dos camponeses, seringueiros, índios, além de uma forte participação de aparelhos privados da sociedade civil como a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), IPAR (Instituto de Pastoral Regional) onde militavam várias pessoas vinculadas a organizações clandestinas, principalmente maoístas. No Acre, sociedade predominantemente rural, o PT local foi o primeiro nacionalmente a se legalizar na Justiça Eleitoral devido a um forte trabalho de padres e freiras. Em Feira de Santana, o mesmo se deu; operários mesmo, no sentido fordista empregado pelo mito, somente Seu Arnaldo, ferroviário e Ovídio Gonçalves, soldador, vindos dos quadros da Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML)¹⁴. De resto, muitos estudantes universitários, alguns profissionais liberais e muitas organizações clandestinas. Isso só para citar alguns casos “anômalos” que contrariam o modelo.

Nos debates, recentemente travados, a respeito da memória do golpe de 1964, levantou-se diversas vezes a questão acerca da influência que as interpretações dos

¹³ Essa dimensão não deve ter variado muito. No sudeste do país a proporção era de 71,3% dos militantes do partido. Nacionalmente a quantidade era de 71,8%, na mesma data. Idem, pp. 117.

¹⁴ Entrevista de Gerinaldo Costa ao autor em fevereiro de 2003. Feira de Santana.

acadêmicos e intelectuais exercem na imprensa e nos meios não acadêmicos e como essas interpretações são reapropriadas politicamente nas lutas entre as classes sociais.

A esse respeito Ridenti afirmou:

Evidentemente, não há como controlar o uso que é feito das pesquisas históricas nas lutas sociais do presente. Os estudiosos tampouco se devem intimidar com possíveis efeitos políticos gerados pela investigação a fundo do real. Contudo precisam estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo.¹⁵

A existência de uma literatura “paulistocentrista”, às vezes ingenuamente, outras nem tanto, reforçou uma hierarquia vivida na realidade das disputas internas do Partido, referendando um petismo de primeira linha; “o petismo autêntico”, aquele que, na discussão de Coelho ganhou força de mito: o “mito fundador”¹⁶. Aos “fundadores” coube a sabedoria de distinguir o que é autenticamente petista daquilo que é intruso, alienígena aos trabalhadores, de quem o partido pretendia ser a expressão. Na verdade, estes “autênticos”, vinculados ao “grupo do Lula”, na maioria sindicalistas, souberam associar sua imagem à do partido com muita maestria, além de desenvolverem uma forte atuação na formação do PT, capitalizando todo imaginário social das grandes

¹⁵RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mistificação da Resistência Armada: Armadilha Para Pesquisadores. In: AARÃO, Daniel. MOTA, Rodrigo P. S. RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar. Quarenta anos depois*. (1964 – 2004). Bauru – SP: EDUSC, 2005. pp. 64As palavras de Ridenti têm como interlocutores os historiadores Daniel Aarão Reis Fº e Denise Rolemberg que, por oportunidade da recordação dos 40 anos do golpe militar, defenderam a polêmica tese de que na disputa de memória empreendida por militares e seus aliados contra as forças de esquerda e da resistência ao regime e seus aliados, a batalha teria sido ganha pelo segundo grupo. Estes teriam conseguido realizar uma ressignificação da memória histórica, operada por volta da segunda metade dos anos 70 e 80, de que a esquerda armada se constituiu na luta por uma “resistência democrática”. Para Aarão Reis, as organizações tinham uma proposta de tomada de poder político. Para ele, a “aventura revolucionária” propunha “a destruição da ditadura militar e do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, regida por uma ditadura revolucionária.”

¹⁶ O “mito fundador”, assenta-se na auto-proclamação de “autênticos” petistas, isto é, militantes sem vínculos político partidários com outras organizações e ou tendências. Acusavam os militantes de organizações e tendências de construírem um partido que adotasse as suas posturas táticas, centradas na superação política do PT por uma vanguarda de revolucionários ou por um novo partido de massa realmente revolucionário. Foi um dos fortes elementos da disputa interna do partido nos seus anos iniciais e nunca perdeu o vigor nas decisões políticas devido ao peso no imaginário social junto aos eleitores e militantes de base. COELHO, Eurelino... Op. Cit, pp. 49-68.

greves, dos grandes confrontos com a ditadura para si, vinculando suas figuras como símbolos nacionais do PT em procedimento que parte da historiografia referendou.

O “mito fundador” apresenta a criação do PT como vontade de alguns sujeitos, na verdade, um discurso ideológico assentado, como já foi dito, na autoridade obtida por aqueles que “*decidiram criar o partido*”. Vejamos:

Por isso, se sentiram traídos [os empresários] quando o metalúrgico Lula, que não queria nada com a política, **descobriu** que sem fazer política os trabalhadores jamais conseguiriam algo consistente – e **resolveu** fundar um partido, ainda mais um partido de trabalhadores¹⁷.

Para a historiografia do “mito fundador”, a construção do PT cabia à pura subjetividade de um homem, à sua descoberta da política como um rompante. Neste sentido, a bibliografia que discute as grandes greves de fins da década de 70 e início de 80, como lutas **espontâneas**, ganhou sentido político para a historiografia do mito. Não só deixava à sombra o aprendizado de luta da classe trabalhadora dos períodos anteriores, como também, silenciava a respeito das atividades da militância clandestina que se fizera presente em diversas fábricas (às vezes por meio da atividade que a esquerda chamava de proletarização, isto é, deslocar militantes para locais estratégicos de organização dos trabalhadores, que podiam ser fábricas, campo, etc.), mas também obscureciam e mesmo aniquilavam a memória da militância histórica de outros agrupamentos políticos, como o PCB.

Um exemplo disso é o posicionamento de Emir Sader a respeito da fundação do PT:

A força revelada pelo Partido dos Trabalhadores não representa a continuidade ou a coroação de um longo processo de acumulação de forças por parte da esquerda brasileira. Ela pode, ao contrário, ser resultado do atraso, no sentido de que, quando o PT começou a se organizar – em 1980 – já haviam se passado praticamente dez anos da derrota e do desmantelamento da esquerda ligada a luta armada.

¹⁷ POMAR, Wladimir. *Quase Lá – Lula o susto das Elites*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1990, pp.32. negritos meu.

Antes mesmo disso, o Partido Comunista perdera expressão como força política, logo após o golpe militar de 1964¹⁸.

E em outra obra, do mesmo autor, apesar de haver uma maior mediação com o passado da esquerda, o acento do nascimento do PT recai sobre a ruptura com a esquerda que o precedeu:

O nascimento do PT teve muito a ver com a trajetória das forças de esquerda, sua derrota e crise no transcurso da década de 70. Não que a relação do PT com aquelas organizações seja de continuidade. Ao contrário: seu surgimento sela uma ruptura com o desenvolvimento anterior, sem continuidade com os que precederam¹⁹.

Emir Sader parece querer nos fazer crer que: 1) toda a esquerda pré-PT participou da luta armada e foi dizimada; 2) que não havia diferenças substantivas entre todas essas organizações; 3) que depois do “desmantelamento” nenhum trabalho político foi realizado por essas organizações; 4) que o surgimento do Partido dos Trabalhadores e sua cultura organizativa aparecia “como raio em dia de céu azul”.

Bastaria ter um pouco mais de cuidado com as generalizações e realizar uma pequena pesquisa histórica para demonstrar que nem todas as organizações foram dizimadas, – não quero dizer que elas não sofreram grande repressão e tiveram baixas nos seus quadros. Muitas sobreviveram e participaram da construção do PT, desde o início, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a AP-ML, uma dissidência do PC do B, – Partido este que sofreu um grande massacre na Guerrilha do Araguaia, mas que continuou existindo – a Política Operária (POLOP), e outras. Nem todas as esquerdas foram à luta armada, é bom que se diga. Não obstante, mantiveram um trabalho político em organizações como Comissão de Direitos Humanos, Sociedade Brasil Mulher, FASE, Luta pela Anistia, jornais “nanicos”, etc.

¹⁸ SADER, Emir. *O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. pp. 155.

¹⁹ Idem. *E agora PT? Caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 155.

É sabido que alguns aspectos na “relação de força” (no desenvolvimento da luta de classes) deste período propiciaram uma autocrítica no seio da esquerda brasileira: a contínua perda de vínculos com os trabalhadores, a derrota contra a máquina de terror da ditadura militar, o ressurgimento de movimentos sociais urbanos e rurais, a nova postura política de setores da Igreja, a possibilidade da volta ao Estado de Direito (fruto também da divisão política da burguesia), as grandes greves operárias e camponesas (bóias-frias), o surgimento do PT e da discussão sobre uma nova central de trabalhadores. Mas, anterior, ou mesmo paralelo a estes acontecimentos, já havia um debate na esquerda brasileira sobre a necessidade de um grande partido de massas²⁰. Essas esquerdas estavam atuando nos movimentos, ainda que em pequenos grupos, como um trabalho de formiga, nas igrejas, nos sindicatos, e fizeram parte do ascenso da luta de classes nas décadas de 70 e 80. Mantiveram uma imprensa clandestina e/ou alternativa muito útil para o desenrolar das informações e solidariedade de classe dos diferentes tipos de trabalhadores. As “oposições sindicais” foram mostras vivas da força que tinham estas esquerdas.

Privilegiando o elemento da ruptura em relação ao da permanência é mais fácil isolar as organizações de esquerda precedentes ao PT, bem como outros sujeitos sociais relevantes para a construção do mesmo e afirmar que essa construção foi fruto da vontade de Lula, ou de um grupo de sindicalistas, como aponta a “Carta de Princípios” do PT ou o discurso de Lula em 1981. Oliveira, no livro *“Trabalho e política: As origens do Partido dos Trabalhadores”*, ao ressaltar o debate sobre a formação do PT no meio sindical de São Paulo, traz informações que nos permite criticar historicamente a memória de Wladimir Pomar, citado anteriormente. Ela menciona que

²⁰ Existia, por exemplo, o debate acerca da construção do PP (partido Popular), mas a ascensão do PT e a tomada desse nome para um partido da burguesia arrefeceram os ânimos desse projeto. Ver. AARÃO, Daniel. Ditadura e Sociedade. As reconstruções da Memória. In: AARÃO, Daniel. MOTA, Rodrigo P. S. RIDENTI, Marcelo. Bauru – SP: EDUSC, 2005. PONT, Raul. *Da crítica ao Populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriema, S/d.

A decisão de criar um partido de trabalhadores foi sendo tomada gradualmente, à medida que se intensificava a polarização do imaginário político da liderança do “novo sindicalismo”. A escolha do partido como instituição adequada para expressão política decorria da relevância que assumiram, no período, as eleições congressuais, e a opção feita pela forma legal de luta ²¹.

Existia um debate a respeito da fundação de um partido político com representatividade dos trabalhadores. Lula, como sujeito ativo da época que estamos retratando, participava desses debates. Não decidiu sozinho e nem, tampouco, coube a ele o protagonismo do debate e das propostas. Pomar, lembra que “*o anúncio da criação do Partido dos trabalhadores, [ocorreu] em comício no Rio de Janeiro, em outubro de 1979*”, mas destaca que “a estrela do Lula passa a se confundir cada vez mais com a estrela do PT ²²”. (Grifo meu).

Segundo Oliveira e o livro de resoluções do PT, a proposta, ou marco fundamental de fundação e propagandeamento do PT, contrariando a informação dada por Pomar, foi o dia 24 de **janeiro** de 1979, no XI congresso de metalúrgicos realizados em Lins. Neste congresso, o Presidente do Sindicato de Santo André, Benedito Marcílio, lançou a proposta que fora aprovada na plenária ²³.

Em poucas palavras, sua proposta era caracterizar o PT como um partido de classe, aberto a todos os trabalhadores e assalariados, excluindo-se apenas os empregadores. Sua missão seria a de levar a classe trabalhadora à sua independência política ²⁴.

Depois da Carta de Lins ficou decidido que uma comissão faria uma carta de princípios. Havia muitos impasses ideológicos, estratégicos e táticos naquele momento. Negociações com parlamentares do MDB, a questão do socialismo, se o partido deveria ser um partido de sindicalistas, etc.

²¹ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. *Trabalho e Política. As Origens dos Partidos dos Trabalhadores*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988. pp. 118.

²² POMAR... Op. Cit. pp. 32.

²³ Existe ainda um relato acerca de uma “questão” levantada por Lula, em Salvador, em um congresso dos trabalhadores petroquímicos no ano de 1978, acerca da necessidade de um novo partido para os trabalhadores. KECK... Op. Cit. pp. 83.

²⁴ OLIVEIRA... Op Cit.. pp. 112.

A resolução deste impasse veio na forma de uma carta de princípios que acendeu os debates novamente na formação do Partido. A carta de princípios, lançada por sindicalistas “radicais”, no dizer de Oliveira, contrariava algumas posições do grupo que se constituiria no futuro como os “autênticos”, que rapidamente voltaram a acompanhar mais de perto as atividades do movimento pró-PT.

Acendia-se a luta que marcará toda a trajetória do PT e que é a própria história do PT, a disputa de hegemonia, e às vezes só de maioria, entre as organizações clandestinas que participaram da fundação do PT e os “petistas autênticos”. De certa forma, podemos localizar nessa disputa, pelas características da formação do partido, o amanhecer deste conflito.

João Paulo Pires Vasconcelos afirmava que a publicação do documento violava um acordo segundo o qual se deveria discutir a proposta do partido com as bases sindicais, antes de se fazer qualquer coisa com relação a sua implementação. Ele acusava o “Grupo dos Quatro” **de vanguardismo**, não só por causa de sua ação de esvaziamento preventivo, mas também, porque muitos dos seus membros pertenciam a partidos clandestinos trotskistas ou eram deles simpatizantes²⁵.

A partir daí surgiram alguns ataques às vacilações dos sindicalistas, principalmente na figura de Lula, considerado o maior líder operário deste momento, no empenho em fundar o Partido. E por outro lado, as críticas às esquerdas, feitas principalmente por Lula, vinham do entendimento de que “as esquerdas” queriam impor um ritmo teórico e político nas manifestações de massa que ocorriam para formar o Partido dos Trabalhadores, estabelecendo verdades e princípios esquematizados em teorias revolucionárias, que estariam para além do trabalhador. Desse conflito deriva a necessidade de Wladimir Pomar adiar para Outubro de 1979 o anúncio e o vínculo da estrela de Lula com o PT, desprivilegiar ou desmemorar a

²⁵ Keck... op cit.pp. 84.

atuação importante, e às vezes até central, que tiveram as esquerdas no início da construção do PT.

É certo que as relações das esquerdas marxistas-leninistas, no período da ditadura militar, não foram de grandes encontros com a classe trabalhadora e que a política do PCB, em alguns momentos, adotou a colaboração de classe, provocando a desconfiança dos trabalhadores mais combativos, mas isso não é toda a verdade. A historiografia do “mito fundador” carrega uma grande quantidade de tinta para afirmar que a novidade histórica do Partido dos Trabalhadores era a participação operária no partido e que só no PT o elemento operário tinha voz e vez, e que de resto, na tradição da esquerda brasileira, os partidos eram construídos de cima para baixo ²⁶.

Porém Francisco de Oliveira chama a atenção para esta construção teórica:

Tem sido motivo de mote e glosa a chamada novidade que o PT representa para a sociedade Brasileira (...) esta consiste, genericamente que o PT foi formado a partir de um setor de trabalhadores operários, sob o forte impulso de lideranças eminentes (...) tratar-se-ia [para os petistas] do primeiro partido na história brasileira feito por e para os trabalhadores (...) há verdade, meias verdades e equívocos na afirmação de que o PT é o primeiro partido político que na história brasileira que surgiu da classe operária ²⁷.

Francisco de Oliveira mostra como no surgimento do PCB o partido tinha uma quantidade significativa de operários, “na seqüela de iniciativas como o Bloco Operário Camponês”, e que, talvez, a inflexão da participação operária se confundisse com a ascensão de Prestes ²⁸. Francisco de Oliveira, propõe discutir aspectos não levados em conta pelo que estamos denominando de “historiografia do mito fundador” como, por

²⁶ Uma boa demonstração de que muitas das novidades atribuídas ao PT não são novidades tão excepcionais na história é a dissertação de VASQUEZ, Petilda Serva. *Movimento de Bancários: Possibilidades criativas de experiências de constituição de identidade*. Tese de Doutorado. Unicamp - IFCH. Sociologia. Campinas. 2001 e FREITAS, Mirian Tereza M. G. de. *Populismo e Carestia. 1951-1954*. Mestrado em Ciências Sociais FFCH. Salvador. S/D. Ambas as dissertações enfocam as lutas sociais na Bahia em meados do século XX e ambas retratam o cotidiano dos movimentos sociais, dos bancários e das lutas contra a carestia desenvolvidas nos bairros e fábricas, respectivamente. As autoras demonstram a participação e articulação do PCB em diversos núcleos de base do partido, ou não, criados no desenvolvimento das lutas, com razoável grau de intervenção nos rumos políticos do partido.

²⁷ OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER... Op. Cit. Pg. 09-10.

²⁸ Ib. Idem.

exemplo, as construções de partidos de esquerdas interrompidos por golpes e ditaduras que os colocaram na ilegalidade.

A história do PT foi na contramão da história dos demais partidos de esquerda, pois o partido nasceu em um momento de abertura política, onde a própria ditadura militar dava garantias de uma volta à “normalidade” política, através da legalização de novos partidos, ainda que tenha imposto uma série de dificuldades para estes.

Oliveira conclui que, “a dialética da competição entre os partidos que reclamam uma representatividade de base operária” levou, de certa forma, a essa interpretação descuidada da história ²⁹.

Porém, para os fins deste trabalho, devemos apenas destacar a visão de que mesmo em locais onde não se contou com a participação sindical, ou operária, similar a São Paulo na construção do PT, outros sujeitos também mereciam ter sua história registrada na historiografia que tematiza o PT. Não é porque não expressaram uma massificação operária nas lutas sociais ou não tiveram grandes lideranças sindicais que não integraram esse gigantesco processo que foi a construção do PT no Brasil. Em algumas localidades a “historiografia do mito fundador” pode ser bem eficaz, em outras, o seu modelo não passa de uma abstração que pode servir para desorientar os pesquisadores a sempre procurar um modelo que concebe o PT como uma junção de operários, igreja, e militantes de organizações de esquerda. Ao pesquisarmos a história do PT, poderemos achar estes três sujeitos, alguns deles, apenas um, ou mesmo nenhum.

Na historiografia do movimento operário, que também me serve de baliza para pensar o PT, haja vista terem sido eles, os operários, segundo a historiografia, os “construtores do PT”, há

²⁹ Idem. pp. 11.

“uma tendência de os autores estenderem ao “Brasil” o que na verdade correspondia ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como “centros definidores de sentido”, para a história operária do Brasil³⁰.

Narrar a história do PT em Feira de Santana, como diria Gramsci, é perseguir os sujeitos que “seguiram os iniciadores”³¹, ou que os “criticaram realisticamente”³², portanto, significa pensar os desdobramentos que o desenvolvimento dos movimentos iniciais do partido tiveram nas diversas espacialidades, com diversos personagens, em circunstâncias e posicionamentos políticos diferentes daquele núcleo inicial e recolocar o “específico” na história da vida nacional e na construção global do Partido dos Trabalhadores.

1.2 A cidade de Feira de Santana e o seu Partido dos Trabalhadores

1.2.1 Origem e povoamento

Para situar melhor os leitores desta dissertação, faremos uma estratégia muito convencional na historiografia que tem Feira de Santana como seu objeto espacial: narrar a sua fundação; seus primeiros povoadores; seu desenvolvimento econômico, modernização, crescimento urbano, territorial, populacional, suas composições político-administrativas ao longo dos anos, prefeitos e governadores.

A narração terá momentos sobressaltados, silenciados, especulativos, pois existe uma debilidade muito grande na historiografia de Feira de Santana em torno de algumas temáticas e de alguns momentos cronológicos, que começou recentemente a ser suprida.

³⁰ PETERSEN, Silvia. R. F. Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a História operária. In: ARAÚJO, Ângela. M. C. *Trabalho, cultura e cidadania*. Scritta. 1997. pp. 86.

³¹ GRAMSCI, Antonio. Vol. 3. Op. Cit. pp. 87.

³² Idem.

Há também relatos memorialistas deixados por moradores, ex-moradores saudosos e viajantes que estavam de passagem no lugar que veio a ser chamado Feira de Santana³³.

Feira de Santana se encontra a 108 km de distância de Salvador, na sub-região econômica e de planejamento do Paraguaçu, “uma das mais populosas do estado com 10,1% da população estadual em 1991, também uma das maiores densidades demográficas de 36,2 hab/km e de maior índice de urbanização, 56,4% da população urbana”³⁴. Tem como vizinhos vários municípios e distritos, sendo os maiores e mais influentes: Serrinha, Santa Bárbara, Conceição do Jacuípe e Anguera. O seu ecossistema é característico das zonas do agreste, de transição climática e vegetativa. Tem uma variabilidade de chuva muito grande, com alguns períodos secos e outros de maior intensidade de chuva; enfrenta períodos de seca, mas conserva em suas terras pequenos lugares alagadiços, que são os olhos d’água. Possui uma vegetação composta por pequenas florestas de árvores pequenas e folhas miúdas que secam em períodos de pouca chuva e caem dos galhos.

Existe, nas narrativas memorialistas e em algumas teses acadêmicas, a afirmação de que a cidade de Feira de Santana começou quando foi construída a Fazenda Olhos D’água, de propriedade do casal Ana Brandão e Domingos Barbosa Araújo. Estes, ao construírem a fazenda, ergueram ao seu lado uma capela em louvor a Nossa Senhora de Sant’ana e a São Domingos. Para alguns historiadores isso representava a existência de uma vida religiosa e política, já que as capelas eram os locais reservados para o alistamento eleitoral³⁵. Porém, a historiadora Zélia Lima, no capítulo inicial da sua

³³ Antes Feira de Santana teve vários nomes.

³⁴ PARISSE, Andréa Tandja. *A Sociedade Civil no Contexto da Ditadura: A experiência do MOC (Movimento de Organização Comunitária) na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979*. Monografia de especialização. Feira de Santana: DCHF- Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

³⁵ POPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Editora Itapuã. Salvador. 1968. pp. 19 e 20.

dissertação sobre o famoso “bandido social” Lucas da Feira ³⁶, demonstra, numa pesquisa de grande rigor empírico, através de cartas de sesmarias, “alvarás, relatos, concessões e auto de tombamentos” além das atas da Câmara de Salvador, uma outra origem de Feira de Santana, a partir do povoamento da região de São José das Itapororocas.

Lima não sustenta a tese de que a cidade foi fundada a partir do casal supra citado, pois antes mesmo da construção da Capela, em 1723, já havia sido decretada a fundação, em 1696, da Freguesia de São José das Itapororocas pelo Arcebispo D. Franco de Oliveira. Antes mesmo da fundação da freguesia, aponta Zélia Lima, existem registros na Câmara Municipal de Salvador, que datam de 1615, 1619 e 1653, de vendas de títulos de terras daquela região para a família Peixoto Viegas. Após a expulsão dos holandeses da Bahia deu-se a empreitada desses colonos na abertura de caminhos de boiada pelas margens do “rio Jacuípe em direção às Itapororocas, construindo ali, sobrados, casas e fazendas. Formaram assim o Morgado de São José, que certamente deu origem ao Arraial e Freguesia do mesmo nome” ³⁷.

Antes do casal, como relata o livro de memórias “Conhecendo Feira de Santana: Olhares sobre a cidade” ³⁸, nos arredores da fazenda já existiam muitas outras

“fazendas, sítios, engenhos de açúcar e muitas outras propriedades. Esse povo tinha sua cultura de mandioca, milho e feijão, fumo, algodão e cana de açúcar e as pessoas tinham seus criatórios, bovino, ovino, suíno, etc., e isso tudo, antes da chegada do casal Domingos e Ana, que também expunham sua mercadoria a venda” ³⁹.

³⁶ Lucas da Feira era filho de um padre, ex-escravo liberto, que assaltava e fazia jutiçamentos nas estradas que ligavam o sertão e a cidade de Cachoeira com Feira de Santana. Há toda uma mitologia em torno do banditismo social de Lucas. O nome Lucas foi evitado no batismo das crianças e se construiu, através das classes dominantes, uma memória de extremo negativismo em torno da memória deste ex-escravo. Lucas foi enforcado em uma praça pública de Feira de Santana alguns anos antes da metade do século XIX. LIMA, Zélia de Jesus. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849*. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1990.

³⁷ LIMA, Zélia de Jesus... Op. Cit. pp. 32, 33 e 34.

³⁸ MORAIS, Ana Angélica Vergne de (Org). *Conhecendo Feira de Santana. Olhares sobre a cidade*. EDUEFS. Feira de Santana. 2004.

³⁹ Idem. Op. Cit. pp. 21.

Circulavam nestas paisagens muitas tropas de boi, vindas de regiões da vizinhança, do Alto Sertão da Bahia e de outros estados. Além dos tropeiros, passavam por ali comerciantes, com suas mercadorias nos lombo dos animais, negociantes, artesãos etc., todos no sentido da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, segundo maior centro comercial da Bahia, perdendo apenas para a Capital⁴⁰.

A fazenda, por ser localizada num local de grandes olhos d'água, começou a se tornar um ponto de parada quase obrigatório para os tropeiros, negociantes e viajantes. Logo, ao redor da Capela, a feira e as negociações começaram a ser adiantadas antes mesmo de chegar a Cachoeira, outrora destino de todos estes negociantes, vendedores e compradores. Crescia assim a freguesia em importância populacional e econômica até que, em 1883, alcançaria o *status* de Vila e logo depois de Paróquia. Por trás dessa linearidade, quase que evolutiva, há, como ressalta Ramaiana⁴¹, muitos conflitos. A emancipação da Freguesia de Sant'ana da Paróquia de São José das Itapororocas foi um hábil processo político dos grupos dirigentes da freguesia, provavelmente vinculados ao setor de comércio de gado, para estabelecer uma nova paróquia e uma Vila autônoma, com regras comerciais próprias e com intendentess e administradores vinculados diretamente aos seus interesses.

Ao discutir as relações sociais de produção da nascente cidade de Feira de Santana, Zélia Lima rejeitou o binômio “dominantes e dominados”. Achou-o pouco válido para interpretar as sociedades baiana e feirense e utilizou o referencial de Kátia Matoso ao discutir as hierarquias e estratificações sociais para dar conta das relações de trabalho e poder, raça e poder e status honoríficos e poder. Partindo disto, Lima sugeriu

⁴⁰ Ib. Ibidem.

⁴¹ RAMAIANA, Clovis Frederico. *Do Empório a Princesinha do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: FFCH – Universidade Federal da Bahia, 1996, pp. 10.

alguns grupos sociais para discutir a formação das relações de poder e política de Feira de Santana.

O primeiro estrato em nível de importância econômico-social, no século XIX, seriam os fazendeiros e comerciantes, além dos representantes da Igreja e do Estado ⁴², bem como os militares. Mas a autora situa os fazendeiros como o grupo social dirigente, já que

Os fazendeiros formavam a aristocracia dominante da sociedade feirense, à época. O Governo Municipal funcionava em consonância com a “convivência” dos poderosos proprietários rurais. O poder do fazendeiro se manifestava como marca de prestígio, através de títulos fornecidos pela guarda nacional que assegurava a proteção à propriedade e à família, calcada no prestígio da estrutura militar – uma orientação que era regra no Brasil ⁴³.

Os fazendeiros e os comerciantes, segundo a autora, “passavam pelo crivo racial” ⁴⁴, isto é, mesmo sendo elementos de origem indígena ou mesmo negra eram considerados como brancos na sociedade escravocrata, o que configuraria Feira de Santana como uma cidade de “elite de cor”. Mesmo sendo homens cor, gozavam de plena aceitação (*status*), além das altas fortunas com o comércio de gado. Os fazendeiros estariam no topo das estruturas de hierarquia e de prestígio na Vila de Feira de Santana.

No segundo elemento estaria o vaqueiro, sujeito livre, de ascendência indígena e negra, esta aqui era ressaltada. Ganham maior prestígio por volta de metade do século XIX. Não eram remunerados pelas suas atividades, ganhavam em troca do seu trabalho cabeças de gado e, no geral, segundo Zélia Lima, citando Caio Prado Júnior, ganhavam um quarto da boiada e arrendavam terras em mãos de fazendeiros para desenvolver depois a sua própria criação ⁴⁵. Mantinham-se dessa forma dependentes economicamente dos fazendeiros que tiravam lucros da renda da terra. Mais à frente

⁴² LIMA, Zélia de Jesus. Op.Cit. pg. 40

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Idem. p. 41.

essa lógica seria destruída, provavelmente devido ao surgimento de diversas fazendas de gado de corte, vindo a ser o vaqueiro um trabalhador remunerado ou contratado sob acordos que não necessariamente tinham como forma de pagamento as cabeças de gado. Segundo Poppino⁴⁶, nesse grupo predominavam indivíduos “íncolas”, vindo, com o passar do tempo e do crescimento de certa agricultura de larga extensão, como a de algodão em meados do século XIX, a aumentar a mistura racial entre os sujeitos destes grupos e a composição majoritária de Feira de Santana, que viria a ser de mulatos, mamelucos ou caboclos⁴⁷.

Na penúltima posição da pirâmide do prestígio e das hierarquias sociais estavam os lavradores e roceiros. Os primeiros eram numericamente mais abundantes nas imediações de São José das Itapororocas, e os segundos seriam em menor número. Juntos eram o setor populacional mais numeroso em São José das Itapororocas, composto em sua maioria por uma mistura racial de índios, negros e europeus⁴⁸.

Na base, por último, estavam os escravos comprados nos mercados de Salvador e das cidades do Recôncavo. Estes não tinham direito a nada, trabalhavam compulsoriamente em diversas funções para os quais eram designados, trabalhavam, sobretudo, nas grandes lavouras de fumo, algodão, haja vista que o plantio da cana-de-açúcar em larga escala nunca chegou a ser de grandes proporções na região, ainda que houvesse engenhos⁴⁹.

Os elementos citados por Zélia Lima são muito úteis para se ter uma noção de grupos sociais ativos no processo de constituição de Feira de Santana. Porém, ao fugir dos binômios “dominados e dominadores”, “explorados e exploradores”, optou por estabelecer e manter a mesma descrição social que legitimava as relações sociais do

⁴⁶ POPPINO, Rolie... Op. Cit, pp. 254-263.

⁴⁷ Idem. pp. 79-107.

⁴⁸ LIMA, Zélia... Op. Cit. pp. 42.

⁴⁹ Idem. pp. 43.

período, e não as explicou em termos de exploração econômica e dominação política na sustentação do poder político agro-mercantil. Aparece, assim, uma sociedade naturalizada pelas ordens das coisas. No caso, havia um grupo social que tinha o poder político, que coagiu, extraiu lucros e teve o poder militar, que determina a rigidez e a flexibilidade dessas hierarquias e prestígios. As classes sociais não somem da história quando elas não se organizam em termos diretamente classistas⁵⁰.

1.2.2 A modernização republicana

Feira de Santana sofreu os impactos e as transformações que aconteceram no cenário do desenvolvimento político, econômico e cultural do Brasil: a implantação da ordem republicana, o fim legal da escravidão e a força do sentimento de urbanidade.

Para Ramaiana, a instauração da república trouxe para Feira de Santana a idéia de uma ordem social baseada na cidade e na urbe como centro civilizador e dotado de progresso. Na primeira parte do primeiro capítulo, o autor cuida da temática das cidades na historiografia e discute uma significativa bibliografia sobre o tema, trazendo à baila uma série de questões sobre as cidades na formação da república no Brasil.

O autor trabalha com livros que tratam das cidades em períodos próximos ao da revolução industrial, o que caracteriza as cidades enquanto local das “multidões”, do “progresso”, da “industrialização”, da inserção no desenvolvimento do capitalismo internacional, etc., contexto que nos parece bem diferenciado do da Feira de Santana do início do século XX. A discussão dessa bibliografia sobre as cidades em contextos bem diferenciados daquele da escolha territorial do seu objeto poderia ter sido um problema para Ramaiana, mas é justamente onde o trabalho acerta. Para isso discutiu os valores hegemônicos da formação da ordem republicana no Brasil: a redução do poder centrados na ordem rural, vista como atrasada e não-civilizada, a super-estimação de

⁵⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *La sociedad Inglesa del siglo XVIII: ¿la lucha de clase sin clase?* In: *Tradicion, Revuelta y Consciencia de clase. Estudios sobre la crisis preindustrial*. Barcelona: Critica, Grijalbo, s/d.

uma vida-letrada e normatizada, cada vez mais fora das relações familiares e privadas, e com maior participação do poder público na vida social, sobretudo, na educação e na justiça.

A sua dissertação mostra o alcance deste discurso muito além das cidades centrais do País. Ainda que Feira de Santana tenha apresentado uma formação urbana diferenciada da maioria dos estudos apresentados pelo autor (não industrializada, por exemplo) ela serve como caso circunstanciado de verificação histórica das lutas entre as frações de classe dentro deste marco de valores hegemônicos que atendiam aos interesses peculiares de uma nação moderna, plenamente capitalista nos rumos das luzes do progresso.

Em Feira de Santana, as lutas entre as frações de classe locais, principalmente as ligadas ao campo, pequenos e grandes comerciantes e pequena burguesia, direcionaram suas armas contra os vaqueiros, as tradições populares e negras, e contra a violência e os acertos de contas privados ⁵¹.

Os antigos grupos dirigentes, os fazendeiros, perdiam terreno na hegemonia da cidade para o setor comercial que, segundo Zélia Lima, começou a ter seu grande “boom” a partir de 1860 ⁵². A cidade crescia e, com ela, a feira e os negócios também. A cidade despontava como eixo comercial de toda a gente do interior da Bahia. As segundas feiras (dias de feira) cresciam cada vez mais. A cidade deveria estar preparada para receber seus visitantes, como o imperador D. Pedro II, que veio conhecer a famosa feira de gado de Feira de Santana, e o ilustre Rui Barbosa, que apelidou Feira de Santana de “Princesa do Sertão”. Os visitantes deveriam ser, na maioria dos casos, negociantes, portanto deveriam ser bem recebidos e instalados na cidade de modo a voltar sempre e assim fazer a freguesia.

⁵¹ RAMAIANA, Clóvis... Op. Cit.

⁵² LIMA, Zélia. Op. Cit, pp. 41.

Como receber bem as visitas em uma cidade onde a toda hora foge um boi, causando mortes e atropelos? Como controlar os populares na rua a fazerem algazarras na hora mais esperada do dia, a fuga do boi? As ruas deveriam deixar de ser dos vaqueiros e seus apressados galopes em busca de suas rezas, ou em busca de aplausos e comentários de sua destreza como cavaleiro. A nova vida urbana da cidade de Feira de Santana não comportaria mais os sambas, o curandeirismo, as feitiçarias “primitivas africanas”, tampouco os acertos de conta de disputas políticas, de terras ou quaisquer outras ⁵³.

Ramaiana mostra uma Feira de Santana em plena mudança de hegemonia. Daquela descrita por Zélia Lima para uma outra, onde o elemento urbano mercantil almejou conviver com o rural sob novo formato de organização social. A velha Feira do Gado se movimentou, lentamente, para a formação de um Campo do Gado, onde havia uma engenharia mais complexa e normas fiscalizadoras para aqueles que deixassem de cumprir certas regras. O comércio de gado cada vez mais sofreu represálias e injunções públicas para provocar seu distanciamento do centro urbano.

Não por acaso, Clovis Ramaiana nota uma urbanização comercial na cidade:

(...) mais de 500% para o número de comerciantes enquanto a população passou de pouco mais de 100%, portanto, pouco mais de um quinto disto, é fundamental para demonstrar a importância da atividade comercial no crescimento da cidade. Um outro fato que ilustra esse crescimento é a elevação de Feira de Santana para cidade comercial (...). ⁵⁴

Mas acabar com toda uma tradição e forma de organização social não é tarefa das mais fáceis. Mesmo a urbe republicana em Feira de Santana foi um tanto incompleta. No texto de Moraes, encontramos passagens que descrevem ruas ainda sem nenhuma estrutura urbana ⁵⁵ e encontramos relatos de fazendas ainda no espaço estabelecido como perímetro urbano da cidade, como foi o caso do bairro que hoje é conhecido

⁵³ Esses são alguns dos aspectos abordados por Ramaiana em sua dissertação. RAMAIANA, Op. Cit.

⁵⁴ RAMAIANA. Op. Cit. pp. 31

⁵⁵ As primeiras ruas a receber o paralelepípedo foram a Praça da Matriz e a rua Conselheiro Franco, na mesma época da visita de Rui Barbosa, no início do século XX..

como Rua Nova. Até a década de 1940 este local era uma grande propriedade de uma viúva chamada D. Pomba, que foi invadida por migrantes vindos da Paraíba, Pernambuco e Alagoas ⁵⁶. O bairro do Jardim Cruzeiro era “uma fazenda de propriedade da família Carvalho” e “comentava-se que após o falecimento do progenitor, os filhos resolveram vender uma grande parte do terreno que possuíam, com a denominação de Loteamento Carvalho”, este negócio começou a ser realizado em meados da década de 1940 ⁵⁷.

Em alguns bairros o fornecimento de luz era feito através de velas, candeeiros, carbureto, etc. Alguns só viriam a ter luz elétrica por volta de 1970. A mesma coisa no que diz respeito ao fornecimento de água ⁵⁸, que virou um problema cada vez maior com o progressivo desaparecimento dos olhos d’água que haviam na cidade.

Ao mesmo tempo, Feira de Santana já tinha uma grande estrada que a ligava com a capital e alguns outros municípios. Tinha uma linha de trem e uma central ferroviária, que trazia as pessoas muito mais para as atividades das feiras, cinemas e grandes Ginásios Escolares, o primeiro deles ainda com nome de Escola Rural ⁵⁹.

Podemos especular que em Feira de Santana o desenvolvimento político econômico se desenvolveu através de uma tensa imbricação entre o “arcaico” e o “moderno”, se pensarmos em termos de moderno, o comércio urbano, e o arcaico, as marcas ainda fortes de ruralidade, não só do povo, mas de parte de sua classe dominante e de seus negócios, sobretudo.

1.2.3 Modernização, industrialização e ditadura militar

Como nas demais regiões da periferia brasileira, a modernização (conservadora) trazida pelos novos investimentos industriais, agropecuários e infra-estruturais, muitos deles comandados pelo próprio Estado, não pretendia (nem poderia) modificar radicalmente as antigas estruturas de poder

⁵⁶ MORAIS... Op. Cit. pp. 35.

⁵⁷ Idem. pp. 41-44

⁵⁸ Que só chegou para uma minoria da cidade em 1959.

⁵⁹ MORAIS... Op. Cit. pp. 35 e 36.

econômico e **político**, arraigados no campo e nas pequenas cidades do interior.⁶⁰

Este trecho, tirado da obra de Cruz, que discute a industrialização de Feira de Santana nas décadas de 1970 e 1980, argumenta sobre pontos que achamos muito interessantes para desenvolver um estudo sobre a segunda onda de modernização, desta vez, uma onda industrializante, de Feira de Santana.

Existiram fábricas em Feira de Santana, mas, em sua maioria, eram de baixa capacidade de utilização de força de trabalho e maquinário. Na maioria das vezes foi usada força de trabalho familiar, com baixos investimentos de capital, incrustadas em zonas de moradia da cidade e voltadas para produção de velas, sabão, vassouras, óleos vegetais e, algumas maiores, para a produção de bebidas, colchões de mola e artefatos de cimento ⁶¹.

A posse de Goulart, como presidente da república, em 1961, começou com um golpe militar⁶² e finalizou com um outro golpe, este sim, definitivo, que o tirou do poder e estabeleceu um regime governado por militares com apoio civil que durou 21 anos. O golpe militar de 1964 no Brasil, formulado dentro de instituições privadas de poder, com participação de empresas e Estados estrangeiros, alterou o processo de desenvolvimento capitalista do País, portanto, criou novas relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo na sua fase monopolista.

A força militar e civil concebeu e disseminou a ideologia de segurança nacional, que, praticadas em salas de aula de institutos de pesquisas e de formação civis e

⁶⁰ Esta citação e toda a discussão sobre a economia feirense estão referendadas em: Cruz, R.C. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999, pp. 210.

⁶¹ Idem, p. 198.

⁶² Nos referimos à tentativa das Forças Armadas de forçar João Goulart a não se eleger. Com a resistência de alguns quartéis do exército, que se mantiveram na legalidade, e de importantes políticos a exemplo de Brizola na época Governador do Rio Grande do Sul, o Golpe fracassou, mas foi imposta a Goulart uma restrição no exercício do seu mandato, pois a coalizão conservadora no Congresso conseguiu impor um regime parlamentarista, o poder executivo do presidente ficou suspenso. Goulart, depois de obter uma coalizão a seu favor no congresso, revpgo o parlamentarismo e voltou a exercer as funções do modo presidencialista de sistema político.

militares, alcançou a adesão rápida de setores da burguesia nacional, das classes médias e da Igreja, contrariados com as posições de Jango frente às “insubordinações” de marinheiros, sargentos, operários e trabalhadores rurais, que reivindicavam, junto com diversas outras organizações como as ligas camponesas, PCB, POLOP, PSB, etc., as “reformas de base” (reforma agrária, aumento do salário mínimo, reforma na política de remessa de lucros para o exterior, reforma urbana, etc.). Temiam uma “república sindical”, uma “ditadura comunista”, uma “nova Cuba”, a despeito das vacilações e defesas de Goulart das legalidades constitucionais e da propriedade privada ⁶³.

Um forte arco de apoio entre diversos grupos sociais deu certa estabilidade para o regime se desenvolver e implantar o seu modelo de desenvolvimento capitalista. Congelou o preço da força de trabalho, destruiu algumas garantias dos trabalhadores adquiridas como lei, reprimiu toda iniciativa política e corporativa dos trabalhadores, reformulou o sistema de circulação financeiro no país, como a bolsa de valores, facilitou a remessa de lucros para o estrangeiro e facilitou financiamentos e subsídios para a expansão estrangeira na produção de mercadorias e no mercado de serviços. Estas conquistas, para o Capital, se sustentaram através de um pacto entre empresários nacionais, capital monopolista estrangeiro e Estado ⁶⁴.

Uma das medidas do regime militar foi a de desconcentrar a produção da indústria do país. A desconcentração barateava os custos da produção e maximizava os lucros do capital, pois diminuía os custos de circulação da produção que era destinada aos estados do norte e nordeste e rebaixava, ainda mais, o preço da força de trabalho para as empresas lá instaladas devido às peculiaridades do desenvolvimento capitalista

⁶³ Um bom retrato das posições de Jango estão em BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Révan, Brasília, DF: Editora UNB, 2001. p. 65-75.

⁶⁴ Ver OLIVEIRA, Francisco de. *A economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978 e SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

no Nordeste e seus “enigmas”⁶⁵. A prioridade era dada segundo estas condições. A proximidade de portos, comunicação rodoviária em larga escala e exército de reserva eram as condições procuradas.

Deste ponto de vista, Feira de Santana era um local especial para tal projeto e assim se preparou para recebê-lo. Em 1968, foi aprovada a construção de um centro industrial que viria a se chamar Centro Industrial Subaé (CIS), com infra-estrutura garantida e apoio municipal nas isenções fiscais.

Com efeito, voltando à citação inicial de Rossine Cruz, foi possível perceber a passagem da década de 1970 como um período de novas modernizações sociais em Feira de Santana. A implantação do CIS promoveu uma grande concentração e modernização de forças produtivas e alterou o conteúdo e a disputa pela hegemonia dos setores das classes dominantes⁶⁶. Feira de Santana definitivamente nacionalizava-se na relação com os projetos dos grupos sociais dirigentes, nacionais e internacionais.

Neste período aconteceram diversas medidas dos poderes públicos locais para “modernizar” e “educar” os trabalhadores no sentido da exploração do trabalho “cooperado” nas fábricas⁶⁷. Formaram-se neste período diversos organismos, civis e estatais, que tentaram se encarregar da capacitação dos trabalhadores à nova situação de Feira de Santana nos processos de “articulação comercial e integração produtiva”⁶⁸ durante a ditadura militar. Após longos apelos em jornais, por parte dos grupos sociais

⁶⁵ A sugestão do enigma é uma menção ao debate da historiografia baiana em torno do “enigma baiano”, isto é, as múltiplas explicações da elite local e seus intelectuais em torno do porquê do atraso da industrialização da Bahia e da perda de seu posto de prestígio na economia nacional. GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Formação e Hegemonia Burguesa na Bahia 1930-1964*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Salvador: FFCH – Universidade Federal da Bahia. Ed. rev, 2003. Ver também OLIVEIRA, Francisco de. *O elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁶⁶ Ver AUGUSTO, Guilherme. *A Permanência da Hegemonia: Comerciantes e Comerciantes varejistas em Feira de Santana. (1970-1992)*. I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais em Feira de Santana. Feira de Santana, 2006, *mimeo* e VALENTE, Andrei Brito. *Sem título*. I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais em Feira de Santana. Feira de Santana, 2006, *mimeo*.

⁶⁷ MARX, Karl. A cooperação. In: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. volume I. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 370-385.

⁶⁸ Cruz. Op. Cit. pp. 189-255.

da cidade integrados aos processos de industrialização da periferia econômica brasileira, fundou-se o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizado Industrial), o SIM (Serviço de Integração do Migrante), escolas e cursos técnicos, sem falar de cursos realizados nos sindicatos em parceria com o patronato local para melhor atender às expectativas destes ⁶⁹.

Esta modernização promovida pelo Estado na cidade não adquiriu os mesmos contornos na zona rural. Rossine Cruz esclarece que, neste momento, a “pecuarização do campo não significou o avanço da empresa capitalista rural e que o ingresso da nova indústria trouxe novas relações de produção capitalista que, contudo, prescindiram de modificações radicais do campo”. Inclusive nas relações políticas, onde fazendeiros expandiam suas terras, a exploração desmedida dos trabalhadores ou a expulsão destes mesmos trabalhadores rurais permaneceu ⁷⁰.

Vale ressaltar que a implantação do CIS não é marco zero na existência de indústrias em Feira de Santana. Em 1940 havia a existência de 29 estabelecimentos industriais, que empregavam 214 pessoas, registrados na cidade ⁷¹, fabriquetas que

“encontravam-se limitada por dois aspectos fundamentais: a) o pequeno tamanho do mercado local e sub-regional, principalmente no aspecto da baixa renda de sua população; e b) a concorrência, ainda que pequena, de produtos mais elaborados ou sofisticados, em parte importados através de Salvador, mas crescentemente oriundos de São Paulo (...). Naquele momento, a indústria local só poderia sobreviver, no curto prazo, produzindo para o mercado local mercadorias mais rudimentares – apenas alguns artigos semi-acabados, como fumo, algodão e peles e produtos da mineração, voltados para o mercado de Salvador e das cidades vizinhas, recebiam investimentos em melhoria tecnológica ⁷².

⁶⁹ O prêmio Operário Padrão foi um dos prêmios de incentivo aos trabalhadores-modelo e contava com a colaboração de alguns sindicatos de trabalhadores.

⁷⁰ Esse novo avanço na utilização pecuária da terra desencadeou uma série de conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros, levando estes à progressiva utilização da violência. A resposta dos trabalhadores foi o aumento da sua organização e a retomada do sindicato que se encontrava sob o controle de uma chapa dos fazendeiros vinculados à ARENA. Ver: CASTELO, Ana Maria Pereira. *Mas afinal o que querem as mulheres? A mulher no sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana 1971-1995*. Monografia do curso de especialização em História. Feira de Santana: DCHF – Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999, e: FERREIRA, Ildes. *A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas 502 micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1997.

⁷¹ CRUZ, Op. Cit. pp. 193.

⁷² Idem. pp. 193 e 194.

Feira de Santana assistiu a um pequeno processo industrializador na passagem da década de 1950 para a década de 1960. Sua indústria possuía 293 estabelecimentos, alcançando o patamar da segunda cidade mais industrializada da Bahia, perdendo apenas para Salvador. Porém, talvez devido ao tipo predominante de indústria⁷³, era apenas a quarta em contratação de força de trabalho e a sexta em valor de transformação industrial⁷⁴.

Esse crescimento, em grande medida, foi favorecido pelo crescimento industrial da região Metropolitana de Salvador, que desde fins da década de 1950 e 1960 voltou a se integrar nos processos de industrialização brasileira através do refino e da extração do petróleo, atraindo muitas indústrias⁷⁵. Feira de Santana, como eixo central de um entroncamento rodoviário, desde a sua origem possuía uma industrialização e uma atividade comercial vinculada à de Salvador e aproveitou destes impulsos para aprofundar a “articulação comercial”. Desenvolveu um setor terciário cada vez mais capacitado para enfrentar as demandas de uma indústria mais dinâmica, fortaleceu-se com empresas do setor de transportes e estreitou laços com as elites comerciais e industriais, baianas e nacionais, no sentido de criar um centro industrial em Feira de Santana.

A partir desse momento a indústria feirense mudou de formato. A criação do Centro Industrial Subaé, uma autarquia municipal inédita na forma de planejamento industrial, aumentou os índices de industrialização da cidade em 128% em comparação aos da década de 60⁷⁶, atraiu setores de bens duráveis e intermediários, aumentou os níveis de empregabilidade de 3.150 trabalhadores industriais, no início da década de

⁷³ Destas indústrias, 41,6% eram dedicados à transformação de minerais não-metálicos e 18% à produção de gêneros alimentícios. Apenas 2,7% dos estabelecimentos produziam bens de consumo duráveis ou de capital. Ver Idem, pp. 194.

⁷⁴ Ib.idem.

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *O elo Perdido*. Op. Cit. pp. 41-63.

⁷⁶ CRUZ, Op.cit, pp. 204.

1970 (541 estabelecimentos), para 5.580 trabalhadores em 1975 (471 estabelecimentos)⁷⁷. Somente na área metalúrgica aumentou em 17 vezes o nível de trabalhadores⁷⁸ e na indústria mecânica aumentara em 1240% a quantidade de trabalhadores entre as décadas de 1970 e 1980⁷⁹, tanto na indústria de larga escala como no setor de serviços, demonstrando o impacto afirmado por Cruz da industrialização no setor terciário, principalmente no de prestação de serviços.

Não obstante, percebe-se, ao longo dos anos, mesmo com o aprofundamento da grande indústria, a manutenção de Feira de Santana como uma cidade comercial. A instalação de grandes casas de comércio e supermercados, a ampliação de técnicos, oficinas, trabalhadores liberais especializados, que não eram absorvidos pelo CIS, mas que podiam estar diretamente vinculados a ele, demonstravam a importância do comércio, e dos serviços ligados a ele, na cidade.

Com o crescimento da “articulação comercial”, o aumento das ligações entre Feira de Santana e o resto do país e a urbanização mais acentuada da década de setenta na cidade, a agricultura entrou em novo declínio. Feira de Santana, com exceção de algumas plantações de cana de açúcar em regiões próximas ao Rio Jacuípe, de algodão por volta do fim do século XIX até meados do XX, e de fumo⁸⁰, tinha uma agricultura de baixa intensidade. Eram colheitas de subsistência, ou de baixa produtividade, mas necessária para a grande população de roceiros (meeiros e posseiros) colocarem seus produtos à venda na feira livre de Feira de Santana. Estes pequenos agricultores, que utilizavam força de trabalho familiar e com baixa utilização de tecnologias,

⁷⁷ Idem. pp. 205.

⁷⁸ Idem. pp. 208.

⁷⁹ Idem. pp. 209.

⁸⁰ Ver POPPINO..., pp. 176-194

fertilizantes, etc., produziam, principalmente, milho, feijão, mandioca, frangos, ovos e frutas⁸¹.

A pecuarização das terras, que começou quando os fazendeiros de gado perceberam que era mais lucrativo deixar suas criações em terras feirenses ao invés de levá-los do Alto Sertão, ou de outros estados, para Feira de Santana após as aberturas das estradas e da nacionalização definitiva do mercado através dos caminhões frigoríficos, progrediu e expandiu com maior desembaraço depois da criação da Cooperfeira em 1961⁸². A Cooperfeira era uma cooperativa “resultante da iniciativa dos próprios pecuaristas”⁸³ que criou uma infra-estrutura razoável para o corte e distribuição do gado para os centros locais, e, progressivamente, estaduais⁸⁴.

Segundo Cruz, a opção de deixar o gado engordar ou ser levado para o corte variava de acordo com as possibilidades de mercado e algumas vezes de clima. Segundo o mesmo autor, o Estado facilitou a compra de propriedades rurais por parte do “capital financeiro e industrial instaladas na RMS”, sendo que algumas destas tiveram fins industriais, mas, no geral, serviam como fonte de valorização de capital⁸⁵.

Uma série de medidas dos organismos estatais municipais eram aplicadas com antecedência ou paralelamente à nova inserção de Feira de Santana no mercado nacional.

Bittencourt⁸⁶ e Valente⁸⁷, em seus respectivos textos, mostram como o formato urbano da cidade de Feira de Santana foi, previamente e continuamente, preparado para o desenvolvimento capitalista. Seja através das regulações urbanas, como no caso do

⁸¹ CRUZ, op.cit..pp. 212, 211 e 218.

⁸² Idem. pp. 211, 212 e 213. Entre 1975 e 1980, 78% das terras do município de Feira de Santana era ocupado pela pecuária. Idem. pp. 215.

⁸³ Idem. pp. 212.

⁸⁴ Ib. idem.

⁸⁵ Idem. pp. 213 e 214.

⁸⁶ BITTENCOURT, Larissa Penelu. *Costumes e Conflitos de pequenos feirantes de Feira de Santana. (1970-1990)*. Texto sem publicação. I Seminário Anual do laboratório de História e memória das Esquerdas e das Lutas Sociais. Outubro de 2006.

⁸⁷ VALENTE... Op. Cit

Projeto Cabana, discutido por Bittencourt, que regulamentou e disciplinou os espaços de circulação da produção e da força de trabalho no centro urbano da cidade, de acordo com as “políticas do Governo Costa e Silva”, ou, como o caso da montagem de uma articulação nacional e empresarial, como discute Valente, de um projeto modernizador, o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado). O PDLI foi um projeto inovador na preparação fiscal e territorial da cidade para alavancar a industrialização. Visava fortes impactos na utilização do solo da cidade, uma nova formatação da força de trabalho, uma investigação do potencial das indústrias já existentes em Feira de Santana e, principalmente, a formação organizada de uma fração dominante da cidade na participação num projeto nacional de desenvolvimento industrial.

Novamente a oposição entre *atraso e modernidade* surgia nos debates políticos, em jornais e outros meios de informação. Porém, para essa nova fração de classe, o atraso daquele momento era o comércio, em oposição ao moderno, representado na indústria e nos ideais, novamente, de uma cidade mais urbanizada, definitivamente, não rural. Tentava se consolidar em Feira de Santana uma nova hegemonia, que colocasse um obstáculo ao domínio agro-mercantil nas relações sociais feirenses. Este projeto ficou expresso na insistente proposição pelos políticos da ARENA na eleição de João Durval, considerado como o político da industrialização feirense, em oposição aos políticos do PSD, considerados como os representantes das elites rurais.

No início do século XX a feira de gado e suas cenas de “anti-civilidade” e “ruralidade” foi reprimida e disciplinada. Na década de 1970 o problema era a feira livre de Feira de Santana e suas cenas de ruralidade, mercantilidade e informalidade do trabalho ⁸⁸. O fim da feira livre agradou aos grandes conglomerados de supermercados e à construção civil, que receberia muitas ofertas de construções de galerias, prédios,

⁸⁸ DEOCLESIANO, Vicente. *Projeto Feira Livre*. Sitientibus. Feira de Santana, 3 (5): 171-176, Jan-jun., 1986.

indústrias (ironicamente, o próprio centro de abastecimento que substituiria a feira livre, etc).

Sem falar nas grandes obras infra-estruturais da qual precisaria todo o complexo em torno do CIS e das ruas de Feira de Santana no recebimento da nova indústria.

Agradou também o empresariado, pois conseguiria a ampliação do exército de reserva de força de trabalho a preços ainda mais barateados devido à impossibilidade de parte dos feirantes utilizarem o Centro de Abastecimento para vender seus produtos artesanais, agrícolas, etc.

Durante a década de 1970 a cidade de Feira de Santana foi sendo ocupada por diversos “flagelados do sertão”, “da seca”, como eram chamados pela imprensa os migrantes vindos de toda a parte da Bahia e de várias partes do Nordeste. Estes “novos feirenses”, sem perspectivas de moradia, emprego, saúde, educação e lazer, ao chegar à cidade eram encaminhados a órgãos de filantropia e caridade, como a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) e o Serviço de Integração do Migrante (SIM), onde também recebiam cursos de alfabetização e capacitação para o trabalho. O crescimento urbano de 1970 para 1991, isto é, desde a construção do CIS ao seu declínio maior, variou de 131.707 para 348.973 habitantes ⁸⁹.

Este inchaço de contingente urbano criou várias demandas para serem resolvidas pelos organismos políticos do Estado. A construção de conjuntos populares, para atender a demanda por moradias, provocou a criação de uma subsecretaria chamada de PLANOLAR e a URBIS (em âmbito estadual), a qual montou uma arquitetura de afastamento dos trabalhadores dos principais centros urbanos da cidade, porém, próximos das indústrias do CIS⁹⁰. O Estado teve que garantir a expansão no serviço

⁸⁹ Centro de Estatística e Informações. Região do Paraguaçu. Feira de Santana. pp. 240.

⁹⁰ FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influências da industrialização. 1970-1996*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

público de transporte coletivo, saúde e educação pública e principalmente energia e água saneada e tratada para a população, que ocorreu de forma precária, lenta e incompleta, que motivou descontentamentos e conflitos sociais.

1.2.4 Aspectos Políticos da História Recente de Feira de Santana

Em 1950, foi eleito vereador, numa campanha bastante atribulada, o estudante de direito Francisco Pinto⁹¹. Este, ganhou projeção local por suas iniciativas de fazer política com características marcadamente trabalhistas, ainda que não o fosse: criou e apoiou inúmeras associações de moradores e de trabalhadores e sindicatos, tinha uma concepção nacional-desenvolvimentista, certo personalismo político e fortes vínculos com as multidões em comícios e manifestações públicas espetaculares e desenvolvia uma política voltada para as classes populares. Sua fama foi se constituindo na cidade, sobretudo através das atividades desenvolvidas por ele e por militantes pecebistas nos bairros da cidade, até se candidatar, pelo PSD, nas eleições municipais para prefeito de Feira de Santana e ser eleito em 1962, com apoio do PCB e outras forças mais à esquerda.

O PSD era um partido formado principalmente por donos de terra e pecuaristas. Talvez venha daí a predileção de Francisco Pinto, sendo ele mesmo originário de uma família de fazendeiros e donos de uma destilaria. Um partido bastante parecido com o nosso personagem, hábil negociador, eleitoralista e até mesmo com certa tradição coronelista.

Logo no início do Golpe seu mandato foi cassado pelas forças armadas – Francisco Pinto apoiava entusiasticamente as reformas de base –, porém a Câmara de Vereadores, com maioria pintista, recusava-se a aceitar a cassação do prefeito e só depois de boa parte dos vereadores vinculados a Pinto estarem presos, cassados ou

⁹¹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: semeadores da Democracia. História Oral e de vida Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 142 e 143.

impedidos de alguma forma a exercer suas funções ele foi deposto, assumindo no seu lugar Joselito Falcão Amorim (UDN)⁹².

Joselito Amorim ficou dois anos no poder, dando lugar a João Durval em 1971 (UDN), que havia perdido para Francisco Pinto nas eleições passadas para prefeito por apenas 43 ⁹³ votos. João Durval foi quem se encarregou de tocar a industrialização acelerada de Feira de Santana com a construção do CIS e logo depois, em 1982, veio a ser governador da Bahia.

Neste mesmo período cresceu a influência de Antônio Carlos Magalhães junto a políticos feirenses, como o já referido João Durval Carneiro. Isto provocou um novo rearranjo de forças na política feirense, com saídas de políticos do MDB e peemedebistas para o séquito da ARENA por volta do final dos anos 1970.

Em 1976 foi eleito prefeito um dos vereadores de maior destaque na resistência ao regime militar de Feira de Santana: Colbert Martins. Ele foi, sem dúvida, o maior herdeiro político de Francisco Pinto. Colbert Martins foi, talvez, o mais popular dos prefeitos de Feira de Santana, depois de Francisco Pinto. Tinha um estilo bastante peculiar na gestão municipal. Diversas vezes deslocava o funcionamento da prefeitura para os bairros mais pobres, onde obtinha contato frente a frente com os eleitores e, não raramente, freqüentava reuniões de associações de moradores, de trabalhadores, principalmente rurais, onde escutava diretamente as queixas das pessoas e tirava um encaminhamento prático para resolver seus problemas ⁹⁴.

⁹²Pequena História de Feira de Santana, 197-, pp. 61.

⁹³ Idem, pp. 63.

⁹⁴ Jorge Ferreira nos informa de práticas semelhantes em João Goulart, que conversava e recebia os sindicalistas em seu gabinete e os ouvia atentamente. Conseguia, assim, resolver caso a caso os problemas das categorias de trabalhadores urbanos. Ver FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, especialmente o capítulo “O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho”, pp. 97-162. O que o autor não ressalta na obra é que esta prática antecipava para o Presidente os pontos centrais das lutas dos trabalhadores, fazendo-os tomar medidas pontuais, evitando a insatisfação geral do trabalho e sua auto-organização independente, no sentido de uma fraternidade e organização inter-categoriais que ultrapassassem o nível econômico-corporativo, o que

Para tanto, utilizava largamente um mecanismo político de Feira de Santana: os Diretórios de Bairros e seus administradores ⁹⁵. Assimilava boa parte dessas lideranças, seu carisma junto à população e criava dessa maneira permanentemente um vínculo direto entre o “povo” e a administração municipal. Obras, ajudas pessoais, empregos, etc. eram distribuídos nos lugares certos às pessoas certas, isto é, aquelas que fariam de seu próprio “capital simbólico” a representatividade ideológica e simbólica do prefeito, angariando simpatias, lealdades e, algumas vezes, submissão.

Seu mandato durou até o ano de 1982, favorecido pelas mudanças na regra das eleições promovidas pela ditadura militar, que adiou aquelas eleições municipais com medo de nova derrota eleitoral, haja vista as eleições municipais de 1976 terem consolidado a oposição nos médios e grandes centros urbanos ⁹⁶.

Neste período estouravam as greves no ABCD paulista e também em regiões mais rurais, como em Vitória da Conquista com os trabalhadores rurais do café, e em Pernambuco com greves de bóias-frias. A oposição parlamentar consentida pelo regime estava em constante expansão eleitoral, não conseguindo a maioria no Senado por conta dos senadores biônicos. Quase obtiveram maioria na Câmara também.

É nessa ambiência que Francisco Pinto desponta nacionalmente na política. Das tribunas do Congresso Federal desenvolveu um forte embate político-ideológico contra a ditadura militar que o levou à prisão algumas vezes ⁹⁷. Capitaneou um agrupamento que veio a ficar conhecido como os Autênticos do MDB, um conjunto de deputados

certamente seria muito mais custoso para os cofres públicos e privados ou para o poder político. Goulart havia aprendido com a “greve dos 300 mil”.

⁹⁵ Eram pessoas remuneradas pela prefeitura para estabelecer uma espécie de descentralização política no município. Foram habilmente utilizadas pelos prefeitos nas disputas políticas, chegavam às vezes a servir explicitamente de cabos eleitorais para os políticos. Discutiremos a função destes senhores e ou senhoras mais à frente.

⁹⁶ ALVES, Maria Helena. *Oposição e Estado no Brasil 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁹⁷ Uma dessas vezes foi quando fez um acalorado discurso contra a visita do ditador chileno, Augusto Pinochet, ao Brasil. Ao mesmo tempo elogiava o governo deposto do Comunista Salvador Allende. PINTO, Francisco. General Pinochet: o infame. In: S/A. *Pequena História de uma Época*. S/L. S/E. S/D. Brochura editada, provavelmente de forma clandestina por militantes vinculados a Francisco Pinto. A brochura contém alguns discursos de Francisco Pinto de 1971 até 1974.

federais que conseguiam levar sua disposição política, de “autêntica” oposição, para diversos lugares do país. Buscavam votar coletivamente em torno de questões-chave para o país, como ficou marcado na não votação em nenhum dos candidatos que disputavam a presidência do País dentro do Congresso em 1976, no lançamento de cartas e manifestos que chamassem a atenção da imprensa e, principalmente, na defesa fervorosa da volta à condição de normalidade democrática no Brasil.

O MDB de Feira de Santana crescia em torno deste prestígio nacional. Antes disso, para as esquerdas na Bahia a sua notoriedade já era forte. Feira de Santana era conhecida como “cidade vermelha” e era uma cidade enquadrada na Lei de Segurança Nacional. A resistência ao golpe aconteceu no legislativo feirense, no Movimento Estudantil secundarista, nas artes, com o cineasta Olney São Paulo (que recebeu reconhecimento internacional com seus filmes que denunciavam as mazelas da ditadura e a luta dos estudantes em Feira de Santana, além de ter feito um filme sobre Francisco Pinto, a película “Pinto vem aí!”).

Muitos militantes do PC do B (Tribuna da Luta Operária) e PCB foram deslocados para atuar em Feira de Santana. Alguns ocuparam cargos na gestão municipal de Colbert Martins, outros foram diretamente ajudados por Colbert e Francisco Pinto para se elegerem vereadores e ocuparem postos no executivo ⁹⁸.

Porém, em todos os lugares, a heterogeneidade do MDB sempre foi muito grande. Conviviam dentro dele os “adesistas”, isto é, aqueles que estavam sempre prontos a colaborar com o regime militar e que se mantinham no MDB na maioria das vezes devido ao maior desempenho eleitoral “das oposições” em dados municípios. Os

⁹⁸ É o caso de Messias Gonzaga, vereador do PMDB em 1982. Messias, na retomada dos debates sobre a volta da pluralidade política, declarou que a legalidade em sua filiação ao PC do B seria bem vista, pois traria para a política a volta do “verdadeiro representante da classe operária”. Quando surgiram as primeiras críticas de Messias ao PMDB, nas portas da obtenção da pluralidade política, Colbert Martins se aborreceu com este e o chamou de traidor, pois a carreira de Messias Gonzaga havia sido alavancada por este. Respectivamente, Folha do Norte. 02 de Abril de 1985, pp. 02 e Feira Hoje. 25 de Outubro de 1990, pp. 02.

democratas e liberais, na sua maioria nacionalistas, que defendiam a volta imediata do regime democrático, das eleições livres e diretas, lutavam contra o abuso aos direitos humanos, mas que também estavam insatisfeitos com o deslocamento prioritário aos grandes investimentos vinculados aos capitais internacionais que quebravam certas indústrias nacionais, sobretudo as de médio porte, com a monopolização da produção e a oligopolização dos investimentos. E, para terminar, havia ainda uma miríade de grupos e partidos clandestinos que utilizavam a frente parlamentar de oposição na tentativa de fazê-la avançar pela manutenção de alguns direitos dos trabalhadores, de uma luta anti-imperialista – por exemplo, no debate sobre a remessa de lucros para o exterior e na atuação das CPIs de investigação das corrupções entre governo e multinacionais – além da necessidade de manter parlamentares eleitos com o intuito da organização contar com alguma verba para se auto-reproduzir: jornais, boletins, viagens, etc.

Não foi diferente em Feira de Santana. O MDB feirense possuía muitos conflitos internos. Quando a liderança de Antônio Carlos Magalhães, médico e político, bastante ligado aos donos do poder depois do Golpe se consolidou, adquirindo pastas ministeriais estratégicas na obtenção do poder político, como o setor de comunicação e indústria, vários militantes, vereadores, prefeitos e políticos emedebistas “viraram a folha” e passaram a compor um arco de alianças no qual setores vinculados à construção civil, empresários e políticos locais que se vincularam à exploração da empresa capitalista dos meios de comunicação, comerciantes atraídos pela inserção da Bahia, em especial Feira de Santana, em processos de articulação nacional do comércio, e uma nova classe de industriais já assentados no capital financeiro, fizeram as vezes e passaram a dar um novo formato na dominação local.

Os principais ingredientes desta transformação foram: os fortes apelos baerristas ao “amor pela Bahia”, ao resgate do sentimento de baianidade, muito aderente num estado que durante muito tempo foi centro político, cultural e comercial, e que sofreu um declínio através dos processos de centralização política, cultural e econômica que o Sul e o Sudeste adquiriram frente a Bahia desde o fim da escravidão, da implantação da república e, finalmente, da Revolução de 30⁹⁹; a diversificação produtiva e territorial da industrialização e dos investimentos para a pecuarização das terras, ditas não agricultáveis; a utilização dos meios de comunicação como verdadeiras trincheiras de luta contra os inimigos e de apelo popular; e a utilização da força, militar estatal ou privada, para silenciar, amedrontar, calar aos que fugiam dos limites estabelecidos de conduta de oposição aceitável. O resultado desta mistura é um bolo afermentado conhecido como “carlismo”.

A aproximação de uma liderança como João Durval Carneiro, maior fomentador do CIS, de Antonio Carlos Magalhães, lhe fortaleceu, ao mesmo tempo em que fortaleceu ACM e seus planos. João Durval era um político com nome consolidado no interior da Bahia, dizia-se que se eleito o interior iria progredir. ACM precisava dessa expressão que não conseguia alcançar em certas cidades do interior, como Feira de Santana, com maior tradição oposicionista¹⁰⁰. A ascensão de João Durval a governador da Bahia facilitou a saída dos adesistas em direção ao PDS, tais quais José Falcão e Antonio Carlos Coelho, só para citar aqueles que vêm a ter um papel de destaque na vida política de Feira de Santana, o primeiro como vencedor de um pleito eleitoral que derrotou os emedebistas em 1982, e o segundo, que ocupou durante muito tempo a presidência da Câmara de Vereadores de Feira de Santana, em diversos momentos da sua história política.

⁹⁹ GUIMARÃES... Op. Cit, pp. 05.

¹⁰⁰ É bom notar que o candidato preferido de ACM era Clériston Andrade, ex-prefeito de Salvador que faleceu, inviabilizando os planos do PDS baiano.

Em 1982, em uma eleição que o MDB disputou dividido graças às novas conformações das leis eleitorais promulgadas pelo legislativo ainda com maioria aliada ao regime militar, José Falcão (ARENA) foi eleito prefeito de Feira de Santana, ganhando para Luciano Ribeiro (MDB I) e para Gerson Gomes (MDB II), este apoiado por Francisco Pinto e Colbert Martins, e para Antônio Ozzetti (PT). Em Feira de Santana o plano de dividir as oposições deu certo. O MDB saiu com dois candidatos e os resultados dos seus votos somados poderiam lhe ter dado a vitória.

No pleito subsequente, já havia mais partidos políticos nas disputas, reflexos da crise do bloco dominante que promovia uma “abertura” institucional sob o controle militar. A “abertura” permitiu a necessária movimentação política para que os grupos sociais dominantes tentassem uma rearticulação do bloco dirigente que se esgotava junto com o seu mecanismo maior de propaganda ideológica, o “Milagre Econômico”. Para tanto, a legalização de partidos proscritos, alcançada em 1985, foi muito importante. Surgiam novos partidos políticos, cuja coloração ideológica de seus políticos expressava-se de forma mais aberta e sem mediações com outras forças sociais, muitas vezes até antagônicas.

O PMDB de Feira de Santana se enfraqueceu nesse processo. Muitos foram para partidos novos como o PDT, PSB, etc. A legalização dos partidos comunistas, promulgados desde o Golpe, como o PC do B e o PCB, também desfalcou as fileiras do PMDB que manteve sua centralidade em torno das lideranças de Francisco Pinto e Colbert Martins (ainda que a relação destes tenha sido tensa em muitos momentos, até a morte de Colbert Martins) e, marginalmente, um pequeno núcleo em torno de Luciano Ribeiro. Mas, mesmo assim, Colbert Martins conseguiu se eleger prefeito de

Feira de Santana em 1988, vencendo o filho de João Durval, Sergio Carneiro (PDS)¹⁰¹, e governar até 1992, já debilitado de uma doença¹⁰² que o deixou de cadeira de rodas durante maior parte do seu governo.

Tradicionalmente, as lideranças do PSD eram orgulhosas de serem boas de votos, de serem politicamente habilidosas em negociações, eram tidos também como caciquistas, com traços coronelísticos, devido, sobretudo, a suas origens agrárias. No caso específico de Francisco Pinto e Colbert Martins, estes atributos somavam-se à preponderância ao exercício do poder local. Esses dois raramente deixaram lideranças políticas do seu partido lhes fazerem frente ou sombra. Não raramente impediram o processo de formação de outras lideranças e muitas vezes tiveram que lidar com “problemas” criados por eles mesmos, a exemplo do papel político que os administradores de bairro ganhavam na cidade (estes reivindicavam seu espaço no partido e proclamavam a sua “independência” quando da negativa de apoio). Algumas vezes lançaram candidaturas em locais onde poderiam retirar votos de outros candidatos mais afinados com os interesses dos grandes líderes do partido e causavam bastante confusão no rearranjo interno da movimentação partidária, pois outras lideranças proeminentes do partido como, por exemplo, Luciano Ribeiro, Miraldo Gomes, etc., apareciam como *condotieri* destes descontentamentos, buscando novas alianças nas disputas internas.

Os dois grandes expoentes do partido na cidade eram democratas na luta contra o regime militar, mas autoritários no convívio político partidário. Indicavam e aprovavam nomes ligados a eles para exercer cargos de influência e, não raramente, as disputas dos cargos fizeram uma dúzia de políticos se desfilarem do PMDB e

¹⁰¹ Sergio Carneiro, depois de romper com o PDS e com o carlismo, filia-se ao PDT e elege-se deputado estadual por este partido. Desde 2002 o mesmo encontra-se filiado ao Partido dos Trabalhadores. Hoje desponta como um dos possíveis candidatos do PT a prefeito de Feira de Santana.

¹⁰² Colbert Martins adquiriu Brucelose, uma doença comum em bois, cujo principal contágio é devido aos hábitos de tomar leite de vaca cru e/ou comer carne mal passada.

procurarem as oposições mais à direita ou se alinharam a Luciano Ribeiro na disputa do partido. Por duas vezes essas defecções internas do PMDB privilegiaram o PT; a saída de Roque Aras do PMDB, que passou curto período no PT, e a saída de João Batista do PMDB, que foi vereador pelo PT durante brevíssimos meses até retornar novamente no PMDB.

Quando Colbert Martins não estava nas disputas das eleições para prefeito, foram muito mais difíceis as vitórias eleitorais para o PMDB. Em 1992 o vencedor das eleições para a prefeitura da cidade foi o ex-prefeito de Feira de Santana e ex-governador da Bahia, João Durval. Mais uma vez. João Durval venceu as eleições para Luciano Ribeiro e Ildes Ferreira, uma das poucas novas lideranças que ganhou o seu lugar na política local de uma forma um tanto independente, embora construídas fora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Posteriormente encontrou nele seu impulso para novos vãos políticos.

Ildes Ferreira construiu sua força política junto aos movimentos sociais, em diversas atividades de assessoria como sociólogo. Era vinculado a uma grande organização de Feira de Santana, chamada MOC (Movimento de Organização Comunitária), com certa relação com a Igreja Católica, mas sem o controle institucional desta. Na gestão de Colbert Martins, de 1988 a 1992, Ildes Ferreira chegou a ocupar uma das mais populares secretarias da cidade, chamada de PLANOLAR. Este plano era uma tentativa de conseguir habitação para as camadas pobres da cidade em resposta ao surto de favelização da cidade que não conseguia mais atender ao excedente populacional recém-migrado.

Este plano teve uma boa realização para os padrões da execução municipal feirense e vinha de um acúmulo anterior promovido pela permanência de outra figura do MOC no PLANOLAR em 1971, Albertino Carneiro. Ildes Ferreira e Albertino

Carneiro, bem antes do atual modismo, estiveram vinculados às idéias do desenvolvimento sustentável, da obtenção de financiamentos internacionais de entidades filantrópicas, das cooperativas de crédito de trabalhadores, da economia solidária, propondo aos trabalhadores a fundação de cooperativas de fabricação de tijolos, de marcenaria, etc. Assim, conseguiam destinar verbas e recursos para atividades voltadas para as melhorias das condições de vida dos “excluídos”, em parceria com o movimento social de ocupação de solos urbanos e o Estado.

Para uma jovem liderança como Ildes Ferreira, enfrentar, como candidato a vice-prefeito, velhos mandatários da política local como José Falcão, formado na mesma escola que Francisco Pinto e Colbert Martins, foi uma tarefa difícil.

O revezamento de poder continuou até o ano de 2000. Saiu João Durval e entrou, novamente, José Falcão em 1996. As décadas de 1980 e 1990 assistiram à eleição destas três figuras, José Falcão (1982 a 1988 e 1996, interrompido com sua morte em 1997), João Durval (1992-1996) e Colbert Martins (1976-1982 e 1988-1992) – um triângulo político que só acabou com a morte de Colbert Martins.

O enterro de Colbert Maritins, o maior de Feira de Santana, foi acompanhado por mais de 10 mil pessoas e transformado em um dos acontecimentos políticos mais importantes do ano na política local, sendo seus inimigos detratados em nome da sua memória durante todo o ano.

Somente quando apoiado por ACM e toda a máquina estatal, as eleições para prefeito de Feira de Santana foram vencidas por uma figura “alternativa” a este triângulo de poder. José Ronaldo de Carvalho, no ano de 2000, foi eleito em Feira de Santana com uma vitória consistente. Deixou para trás, em segundo lugar, o filho de Colbert Martins, o deputado Estadual Colbert Martins Filho. Pela primeira vez compôs-se uma aliança com o PT em Feira de Santana, que tinha como candidato a vice-

prefeito Gerinaldo Costa, professor universitário e fundador do PT em Feira de Santana.

A herança deixada pelo pai consolida “Colbertzinho” como figura central da oposição em Feira de Santana.

Podemos perceber nos contornos da política em Feira de Santana, seus aspectos mais característicos: forte personalismo; ausência eminente de questões programáticas com resoluções das crises políticas através de casuísmos e troca de favores e cargos; o velho se sobrepondo sempre ao novo, como marca de tradição; a dificuldade da renovação política dos partidos e das lideranças. Marcas que definem e determinam bastante a atuação partidária de novas e velhas forças que almejam alcançar a representatividade popular.

1.2.5 O PT de Feira de Santana: breve conhecimento

Após este breve conhecimento da cidade de Feira de Santana, apresentaremos algumas informações importantes para entrarmos, aí sim, na problemática desenvolvida nesta dissertação.

O PT de Feira de Santana foi fundado no dia 12 de julho de 1981 “em sua sede [na] Praça dos Remédios número vinte e dois (22), sala cento e hum”¹⁰³. Nesta convenção ordinária foi constatada a existência de 473 filiados aptos a votar¹⁰⁴. Podemos notar na composição do seu primeiro Diretório Municipal e delegados para Convenção Estadual, a presença de 24 homens e 9 mulheres. Entre os homens foi verificado a presença de 14 trabalhadores (um ferroviário, um agrimensor, um arquiteto, um professor, um pintor, um médico, um industrial, um electricista, um militar, três comerciantes e um soldador) e 10 estudantes. Entre as mulheres verificou-

¹⁰³ Livro de atas do PT. Feira de Santana, 1981, fls. 01.

¹⁰⁴ Idem.

se a presença de 4 trabalhadoras (uma bancária, uma doméstica, uma enfermeira e uma professora) e 5 estudantes¹⁰⁵.

Este foi um período de intensa participação e sentimento de coletividade dentro do partido. Estavam todos voltados para a construção do PT em Feira de Santana.

Na memória dos militantes do PT de Feira existe um marco cronológico e político para definir um antes e depois no partido: as eleições de 1982. Até este momento a memória coletiva dos militantes do PT de Feira dá conta de um partido militante, engajado, “brigador” e unificado nas suas lutas.

As primeiras eleições serviram, para alguns, como teste de fogo de alguns militantes na construção do ímpeto coletivo necessário a um partido político como o PT. Porém, as diferenças entre concepções de construção partidária logo se evidenciaram. Certo setor do partido, liderado por Jaime Cunha¹⁰⁶, questionava a deliberação de que todos os candidatos deveriam ter materiais idênticos e em mesma quantidade para disputar as eleições; achavam que candidatos com maior possibilidade de vitória deveriam ter maior quantidade de material e maior apoio partidário na obtenção da vitória parlamentar. Esta concepção foi entendida como eleitoralista por um outro setor do partido, majoritário.

De fato, a concepção que predominou dentro do partido foi a de que as eleições não eram tão relevantes, não era o centro nem da tática nem da estratégia. Porém, contraditoriamente, o momento eleitoral acirrou entre os petistas de Feira de Santana embates que viriam a ser cada vez mais sentidos em sua vida interna.

Neste período também havia um processo de reorganização da militância e seus partidos clandestinos. A construção do PT incidia sobre a reorganização destes sujeitos. Muitas organizações se diluíram internamente e perderam o seu centralismo até

¹⁰⁵ Idem. Fls.02.

¹⁰⁶ Entrevista com Jaime Cunha cedida ao autor em 28 de setembro de 2004. Feira de Santana.

sumirem; outras decidiram por si só terminar e fundar outras organizações ou fundir-se a outras. Algumas permaneceram como um partido de vanguarda com atuação em um partido de massas, consolidando dentro do PT um agrupamento de revolucionários aptos a definir os rumos da revolução brasileira.

Em Feira de Santana, a Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML)¹⁰⁷, como poderemos ver, foi o eixo central de fundação do PT, quase a totalidade dos principais construtores do PT em Feira de Santana estavam vinculados, diretamente ou indiretamente, a esta organização. A AP-ML se dissolveu no PT lentamente e espalhou seus membros por diversas organizações que atuavam no PT, ou deixou grande parte dos seus membros “independentes” no novo partido. Este momento coincidiu, em Feira de Santana, com os conflitos emergentes das eleições de 1982.

Os ex-militantes da AP-ML que atuavam em Feira de Santana se dividiram em muitas tendências. As mais escolhidas pelos petistas feirenses foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)¹⁰⁸ e uma nova organização, chamada de Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP)¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Esta organização foi fundada em março de 1971, segundo Arantes e Lima, devido à evolução política no interior da AP, antiga Ação Popular (AP). A AP teve origem da evolução política que a juventude universitária católica (JUC) teve durante os conflitos dentro da UNE e dentro da própria JUC, devido ao seu caráter centralizado na “confissão religiosa” e sem centralidade na política. Militantes da “esquerda da JUC” passaram cada vez mais a tomar decisões centralizadas e disciplinadas por fora da Igreja Católica e decidiram, em reuniões ocorridas em 1962, fundar a AP, uma organização de componente ideológico centrado na revolução brasileira e no socialismo. O desenrolar dos acontecimentos criou uma organização marxista-leninista-maoísta, com amparo na idéia de guerra popular e que via na formação de um partido “de novo tipo” os rumos da revolução brasileira. Não obstante as várias divergências quanto a esse novo partido, as críticas à Terceira Internacional e a Stalin por uma “minoridade”, não aceitas pela “maioria”, e seus desdobramentos na revolução brasileira, a AP decidiu em sua III Reunião Ampliada da Direção Nacional, a fundação da AP-ML (Ação Popular Marxista Leninista), organização engajada na construção de um “partido proletário” para o Brasil que, naquele momento, para a maioria da organização, era identificado como sendo o PC do B. A evolução desta proposição encontrou grandes divergências internas e em 17 de maio de 1973, numa reunião no Bureau político da AP, esta se incorporou ao PC do B. A chamada minoria, encabeçada por Duarte Pereira, manteve a organização, que sobreviveu até os primeiros anos de construção do PT. ARANTES, Aldo & LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, pp. 33-40 e 129-135.

¹⁰⁸ Em maio de 1968 foi fundado o PCBR, em um “sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira”. Nasceu em um período de fortes divisões oriundas do PCB. Negava-se a aceitar a vinculação a qualquer país ou partido comunista internacional, como o PC do B fazia regularmente, criticava também a postura de Carlos Marighela e seu forte apelo à ação sem orientação na reflexão teórica marxista. Foi fundado com apoio de vários delegados de várias partes do país. Entre seus quadros

Paralelo a esses desdobramentos, outras forças se consolidavam no Partido, o que aumentava as disputas internas.

A organização que editava o Jornal O Trabalho¹¹⁰, a Organização Socialista Internacional (OSI), decidia novamente entrar no PT e disputar os seus rumos. Em Feira de Santana alguns dos seus poucos militantes atuaram no partido chegando mesmo a postos de direção. Além destes, formou-se um agrupamento de militantes, oriundos de um racha interno no PC do B, fruto, principalmente, das avaliações da guerrilha do Araguaia, apelidado por militantes de outras correntes como “dissidência do PC do B”¹¹¹.

Jaime Cunha, um dos militantes que estava no centro das disputas durante as eleições de 1982, aderiu à OCDP e esta não conseguiu a maioria no Partido, o que implicava em perdas de posições importantes em um partido pequeno como o PT de Feira de Santana. Jaime Cunha e seus companheiros, segundo seus colegas partidários

mais notórios estavam Jacob Gorender e Mário Alves. Essa corrente, segundo Gorender, se notabilizou pela tentativa de manter uma tática eclética, apoiando todas as lutas de massa no sentido da preparação da luta armada. GORENDER, Jacob. *Combates nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 101-106. Manteve-se viva até a resolução das tendências no PT e virou Brasil Socialista. Um dos seus principais líderes, Bruno Maranhão, negava a manutenção da organização, ainda que existissem documentos em meados da década de 1980 do PCBR. Talvez, a negação de Bruno Maranhão seja o forte esquema de desconfiança contra essa organização e a necessidade de segurança de seus militantes, já que o PCBR em 1986 se envolveu em um assalto a uma agência do Banco do Brasil em um *campus* da UFBA em Salvador, com a alegação de que o dinheiro seria passado à Guerrilha na Nicarágua (muitos militantes contestam essa versão). OZAÍ, Antônio. *Os partidos, tendência e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e continuidades*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, S/D. pp. 156-159.

¹⁰⁹ Fundada em 1982 por militantes dissidentes da AP-ML da Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

¹¹⁰ O Trabalho se aproximou do PT através dos militantes da LIBELU – OSI (Liberdade e Luta – Organização Socialista Internacional, setor estudantil da OSI) e sofreu certo retrocesso quando em 1979 O Trabalho resolveu que o PT era uma “articulação burguesa”. Porém a posição de O Trabalho evoluiu para entender o Partido dos Trabalhadores como possibilidade de vir a ser o partido da IV Internacional. Fincou pés no PT definitivamente somente em 1984. Para isso adotou uma tática que era formalizar uma aliança com a “Articulação dos 113”, numa clara política de entrismo nesta corrente. Tentavam entrar na Articulação buscando conquistar a confiança de seus principais líderes, votando nas proposições da Articulação e assinando suas teses. Porém, por melhor que isso fosse para a Articulação esta evitava de toda maneira as composições de chapa junto com a OT. Parte da OT chegou mesmo a se fundir na Articulação, porém uma minoria permaneceu com um desacordo de ordem tática: a manutenção da OT e seu vínculo com a IV Internacional. Durante o seu desenvolvimento se separou da Articulação à medida que esta se desvinculava da noção de independência dos trabalhadores. A OT chegou a ser ameaçada de expulsão também, mas conseguiu se adequar às exigências da regulamentação de tendência do PT e se manteve no partido até hoje. OZAÍ... Op. Cit. pp. 172-180.

¹¹¹ Documento de avaliação interna do PT. Feira de Santana:1983.

entrevistados, ativaram uma forte campanha de filiação em massa no, e à revelia do, Partido. Este teria sido também um dos motivos do desmembramento da AP-ML em Feira de Santana e da não inserção de seus militantes na OCDP ¹¹².

Em uma resolução de 1983¹¹³ o PT de Feira de Santana se definia como um partido “de massas e de quadros”. Essa resolução era uma forma de driblar uma outra resolução nacional do partido que se proclamava como um partido de massas em seus estatutos, regimentos, etc. A dificuldade de se abandonar uma concepção de organização, segundo Jaime Cunha, por parte dos “sectários”, impedia que o partido crescesse e virasse uma realidade política na cidade e incapacitava o partido para uma discussão com as oposições e com os descontentes com o/do PMDB ¹¹⁴. Do outro lado, o discurso era de que Jaime Cunha e seus aliados eram “eleitoralistas” e “direitistas” e que queria transformar o PT num partido de massas de manobras com atuação voltada para as eleições ¹¹⁵.

Os desdobramentos subseqüentes no campo das esquerdas brasileiras e suas danças de composições levaram a maior parte dessa militância a desempenhar seu ativismo em novas organizações. No caso das organizações petistas o debate em torno da regulamentação das “tendências internas” e da “dupla camisa” constitui forte impulso para esses bailado de composições, que se acirrou a partir do encontro de 1985 e culminou na expulsão de dois partidos do PT, a Causa Operária ¹¹⁶ e a Convergência Socialista em 1992 ¹¹⁷.

¹¹² Entrevistas concedidas ao autor por Jaime Cruz no dia 14 de fevereiro de 2006 e por Jairo Cedraz 18 de janeiro de 2006. Ambas em Feira de Santana.

¹¹³ Documento de avaliação interna do PT. Feira de Santana. 1983.

¹¹⁴ Entrevista com Jaime Cunha.... Op. Cit.

¹¹⁵ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

¹¹⁶ Fundadora do PT foi expulsa do partido em 1991.

¹¹⁷ A Convergência Socialista está presente desde o início do Partido dos Trabalhadores. Sua evolução é marcada por um contínuo tensionamento com o grupo majoritário do PT, o “petismo autêntico”. Na verdade a CS se achava tão autêntica quanto os militantes da Articulação. O motivo de sua expulsão, sugerido publicamente pela primeira vez pelo antigo dirigente comunista Apolônio de Carvalho nas páginas da revista Teoria e Debate, Revista mensal de circulação de debate e polêmica teórica do PT, foi

Militantes da OCDP passaram a atuar, por volta de 1985, no Movimento Comunista Revolucionário (MCR), uma frente de Comunistas no Partido criada em 1985, fruto de um ajuntamento do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)¹¹⁸, da OCDP e da Ala Vermelha¹¹⁹. Organizados em torno das bandeiras históricas do socialismo, a OCDP adotou, segundo Ozaí, uma posição ambígua frente ao PT: “ao mesmo tempo que recusava-se em aceitá-lo enquanto partido revolucionário, reconhece que ele cumpre um papel estratégico na revolução brasileira”¹²⁰. Mais à frente, o MCR se dissolve e surge, formada por alguns de seus quadros, em processo de “auto-crítica de uma concepção stalinista”¹²¹ de organização partidária, a Força Socialista (FS)¹²², já regulamentada como tendência interna do PT. O PCBR se

a suposição de que os militantes da CS não cumpriam com as deliberações do PT, estavam ligados a uma organização internacional (Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT), quando o PT não apoiava tais tipos de vínculos diretos, apenas em episódios pontuais, mas, sem dúvida, o que mais contou para tal expulsão foi a ruptura dos limites da disputa do Partido apenas à vida interna do PT. Entendiam que o PT, por se tratar de um partido de massas, deveria ser disputado através das lutas de massas e construíram, em diversas situações, manifestações e atos de oposição às diretrizes do Partido e algumas prefeituras petistas, como a de Diadema, mobilizando os trabalhadores, sobretudo devido ao seu forte peso sindical em São Paulo. O processo de expulsão demorou alguns anos, mas era um acontecimento provável. A CS então passou a disputar a expulsão com duas bandeiras: a da defesa do PT das origens, ao qual achava estar vinculada, e a Frente Única Revolucionária, na tentativa de construir um novo bloco político com as vanguarda descontente com os rumos “centristas” do PT. Foi a principal organização na fundação do PSTU em julho de 1994. OZAÍ, Antônio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, S/D, pp. 193-223. Ver também: COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o capital*. Tese de Doutorado no Programa de pós-graduação em História Social. Niterói-RJ: IFCH – Universidade Federal Fluminense, cap. 05.

¹¹⁸ Idem. *História das Tendências no Brasil*. s/l: s/e, s/p.

¹¹⁹ Formado em 1966 devido às disputas políticas no interior do PC do B entre militantes que faziam estágio na China e estudantes e operários no Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. AARÃO, Daniel e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas e de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 117 e 118.

¹²⁰ OZAÍ, Antonio... Op. Cit. . p. 151.

¹²¹ Carta de Jorge Almeida a Gerinaldo Costa. Salvador-BA, 1989.

¹²² Fundada em junho de 1989. Herda do MCR várias de suas proposições, dentre elas, a ambigüidade que caracterizaria o relacionamento com o PT, haja vista o forte elemento leninista na nova corrente, além da concepção de Governo Democrático e Popular como momento de ruptura com o capitalismo e na organização de uma transição socialista. OZAÍ... Op. Cit, pp. 153.

transforma em Brasil Socialista (BS)¹²³ e uma outra parte da sua militância forma a Tendência Marxista (TM)¹²⁴.

Tanto a FS como a TM vão se constituir em Feira de Santana por volta do fim da década de 1980 e início da década de 1990 como as principais tendências petistas daquela cidade. Os debates internos, em que pesem tantas modificações de nome e de concepção de luta, ainda eram os mesmos: a forma da construção partidária, as formas de gestão do aparelho partidário, a democracia interna. A raiva pessoal, que se acumulou durante tantos anos, em alguns encontros definitivamente excedia-se nos insultos, nas ofensas e na violência física. Em um encontro o portão chegou a ser fechado para que integrantes do PCBR fossem impedidos de entrar na área da Faculdade de Educação (hoje, sede do Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA, da Universidade Estadual de Feira de Santana), onde se realizava o Encontro Municipal¹²⁵.

Na memória militante, este período foi um dos mais difíceis do partido em Feira de Santana. Acrescente-se a estas particularidades a resolução tomada no Encontro Estadual do PT, de apoio crítico ao “Governo da Mudança” de Waldir Pires em 1986. Uma das principais “tendências” a defender esta proposta foi o MCR, o que inflamou ainda mais os conflitos em Feira de Santana. Os militantes dessa corrente recebiam a pecha de direitistas, criando um clima pesado e arisco dentro do Partido.

Em 1986 a correlação de forças no âmbito da direção do Partido estava favorável aos militantes do MCR na importância dos cargos ocupados. Conseguiram a presidência do Partido, ocupada por Jaime Cunha, e a secretaria geral, ocupada por

¹²³ Oriunda do PCBR, ainda que haja polêmica em torno desta questão, foi reconhecida pelo partido em 1991. Tinha força principalmente no Nordeste do país.

¹²⁴ A TM foi um dos desdobramentos do PRC que não participou da fuga das referências marxistas e socialistas no seu horizonte político, diferente da Nova Esquerda, o outro racha do PRC. A sua aparição pública foi em 1990 no Encontro Nacional do Partido. Idem. Op. Cit., pp. 139-156.

¹²⁵ Entrevista Jaime Cruz. Op. cit. Esta lembrança veio através da companheira de Jaime Cruz que participava da entrevista, ainda que não soubesse precisar de que encontro estivesse falando.

Reinaldo Santana, depois de uma eleição intensamente disputada, onde concorriam inicialmente quatro candidatos à presidência do PT. Aliás, aparentemente, este foi um momento favorável ao grupo de Jaime Cunha dentro do Partido, pois em 1988 o mesmo foi lançado candidato a prefeito pelo PT, tendo como candidata a vice-prefeita, em um acordo das duas chapas mais fortes, Ivanide Santa Bárbara, feirense, funcionária pública e negra.

Após este curto período houve um predomínio latente dos militantes da Tendência Movimento (TM), ex-Tendência Marxista. Gerinaldo foi eleito 4 vezes consecutivas presidente do Partido e foi candidato a prefeito em 1992, tendo como candidata a vice-prefeita, mais uma mulher, militante do PT desde 1989, Olga Matos, que compunha com um agrupamento local do PT chamado de “O Grupo”.

O Grupo funcionava como uma tendência e era composto basicamente por professores e estudantes universitários da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tinham muitas dificuldades em disputar os rumos do Partido, pois sempre havia alguém em viagens de trabalho, mestrados e doutorados, desfalcando “O Grupo” a cada semestre. Aparentemente este grupo estabelecia contatos com a Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS)¹²⁶, ligada à 4ª internacional Comunista (trotskista). Este grupo desejava uma atuação interna no Partido que disputasse os rumos das principais tendências no PT local, caminhando para criar consensos internos que lhes satisfizessem, numa tentativa de que mesmo “minoritários [tentariam] ser hegemônicos”¹²⁷.

A partir do início dos anos 1990 cresce a participação dos sindicalistas rurais no PT de Feira de Santana. Ao mesmo tempo, crescia a participação de setores militantes

¹²⁶ Agrupamento militante que se constituiu através da atuação do jornal Em Tempo. Ozaí, Antonio. História das tendências... Op. Cit.

¹²⁷ Resenha do Encontro Municipal produzida pelo agrupamento petista local que se denominava “O Grupo”, 1995, pp. 05.

vinculados ao MOC no Partido dos Trabalhadores e a conturbada¹²⁸ entrada de Albertino Carneiro, fundador do MOC, no PT.

A entrada destes “novos sujeitos” modificaria profundamente a correlação de forças do PT feirense. Deslocava a preponderância do PT urbano para uma relevância do papel dos rurais nas mobilizações e organizações do partido, pois estes estavam em pleno impulso organizativo, reestruturando e consolidando seu Pólo Sindical, uma reunião de diversos sindicatos rurais da região na cidade, o que gerou, obviamente, um forte mecanismo de pressão e de participação.

Um outro aspecto na modificação no PT local foram as novas disputas políticas que proporcionavam essa nova chegada. O PT de Feira de Santana, que sempre fora majoritariamente ligado às tendências do espectro conhecido como “esquerda petista”, passou a conviver e sentir diretamente dentro da sua organização as disputas com a Articulação (majoritária nacionalmente no partido), seu poder de fogo, sua melhor condição financeira, seu maior poder burocrático, a influência dos seus parlamentares, etc., num momento importantíssimo nas definições do partido, como foi o 1º Congresso Nacional do PT e seus efeitos posteriores nos rumos das disputas políticas. A entrada de Albertino e de diversos militantes do MOC, muito vinculados aos trabalhadores rurais, foi a brecha que a Articulação precisava para disputar os rumos do PT feirense

¹²⁹ .

Foi também o momento da crise do leste Europeu, onde o marxismo e o socialismo, e, óbvio, suas expressões partidárias, foram caçados e depurados, especialmente por setores petistas que viriam mais à frente a compor o “Campo Majoritário”. Estes, freneticamente aderentes a um socialismo pós-marxista, das

¹²⁸ Segundo Jairo Cedraz, Op. Cit., Albertino Carneiro foi filiado pelo Diretório Estadual, pois sua filiação era negada em Feira de Santana.

¹²⁹ Nas teses estaduais, Albertino aparece sempre assinando as teses da Articulação.

ideologias do desenvolvimento sustentável, da solidariedade entre agências financeiras e fundações filantrópicas.

Esses acontecimentos levaram diversos militantes a evoluírem para as posições do já formado “Campo Majoritário” petista. Em 1995, este ganharia, pela primeira vez, a maioria dentro do Partido em Feira de Santana, consolidando um movimento que se fortalecia nacionalmente.

Internamente, as discussões sobre coligações eleitorais passaram a ocupar uma centralidade nunca tida antes. Em 1996 o Partido quase não lançou candidato a prefeito, devido a um impasse muito grande dentro do encontro municipal, um grupo tentava um lançamento de uma candidatura própria e outros propunham coligações com o PMDB. Outros apenas não propunham lançamento de candidato.

A solução do impasse veio com a chegada de José Cerqueira de Santana Neto (Zé Neto), militante do antigo MDB na UFBA, onde foi do Diretório Central dos Estudantes. Advogado proeminente de movimentos sociais, associações e sindicatos, onde conseguiu notoriedade e representatividade política – além de uma condição materialmente boa para lançar-se, junto com a verba do partido, na campanha para prefeito – suficientes para lançar seu nome e ser aceito nas bases do Partido, ainda que com muitas controvérsias de diversos lados. Junto a ele, como candidato a vice-prefeito, Eliezer Cavalcanti, militante sindical bancário do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Pela primeira vez o PT conseguia realizar uma coligação na cidade, talvez mais como fruto da morte de Colbert Martins, sempre privilegiado nas coligações pelo PC do B devido a seu prestígio, do que por méritos do PT ou de uma evolução ou involução do PC do B.

Derrotado nas eleições de 1996 quando ficou na quarta colocação entre os candidatos, em 2000 Zé Neto seria o primeiro vereador eleito pelo PT em Feira de

Santana ¹³⁰. Neste ano o PT saía pela primeira vez na cidade, para a disputa eleitoral, com uma candidatura a vice-prefeito. Gerinaldo Costa, já integrado nas fileiras do campo majoritário, foi o candidato petista, derrotado, a vice-prefeito.

¹³⁰ O primeiro eleito, pois o PT teve um vereador, de curta duração, é verdade, que foi o ex-vereador pelo PMDB, João Batista, que saiu do PT por não concordar com a forma que o partido discutiria a composição dos cargos, assessores e verbas destinadas ao partido pela verba pública.

CAPITULO 2

FUNDAÇÃO

2.1. Crise da Ditadura Militar

O fim daquilo que ficou conhecido, exageradamente, como “era de ouro do capitalismo” impôs aos países “em desenvolvimento” um retrocesso no seu crescimento econômico. Isso não significou, entretanto, decréscimo econômico, mas passaram a crescer menos e com maior dificuldade. Em países como o Brasil, que as taxas de lucros muitas vezes extrapolaram os 10%, houve significativas quedas econômicas. Para Hobsbawm, que verificou a queda do PIB per capita nos países da América Latina, a “maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 80”¹³¹. O mundo e, principalmente, os países subdesenvolvidos viram as ascendentes taxas de desemprego e inflação e a queda da qualidade de vida ganhar proporções assustadoras.

Francisco de Oliveira, no seu célebre texto “Crítica à razão Dualista”¹³², afirmava que para os capitalistas manterem em altos níveis a sua taxa de lucro no Brasil, “a resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas [era] ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração da força de trabalho”¹³³. Oliveira escreveu estas palavras antes de 1974, período em que vieram à tona os índices inflacionários falsificados pelo ministro da economia, Delfim Neto. A falsificação era de 34,1%¹³⁴, e era o lastro para os reajustes salariais dos trabalhadores, já que naquele momento, o preço da força de trabalho era definido pelo Governo e reajustado de acordo com a inflação.

¹³¹ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve século XX. (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 395.

¹³² OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica a Razão Dualista*. Vozes. Petrópolis-RJ. 1985.

¹³³ Idem. pp. 75.

¹³⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. OP. Cit, pp. 246.

A divulgação dos índices falsificados levou o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo a ensaiar a primeira tentativa de obter os reajustes fora dos limites estabelecidos pelo regime, ingressando na justiça do trabalho para reclamar pelos seus direitos, nada obtiveram ¹³⁵.

A insatisfação dos trabalhadores brasileiros podia ser medida pela quantidade de movimentos contestatórios organizados – como as atividades de alguns movimentos urbanos, a nova posição da igreja católica, as lutas pela anistia e de direitos humanos, os movimentos contra a carestia, alguns clubes de mães – e de revoltas “espontâneas”¹³⁶ – como quebra-quebras de ônibus e trens, que aconteceram em grandes cidades brasileiras, como Salvador, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, e também alguns quebra-quebras em canteiros de obras em algumas cidades ¹³⁷.

Essas insatisfações também foram canalizadas para as eleições. Seguintes importantes dos trabalhadores brasileiros passaram a identificar no MDB, o partido institucionalmente criado para realizar a oposição aos governos militares, uma possibilidade de manifestar seu repúdio à ditadura militar. No MDB, fortalece-se um grupo de políticos identificados com valores nacionalistas e democráticos, com forte disposição para realizar um enfrentamento maior nas disputas políticas no Brasil,

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Há de se ficar bem atento às discussões que giram em torno do espontaneísmo. É sempre bom ressaltar que nas notas de Gramsci este refuta a idéia de uma espontaneísmo em lutas não racionalizada sobre a influência de partidos, sindicatos etc. Para ele, existem correntes do movimento operário e popular que “defendem a espontaneidade como método” de luta. Para ele há sempre um “elemento primitivo de direção consciente, de disciplina” que não se desenvolve em relação a uma “direção abstrata (...) mas que se desenvolve em “homens reais, formados em determinadas relações históricas, com determinados sentimentos, modos de ver, fragmentados de concepções de mundo, que resultaram da combinação ‘espontânea’ de um dado ambiente de produção material, com a reunião causal, nele, de elementos sociais díspares”. Para Gramsci o espontaneísmo é uma atividade relacionada a uma prática educadora que se desenvolve no cotidiano das pessoas, “iluminadas pelo senso comum”, isto é, pela “direção consciente” da “ciência popular”. GRAMSCI, vol. 3. Op. Cit, pp. 194,195. Gramsci nos sugere pistas para captar os desdobramentos teóricos e políticos da reflexão acerca da espontaneidade de certos movimentos sociais. Esta interpretação da história pode ressaltar certo projeto político que, aliás, “pedestramente” pode ser confundida com “instinto”. Idem. pp. 196. Gramsci chega mesmo a afirmar que a idéia de espontaneísmo puro poderia tornar aceitável uma história que, em oposição ao espontâneo, pudesse ser puro mecanicismo. Idem, pp. 194.

¹³⁷ MOISÉS, José Álvaro [et al]. *Cidade Povo e Poder*. Cadernos CEDEC, n 5. CEDEC e Paz e Terra. Rio de Janeiro. Cap. 1, 2, 3. BADARÓ. Marcelo. Op cit. Cap. 3

principalmente no que diz respeito às questões vinculadas à luta anti-imperialista, emissão de lucros para o exterior, fiscalização das multinacionais e denúncias de corrupção dessas empresas internacionais. Intitularam-se como os “autênticos do MDB”¹³⁸.

A radicalização deste grupo, e de outros militantes, aproximou o partido das lutas dos trabalhadores organizados. O MDB se aproximou dos movimentos sociais, do movimento operário, e chegou mesmo a lançar candidatos escolhidos pelas bases. Operários participaram de comitês eleitorais, ajudaram a fundar diretórios, etc.¹³⁹. O próprio Lula ajudou candidaturas – como a de FHC para o senado – distribuindo boletins e material de campanha nas fábricas.

Uma parte das organizações e partidos de esquerda que conseguiu sobreviver à repressão da ditadura entrou no MDB para, de alguma forma, se reencontrar com as massas, ou mesmo, tensionarem o MDB no sentido de uma radicalização mais profunda pelas liberdades constitucionais.

Porém, o MDB possuía muitas contradições, a sua própria característica de frente oposicionista impunha uma luta constante pela hegemonia em seu interior. O mais simples movimento de radicalização do MDB criava rachas e dissensões profundas. A inserção dos movimentos populares no MDB não teve o caráter de independência de classe, que seria tão caro para o surgimento do PT mais à frente.

Esse era um dos motivos pelos quais vários grupos que se debatiam dentro do MDB lutavam pela criação de novos partidos políticos. Existiam propostas de fundar um “Partido Socialista”, “dos Trabalhadores” ou “Popular” (só para exemplificar as diversas nomenclaturas dadas por esses militantes aos novos futuros partidos que nem

¹³⁸ Alves, Maria Helena... Op cit, pp. 196-199.

¹³⁹ MARANHÃO, Bruno. *Os trabalhadores e os Partidos*. São Paulo: Semente, 1981. KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001. p.38-48. MOTTA, Rodrigo. P. Sá. *O MDB e os “Novos” Movimentos sociais. (1974-1979)*. In: LPH: Revista de história, n. 4. Minas Gerais. 1993/1994.

chegaram a ser construídos). Não obstante, foi uma experiência rica e importante para diversos militantes e trabalhadores, necessárias à convicção de no futuro batalhar pela construção de um novo partido político.

Partidos como o PC do B, PCB, organizações como AP-ML, uma dissidência do PC do B, parte do grupo que depois veio a se constituir como ORM-DS, entre outros, atuavam no fim da década de 70 no interior do MDB. A cúpula emedebista aceitava a participação destas organizações, pois achavam que este perfil político não agregaria votos, não se sentindo ameaçada por isso. O rumo da radicalização no país, porém, fez com que políticos apoiados por estes grupos, e mesmo por partidos proscritos, tivessem grande quantidade de votos no país todo. Estes militantes clandestinos não estavam apenas no MDB, atuavam em diversos aparelhos privados de contra-hegemonia espalhados pelo país e tiveram um grande papel na luta pela redemocratização.

Ainda assim, a verdade é que as greves metalúrgicas pegaram a maior parte da militância, que resistia no que sobrou na sociedade civil de oposição ao regime, desprevenidas. Militavam ainda com base num programa que incidia nas vontades, dispersas e divididas, de uma miríade de posições táticas e estratégicas.

O PT, como já disse no Capítulo I, é fruto da necessidade histórica de uma luta que se ampliava no Estado. Mas, as determinações de sua criação nas mais diversas localidades do Brasil foram realizadas por inúmeras dessas organizações e sujeitos. Veremos aqui o caso da cidade de Feira de Santana.

2.2 ORIGENS DO PT DE FEIRA DE SANTANA

Companheiros da cidade de Feira de Santana (aplausos), que vieram a esta cidade. E cada vez mais os trabalhadores de Feira de Santana dão uma demonstração de que não existe diferença entre eles e nenhum outro trabalhador de qualquer parte do nosso território, e nesse momento, em que o PT faz um comício em uma praça pública... é verdade de que somente trazendo o povo para rua,

somente trazendo o povo para se manifestar é que poderemos mudar o quadro político, econômico e social deste país.¹⁴⁰

Com essas palavras, começava o discurso que encerraria o comício de lançamento do Partido dos trabalhadores em Feira de Santana por volta de Dezembro de 1981. A praça da bandeira, localizada no centro da cidade, encontrava-se lotada. Como bem observaram alguns jornalistas, muitos curiosos queriam ver Lula. Dentre estes curiosos alguns notórios políticos da cidade, do PMDB e do PDS, estavam no meio da multidão – alguns escondidos dentro dos seus carros¹⁴¹. Todos queriam ver o homem que causava a ira da classe dirigente e dominante do Brasil, e que juntamente com outros militantes espalhados no país, criavam um partido que se apresentava como a maior novidade na política Brasileira, o “primeiro partido que seria realmente dos trabalhadores”, construído por eles, para terem “vez e voz”.

Já era a segunda vez que Lula vinha até Feira de Santana. A primeira vez aconteceu em 1978, a pedido de Francisco Pinto, que esperava expandir a propaganda anti-ditatorial, levando para a Feira de Santana o mais novo inimigo público do regime¹⁴². Lula era o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC na época do surgimento e organização das greves que abriram na história do movimento operário brasileiro aquela que viria a ser a maior vaga grevista da história do País¹⁴³.

Naquela oportunidade, a idéia de construir um partido dos trabalhadores já chegara aos ouvidos da militância de Feira de Santana. Estes militantes se encontravam ainda bastante divididos, assimilavam ainda os efeitos dos acontecimentos. Estavam contagiados com as greves, com a força do “novo sindicalismo” que surgia em São Paulo e com a possibilidade da criação de um novo partido. Não obstante, as reformulações políticas no âmbito da esquerda organizada não tinham condições de

¹⁴⁰ Fita comício do PT/FSA: Participação de Lula, 1981.

¹⁴¹ Feira Hoje, 29 de novembro de 1981, pp. 03.

¹⁴² Segundo a entrevista com José Orlando Sampaio. 04 de fevereiro de 2006. Feira de Santana.

¹⁴³ BADARÓ...Op. Cit, pp. 193.

acompanhar o ritmo das notícias e da nacionalização que adquiriria o processo político. Portanto, na primeira vez que Lula veio a Feira de Santana, não obteve, como aconteceu na visita de 1981, a total aceitação da militância que o assistia. Em 1978 os militantes estavam em uma profunda dúvida.

A gente discutia a criação de um partido, o Partido Popular. Aí fizemos todo um trabalho aqui. A gente queria um partido de esquerda e o PMDB para a gente não estava claro como um partido de esquerda. Tinha um pessoal aqui que achava: “não, cria o PT”, uma parte queria era o PT mesmo, mas o centralismo democrático levava a gente ao PP. “A gente fala do PP, mas com referencial no PT”, tanto que Lula quando veio na Rua Nova – a primeira vez que Lula veio a Bahia foi na Rua Nova – foi todo mundo para lá; o pessoal do Tribuna Popular, nós da organização, ficamos lá sem saber se gritava PP: “criar, criar, partido popular”, era esse o refrão lá da Rua Nova. Mas a gente também fez com o Partido dos Trabalhadores ¹⁴⁴.

2.2.1. O MDB JOVEM

Ligado de forma umbilical a todos esses movimentos elencados acima estava o MDB de Feira de Santana, em que esses quatros grupos, de algum modo, atuaram no seu interior.

A fundação do PT feirense foi realizada como destacou um texto de avaliação interna do Partido, da seguinte maneira:

O partido nasceu como uma reação ao imobilismo dos movimentos populares, como uma reação à política de conciliação do MDB, hoje PMDB, com a ditadura. O PT mesmo fundado por um grupo pequeno de pessoas que abandonaram o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para formar o movimento Tribuna Popular (...) aglutinando, em torno de si uma série de entidade e de pequenas lideranças inertes, ou com fraca atuação ¹⁴⁵.

Na Comitê de Defesa Direitos Humanos (CDDH), participavam membros da dissidência do PC do B como: Antonio Ozzetti (primeiro candidato a prefeito pelo PT de Feira de Santana), Renilda Daltro, e Edvaldo Rios (Presidente da Associação de

¹⁴⁴ Entrevista Jairo Cedraz de Oliveira de 18 de janeiro de 2006. Feira de Santana.

¹⁴⁵ Documento de avaliação interna do PT. 1983. Acervo Gerinaldo Costa. Labelu/DCHF/UEFS.

Moradores da Rua Nova, um dos maiores bairros populares de Feira de Santana). O CDH chegou mesmo a organizar, em parceria com o MDB, comícios pela cidade. Não se tratava apenas de uma parceria com o único partido de oposição daquele momento. A sua fundação contou com a presidência de Antônio Ozzetti e depois, na sucessão do mesmo, Renilda Daltro. Como foi dito acima, é importante ressaltar que antes de se constituírem como uma dissidência, e dar este nome para uma nova organização, estes militantes estavam no MDB. Renilda Daltro gozava de certo prestígio no executivo municipal, chegando a ter cargo de segundo escalão na Secretaria de Turismo de Feira de Santana, até ser despedida por entrar para o PT como tantos outros militantes do Partido na mesma época.

Além do CDDH existia a SBM (Sociedade Brasil Mulher), organização de influência também nacional e que foi um dos lugares de atuação anti-ditatorial, especificamente feminina, que forneceu militantes para o PT, como Tânia Melo, Railda Matos, Tânia Nogueira e Renilda Daltro, “quase todas militantes que estavam à época [na SBM] estavam na clandestinidade¹⁴⁶”.

Por volta dos últimos dias de março de 1979 foi inaugurada em Feira de Santana a Ala Jovem do MDB, coordenada por alguns dos líderes do MDB de Feira de Santana, Luciano Ribeiro e do advogado Moura Pinho. A primeira aparição pública desse grupo foi uma declaração que “decidiu manifestar-se de público o seu mais veemente protesto contra a intervenção federal nos sindicatos paulistas em greve ao mesmo tempo em que presta solidariedade aos operários brasileiros na sua luta por melhores condições de vida” e finalizava criticando a “propalada abertura” que, ao final, se mostrava ineficaz na sua empreitada de democratizar o país.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Jornal Treze. com., pp. 04. 2004. Acervo Gerinaldo Costa. Labelu/DCHF/UEFS

¹⁴⁷ Feira Hoje. Ilegível, 1979. pp. 02.

O mote da carta, que foi uma forma de se mostrar ao público mais geral, não por acaso eram as lutas de São Bernardo. Neste grupo estavam atuando os militantes que no futuro viriam a se dedicar à fundação do PT: Jaime Cruz, Beto Folha, Jaime Cunha, Jairo Cedraz, Tânia Nogueira, entre outros.

Ao promover o encontro desses militantes, a fundação da Ala Jovem do MDB em Feira de Santana cumpriu o papel de unificar a dispersão anterior. A partir dela de fato se constituiu o grupo que teve a capacidade e a força de encaminhar a fundação da comissão Pró-PT.

A forma com a qual o MDB foi constituído, em pleno regime de ditadura, de imediato afastou a militância mais à esquerda da sua proximidade. Poucas exceções, como o PCB, o PC do B e o MR-8, tentavam expressar o descontentamento popular com votos no MDB ¹⁴⁸. Outras organizações inicialmente optaram pela luta armada, cada vez mais obstruídas e reprimidas, e, aos poucos, algumas delas também se aproximaram do MDB. Em 1974 o MDB conquistou uma grande quantidade de votos nas eleições para governador, deputados e senadores. Em 1976 o regime decidiu tomar medidas que impedissem uma outra vitória eleitoral para a oposição. O governo regulamentou a Lei Falcão que, entre outras coisas, alterava a forma da campanha de rádio e televisão. A partir dessa lei, os candidatos eram apresentados à população por uma biografia, carreira, uma foto, etc., findando o debate ideológico, a oposição usava os seus minutos para combater o regime e denunciar a precarização do nível de vida dos brasileiros ¹⁴⁹.

¹⁴⁸ No fim da década de 70, jornais de oposição ao regime como “O Movimento”, faziam campanhas com seus cartunistas pedindo voto ao MDB em clara sintonia com o sentimento popular. A campanha tinha como marca desenhos que representavam os grupos sociais subalternos em diversas situações, desde operários a donas de casa, dando banana, e sugerindo voto no MDB.

¹⁴⁹ Feira Hoje. 28 de março de 1979, pp. 02.

Mesmo assim, isso não impediu uma boa votação no MDB e a eleição de prefeitos em alguns centros urbanos como Feira de Santana, onde foi eleito, em 1976, Colbert Martins.

Alguns grupos políticos de esquerda (em processo de autocrítica ao período do foquismo, das guerrilhas urbanas e rurais, das expropriações, etc.) decidem participar, ainda que não totalmente institucionalizados (filiados), desse processo de “oposição real”, aproveitando o crescimento político do MDB. Assim foi com a Dissidência do PC do B, um outro grupo que posteriormente viria constituir a ORM-DS, também do Rio Grande do Sul, e foi o caso também da AP-ML da Bahia, com a participação de Jaime Cruz, Jorge Almeida, Eliziário Andrade, Franklin Oliveira, Jaime Cunha e outros.

Em Feira de Santana, existia um contingente, não se pode dizer numeroso, mas talvez o maior dentre todas as outras organizações, da AP-ML. Possuíam militância fora do movimento estudantil, ou universitário, para ser mais preciso, coisa muito rara para as organizações em Feira de Santana, como Seu Arnaldo, militante vindo das lutas Ferroviárias, e Ovídio Gonçalves, que exercia profissão de soldador.

A inserção no MDB era, para a AP-ML, uma tática traçada no sentido de manter contatos com estes novos setores que entravam e buscavam o MDB, ou mesmo dialogar com aqueles que radicalizavam as posturas anti-ditatoriais no MDB ou em torno dele. Da mesma forma, fazer campanha para alguns políticos era conseqüente com a luta anti-ditatorial. Políticos como Francisco Pinto (Deputado Federal), Luciano Ribeiro (deputado Estadual), Colbert Martins radicalizavam nos seus discursos contra a ditadura militar e gozavam de ampla penetração popular na cidade.

Nessa perspectiva, a Ala Jovem cumpria um papel importante nos planos da AP-ML. Figuras que viriam a militar no PT, como Orlando Dias, se aproximaram da construção do novo partido através da Ala Jovem:

e começa a surgir o PMDB jovem em Feira de Santana, algumas reuniões assim... e a gente começa a participar, e a coisa começa a ganhar mais um impulso, aí começa a falar em diretas, partidos, em anistia, em abertura e vai começando uma busca maior por isso, e vai surgir já no fim dos 70, anos 80 a falar em criação de diversos partidos¹⁵⁰.

Estes militantes se envolviam nas candidaturas mais populares que o MDB possibilitava, se envolveram na campanha de Francisco Pinto, de Colbert Martins, Aurelino Miguel, não de maneira formal, mas fizeram campanha, distribuíram material, etc.

A criação desse espaço para o movimento, possibilitou novos vôos. Pretendia-se criar uma tendência Socialista no MDB, um projeto que algumas vezes ganhou força nacional, mas que não conseguiu se concluir.

Não militávamos no PMDB, tentávamos ganhar espaço, tentávamos criar uma tendência Socialista no PMDB. Essa história de criar uma tendência socialista vai abrir um flanco em feira de Santana. A partir dessa tendência socialista começamos a viajar os finais de semana para cá, e a fazermos um trabalho aqui. Foi aí que encontramos Jaime Cruz, Beto Folha, e mais algumas pessoas que giravam em torno deles, começamos a nos reunir na casa de Adroaldo Quintela, ele era até professor da universidade hoje está em Brasília, era professor de Economia¹⁵¹.

Estavam criadas as condições para a expansão da célula da AP-ML, antes impossibilitada de realizar e apoiar o trabalho em Feira de Santana de uma forma mais apropriada devido à dispersão dos militantes e à falta de um espaço de ampla

¹⁵⁰ Entrevista Orlando Dias. Entrevistada cedida para o autor em 04/02/2006. Feira de Santana. É importante registrar a confusão cronológica do entrevistado, mas o que ressalta, para nós, é o papel que para ele o PMDB Jovem (MDB na verdade), teve no sentido de reunir alguns militantes na participação política da cidade.

¹⁵¹ Entrevista com Jaime Cruz. OP. Cit.

penetração popular, que daria origem a formação que hegemonizaria em um primeiro momento a fundação do PT na cidade.

Criamos aqui uma célula do Partido, essa célula foi boa porque introduziu organicamente essas pessoas que a gente vinha encontrando, num partido de esquerda, numa organização de esquerda ¹⁵².

Eles (AP-ML) criaram um embrião de um partido, eu acompanhei de longe assim, tinha algumas reuniões que eram na biblioteca e outras que eram no PMDB, mas agente participava ¹⁵³.

Esta atividade se aliava, paralelamente, ao trabalho que já existia no jornal *Tribuna da Luta Popular*¹⁵⁴, mais uma frente das esquerdas em Feira de Santana, onde também participava uma grande quantidade de militantes locais da AP-ML. O jornal tinha um grande destaque e reconhecimento na sociedade, intervinha não apenas do ponto de vista da informação, do debate cultural e de idéias, mas tentava transpor as suas críticas para uma intervenção mais concreta. Desfilavam na micareta e na Festa de Sant'ana com diversos tipos de brincadeiras, piadas, verdadeiras charges humanas de políticos como Delfim, Maluf, brincavam sobre as eleições, sobre inflação, encenavam peças, etc.¹⁵⁵.

Na *Tribuna da Luta Popular*, apoiaram Aurelino Miguel para Deputado Estadual (MDB), porém, retiraram o apoio devido a acusações de grilagem que o candidato sofria na região na qual tinha base eleitoral. O jornal conclamava publicamente, em plena campanha eleitoral, as “forças democráticas e progressistas” a endossarem o documento apresentado, pois “a defesa dos setores populares não se faz apenas com

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Orlando Dias. Op. Cit.

¹⁵⁴ O “*Tribuna da Luta Popular*” foi um jornal iniciado no movimento de bairro do CASEB, segundo depoentes, por um senhor que se chamava Horácio Bastos, chefe de torcida do Fluminense de Feira de Santana. Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

¹⁵⁵ *Feira Hoje*. 26 de Janeiro de 1979, pp. 03 e 04. Mais à frente estes tipos de intervenção continuariam a acontecer, porém a realização fica a cargo dos militantes do PT. Uma demonstração da influência desse grupo na própria organização do PT.

palavras, mas sim na luta concreta do dia-a-dia¹⁵⁶”. O argumento de que a defesa dos trabalhadores no MDB era apenas verbal e retórica, foi repetido algumas vezes em diversos momentos de fundação do PT de Feira de Santana, e nacionalmente também.

Esse perfil de ativismo criou problemas para a militância dessa célula no MDB. Os conflitos ficavam mais expostos, e as dificuldades de manterem uma relação estável aumentavam. A formação de um novo partido também não era algo que aconteceria da noite para o dia. As diversas tentativas de criação do novo partido esbarravam na dificuldade desses grupos de manter vínculos orgânicos com os trabalhadores, mesmo existindo os conflitos de classe, tais como os conflitos pela conquistas de sementes para plantio por parte dos trabalhadores rurais, contra a forma de organização das frentes de trabalho nas zonas rurais¹⁵⁷, o crescimento de manifestações “espontâneas”, ou não, pela melhoria da qualidade de vida nos bairros populares, a luta organizada contra os aumentos dos transportes urbanos e pela sua melhoria de serviço prestado, as expressivas vitórias eleitoras de setores populares do MDB.

Os diversos contextos regionais também dificultavam a realização desses planos, as dinâmicas eram diferentes, o nível de relação com as bases também, mas estas tentativas existiam, e agiram no imaginário de um devir histórico que coadunou-se muito bem ao imaginário de construção do PT, isto é, algumas bases já estavam fincadas e a militância já engajada na construção de um novo partido, antes mesmo de surgir a proposta de fundação do PT.

¹⁵⁶ Feira Hoje. 1º de Novembro de 1978. pp. 03.

¹⁵⁷ A luta por sementes e a da frente de trabalho são partes de um mesmo conflito dos trabalhadores contra as autoridades públicas e a condução das políticas de combate à seca. Principalmente as frentes de trabalho, serviam aos latifundiários e à burguesia comercial e industrial do Nordeste e do País, pois o Estado contratava a força de trabalho de flagelados e mortos de fome refugiados das roças para trabalharem por preço da força de trabalho abaixo do salário mínimo regional. Além disso, servia como forma de manter a coerção política e social dos subalternos, pois a contratação para o trabalho era efetivada via políticos locais através de secretárias municipais. Discutiremos esta questão no capítulo seguinte.

A partir daí os acontecimentos provocados pelos trabalhadores criaram um terreno para novas direções nos rumos das expectativas e projeções políticas desses militantes. As lutas de classe no Brasil se acirraram, das fábricas do ABC às zonas rurais do Nordeste, as palavras de ordem passaram por revisões: como participar daquele novo processo era o novo dilema. A confusão, provocada pelas diferenças da dinâmica entre as resoluções anteriores das organizações e os ritmos das reconfigurações dos conflitos de classe, estava instalada. Várias projeções a respeito do Partido dos Trabalhadores eram feitas, nem todas as organizações resolveram aderir de início. Criticavam as posturas de Lula e seu grupo: o economicismo, o corporativismo etc. Por sua vez, o grupo dos sindicalistas, principalmente do ABC, se estranhava com os estudantes, com os intelectuais, achavam que o partido tinha que ser de macacão.

Nada estava definido. As notícias das greves chegavam e com elas as notícias de falta de eletrodomésticos e de carros nos mercados também. Faltava um impulso para a construção de uma ruptura com o MDB, a classe trabalhadora feirense estava sob a guarda do “peleguismo”, os outros setores também sem realizar greves ou atividades de solidariedade com os movimentos paredistas¹⁵⁸. É bem verdade que, neste período, a economia feirense dava mostras de não compartilhar das mesmas crises que o centro da economia capitalista, frutos ainda da descentralização produtiva ocorrida no Nordeste e especialmente na Bahia, os incentivos e isenções de impostos ainda perdurariam por mais alguns anos. A Indústria feirense e o comércio ainda não fechavam suas portas e portões, os empregos ainda existiam, porém a inflação e alto preço do custo vida já sinalizavam sua longa permanência na vida dos trabalhadores.

¹⁵⁸ Nesse período os professores municipais estavam em greve, mas nenhuma menção de solidariedade aos trabalhadores do ABC, ao contrário, a APROFS (Associação dos professores de Feira de Santana) mantinha-se com o discurso anti-partidário, mesmo tendo dois dos seus dirigentes, professor José Coutinho Estrela e Manoel Fausto filiados ao MDB.

Os trabalhadores de Feira de Santana viviam formas coercitivas diferentes e singulares, que de forma alguma podem ser comparadas a de grandes centros metropolitanos. A própria “permanência da hegemonia”¹⁵⁹ política dos grandes comerciantes atacadistas e varejistas da cidade incidia numa coerção muito mais direta e às vezes mais agressiva, como a revista dos trabalhadores após a jornada de trabalho, o controle, fiscalização e demissões devido às organizações dos trabalhadores em locais de trabalho, reduzindo a margem até mesmo das reivindicações puramente trabalhistas.

Os comerciantes se esforçavam todos os anos para evitar que o 1º de maio se constituísse como um feriado, e aproveitavam para realizar as festas de micaretas na data das comemorações. Alguns destes comerciantes também se engajavam na empreitada de industrialização da cidade, cumprindo uma dupla atuação na coerção dos trabalhadores. Além disso, o trabalho no comércio cria uma relação diferenciada entre patronato e trabalhadores. Muitas vezes os empregados são filhos de amigos, parentes, vizinhos, afilhados políticos, etc. Neste caso a participação, queixa, organização em entidades de defesa dos seus direitos ou em greves etc., vai muito além do conflito entre patrões, “explorados e exploradores”¹⁶⁰.

Os impulso nas lutas sociais em Feira de Santana veio na forma das construções dos Diretórios Acadêmicos, do DCE e das lutas pela transformação do curso de Construção Civil para Engenharia Civil. Para acharmos as origens do PT de Feira de Santana debruçar-nos-emos sobre a dinâmica das lutas estudantis.

O grupo de Luciano Ribeiro passava a reprimir as iniciativas da célula alojada no PMDB jovem. Luciano chegou a se declarar contrário a formação de novos partidos

¹⁵⁹ AUGUSTO, Guilherme. A permanência de uma hegemonia. Comerciantes e comerciários em Feira de Santana. Paper não publicado. Feira de Santana. 2006.

¹⁶⁰ O único trabalho que tem tentado lançar luz sobre esse “teatro do paternalismo”, como chama a autora, é o de BITENCOURT, Larissa. Costumes e conflitos nas experiências de pequenos feirantes de Feira de Santana. (1970-1990), paper sem publicação apresentado no I seminário do Labelu. Feira de Santana. 2006.

antes da constituinte, e achava que a luta política devia se concentrar nos esforços de reforçar o MDB como frente oposicionista a Ditadura militar¹⁶¹.

Aí começou a insatisfação, mas isso, puramente, sempre vinda dos estudantes, uma minoria que vinha dos metalúrgicos, um ou dois, mas a maioria era de estudante, quando foi se consolidando veio Jaime que era de Salvador, alguns estudantes daqui, mas eram de Salvador, tinha atuação em Salvador¹⁶².

A partir de então já estava decidida a construção do PT em Feira de Santana. Outros grupos existentes, como O Trabalho, nacionalmente já haviam decidido sua entrada no PT desde o início (porém, depois recuaram para retornar ao PT somente em 1983), mas não tinham como tomar a iniciativa da construção do PT de Feira de Santana, devido ao seu pequeno número. Mas, ao ser lançada a proposta de construção do PT outros grupos que existiam no campus aderiram juntamente com

o pessoal que saiu do PC do B, a dissidência do PC do B. E outros grupos. Tinha também o pessoal que estava na universidade para a gente não misturar as coisas, e nós da AP tomamos a dianteira, de uma discussão que havia nacionalmente sobre o partido dos trabalhadores. Tomamos a dianteira de lançar a proposta do Partido dos Trabalhadores aqui em Feira de Santana. Que depois foram incorporados com outros grupos. O pessoal da Dissidência do PC do B entrou logo depois, fazendo umas críticas na época que não foi assim discutido, não foi ampliado o debate para formar o PT. Um grupo tomou a iniciativa, achou que o momento era aquele, que não podia esperar, e lançou publicamente a idéia do PT... acho que foi na Câmara de vereadores o lançamento inicial. Ah, desculpe na biblioteca municipal¹⁶³.

2.2.2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em 1976 foi fundada a Universidade Estadual de Feira de Santana. Apoiada e incentivada pelos grupos sociais dominantes de Feira de Santana e da Bahia, que aquela altura precisavam de mão de obra qualificada para potencializar e até mesmo construir o desenvolvimento industrial e comercial da cidade. A UEFS, como é chamada agora,

¹⁶¹ Feira Hoje. 01 de fevereiro de 1979. pp. 02.

¹⁶² Orlando Dias. Op. Cit.

¹⁶³ Entrevista Jaime Cruz. Op.Cit.

(antes era UFS) começou a funcionar com seis cursos: Economia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Administração, Letras Vernáculas, Estudos Sociais.

Em 1976 a cidade atravessava por uma diversificação na condução do poder político. A articulação criada pelo ex-prefeito João Durval e o governador do Estado, além do governo federal, propiciara uma rápida industrialização na cidade e o surgimento de uma fração local de industriais que passavam a reivindicar uma nova reorganização na dinâmica social da cidade, em prol da modernização, da indústria e do progresso. Criaram-se aparelhos privados de hegemonia como o CEDIN (Centro de Desenvolvimento Industrial de Feira de Santana), que tinha como função planejar, fiscalizar, capacitar, ajudar no alcance de financiamentos, como meta alavancar o potencial industrial em Feira de Santana, tida até então como cidade de “vocação comercial”, como diziam as antigas classes dirigentes da cidade ¹⁶⁴.

Uma das exigências para este novo progresso, seria conformar e criar condições de obter em Feira de Santana, mão de obra capacitada a desempenhar o seu papel de “ajudar Feira em sua modernização”. Para tanto, pretendia-se com a Universidade Estadual de Feira de Santana criar um corpo de técnicos e burocratas especializados para gerir a produção, organizar, subsumir a força de trabalho (despotismo fabril dos administradores), racionalizar, construir as fábricas, abrir os centros urbanos para a circulação de mercadorias e educar a força de Trabalho fabril que surgia na ocasião da fundação do Centro Industrial do Subaé e da necessária urbanização do centro urbano feirense.

A UEFS nascia intimamente ligada aos interesses dos grupos dirigentes da Bahia, como comentaram dois militantes do movimento estudantil no jornal “O Grito

¹⁶⁴ VALENTE, Andrei Brito. Op. Cit.

da Terra”¹⁶⁵: ela nascia “refletindo a realidade de uma sociedade capitalista”, hierarquizada, sem amplitude democrática nas discussões de seus rumos, “onde a oportunidade de estudar não é igual para todos”¹⁶⁶.

Porém, esta mesma hierarquia e falta de democracia forneceram os instrumentos para que, nas brechas da tutela ditatorial, fossem dadas as condições da organização dos estudantes nas reivindicações dos seus interesses. A reforma universitária promovida pela Ditadura militar entre tantas coisas criou os Diretórios Acadêmicos (D.A) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), parentes mais jovens da estrutura sindical. A administração das universidades reconheciam aquelas instâncias de organização, e apenas elas, e a depender da relação entre militantes e a universidade, esta destinava uma cota em dinheiro e/ou materiais para estes Diretórios, como para todas as instâncias da universidade.

Foi então que este grupo que estava na Ala Jovem do MDB, a célula da AP-ML, junto com algumas outras organizações, como O Trabalho e a dissidência do PC do B, tomaram a dianteira do processo político na universidade e começaram a fundar os diretórios acadêmicos. Encaminharam diversas lutas por melhorias acadêmicas, culturais, conectando as suas lutas a questões muito maiores do momento, como a construção do PT e a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da UEB (União Baiana dos Estudantes).

A gente tentava uma inserção nos movimentos sociais, a gente tentava no movimento sindical, no movimento de trabalhadores, e a gente tentava uma inserção no movimento estudantil, aí partimos para criação dos primeiros D.As. Aí todas as decisões eram tiradas por nós mesmos nas reuniões. Nós criamos os D.As. na universidade; D.A. de letras, de Engenharia. Primeiro começamos com um movimento de transformação do curso de Construção Civil para Engenharia Civil. Eu até dei uma ajuda fazendo cartaz, jornais, agente fazia para ajudar o movimento¹⁶⁷.

¹⁶⁵ O Jornal o Grito da Terra foi fundado em 1981. Diversas associações, partidos e sindicatos fizeram parte do jornal, inclusive o PT. Voltaremos a discuti-lo em breve.

¹⁶⁶ Grito da Terra. 1981. n 1, pp. 05.

¹⁶⁷ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

Essa penetração, ou criação, orgânica no movimento estudantil universitário, rivalizou com os militantes do PC do B que na época dirigiam uma entidade de estudantes de residências universitárias do interior do estado, que se chamava Confederação Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia (CIVUBA).

Nesse período, não existia Universidade Estadual de Feira de Santana, eles tinham uma grande influência nas residências universitárias nesse período, e eles organizaram essa entidade. E foi um dos grandes embates que nós tivemos aqui na UEFS, no movimento estudantil, foi com a CIVUB, eles achavam que eram a representação dos estudantes da universidade e nós achávamos que tinha que ser uma entidade nova para representar ¹⁶⁸.

Vencido o PC do B nos fóruns políticos do movimento estudantil da universidade, foram criados imediatamente alguns dos diretórios acadêmicos. Inicialmente os de Engenharia Civil e Economia, ainda em 1979, e em 1981 existiam mais seis formados e dois em processo de construção, em comissões pró-diretórios acadêmicos.

O curso de engenharia civil se constituía como um dos pólos principais deste processo. Os estudantes de Engenharia se encontravam atuantes nas lutas pela transformação do curso de Construção Civil para Engenharia Civil. E este debate acontecia também no âmbito nacional, o que possibilitou uma experiência política maior a estes estudantes em relação aos estudantes dos outros cursos. Provavelmente, tiveram maior contato com experiências de outros militantes que passavam pelo mesmo processo de construção política de partidos, especialmente o PT. Talvez se relacionassem com maior propriedade em relação a divisões e fusões no mundo das esquerdas brasileiras. Aparentemente conheciam mais os traquejos das alianças e rachas.

¹⁶⁸ Entrevista Jaime Cruz. Op. Cit.

Não por acaso, a disputa para a diretoria da UEB tinha representantes feirenses em duas das três chapas: a chapa “Viração”, ligada ao PC do B, tinha como candidato para o cargo de secretaria de Ciências Exatas, o militante Joaquim Porto, e na outra, a chapa que tinha o nome de “Solidariedade”, tinha Alberto Boaventura, segundo o jornal Feira Hoje, “o popular Beto Folha”¹⁶⁹. Venceu as eleições na Bahia, independente da popularidade de Beto Folha, a chapa “Viração”. Provavelmente pelo trabalho que se realizava na CIVUB. Em uma cidade como Feira de Santana, de altíssimo fluxo migratório, uma entidade que recebia as pessoas, em seus primeiros contatos na cidade, realmente era muito importante.

A luta pela regulamentação do curso de Engenharia Civil foi vitoriosa na UEFS, o que mereceu, por parte da militância e dos estudantes em geral, uma festa que adiou as atividades de preparação para uma assembléia, que aconteceria no dia seguinte, para preparar uma greve que começava a se desencadear na UEFS. A greve era motivada pelas bandeiras de fim do ensino pago em todos os níveis, promovido pela UNE, como relatou o jornal Feira hoje.

Estudantes do curso de Eng. Civil após conseguirem mudar o curso de Técnicos em Construção Civil adiam assembléias para comemorarem a conquista. Na tarde de ontem, um grupo de estudantes se encontrava reunido no campus universitário festejando com música e bebida a vitória que conseguiram com a transformação do curso de Construção Civil em Engenharia Civil¹⁷⁰.

Como já foi dito, estes militantes participavam, disputavam e adquiriam experiências em atividades que diziam respeito à organização política dos estudantes, como a UEB. Feira de Santana levou 45 delegados para este o congresso¹⁷¹. Os estudantes que construíam o PT participaram do congresso de reorganização da UNE,

¹⁶⁹ Feira Hoje. 11 de setembro de 1980, pp. 02.

¹⁷⁰ Feira Hoje, 13 de Setembro de 1980, pp. 02.

¹⁷¹ Grito da terra. Dezembro de 1982, n 1. pp. 06.

que foi realizado em Salvador, no ano de 1979. Dirigiram-se para Salvador em ônibus fretado, em parceria com a universidade para participar do congresso.

E aí veio o congresso da UNE, é outra coisa muito importante da minha vida e de outros companheiros dessa época, que era a reconstrução da UNE em 79, e por feliz coincidência nossa, em Salvador. Então nós tiramos uma grande delegação daqui de Feira de Santana, e fizemos um esforço para participar do congresso, o centro de convenções ainda estava em construção, lá na Boca do Rio. O Governador na época ainda era Antônio Carlos Magalhães, que populisticamente cedeu vários ônibus, e foi aquele marco para o movimento estudantil daqui de Feira de Santana, da Universidade, a participação da reconstrução das UNE. Que na época elegeu o presidente, que era do PC do B na época, que era Rui César. Foi o presidente da UNE eleito naquele congresso em Salvador... teve apagão de luz, uma confusão, teve repressão na estrada, polícia abordou, levou a gente para perto do quartel, não teve agressão física, mas aquela pressão psicológica de revistar mala, foto ¹⁷².

Lá, a AP-ML, como uma das maiores organizações na Bahia, conseguiu eleger dentre alguns dos seus quadros, Cândido Vacarezza, para secretário geral, que em 1980 colaborava na deflagração da greve dos estudantes da UEFS, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.

Esta greve, que aparentemente começou a ser deflagrada em Ciências Contábeis, tomou corpo e conseguiu congrega uma grande quantidade de militantes de Feira de Santana, dos trabalhadores, dos movimentos de Bairro, do PMDB e do PT. Dentre os que tiveram direito de falar ao microfone para a população de Feira de Santana, figuravam Seu Arnaldo, presidente do PT, uma representante da Sociedade Brasil Mulher e do Comitê de Direitos Humanos.

Gritando slogans (...) cerca de 500 estudantes realizaram ontem uma passeata no centro da cidade, reivindicando ensino gratuito no país e em todos os níveis. Eles saíram do prédio da antiga Faculdade de Educação, e carregando faixas, cartazes, foram até o estacionamento rotativo da Getúlio Vargas, onde realizaram um ato público ¹⁷³.

¹⁷² Jaime Cruz. Op. Cit.

¹⁷³ Feira hoje. 12 de setembro de 1980. pp. capa e 02.

Gritavam palavras de ordens como, “o povo não tem medo, abaixo Figueiredo”; “Dessa eu não abro, abaixo o ensino pago”; “Abaixo a carestia, escola para o povo e comida todo dia”, cerca de 500 estudantes que se concentraram e marcharam pelo centro da cidade por volta das 17 horas. Ao final do ato cantaram o hino nacional, a exemplo dos metalúrgicos de São Bernardo quando marchavam pelas ruas nas manifestações públicas das grandes greves. Lançaram um manifesto que denunciava as péssimas condições educacionais de Feira de Santana, desde os baixos salários dos professores, profissão que, segundo os manifestantes, tinha virado “bico” de gente estranha à educação, até a das péssimas escolas de Feira de Santana. E concluíam que era lutando contra aquele estado de coisas que ¹⁷⁴:

Nós estudantes de Feira de Santana, não poderíamos ficar de fora, depois, nossa situação não é diferente das demais. Conclamamos toda a população a se sensibilizar e divulgar nossa luta, isto é, dos estudantes e da população. “É o começo de uma luta que irá até a vitória final” ¹⁷⁵

Os estudantes faziam em Feira de Santana o papel que cumpriria às mobilizações de massa que impulsionaram o PT em diversas localidades do Brasil. Como já mencionado, além das lutas estudantis, podia haver resistências silenciosas e culturais em diversos níveis, mas movimentos públicos, de massa, apenas os estudantes realizaram naquele momento¹⁷⁶.

2.2.3. Cineclube Olney São Paulo.

Dentro do movimento estudantil aconteceram ainda algumas outras manifestações de mobilização e luta social. Uma delas foi a do movimento cineclubista,

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Ib. Idem.

¹⁷⁶ A exceção fica por conta dos trabalhadores rurais que realizaram atos públicos um pouco depois das dos estudantes, mas estas peculiaridades serão discutidas mais a frente.

especificamente o Cineclubes Olney São Paulo. O nome foi dado em homenagem ao cineasta feirense de mesmo nome, que fez alguns filmes premiados no Brasil e no mundo, um deles, especificamente, sobre a resistência dos estudantes em Feira de Santana à ditadura militar ¹⁷⁷.

O movimento cineclubista tinha como seu público alvo, principalmente, os estudantes universitários. Exibiam filmes censurados pela ditadura militar, filmes bastante politizados, filmes que falassem sobre as revoluções socialistas que ocorreram no século XX, como “O Encouraçado Potekim”, sobre a revolução na Nicarágua, etc. O movimento também participou de encontros e debates nacionais entre cineclubistas do Brasil.

[quando] a gente conseguiu comprar [o equipamento], aí pronto (...) Conseguia exibir tudo. Junto com o DCE da Federal a gente conseguiu exibir, na época, um filme que estava proibido na época: “Je vous salue Marie”. Foi Zé Neto¹⁷⁸, que era do diretório de lá. Neto trouxe para cá, montamos um esquema de segurança para proteger Neto, que a polícia federal queria prendê-lo. Conseguimos lotar aquele anfiteatro com mais de... Não comportava a quantidade de pessoas, foi quase uma revolução naquela universidade. E um cara da Polícia Federal, um ou dois, esse cara a gente sabia, identificava. O cara ficou o dia todo lá, tentando pegar a cópia, tentando pegar Neto. Eu sei que saí de casa sete horas da manhã para ir lá no campus, só voltei meia noite, nem fui dormir em casa, fui dormir na casa de outra pessoa, para poder dar seguranças a Neto, para ele conseguir voltar para Salvador, e eu ter que segurar a cópia do filme para ele chegar sem a cópia do filme, para não ser preso ¹⁷⁹.

A formação do Cineclubes partiu da iniciativa de militantes que estavam de uma forma ou de outra participando de atividades culturais, ou nelas concentravam sua preocupação. Consideravam que a militância naquele momento podia passar a utilizar

¹⁷⁷ O nome do filme é “O grito da Terra”. Fez outros filmes, dentre eles está o célebre, “Pinto vem aí”, que retrata as lutas populares e manifestações promovidas pelos simpatizantes do prefeito Francisco Pinto.

¹⁷⁸ Zé Neto, militante do PMDB e do DCE da UFBA. Feirense, vai para Salvador para estudar e depois de formado volta para Feira de Santana e se torna um proeminente advogado de movimentos sociais e sindicatos, sobretudo dos trabalhadores de transporte coletivos alternativos. Filia-se ao PT e torna-se seu segundo vereador. Zé Neto será personagem de uma parte do penúltimo capítulo dessa dissertação.

¹⁷⁹ Orlando Dias. Op. Cit.

novas tecnologias na suas atividades de convencimento da necessidade de transformação da sociedade, na formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Portanto, buscavam, além da universidade, exibir os filmes em bairros populares:

Olha, o foco maior era a universidade. Aí, lá na universidade, hoje onde é o CUCA. Algumas exibições na Rua Nova, Chegamos a fazer algumas no Campo Limpo. É... alguns locais assim, por exemplo, no Campo Limpo nós fizemos na casa de Rocha. Tinha uma área, nós chegamos a fazer algumas exibições lá. Fizemos muito no mercado de Arte , ali no calçadão, ali né?¹⁸⁰

Os dois bairros acima citados possuíam Associações de Moradores vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Na Rua Nova, como já foi dito, o presidente da associação era militante da Dissidência do PC do B e do PT e no Campo Limpo, bairro ao lado da universidade, o seu presidente era José Rocha, um dos poucos operários que constituíram a fundação do Partido e que sempre manteve uma atuação independente das tendências que, posteriormente, se formaram no PT¹⁸¹.

Entre boicotes e conflitos com a estrutura hierárquica da universidade Estadual de Feira de Santana, o Cineclube chegou a contar com certo reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade feirense em geral. Na universidade, passou a ser convidado para exibir filmes em eventos oficiais, em eventos culturais da cidade. Chegou mesmo a exibir filmes até fora de Feira de Santana. O Cineclube, porém, ao continuar sua trajetória cada vez se distanciava mais do partido. À medida que se ampliava o Cineclube para públicos de eventos oficiais, suas apresentações tornavam-se

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ A trajetória política de José Rocha, talvez seja a mais parecida com a dos “autênticos” no PT de Feira de Santana. Estes reivindicavam para si, durante as disputas internas do partido, uma maior legitimidade no controle partidário, pois teria sido deles que o Partido dos Trabalhadores teria sido fundado, das suas greves. O caso de Rocha não se assemelha por este aspecto da disputa, ao contrário, o próprio Rocha, em depoimento, se dizia bastante alheio as disputas do partido, “pois não entendia muito bem as coisas colocadas pelos estudantes”, isto é, não tinha uma opção teórica marxista, trotskista, leninista, etc., a aproximação que fiz diz respeito à falta de passado e de luta em organizações de resistência ao regime ditatorial, a falta de vínculos com partidos anteriormente. Sua consciência de classe, segundo ele, foi descoberta de acordo com a exploração que sofria na fábrica de pneus Tropical e que ao lutar para melhorar a condição de vida, percebia, juntamente com Lula – que admirava bastante pela televisão – que era necessário participar da política.

mais especializadas, havendo uma preparação maior para um público mais especializado. Acontecia um duplo movimento, essencialmente ambíguo: o sucesso do Cineclube dependia da sua especialização – entendida como debates técnicos, acadêmicos e eruditos – e essa especialização o afastava das camadas populares, às quais se destinava originariamente, o que provocou a consolidação de um cine-clube direcionado para amantes de cinema, em sua maioria universitários.

Então o Cinenlube foi afunilando e começando a ficar mais para os teóricos, e quem gostava mais de cinema, mas sem também... Nessas seções aparecia uma ou outra pessoa mais nova, que começava a se interessar, chegava ali para assistir um filme, que era de graça, tava ali e via e começava a despertar para aquilo, tava mostrando uma coisa diferente, do que as pessoas não viam por aí né? ¹⁸²

Havia também toda uma dificuldade material e logística, que dificultava a atividade do movimento.

E o problema era o seguinte: todo mundo estudante, ninguém tinha estrutura, aí para carregar um projetor que pesa mais de 30 quilos, botar dentro de um ônibus, ir buscar um filme em Salvador... Precisava ir muito pegar filme em Salvador, no ICBA ou na Universidade Federal, na Jornada de Cinema. Aí, um filme daquele era muito pesado, e tinha que ir de ônibus para trazer, e tinha prazo, é complicado né? ¹⁸³

Independente da eficiência partidária do movimento Cineclubista, ele mereceu, na documentação e na memória dos militantes do PT, o status de mobilizador e organizador da construção política que fundou o PT em Feira de Santana.

o cineclube teve uma importância enorme. Porque permitiu que uma série de estudantes entrasse no PT, foi através do Cineclube que a gente conseguiu uma militância muito boa para o PT, Aécio Quintela, Cacau, uma série de pessoas que veio no movimento cineclubista ¹⁸⁴.

Como se pôde verificar ao longo deste capítulo, a categoria dos estudantes e da juventude se consolidou como parte principal de fundação do Partido dos trabalhadores.

¹⁸² Orlando Dias. Op. Cit.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Jairo Cedraz. Op. Cit.

Estes estavam na Ala Jovem do MDB, militavam também na comissão de Direitos Humanos, na Sociedade Brasil Mulher. Estavam fundando os diretórios acadêmicos e o DCE e criaram um movimento cineclubista. Veremos ainda como estavam nos pedágios para angariar fundos, nas casas dos bairros pobres, convencendo as pessoas a se filarem no PT.

A importância dos estudantes de Feira de Santana na construção do PT foi tamanha que em alguns momentos foram elevados à sujeitos oprimidos pelo capitalismo¹⁸⁵:

Nós, hoje, temos um instrumento que está aberto a participação de todos os trabalhadores, e que tem hoje como candidatos, trabalhadores. E no partido dos trabalhadores não tem nenhum burguês, nenhum dono de empresa, nenhum explorador, só temos trabalhadores, estudantes e todas as camadas oprimidas da população

¹⁸⁶

Consideravam-se como trabalhadores por um processo que não era por força do compartilhamento de experiências, de relações de exploração, etc., mas, pela identidade ideológica que se atribuíram e que lhes foram atribuídos. A identidade política com os trabalhadores, que operava acima de tudo pelo marxismo, ocupou um lugar no qual estudantes mobilizados, passaram a falar como trabalhadores para trabalhadores reais. Acreditavam encarnar o espírito da luta dos trabalhadores de Feira de Santana, ainda adormecido, que despertaria “através da organização dos trabalhadores no seu partido”, pois, diziam que somente organizados poderiam acabar com esse sofrimento imposto pelo capitalismo.

Não pretendiam substituir os trabalhadores nas tarefas da revolução, admiravam os trabalhadores, estes, inclusive, tiveram cargos importantes no partido; presidência,

¹⁸⁵ Não afirmo aqui que isso tenha se dado como formulação, concepção, programa de partido, mas nos comícios, nas falas públicas dos oradores os estudantes figuravam como categorias sociais explorada. Devido a seu peso numérico no partido não podiam ser ignorados.

¹⁸⁶ Gravação em Fita cassete de um comício realizado no bairro da Mangabeira. Feira de Santana. 1982. Não se tem a precisão do mês.

importantes candidaturas, como a de prefeito e vice-prefeito em 82. Porém, criavam uma falsa representação de si, que era percebida com desconfiança pelos trabalhadores dos bairros pobres, e pelos trabalhadores que estavam nas lutas sindicais de Feira de Santana, como notou o presidente do sindicato dos bancários Eliezer Cavalcanti, ao ser perguntado do porque da sua não participação no PT frente as novas possibilidades trazidas pela “abertura democrática”: para ele o “Partido dos Trabalhadores esta cheio de elementos estranhos aos trabalhadores”¹⁸⁷. Já que no seu começo o PT tinha como princípio a não participação de “patrões”, podemos afirmar que o bancário está fazendo referências a grande participação de estudantes.

Falavam “das escolas dos nossos filhos” como se não houvesse nenhuma diferença entre as escolas que estudaram e a dos filhos dos trabalhadores na década de 1980. Ao falarem dos “nossos” péssimos casebres, da “nossa” péssima rua, contraditoriamente, revelavam um pouco das representações que tinham da vida dos trabalhadores: Pobreza, sujeira, analfabetismo. Uma forma nada delicada de um visitante demonstrar a necessidade de mudança¹⁸⁸. A identidade, teórica, serviu para quem tinha à disposição os manuais leninistas distribuídos pelos partidos e organizações de vanguarda. Este não era o caso dos trabalhadores, cuja auto-percepção, e o “espírito de cisão”, partia, sobretudo, de um “terreno cultural comum”, experimentados nas vida e nas lutas conjuntas. Os estudantes se identificavam com os trabalhadores por força da “ciência da revolução”, mas como trabalhadores não engajados se identificariam com estudantes ou setores da classe média? Como não serem vistos como “estrangeiros” de “dialeto” diferenciado?¹⁸⁹

¹⁸⁷ Feira Hoje. 24 de maio de 1980, pp. 02.

¹⁸⁸ Fazendo uma analogia, penso que seria a mesma coisa de um estrangeiro ao visitar uma cidade, um bairro, ou um país, abordar seu morador e afogar-lhe em visões negativas do lugar onde vive.

¹⁸⁹ Aliás, é importante frisar que essa foi a forma como Lula caracterizou os militantes das organizações clandestinas frente aos trabalhadores em discurso do I Encontro nacional do PT. RESOLUÇÕES... Op. Cit, pp. 107, 112. Esse hiato, provocado por uma série de questões políticas no Brasil, foi utilizado nas

Refletindo em torno desta questão Florestan Fernandes dizia:

(...) tenho a impressão que o PT tem uma quantidade muito grande de intelectuais, o que significa que, por enquanto, o PT seduziu mais a imaginação dos intelectuais do que a imaginação das classes trabalhadoras. (...) agora, o problema chave, como eu disse antes, é o a relação do partido com as classes trabalhadoras. Se essa for uma relação forte, então o partido proletariza o intelectual. Ele se torna um intelectual orgânico das classes trabalhadoras. Não há outra maneira ¹⁹⁰.

A identidade, portanto era feita á revelia deste processo de identificação orgânica entre o partido, seus militantes e as classes trabalhadoras. A “proletarização”, sugerida por Fernandes, continuava a ser afirmada discursivamente, haja vista, a ausência dos trabalhadores na consolidação de um partido, e tampouco com a “direção das classes trabalhadoras” ¹⁹¹.

Mas o discurso dos militantes continuava “proletarizado”, mas, não orgânico. E repetia-se a não identidade: “**vocês, como nós, trabalhadores, estudantes, e demais camadas oprimidas do país**” ¹⁹², escamoteando o problema da necessidade de construção de uma identidade política entre intelectuais e trabalhadores, necessária para construir um Partido “dos Trabalhadores”¹⁹³.

2.3. MOVIMENTO PRÓ-PT

2.3.1. PEDÁGIO E COMITÊ DE SOLIDARIEDADE

disputas políticas do PT. Essa reflexão se fundamenta na desconfiança que os trabalhadores desenvolvem com alguns setores de classe média, de alguma forma, vistos como elite, principalmente, se se tratam de setores letrados e universitários. Para ver os constantes debates sobre a participação dos intelectuais no PT recomendo FERNANDES, Florestan. *Intelectuais e proletários no PT*. In: FERNANDES, Florestan. *Em Busca do Socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995. A utilização do que Coelho chamou de “petismo autêntico” operava, circunstanciadamente, nesta oposição entre intelectuais, classe média e “nós”, os trabalhadores. Esse mecanismo utilizado largamente pelos “autênticos”, revela que de fato essa “não-identidade” se verificava historicamente neste período da História. Lula em entrevista oferecida a Morel, falava que não deixaria essas pessoas enganarem os trabalhadores, que desconfiava de militantes que falavam em revolução e depois ia dormir em Ipanema e Morumbi, entre outros ataques aos companheiros de partido de classe média, universitários, etc. MOREL, Mário. *Lula o metalúrgico. Anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pp. 145-148 e 152-155.

¹⁹⁰ FERNANDES...Op. Cit, pp. 195 e 196.

¹⁹¹ Idem, pp. 196.

¹⁹² Fita cassete. Comício na Mangabeira. Feira de Santana 1982. Op. Cit.

¹⁹³ Florestan Fernandes chamou essa relação de “Socialização socialista” e Gramsci de “dialética intelectual-massa”. FERNANDES... Op. Cit. p. 197. GRAMSCI. Antonio. *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1966, pp. 22.

Esse pequeno, porém expressivo, grupo de estudantes que buscavam fundar o PT em Feira de Santana, se apressou em prestar solidariedade ao PT desde quando faziam parte da Ala jovem do MDB. Quando saíram do MDB as greves em São Bernardo novamente voltavam a acontecer, porém, as greves do ano de 1980 foram as mais duras. O aprendizado político experimentado pelas frações de classe durante as greves do fim da década de 1970 proporcionou tal endurecimento nos conflitos.

Os empresários tinham se preparado com todos os seus meios, o Estado, por sua vez, colocou todo seu aparelho repressivo à disposição e procurou de todas as formas evitar que os empresários liberais fizessem negociações com os trabalhadores. Àquela altura, os trabalhadores eram considerados potencialmente perigosos devido a sua independência política e que os conduzia à criação da fantasia do “mito príncipe”¹⁹⁴. Naquele momento o Partido dos Trabalhadores já era uma realidade. A fundação de uma nova central de trabalhadores (a CUT), livre e pela base, também já era pensada e dava-se seus primeiros passos nos CONCLATs (Congresso Nacional das Classe Trabalhadoras) e nos CECLATs (Congresso Estaduais das Classes Trabalhadoras).¹⁹⁵ Viviam-se os momentos germinais da crise de hegemonia que se desenrolaria durante toda a década de 80¹⁹⁶. Pois bem, estes mesmos estudantes foram às ruas para denunciar e criticar a farsa da redemocratização brasileira. As deposições, as prisões e os inquéritos que sofriam os sindicalistas, mostravam a fragilidade da transição quando da inclusão (forçada), no cenário da luta política, dos trabalhadores organizados e os aparelhos privados contra-hegemônicos.

¹⁹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Caderno dos Cárceres*. Vol. 03. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, pp. 13 e 14.

¹⁹⁵ RODRIGUES, L. M. *CUT: Os militantes e a ideologia*. Paz e terra. Rio de Janeiro. 1988.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia Neoliberal na Década de 90. In: *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Vozes. 2002. A hegemonia neoliberal na década de 80 e História do Brasil recente. MENDONÇA, Sônia Regina de, FONTES, Virginia. *História do Brasil Recente*. 1964-1992. Ática. Rio de Janeiro.

Uma das primeiras atividades da comissão Pró-PT em Feira de Santana foi a organização de um comitê de solidariedade aos metalúrgicos do ABC paulista. Os militantes petistas foram para os semáforos de Feira de Santana e para o Centro de Abastecimento cobrar pedágio e suscitar a colaboração da população de Feira de Santana para contribuir com os metalúrgicos paulistas em greve¹⁹⁷. Em três pedágios já tinham conseguido Cr\$ 4 mil¹⁹⁸.

Foram para as ruas portando faixas com dizeres: “Estamos construindo o PT – Partido dos Trabalhadores. Na luta contra a carestia a opressão e E... (ilegível)” e “Trabalhadores Feirenses ajudam a justa greve dos metalúrgicos paulistas. Contribua com o fundo de greve”. Uma delas contava com a assinatura do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos¹⁹⁹.

Os motoristas que colaboravam com o movimento do comitê recebiam um bônus no qual pedia ajuda para manter a greve dos metalúrgicos paulistas “na sua luta por melhores condições de vida e contra a ditadura dos patrões e do governo”.

Hoje o Comitê de Apoio a Greve volta a realizar um novo pedágio em diversos pontos de maior movimento de veículos. Ontem à noite, os componentes do comitê se reuniram para discutir sobre a distribuição de um documento sobre o movimento e fazer uma avaliação da mobilização²⁰⁰.

Este tipo de solidariedade que se manifestou por todo o Brasil foi muito importante, pois dessas ajudas muitos operários tiravam o que comer. O fundo, criado em São Paulo para arrecadar dinheiro do Brasil todo, não conseguiu o suficiente para que todos grevistas em São Bernardo tivessem acesso ao montante arrecadado pela greve, não obstante, sua maior importância foi aproximar os operários paulistas e a

¹⁹⁷ Jornal Feira Hoje, 15 de Abril de 1980. p. Capa.

¹⁹⁸ Ib. Idem.

¹⁹⁹ Ib. Idem.

²⁰⁰ Jornal Feira Hoje, 15 de Abril de 1980. P. 03.

classe trabalhadora de outros estados, produzindo um sentimento de união – e de cisão com a ordem dominante – necessária à fundação de um partido²⁰¹

2.3.2. AS FILIAÇÕES NOS BAIRROS

Para crescer e deixar de ser uma comissão pró-PT, a militância do PT de Feira de Santana teria que atrair para o novo partido uma quantidade maior de pessoas. O movimento de massa à época em Feira de Santana, que era o movimento estudantil, não conseguia assegurar a quantidade necessária de filiados. Além deste movimento, existia em Feira de Santana os movimentos de bairro e as associações de moradores. Porém, a grande maioria destes movimentos estava sob o controle de militantes do MDB, ou mesmo do PDS. Com raríssimas exceções.

Decidiu-se disputar as bases dos caciques de Feira de Santana. Esta escolha tática originava-se do trabalho que estes militantes fizeram no passado, junto à “Tribuna da Luta Popular”, em prol de alguns políticos feirenses, como Francisco Pinto, por exemplo. Selecionaram, dentre alguns desses bairros, o CASEB, bairro originário do “Tribuna da Luta Popular” e o bairro da Queimadinha, por ser considerado um reduto oposicionista.

Aí estou falando da luta no chão, na terra... de você ir nas casas das pessoas, que a legislação exigia, exige, mas antes era mais rígido, exige o número mínimo de filiados por municípios, e você convencer as pessoas, quer dizer, as pessoas que estavam à frente nos movimentos estavam convencidas, tinha que preencher as fichinhas porque o partido tinha que ser legal, embora composto por facções na clandestinidade ainda, muitas delas na clandestinidade, mas o partido tinha que estar nas legislações burguesas, que era lei eleitoral, para isso tinha que preencher fichinhas, convenções, aquela burocracia toda, isso foi um trabalho duríssimo (...) ir casa em casa, bairro em bairro, na queimadinha, agente trabalhou muito na queimadinha, no final da João Durval, chamada Mangabeira tinha um grupo muito atuante. Entrar na casa das pessoas, discutir o que é partido, convencer, você imagina o que é isso. Convencer uma pessoa a pegar o seu título para agente, anotar e filiar ao partido²⁰².

²⁰¹ Segundo ALVES, Maria Helena... Op. Cit., pp. 262, estes trabalho de doação rendeu seis toneladas de alimentos por semana durante as seis semanas que perdurou a greve. Beneficiou apenas 15% das famílias.

²⁰² Jaime Cruz. Op. Cit.

A luta pelo preenchimento das fichinhas consumiu muito tempo e sacrifício da militância, a legislação eleitoral criava diversos artifícios para impedir a formação de novos partidos, sobretudo de cunho popular. Para os políticos tradicionais, que possuíam seus “feudos” eleitorais, e onde as estruturas de organização da sociedade civil contra-hegemônica era muito fraca, gelatinosas no dizer de Gramsci, as coisas eram mais fáceis. O mandonismo e a dependência econômica dos trabalhadores, principalmente nas pequenas cidades do interior do país, e no nosso caso, nas portas do sertão da Bahia, onde o poder dos partidos ligados aos latifúndios era muito forte, oprimia e restringia a liberdade de escolha. Na maior parte das vezes, a sociedade política local exercia a coerção necessária para conseguir filiados aos seus partidos. Aos militantes do Partido dos Trabalhadores restava apenas a cara e a coragem para obter essas filiações.

Batiam de porta em porta, no sol e na chuva, no intuito de conseguir filiações para legalizar o partido. Mas não era fácil:

havia muita gente que batia a porta na sua cara. Aquela história de aversão à política, ainda a um partido diferente, que exige, com formação em outras bases, não foi fácil. Teve todo esse processo burocrático das fichinhas, de recolher fichinhas, eu tenho até hoje (...) ²⁰³.

Batiam na porta das casas, na maioria das vezes, pessoas estranhas aos moradores dos bairros. Nessa época, Feira de Santana começava a ampliar sua fama de cidade violenta, devido ao surto migratório que aconteceu durante toda a década de 70 e 80. Não era tarefa fácil convencer as pessoas a entrar nas suas casas.

Difícil, também, era convencer os militantes do partido a fazer este trabalho. Sair de uma concepção para outra de construção partidária, assentados ainda nas experiências de militância de vanguarda, de poucos quadros, isto é, de uma concepção leninista de organização revolucionária, de tradição clandestina. Levou algum tempo

²⁰³ Idem.

para que as organizações reformulassem suas táticas para construir o PT, e tempo também para que a sua militância assimilasse o novo perfil militante da “dupla-camisa”, para usar um termo que ficou célebre no discurso de Lula em 82 no I Encontro do partido.

Era uma filiação que era feita para cumprir as obrigações eleitorais, era um negócio ruim, mas a gente tinha que fazer. A muito custo conseguimos levar Antônio Ozzetti para a Rua Nova, e a gente com gente lá dentro, Edvaldo Rios né? Que não fez nenhum trabalho de filiação. Eu com o pessoal da favela é que forçamos ele a ir, e foi a primeira vez que Antônio Ozzetti foi de casa em casa para filiar as pessoas. Aí, a gente ia lá com aquele discurso: “Nós somos do Partido dos Trabalhadores, os trabalhadores sempre foram explorados e tal e tal”, aquele discurso obreiro né? E a gente falava da relação da empregada doméstica, porque aonde a gente ia encontrava a maioria de empregadas domésticas né? O discurso era esse: “a gente trata bem o filho da patroa, mas batem nos nossos meninos”, o pessoal se filiava, oferecia cafezinho, a gente; “não”, “não”, oferecia cafezinho, bolo, tudo né?²⁰⁴

Como podemos ver, gozavam também da boa hospitalidade típica dos trabalhadores da zona rural, do interior. Mas a presença de trabalhadores e militantes que fossem moradores e participantes das lutas dos bairros pobres de Feira de Santana ajudava muito neste tipo de trabalho, porém, eram muito poucos, como era o caso de Ovídio, que segundo relatos foi peça chave nesse trabalho de bairro.

Rapaz, quando começamos o PT, uma das peças fundamentais no trabalho de bairro foi Ovídio, se não fosse ele a classe média não era de pegar a massa, quem fazia o vínculo era eu por fora, tinha uma máquina a álcool [mimeógrafo] que era do professor Justiniano, aí eu pegava, ficava enrolando, porque eu tinha que fazer meus jornalzinhos, fazia 100, fazia 200, aí fazia de tudo para render mais porque eu comprava papel com o dinheiro do meu bolso, para poder rodar, também não tinha como, a álcool né? Aí fiz vários para ele poder entregar, porque a gente só de boca não adianta né? Como é que consegue conquistar a confiança dos moradores, da periferia, o que é que a gente fazia?²⁰⁵

Houve muito trabalho em alguns bairros como Mangabeira, Campo limpo, Cidade nova, CASEB, etc. A partir dessas passagens pelos bairros conseguiu-se aumentar não só o contingente de militantes, mas os contingentes proletários no PT. De

²⁰⁴ Jairo Cedraz. Op.cit.

²⁰⁵ Jairo cedraz. Op.cit.

certa forma, podemos dizer proletárias. As atividades de filiação das pessoas se concentravam na parte do dia, horário de expediente da maioria das pessoas, portanto, os militantes da comissão pró-PT se deparavam, no seu trabalho de filiação, muito mais com mulheres, trabalhadoras domésticas e/ou donas de casa, o que fez com que o partido tivesse em um primeiro momento maior quantidade de mulheres filiadas do que de homens.

Porém, isto não significaria uma maior participação feminina no partido, pois, como já esperava os militantes petistas, estas filiações não foram convertidas em militância orgânica. Quando se tentava procurar novamente algumas das pessoas que assinaram aquelas fichinhas, muitas vezes já tinham mudado de endereço, coisa muito comum numa cidade que o fluxo migratório era contínuo.—Muitas vezes antes de fixar definitivamente moradia, as pessoas passavam dias nas casa de familiares, moravam nas casas que podiam, até melhorarem ou piorarem de vida e se mudarem ²⁰⁶.

Os petistas de Feira de Santana, aliás, tinham que cobrir outros flancos para assegurar a expansão do projeto do Partido dos Trabalhadores, não apenas nos seus bairros, mas também acompanhar, ajudar, e até mesmo, coordenar a fundação de comissões pró-PT em diversos municípios ao redor de Feira de Santana e seus Distritos.

Coube então a alguns membros da comissão Pró-PT de Feira de Santana acompanhar e apoiar as iniciativas de organização de núcleos, comitês, ou comissões pró-PT de alguns destes lugares.

O secretário do núcleo do Partido dos Trabalhadores, Jaime Cunha, viajou ontem para a cidade de Canaã e Coaraci para o lançamento de núcleos do Partido nestas duas localidades, o secretário, entretanto, deverá ir também as cidades de Iguai, Ibicui e Itabuna, “preparar a fundação de núcleos”. Por outro lado, já está marcado para o dia 13 o lançamento do PT em Paulo Afonso. ²⁰⁷

²⁰⁶ Veremos mais a frente à luta pela ocupação de terrenos urbanos para construção de moradias populares, como a ocupação do George Américo. Bairro que leva o nome da principal liderança política das ocupações de terra em Feira de Santana.

²⁰⁷ Feira hoje. 11 de Julho de 1980. Pg. 02.

Jaime Cunha, ainda para este mesmo jornal, afirmava:

que em Salvador, após o encontro municipal realizado pelo PT, formou-se uma comissão de organização municipal – que ainda não é a Comissão Provisória – que tem como objetivo encaminhar a organização das zonais, elegendo as suas comissões provisórias.

“No interior – disse ele – contamos com núcleos formados, ou em formação, em 43 cidades, além de contatos ou pessoas do partido em mais de 80”.

- A partir desse mês todo nosso empenho será no sentido de formar as comissões provisórias em, pelo menos, 57 dessas cidades, que somadas às 11 zonais de Salvador, virão a preencher o número legal para o registro do partido ²⁰⁸.

Ao longo da documentação, podemos constatar que Feira de Santana, por localizar-se em um entroncamento rodoviário, foi estratégica para este tipo de acompanhamento. Alguns membros da Executiva de Feira de Santana, ou do Diretório Estadual, que morassem em Feira de Santana, eram designados para acompanhar questões como as disputas internas, como foi o caso da prefeitura de Jaguara, mais a frente, e no diretório municipal desta mesma cidade, acompanhar núcleos em formação, como os de Gavião, Anguera, etc. Isso nos sugere que não fora uma prática localizada e pontual, ao contrário ²⁰⁹.

O posicionamento estratégico de Feira de Santana é confirmado devido aos sucessivos encontros promovidos pelo Partido na cidade. O I Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores aconteceu em Feira de Santana. O I Encontro que o partido organizou com os trabalhadores rurais do Estado também ocorreu na cidade.

O I Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana realizou-se no dia 12 de Julho de 1981, na Praça dos Remédios, 22, sala 101, contando com a presença de 106 membros, do total de 473 filiados que estavam aptos a votar naquele dia. O I Encontro discutiu o manifesto de Lançamento do PT, o Programa, o Estatuto e a nova comissão executiva. A votação foi respectivamente a seguinte: 101

²⁰⁸ Feira Hoje. 06 de setembro de 1980. pp. 02.

²⁰⁹ C.I. do Diretório Estadual. 1982. Salvador. Esta circular cobrava ao Diretório Municipal de Feira de Santana os relatos dos acontecimentos.

votos para os dois primeiros pontos da pauta, contando com 3 votos contra e dois brancos; para o estatuto tiveram 102 votos a favor, 2 brancos e 3 contra; para o último ponto da pauta foram 98 votos a favor, nenhum voto em branco, nenhum voto contra e oito votos nulos²¹⁰.

Antes, porém, houve uma outra eleição para substituir a comissão provisória. Instaurava a comissão que ficou encarregada de organizar o I Encontro do PT municipal. Esta comissão ficou formada por: Presidente, Alberto Campos Boaventura (Beto Folha); Secretário, Antônio Ozzetti Neto; Tesoureiro, Jairo Cedraz de Oliveira; Suplente, Wilson Martins Prado²¹¹.

Legalizado o partido no município, tratou-se de divulgá-lo amplamente. A forma encontrada para isso foi aproveitar a vinda de Lula na Bahia e fazer um comício com ele na cidade. Como já foi dito, a praça lotou. Os feirenses foram ver Lula, assim como em todos os lugares da Bahia nos quais ele passou. Estava lançada a disputa eleitoral. No II Encontro Municipal do partido, que ocorreu em setembro de 81, dentre alguns pontos de pauta para a discussão estavam elencados as eleições de 82 e o programa de governo municipal²¹².

Na oportunidade, Lula disse que além de surpresa, pois ouvia dizer que “o trabalhador baiano não participava das coisas, por que ele é conservador, porque ele não se interessava em discutir seus problemas”, e contente com as participações massivas que viu na Bahia, afirmava, ao ser perguntado se dava para prognosticar o futuro do PT no Nordeste:

estando legalizado em 17 Estados e esperando chegar em Fevereiro no mais tardar com todos os 22 Estados tendo comissões legalizadas e preparado para concorrer as eleições de 82. Nós achamos também que a questão da dificuldade ou não da eleição é um negócio muito místico, é um negócio que a burguesia tende a dificultar, por que

²¹⁰ Livro de atas do PT de Feira de Santana. Fls. 01, 02, 03. Feira de Santana.

²¹¹ Ibid.

²¹² Idem. fls, 05.

nenhum partido na História desse país teve um material humano disponível, e que trabalha gratuitamente, que tem o Partido dos Trabalhadores hoje. E esse número de pessoas tende a crescer na medida em que o partido vá crescendo. Então nós chegaremos nas eleições de 82 com uma base bastante sólida e tranquilamente em condições de ganhar as eleições dos pseudos líderes que ficam por aí se intitulando de chefes políticos de uma Nação, como coisa que a classe trabalhadora precisa ser tratada como um animal irracional que não pensa e precisa ter um chefe²¹³.

2.3.4. ELEIÇÕES DE 1982.

As eleições de 1982 ficaram marcadas pelas constantes mudanças nas regras do jogo eleitoral. A conjuntura desfavorável para o partido do Governo (PDS), impôs diversas restrições aos partidos de oposição. Nessa eleição o governo militar baixou um pacote eleitoral (o Pacotão), e alguns adendos sobre ele. Um dos que ficou mais conhecido e que realmente interferiu na disputa eleitoral, foi o de autorizar até três chapas majoritárias num mesmo partido, com o intuito de dividir os votos dos partidos de oposição, haja vista, o PT e o PMDB terem sido formados como conglomerados de tendências. No caso do MDB, reconhecidamente, uma frente de múltiplas correntes, e no caso do PT não tão assumidamente.

O PT de Feira de Santana, a exemplo do PT da maioria dos Estados Brasileiros, lançou candidatos para disputar todos os cargos eletivos. Os petistas chegaram a ensaiar uma discussão com alguns militantes e políticos do PMDB, como o deputado Estadual Roque Aras e Albertino Carneiro. Esta foi a tática do PT para sondar e aprofundar a cisão que já havia no PMDB local: a decisão de lançar candidatos em todos os níveis já estava quase resolvida, e isto podia ser visto nos comícios eleitorais que o PT fazia nos bairros de penetração popular do PMDB, onde acusavam o PMDB de ser um partido de patrões e burgueses, que queriam enrolar os trabalhadores com um discurso oposicionista²¹⁴, ao mesmo tempo que cumpria, para os militantes do PMDB, uma

²¹³ Feira Hoje, 29 de novembro de 1981, pp. 02.

²¹⁴ Os debates entre o PT e o PMDB e os outros grupos de oposição serão explicados mais à frente.

espécie de trégua, ou mesmo a criação de laços e vínculos com uma nova alternativa organizativa da cidade que servia aos seus interesses imediatos ou futuros, como foi o caso dos dois mdbistas citados acima, que chegaram a no futuro a serem filiados ao PT.

Mas, os espaços para alianças e apoios a candidaturas já estavam basicamente inviabilizados. Pois, antes mesmo das reuniões, os candidatos petistas já estavam pré-definidos.

Durante concentração pública a ser realizada no próximo dia 27, na Praça de Bandeira, que contará com a presença do presidente nacional da agremiação, Luis Ignácio da Silva, e, provavelmente, do deputado Airtton Soares, o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores estará divulgando os nomes dos seus candidatos a cargos eletivos em 1982, a nível municipal.

Ainda sem a definição de cargos – se candidato a vereador, se candidato a prefeito – os nomes inicialmente apontados pelos núcleos de bairro são os seguintes: Antônio Ozzetti, Juvenal Teodoro, Arnaldo Pereira, Edvaldo Rios, Nair Ozzetti, Edvaldo Boaventura, José Rocha, Ovídio Gonçalves, Carlos Alberto Pinho, José Ramos, João Gonçalves, Gerinaldo Alves, Aécio Quintela, Marilena Cerqueira, Alfeu Gonçalves, Jairo Cedraz, Raimundo Lopes, Adroaldo Quintela, Wilson Prado, Maria Renilda, Altamirando Ferreira, José Cruz, José Pedro Castro, Jhoni Guimarães, Venildo Barros, João Alberto, Autran Borges e Maurício Santana²¹⁵.

Para os candidatos a deputado estadual tinham também alguns nomes já lançados, como o de Gabrielli e Bahia, para Deputados Estaduais e Federais, também, como Lúcia Lyra, Arnaldo Pereira, Jaime Cunha, Antônio Câmara, etc.

A nível nacional, também, o PT deliberou que

não [faria] coligação. Não por questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la”²¹⁶.

Os candidatos para a eleição definidos pelo encontro Estadual e Municipal do Partido dos Trabalhadores foram os seguintes: Para Governador, Edival Passos, militante dos metalúrgicos; Vice-Governador, José Novais, militante dos trabalhadores

²¹⁵ Feira Hoje, n. 2251, 19 de Novembro de 1981. Pg. 02.

²¹⁶ RESOLUÇÕES... p. 131.

rurais de Vitória da Conquista, para o senado Sergio Guimarães. Em Feira de Santana para prefeito, Antônio Ozzetti Neto, Médico; e para vice-prefeito, Ovídio Gonçalves Costa, metalúrgico. Para vereadores: Aécio Flávio Quintela, estudante, Beto Folha, Alfeu Gonçalves, Antônio das Graças Sobrinho, Antônio Santana Filho, Edivaldo de Oliveira Rios, Élson Abreu Silva, Gerinaldo costa Alves, Jairo Cedraz de Oliveira, Jhony Guimarães da Silva, José Alves Ramos, José Rocha da Silva, Luiz Resterling Dotenbach, Maria renilda Daltro Moura, Robson José Leal Lyra.

Em sua grande maioria estudantes, exceto Renilda Daltro, professora que atuava na oposição sindical dos professores, Ozzetti, como foi dito, médico, Ovídio, metalúrgico militante de associação do bairro da Mangabeira, Edivaldo Rios, militante da Associação de moradores da Rua Nova e José Rocha, presidente da associação de moradores do Campo Limpo e trabalhador da Fábrica de Pneus Tropical.

O mote das candidaturas petistas era a ênfase dada sobre a importância de trabalhador votar em Trabalhador. Esta era mais uma forma de afirmar como princípio básico da fundação do PT, e magneto²¹⁷ propulsor do PT: a questão da independência de classe.

As eleições eram vistas como parte da construção partidária, como um dos momentos para demonstrar ao trabalhador a diferença do PT para as outras agremiações. Tratava-se de construir a democracia petista, afirmada no poder dos núcleos de lançar ou vetar uma candidatura, demonstrar que as candidaturas do PT estavam comprometidas com “a mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais bandeiras do movimento popular”, pois “o processo de escolha dos candidatos do PT, começou através do processo dos núcleos. Debates sobre **a plataforma eleitoral, a campanha coletiva, e o programa do governo (...)** e a pré-

²¹⁷ COELHO... Op. Cit, cap I.

convenção democrática referendou os nomes discutidos e tirados nos núcleos de bairro do partido²¹⁸. (grifos deles).

Nasceu agora o PT
Que é o Partido dos Trabalhadores
Só este nasceu da base
Nele não têm altos senhores.
É o partido do pobre
Criado pelo sofredor.

Os candidatos deste partido
São escolhidos pelo povo é o único entre os demais
Que tem um ritmo novo
Veio para cortar o cabresto
De quem vive do estorvo²¹⁹.

Em Feira de Santana, dos 16 candidatos a vereador, podemos afirmar que 4 eram estudantes, e provavelmente uns 4 eram recém-saídos da universidade entre os anos de 80 e 82. O que confirma o grande peso dessa categoria na formação e na direção do partido.

Nesse momento era importante ter dois candidatos na eleição majoritária com nomes populares, independentemente, de certa forma, da maioria que era exercida dentro do partido. Ozzetti, por exemplo, não fazia parte da AP-ML, grupo que era majoritário no PT em Feira de Santana. Nessa primeira fase, ele era da dissidência do PC do B, mas pela sua penetração popular foi considerado o militante mais apto para ser o candidato a prefeito pelo PT.

[Ozzetti] consegue aglutinar todos os grupos que compõem o partido, que mesmo com algumas discordâncias de ordem política, são unânimes em afirmar ser este o nome que pode levar mais longe o partido dos Trabalhadores.²²⁰

A penetração de Ozzetti nas camadas populares se devia, sobretudo, à forma como exercia sua atividade profissional. Ozzetti possuía uma clínica que exercia uma “medicina popular”, atendia pessoas pobres por preços abaixo da tabela, o que lhe

²¹⁸ Manifesto de lançamento das candidaturas do PT em Feira de Santana. 1981.

²¹⁹ Material eleitoral da candidata Lucia Lyra. Eleições 1982.

²²⁰ Jornal Grito da Terra. Agosto de 82. S/N, pp. 04.

rendia uma clientela, segundo estimativa de um entrevistado na pesquisa, um pouco exagerada talvez, de mais ou menos 25 mil pessoas ²²¹.

Segundo Jairo Cedraz, fazer o trabalho de filiação das pessoas nos bairros com Ozzetti era “insuportável”, pois ele conhecia muita gente, o que atrapalhava o rendimento do trabalho. Jairo não especifica na sua entrevista, mas suponho que a dificuldade deviam ser os conselhos pedidos ao médico sobre questões de saúde, ou alguns bate-papos.

Ovídio, talvez pelo mesmo motivo, foi escolhido para vice de Ozzetti, pela grande penetração que este tinha em bairros muito grandes e populares, como A mangabeira.

Para realizar sua campanha em Feira de Santana, o PT usou um método que rendeu na época alguns debates. O II Encontro Nacional do PT deliberou em 1982 que as campanhas petistas deveriam adotar uma “campanha eleitoral unificada”. Deveria ser criado, para tanto, um comitê eleitoral unificado na campanha para: a) Criar condições políticas iguais a todos os candidatos, b) evitar o enfraquecimento, desativação ou “corrompimento” dos núcleos e diretórios, c) Dessa forma, os comitês, núcleos, etc., não poderiam ser transformados em comitês individuais de nenhum candidato do partido ²²².

Em Feira de Santana, essas resoluções ganharam uma feição bastante específica. O diretório aprovava a “campanha coletiva”, onde os candidatos, mesmo com chances desiguais, com desigualdades políticas, culturais, desigualdades de relação com as classes sociais de Feira de Santana, obtiveram a mesma quantidade de material, faziam comitês conjuntamente, o mesmo formato de material de propaganda, com uma foto do candidato, seu número eleitoral, com o nome do partido, a estrela e o lema da

²²¹ Jairo cedraz. Op.cit.

²²² RESOLUÇÕES. Op. Cit, pp. 128-135.

campanha (Trabalho, Terra e Liberdade) igualmente posicionados no mesmo lugar. Mudavam apenas as roupas dos militantes. Foi feita, por exemplo, uma foto com todos os candidatos do Partido, 16 candidatos numa mesma foto como material eleitoral²²³.

Existia uma espécie de constrangimento de pedir voto para si mesmo, deveria se pedir voto para “nós”, e como pudemos ouvir em fitas de comícios, pedirem voto para companheiros de mesma tendência, ou que tinham maior inserção na localidade do comício, ou mesmo, pedir voto por meio de outras formas que demonstrassem aos ouvintes um dado engajamento popular na sugestão do voto, como foi o caso da música cantada por algumas crianças da Mangabeira, convidadas a subirem no caminhão por Gerinaldo, coincidentemente o mesmo para quem as crianças pedem o voto.

Sou da Turma do PT, vamos avante trabalhador, vamos cantando bem unidos: PT, PT, PT. Mais um, mais um PT, mais um, mais um grito de vitória, mais um, mais um PT, mais um ano que se faz a sua história. Meu coração é de Gerinaldo, seu Arnaldo porque desse jeito para Governar, em quem o povo vai votar: PT, PT, PT. (Bis)²²⁴.

Ozzetti conseguiu agradar a população de Feira de Santana nos debates, antes da aprovação da Lei Falcão, que acabava com os debates eleitorais, entre outras coisas. Conseguiu se consagrar na imprensa local e na avaliação do povo como o vencedor dos debates²²⁵.

Mas, mesmo Ozzetti tendo sido a revelação da campanha, como afirmaram os jornais e as avaliações internas de algumas correntes do PT, ele teve uma votação ruim, aliás, como foi o PT, com exceção de São Paulo, no Brasil inteiro, Ozzetti alcançou pouco mais que 850 votos dos eleitores em uma cidade com mais de 300 mil habitantes.

²²³ Entrevista com Jaime Cunha.

²²⁴ Fita cassete de Comício do PT no Bairro da Mangabeira. Feira de Santana: 1982. A música parodia o hino do Esporte Clube Bahia. Em que pese Gerinaldo ser um torcedor do Fluminense de Feira de Santana, onde já tentou algumas vezes ocupar sua presidência, e já chegou a ocupar postos no conselho do clube. Na história da esquerda de Feira de Santana, no período pré-PT, ativistas do “Tribuna da Luta Popular” tinham grande participação nas torcidas organizadas do “Touro do sertão”, como é carinhosamente chamado o Fluminense de Feira entre seus torcedores.

²²⁵ Grito da Terra. Novembro de 1982. n. 12, pp. 07.

Se os números apurados revelaram que o PT ainda não está encaixado no panorama político municipal, recebendo inexpressiva votação. Mas, em um ponto todos que acompanharam as apurações no Fórum Filinto Bastos reconheceram a valentia do Partido nas fiscalizações das apurações.

Desde que as urnas começaram a ser abertas, combativos fiscais do PT, sem tumultuar os trabalhos, conforme os próprios juízes afirmaram, têm exercido severa fiscalização, sem aparentar desânimo, mesmo levando-se em conta que os votos conseguidos pela sigla são desestimulantes.

Com uma excelente organização, com equipes que se revezam constantemente, o PT vem se constituindo como principal elemento de bloqueios a possíveis tentativas de fraude, sem, por sinal, atrair antipatia de qualquer das demais agremiações²²⁶.

Ainda que de forma irônica, a avaliação do “Feira Hoje”, não está muito longe da realidade. O PT depois do processo eleitoral perdido pôs-se a denunciar os eventos de corrupção que registraram ao longo das eleições. Atacavam a utilização da máquina pública municipal por parte do PMDB e utilização do dinheiro da burguesia baiana e do Estado para o candidato do PDS.

O caso da Barragem Pedra do Cavalo foi um desses casos. Todos os trabalhadores contratados pela empreiteira tiveram seu título transferido para uma zona eleitoral específica da cidade.

A direita mesmo, na primeira eleição... o processo começou 4 horas atrasado, porque a polícia federal veio para Feira de Santana e não deixou sair as urnas, retardou o processo eleitoral. Transferiu voto para caramba para Feira de Santana, por causa dos trabalhadores da Barragem Pedra do Cavalo, para evitar qualquer crescimento aqui. Era uma política da ditadura militar, se você pegar o jornal da época você vai ver. Foi ruim para caramba na época, em 82. As campanhas aqui em Feira de Santana sempre foram viciadas, totalmente fraudulentas, **mas a esquerda que nunca teve força né!**²²⁷ (negritos meu)

O PT denunciou diversas práticas de corrupção, vistas, presenciadas, sabidas, etc. Num texto, Antônio Ozzetti destacou algumas como: operações gratuitas de ligações de trompa no hospital D. Pedro de Alcântara, – local que trabalhava, na administração, o atual prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo, e que também se elegeu para vereador naquele ano – Exames laboratoriais no IAPSEB para não

²²⁶ Feira Hoje, 21 de novembro de 1982. pp. 02.

²²⁷ Entrevista de Jairo Cedraz. Op. Cit.

conveniados, empréstimos bancários facilitados no BANEBA (Banco do Estado da Bahia), privilégio para conseguir casa através da URBIS, ligações de água, luz, materiais de construção, dinheiro dado nas filas das seções eleitorais através de caixas de fósforos e muitas coisas, segundo Ozzetti. Além, é claro, das perseguições ao funcionalismo público municipal e Estadual.

No mesmo texto Ozzetti ainda escrevia:

Porém ninguém pode negar que enfrentamos isso tudo com coragem e convicção de nossas propostas, nunca nos curvamos a aceitar com naturalidade, esta corrupção, nem mesmo com um silêncio comprometedor e cúmplice²²⁸.

O PT não elegeu ninguém nesta eleição, nem mesmo teve uma votação expressiva. Em nenhum lugar da Bahia. Estava encerrada dessa forma a fase inicial de construção partidária, à qual viria suceder um profundo abatimento na militância do PT de Feira de Santana.

²²⁸ Grito da Terra. N. 12. Op. Cit.

Capítulo 3

O PT e as “oposições”

“Não acreditamos no PMDB como uma alternativa para as forças populares e os trabalhadores, tampouco acreditamos que eles consigam o apoio destas forças”. A afirmação foi feita ontem pelo integrante do núcleo local do PT e Presidente do Diretório Acadêmico de Construção Civil Jaime Cruz, ao criticar as correntes de oposição que, de uma forma ou de outra, condenam a criação do Partido dos Trabalhadores, sob a alegação que a alternativa partidária dos trabalhadores provoca um fracionamento no conjunto das oposições (...) Este, portanto, seria o momento de as “classes trabalhadoras partirem para a construção de sua própria alternativa partidária, sem que isso signifique um isolamento destas forças”, segundo afirma o presidente do D.A. de Construção Civil da UEFS ²²⁹.

Estas palavras expressavam fidedignamente os sentimentos da maior parte daqueles que construíam, naquele momento, o Partido dos Trabalhadores em Feira de Santana. Uma mistura de sentimentos e necessidades fortaleceu esta convicção: havia a vontade de acertar as contas com velhos “companheiros” políticos do antigo MDB, que tutoravam, restringiam espaços e reprimiam a ala jovem emedebista, construindo um novo partido. Havia também a necessidade de impor no debate político o confronto aberto e direto com o MDB, no intuito de minar a sua força entre os grupos sociais subalternizados, organizados e desorganizados, de Feira de Santana.

Já discorreremos sobre a força política, não apenas eleitoral, do MDB em Feira de Santana. Já falamos também das participações de partidos como o PCB, PC do B e MR-8 dentro dele. Este aspecto é central no entendimento de uma tática partidária dos petistas de Feira de Santana, que visavam, como destacou Gramsci em uma anotação sobre “Arte política e arte militar” ²³⁰, a destruição dos inimigos através da quebra dos laços orgânicos destes com seus chefes. Com efeito, o objetivo era destruir os vínculos políticos dos trabalhadores de Feira de Santana com o PMDB e com as lideranças que exerciam a coordenação política peemedebista.

²²⁹ Feira hoje, 18 de Agosto de 1980, pp. 02.

²³⁰ Gramsci, Op. Cit. vol. 03, pp. 88.

A idéia era destruir algo não palpável, não visto, e que se construiu no imaginário, na simbologia e representações de milhares de pessoas. Para empreender a desconstrução de vínculos políticos entre trabalhadores e lideranças peemedebistas haveria de se identificar que laços eram aqueles, como se construíam e como substituí-los.

Desde a fundação do PT de Feira de Santana houve a tentativa explícita desta tática. Os momentos eleitorais aguçavam esta relação, que também era vivida nos meios sindicais e nos movimentos populares da cidade, como ainda veremos mais à frente. Uma relação de idas e vindas, amor e ódio, pactos e rupturas. Veremos nesta seção a tentativa do PT de Feira de Santana vencer mais um obstáculo na sua empresa de ser a expressão ativa da vontade política do proletariado urbano e rural da cidade.

3.1 FILHO ADOTIVO DO PMDB

A saída de um grupo da ala jovem do MDB, para criar o Partido dos Trabalhadores, logo representou mais um partido de oposição a ditadura militar em Feira de Santana. Os militantes do Partido dos Trabalhadores, para popularizar o partido, movimentaram intensamente as ruas da cidade, principalmente nas lutas contra a precarização e os altos preços dos transportes coletivos. Essa era uma das principais trincheiras de luta dos militantes, principalmente, estudantis, pois não existia uma linha regular de ônibus para a Universidade Estadual de Feira de Santana, recém construída na BR-116 norte, razoavelmente longe do centro da cidade.

O prefeito e a prefeitura eram os alvos. Os atos e manifestações sempre terminavam na porta da prefeitura, recebidos ou não por algum secretário do prefeito. As falas nos jornais, nos carros de som e megafones se direcionavam contra o prefeito,

na época Colbert Martins da Silva (PMDB), por não vetar os aviltantes aumentos das passagens e pela precariedade do serviço ²³¹.

Um dos momentos de maior tensão aconteceu quando o movimento de luta contra o aumento das passagens convocou uma reunião na biblioteca municipal para organizar seus próximos passos. Durante a reunião as críticas ao prefeito ganharam um tom elevado e o prefeito, na tentativa de impedir a atividade oposicionista do PT ao seu governo, solicitou uma reunião com os militantes do Partido dos Trabalhadores para entender o que se passava, pois, até o momento, havia uma “colaboração” do PMDB e prefeito com a construção do PT em Feira de Santana ²³². Podemos ver isso não apenas através da atitude de surpresa de Colbert Martins, mas também através da ironia venenosa de um político do PDS, Dival Machado:

Em Feira, Ironizou Dival Machado (PDS), “só conheço dois partidos: o PMDB e o PDS”. “O Partido dos Trabalhadores (PT) é filho adotivo do PMDB; quando faz reunião o local escolhido é a Biblioteca Municipal; e com a participação de secretários municipais”. Em resumo, conclui ele, “desconheço que existam mais partidos no Estado além do PMDB e do PDS” ²³³.

Sobre as participações de secretários em reuniões do PT, nada podemos afirmar, mas, de fato, o PT utilizou, com a anuência da prefeitura, a biblioteca municipal para fazer algumas de suas reuniões iniciais.

Colbert Martins, político astuto, certamente, ao ceder a biblioteca esperava receber a troca do seu “favor” em breve. Esperava ganhar aliados no novo partido, ou, ao menos, deixá-los numa situação de devedores de um favor. Logo que surgiu a primeira oportunidade se colocou diante da militância petista como um aliado nas lutas das oposições contra o regime, ainda militar. Argumentava que essa divisão entre o PT e o PMDB favorecia o regime. Desta forma, os militantes do PT figuravam para a

²³¹ Feira Hoje. 17 de setembro de 1981, pp. 02.

²³² Ibid.

²³³ Feira Hoje, s/d.. n.1981, pp. 02.

população como os provocadores e ingratos que viraram as costas a quem os ajudava. O jornal *Feira Hoje*, assim expressou o “descontentamento” do prefeito:

Durante uma reunião em seu gabinete, na última segunda-feira, quando recebeu um documento exigindo, entre outras providências, o imediato congelamento dos preços das passagens do transporte coletivo, o prefeito Colbert Martins da Silva queixou-se que a maioria das críticas que vem sofrendo por parte do Partido dos Trabalhadores, agremiação que ele sempre deu total apoio e facilitou seu crescimento no município. Demonstrando um misto de estranheza e indignação ante as atitudes do PT, Colbert Martins informou ter marcado uma reunião com o Diretório Municipal deste partido para o próximo dia 15; à noite, na sede do PMDB, quando abordará com as lideranças do PT quais os motivos para esta campanha maciça contra a administração municipal. Afinal o PT, no município faz campanha ao lado do PMDB ou contra este? Colbert quer que as cartas sejam postas na mesa²³⁴.

Na seqüência, marcou-se uma reunião para o dia 15 de setembro de 1981, às 20 horas, para uma análise do motivo das “divergências que estão existindo entre os dois partidos de oposição”²³⁵.

A reunião, incentivada pelo prefeito e pelo presidente do Partido dos Trabalhadores, “Seu” Arnaldo Pereira, depois de intensos debates não chegou a conciliação alguma e pareceu, definitivamente, colocar os partidos de lados opostos na luta política de Feira de Santana.

(...) numa reunião que durou quase duas horas, não se ultrapassou a barreira de um tímido início de entendimento. De um lado, o PMDB, por sugestão do prefeito Colbert Martins, pleiteava a elaboração de uma “carta de princípios”; do outro, o PT entendia que a “carta de princípios” significaria um “pacto, um acordo político”, relutava decidindo por levar a proposta às bases do Partido. Nesse clima de resistências o prefeito resolveu retirar a sua proposta, que não queria um “acordo”, como havia entendido os líderes do PT. Assim, a reunião não prosseguiu, sendo encerrada em seguida, ficando a proposta de um novo encontro, o qual poderá ser convocada tanto pelo PMDB como pelo PT.

Em verdade, percebeu-se que a intenção do PMDB, era conseguir a elaboração conjunta de uma “carta de princípios”, a qual nortearia o relacionamento de uma agremiação com a outra, bem como a relação entre seus militantes, evitando as críticas incoerentes tanto de um lado como do outro e, por outro lado, representaria uma satisfação à comunidade sobre as hostilidades que têm colocado em confronto os dois partidos.

Esquivando-se desse compromisso **a priori** sob a argumentação de que antes precisaria ouvir as bases, o Partido dos Trabalhadores evitou assumir uma posição de apoio a um partido de oposição, o qual, por sinal, tem-lhe proporcionado todas as facilidades para se organizar no município²³⁶.

²³⁴ *Feira Hoje*. 02 de setembro de 1981, pp. 02.

²³⁵ *Feira Hoje*. 10 de Outubro de 1981, pp. 02.

²³⁶ *Ib. Idem*.

Por trás de tanto debate estava a tentativa de silenciar o Partido dos Trabalhadores e dar uma trégua ao prefeito para não arranhar a sua gestão já em processo de finalização. O PMDB já não vinha também muito bem. Internamente, as disputas consumiam muito tempo do partido e os conflitos entre frações partidárias eram públicos e notórios.

Francisco Pinto e Colbert Martins se aliaram de início a Oswaldo Brasileiro. Melhor, lançaram o nome de Oswaldo Brasileiro para candidato a prefeito do PMDB de Feira de Santana. Depois de muito debate partidário, – o lado de Luciano Ribeiro se recusava terminantemente a aceitar o nome de Oswaldo Brasileiro – aparecia um nome de consenso: Gerson Gomes, antigo emedebista e protestante, foi o escolhido para representar o PMDB.

Porém, do outro lado, Luciano Ribeiro continuava firme em seus propósitos de ser o candidato do PMDB. A saída do impasse, como já relatei, foi o lançamento de duas candidaturas pelo PMDB. Por tudo isso o desgaste interno era muito grande. Já tinham problemas demais, deveriam se mobilizar para evitar que o PT atacasse duramente o Prefeito.

O PT contava com a curiosidade do povo brasileiro e feirense, que já havia enchido a Praça da Bandeira para ver Lula discursar. Sua possibilidade eleitoral era ainda uma incógnita para a maioria dos políticos, era melhor tê-lo como aliado, ou ao menos calado, do que contra si, devia-se imaginar na época.

Porém, o PT, em nível nacional já havia deliberado por lançar candidaturas independentes onde houvesse possibilidade. E, em Feira de Santana, essa vontade ficou expressa numa carta que foi divulgada durante a vinda de Lula a cidade. A carta repudiava, sobretudo, o método de lançamento dos candidatos do PMDB e PDS. Reafirmava a democracia do Partido, que esperava ouvir primeiramente os núcleos dos

bairros proletários, do movimento sindical, estudantil, etc., para lançar um candidato afinado com os interesses dos trabalhadores. A carta criticava o PDS e o assalto promovido por ACM aos cofres públicos para financiar seu candidato, Clériston Andrade. Criticava também o PP, que lançava o nome de Roberto Santos. Para o PMDB, os petistas lançaram mais tinta no papel, criticavam não somente a escolha do candidato para Governador, mas criticava, também, a escolha para prefeito. Dizia a carta:

O prefeito Colbert Martins resolveu que o povo deve votar em Oswaldo Brasileiro, do PMDB. Para esta decisão, ele não ouviu nem as pessoas do partido. Disse é este e está acabada a conversa. E para convencer a todos quer usar de sua influência, do seu prestígio pessoal, que conseguiu, fazendo as obras que como governante tem o dever de fazer²³⁷.

E logo no parágrafo seguinte, concluía:

É com essa política que se reproduz sempre a mesma ordem, de dominantes e dominados. Com palavras diferentes, esses partidos de situação, e de oposição, acabam utilizando a mesma prática autoritária, populista ou não, que abafa as iniciativas, mantendo a marginalização política dos trabalhadores²³⁸.

A tentativa dos petistas de Feira de Santana era de desmistificar figuras políticas do PMDB. Queriam demonstrar às pessoas que o PMDB não se diferenciava do PDS. O problema desta tática era que as diferenças eram muitas, a começar pela base eleitoral e a base partidária/militante. O PMDB tinha forte expressão nos meios das lutas populares da cidade, principalmente, nas associações de moradores e sindicatos, fruto de grandes acúmulos políticos anteriores.

Apresentar o PMDB como um partido que não mereceria a confiança dos trabalhadores de Feira de Santana era uma tentativa de provocar um desencanto nas lideranças de base sindicais, estudantis e de bairro com o partido, na tentativa de criar um vácuo de representatividade política partidária, na qual o PT pudesse penetrar e desempenhar algum papel.

²³⁷ Feira Hoje. 09 de setembro de 1981, pp. 02.

²³⁸ Idem.

Essa representação do PMDB entre os proletários feirenses era conhecida pelos petistas como o “poder populista”²³⁹. Era um outro tipo de prática populista; na linguagem de alguns militantes do PT de Feira de Santana eram os “populistas de esquerda”²⁴⁰. Ainda que o PT de Feira nunca tenha elaborado nada sobre o tema, o populismo ao qual faziam referências teria características singulares: tradição radical anti-ditatorial, penetração nos meios populares, principalmente organizados, algumas organizadas mesmo pelos ditos populistas, anti-carlismo, carisma e personalismo, autoritarismo na condução partidária e de suas bases eleitorais, mas, principalmente, uma política voltada para as demandas de pequenas melhorias de localidades, onde existiam lideranças vinculadas a eles²⁴¹.

Nas eleições de 1982 o principal alvo do PT de Feira de Santana foi o PMDB. Bairros peemedebistas eram escolhidos no intuito de desmascarar “aqueles que fingiam serem amigos dos trabalhadores”. Em alguns momentos a luta se direcionava contra as “oposições”, já que naquele momento, de crise do regime militar e a falência do “milagre econômico”, havia uma cisão no antigo bloco de poder que culminou na organização do PP (Partido Popular), que logo veio a se desfazer. Parte de seus

²³⁹ Grito da Terra. Janeiro de 1982, pp. 04.

²⁴⁰ Entrevista Gerinaldo Costa. Op. Cit.

²⁴¹ Esta prática última tem um efeito educador sobre a população pobre. A melhoria pedida por aquela liderança vinculada aos “populistas”, geralmente era atendida e poderia vir a melhorar substancialmente a vida de moradores de um dado bairro, porém, muitas vezes, a melhoria do calçamento, por exemplo, pode parar na rua de um desafeto político ou não ter seu bairro incluído em um projeto governamental devido ao fato de ter uma associação de moradores de oposição. A fidelidade podia garantir conquistas e a luta independente podia trazer sérios riscos para aqueles que se arriscavam. A coerção e o consenso numa assimetria coesa, impulsionada, na maioria das vezes, pela máquina administrativa. Por isso se verificou um alto nível de disputa por cargos municipais, indicações, etc. Essas disputas pelo aparelho municipal provocaram diversas fissuras internas. Muitos abandonaram o PMDB com a alegação de que não encontravam espaço no partido, ou que foram golpeados na distribuição de cargos. Dentre estes, Hosannah Leite, Oswaldo Brasileiro, Gerson Gomes, José Raimundo, Roque Aras, João Batista, etc., só para figurar entre aqueles que obtiveram cargos, postos de primeiro escalão e Deputado Federal, passando por vice-prefeito, vereadores, etc. A lógica é razoavelmente simples: se o aparelho municipal é um espaço importante na luta para conseguir carisma e penetração popular, que se converte em votos, quem dispõe deste aparelho o fecha cada vez mais para se proteger daqueles que estão ávidos a possuí-lo, e se consolidarem como o novo chefe partidário e político, pois deveria necessariamente diminuir os espaços no aparelho para os outros. Até mesmo o grande Francisco Pinto se sentiu abalado algumas vezes pela condução de Colbert Martins na distribuição dos cargos.

membros entraram nas fileiras do PMDB numa jogada de fusão entre as siglas para garantir maior força eleitoral.

Contra essas oposições, representadas na Bahia através de Roberto Santos, recém integrado ao PMDB e ex-Governador escolhido por intervenção dos militares, um cordel com o timbre do Partido dos Trabalhadores correu pela cidade. O cordel, “As sete pragas de ACM”, vinha com uma caricatura do mesmo cavalgando um bode, representativo na cultura popular sertaneja como o diabo, ou de quem faz pacto com o diabo. Após descrever os pactos que ACM fez com o diabo, o texto alerta que o povo deveria

(...) ficar alerta
 Com essa tal de oposição
 Que outro dia era Governo
 De cachorro e opressão
 Hoje se diz democrata
 E se esquece que é patrão
 Vive no meio do povo
 Preparando a traição ²⁴².

Nos comícios a ofensiva era mais direta, já que se tratava de investir duramente contra os políticos locais. As figuras de Colbert Martins e a de Francisco Pinto eram as mais representativas desta “traição”, pois, segundo os petistas, estes senhores que, naquele momento, apoiavam Roberto Santos, político de passado vinculado a ditadura, apregoavam a plenos pulmões em Feira de Santana que o PT faria o jogo da direita se lançasse candidatos dividindo as oposições. Essa manobra política era levada pelos militantes e candidatos do PT para os bairros e organizações de trabalhadores de Feira de Santana como sinal de que os políticos do PMDB não eram confiáveis e todos eram “farinha do mesmo saco”.

Bem companheiros, em Feira de Santana, vivenciamos uma experiência ímpar, uma situação muito especial, porque os partidos que se dizem de oposição, no caso o PMDB, tem em Feira de Santana, até o momento, aplicado os planos da ditadura militar. O PMDB de Feira de Santana a todo o momento maquina contra os trabalhadores. E isso nós podemos observar pelo aumento dos preços do transporte coletivo, que foram assegurados pelo

²⁴² As sete pragas de ACM. Folheto de Cordel e material de campanha. Feira de Santana, 1982.

Dr. Colbert Martins da Silva. Todo mundo sabe disso! Mas as entidades se manifestaram contra o aumento dos preços dos transportes coletivos, mas quando o Sr. Colbert Martins, que estava mais interessado no lucro dos empresários do que no salário do trabalhador, defende até o fim o lucro dos empresários e contra o salário dos trabalhadores. Outro papel muito importante é que o governo do PMDB que procurou sempre acusar o Partido dos Trabalhadores de fazer o jogo do PDS, hoje mostra a sua verdadeira cara, notem que nesse momento eles apóiam para governador do Estado, Roberto Santos, que foi governador empossado pela ditadura militar. O mesmo Francisco Pinto e Colbert Martins que hoje, em Feira de Santana, praticamente entregaram o governo da cidade ao PDS, porque todo mundo sabe que o atual (vice) prefeito, José Raimundo, todo mundo sabe está em vias de ingressar ao PDS (...) ²⁴³.

O discurso da divisão das oposições aconteceu em todo o país, mas em Feira de Santana foi acentuadamente forte, devido às próprias peculiaridades locais: deslegitimavam a necessidade de uma candidatura mais à esquerda, devido ao fato de Feira de Santana possuir um PMDB “autêntico”, com os chamados adesistas do regime – aqueles que ainda não haviam saído do partido antes da década de 1980 – em situação minoritária e de pouca significância na vida partidária. O fato de boa parte dos quadros dirigentes do PT da cidade terem vindo de um período de contato com o MDB, e de construções de candidaturas emedebistas, foi algo que também fortaleceu os apelos para o PT não ter candidato próprio. O “cisionismo”, como ficou conhecido, promovido pelo PT foi levado às bases peemedebistas e, ao que parece, constrangia a militância petista em suas atividades. É o que sugere a leitura do texto de um militante do Partido dos Trabalhadores no Jornal “O Grito da Terra”:

Algumas pessoas têm perguntado: O PT não está dividindo a oposição? O PT não deveria se juntar ao PMDB para derrotar Antônio Carlos Magalhães nessas eleições? Se o PT tem pouca chance de ganhar, não seria mais importante aproveitar o voto e dá-lo ao PMDB, que também é de oposição ²⁴⁴?

A resposta do autor busca demonstrar os diferentes interesses que existiam na burguesia de início dos anos 80:

Mas também a gente tem que entender que existem donos de indústria, grandes comerciantes e fazendeiros, que podem ser chamado de burguesia, que também às vezes se acha descontente e se colocam contra o governo, por que acham que estão ganhando menos do que os outros burgueses, como

²⁴³ Comício no Bairro da Mangabeira, 1982. Op. Cit.

²⁴⁴ O Grito da Terra. Setembro de 1982, n. 09, pp. 04.

é o caso dos grandes banqueiros, comerciantes e banqueiros estrangeiros (...) que [acha que quem] deverá chupar o sangue do trabalhador brasileiro seria eles e não os estrangeiros. Os partidos destes burgueses são o PDT, PMDB, PTB (...) ²⁴⁵.

Nem precisou dos votos petistas para dividir a oposição, ela mesmo já havia se dividido em duas candidaturas dentro do PMDB, o que consagrou a vitória do PDS nas urnas de Feira de Santana, dando a vitória à José Falcão, ex-quadro emedebista (considerado adesista).

3.2 DIRETAS JÁ! 1984

Ao passo que se agravava a crise da ditadura militar, a contestação ao regime também se intensificava. Uma se alimentava da outra. O milagre econômico fazia água e com ele o Brasil assistia a volta da inflação e o aumento do custo de vida que se fazia sentir com maior dureza na vida dos trabalhadores; operários, agricultores familiares, trabalhadores rurais e profissionais liberais. A falta de resposta da ditadura para problemas que afetavam as condições de vida desta fatia da sociedade, propiciou uma nova luta, marcada, como muitas outras na história do País, pelas reivindicações de melhorias das condições de vida dos trabalhadores.

Existiam muitos limites impostos aos trabalhadores para exercerem a sua insatisfação. Ao contestarem o regime militar, suas leis de segurança e atos institucionais, os movimentos sociais se colocavam cara a cara com a face mais truculenta do regime militar-civil. Suas bandeiras econômicas, corporativas e localizadas, começaram a atingir, como contradição inescapável das suas lutas, a hegemonia que vigorava.

O fim da ditadura militar passou a ser uma bandeira comum nos movimentos sociais; comunistas, sindicalistas, lutadores populares, liberais e democratas. O fim do regime, para alguns, podia ser a tomada do poder pelos trabalhadores com a formação

²⁴⁵ Idem.

de uma constituição sob uma sociedade socialista; podia ser um governo eleito democraticamente através de eleições, com a participação de alfabetizados ou analfabetizados, acima de 16 ou 18 anos, homens e mulheres; podia ser apenas um recuo da influência militar na sociedade política, mas com controles legais na participação de grupos sociais contestatórios a certas exigências “democráticas” da sociedade.

A maioria sabia que não queria a manutenção da ditadura militar. Coube a um político do PMDB a proposta legal, isto é, a formalização no parlamento, de um projeto de lei que estabelecesse no Brasil o voto direto para presidente da República. A emenda ficou conhecida como Dante de Oliveira, nome do autor da emenda.

Os movimentos de “Diretas Já!”, ainda que com limites²⁴⁶, aglutinou muitos desses setores na organização de uma atividade de massas pela volta da democracia. A diversidade fez do movimento das “Diretas já!”, um espaço de luta e de disputas sobre o ritmo e rumos das atividades e, principalmente, sobre a possibilidade de reorganização das forças políticas para os projetos mais diversificados das classes sociais e dos seus aparelhos privados em movimento.

A primeira reunião do comitê Pró-Diretas, em Feira de Santana, que aconteceu no dia 17 de fevereiro de 1984, contou com a participação, segundo o jornal Feira Hoje, dos “representantes do PMDB, do PT, de entidades de classe e de associações de moradores” para verificar a possibilidade de realizar na cidade um plebiscito que consultaria a população para saber se estava ou não favorável às eleições diretas para

²⁴⁶ Para isso ver o Filme que fala da Campanha de Tancredo, “Pra Frente Brasil!”, onde havia um forte controle por parte de participantes dos movimentos pelas diretas e pelo governo militar sobre participação comunista, pelo menos visualmente, facilmente identificada pelas suas bandeiras vermelhas e amarelas, com a foice e o martelo desenhados. A perseguição da polícia a comunistas tinha como pretexto, para os políticos do governo, a margem de legalidade dos movimentos, caracterizando com as bandeiras comunistas um movimento de comunistas ou de participação comunista e, com efeito, de atentado à segurança nacional. Do outro lado, os setores mais conservadores do PMDB, sutilmente, revelavam o seu anti-comunismo, adotando o mesmo discurso do governo militar; do risco da ilegalidade do ato e do risco que as representações comunistas representavam para o próprio movimento.

Presidente da República²⁴⁷. A idéia surgiu de uma reunião onde estavam presentes por volta de 15 entidades de Feira de Santana, entre elas o PT, o PMDB, vários sindicatos, patronais ou de trabalhadores, OAB, etc.²⁴⁸. Porém, no dia 15 do mesmo mês, o PT já havia divulgado, nas principais ruas da cidade e na imprensa, o seu posicionamento quanto às lutas pelas eleições diretas, onde colocava de público sua posição favorável ao acontecimento, mas compreendia a luta juntamente com outras bandeiras como: o não pagamento da dívida externa, o rompimento com o FMI, com a luta contra o desemprego e contra o arrocho salarial²⁴⁹.

Como atividade do comitê estava previsto o plebiscito, que circularia suas urnas em algumas localidades estratégicas da cidade (algumas praças e fábricas), sendo que outras ficariam colocadas fixamente (no dia 24 na Igreja Senhor dos Passos, no dia 25 no Mercado de Arte Popular, e no dia 26 na Feira da Estação Nova). Pretendiam também promover comícios relâmpagos na cidade, pretendiam terminar o evento com um grande comício no dia 30 de março²⁵⁰.

A participação de diversas associações, sindicatos, etc. favorecia numericamente o PMDB neste comitê. O calendário oficial das atividades do comitê produzia e representava essa vitória numérica: uma das atividades aprovadas no calendário do comitê não era uma atividade do comitê, e sim um comício organizado pelo PMDB. Os “comícios relâmpagos” serviriam como uso da capacidade militante de diversos grupos para um acúmulo que desembocaria no grande final peemedebista.

Os petistas reagiram contra esta decisão do comitê. Tentaram demonstrar que se tratava de mais uma jogada autoritária do PMDB, usando os movimentos populares de Feira de Santana, como fica patente na matéria do Feira Hoje:

²⁴⁷ Feira Hoje. 19 de fevereiro de 1984, pp. 02.

²⁴⁸ Feira Hoje. 20 de janeiro de 1984, pp. 02.

²⁴⁹ Feira Hoje. 15 de Fevereiro de 1984, pp. 03.

²⁵⁰ Feira Hoje. 12 de fevereiro de 1984, pp. 02.

E é justamente este comício que está provocando alguns desentendimentos dentro do Comitê Pró-Diretas, que é composto pelos dois partidos de oposição existentes aqui (PMDB e PT) e mais algumas entidades, como a OAB, Sindicato dos Bancários e outros. O fato é que o comício do dia 30 é do PMDB e não do comitê, e isto não está sendo bem absorvido pelo PT e entidades. Na última reunião do comitê esse assunto foi colocado e as pessoas que falaram situaram o problema sob o seguinte ponto de vista: o PMDB está apenas usando mão-de-obra para a preparação de uma concentração aonde quem vai “brilhar” são as estrelas coordenadas por Colbert Martins e Chico Pinto. O PMDB não abre mão. Não aceita que o comício seja “O comício do Comitê”. E a confusão está formada. Vamos esperar para ver o comportamento no palanque²⁵¹.

E, enquanto o PT lamentava e não mostrava condição de construir uma atividade paralela, como outras vezes tentou criar, nem muito menos capacidade de “destruir” os movimentos do inimigo, como o PMDB fazia com ele, o PMDB tocava o seu barco adiante sem parecer se importar muito com a indecisão ou incapacidade do PT de Feira de Santana. No dia 27 de março de 1984 discutiram na sede municipal do PMDB, com a participação de seu Presidente Estadual, Marcelo Cordeiro, o ato que, segundo o jornal, iria trazer militantes, vereadores e prefeitos de diversos municípios do Estado, principalmente os da região. O comício era encarado como um desafio e uma resposta do PMDB ao PDS depois das derrotas eleitorais de 1982 para Governador e para prefeito de Feira de Santana²⁵².

O PT continuou sua peleja no comitê. No dia do plebiscito o PT tinha dois dos três militantes encarregados de coordenar o plebiscito: Gerinaldo Costa e Jony Guimarães. Provavelmente, as atividades do Comitê lhes permitiam desenvolver algum tipo de atividade de contato com os trabalhadores da cidade, ou, quem sabe, o comitê foi considerado como um espaço de denúncia da forma não popular, autoritária e, talvez, oportunista do PMDB de Feira de Santana conduzir a luta social, pois o que se verifica é que as denúncias e os conflitos dentro do comitê não cessaram:

Alberto Boaventura [presidente do PT, substituindo Antonio Ozetti momentaneamente] argumenta que a centralização em torno do PMDB –

²⁵¹ Feira Hoje. 26 de fevereiro, de 1984, pp. 02.

²⁵² Feira Hoje. 28 de fevereiro de 1984, pp. 02.

assumindo a paternidade do comício, chega a ser estranha, pois na cidade existe o comitê pró-eleições diretas, reunindo além de representantes de partidos políticos, segmentos da comunidade, como entidades sindicais, associações de moradores de bairros e estudantis, entre outras.

Ontem, durante todo o dia, Alberto Boaventura esteve procurando manter contato com o presidente local do PMDB, Osvaldo Brasileiro, mas não o encontrou, justamente para reivindicar, não para o PT, como frisou, mas para o comitê, maior participação na organização do comício em prol da eleição direta para Presidente da República.

Ele acredita que a centralização chega, até mesmo, a ser prejudicial à mobilização dos feirenses em torno da campanha, que a nível nacional vem sendo desenvolvida em conjunto com todos os partidos de oposição, contando com o apoio imprescindível da comunidade²⁵³.

Eis que finalmente chega o dia do comício. Dentre muitas promessas de atrações – Martinho da Vila, Moraes Moreira – somente compareceu Fafá de Belém. Na lista de convidados para o ato, isto é, aqueles que compareceram, por convite, à casa do Deputado Federal Francisco Pinto, de petista somente os Deputados Federais Airton Soares e José Eudes. A lista do PMDB constou com políticos de vários estados e municípios da Bahia. As manchetes na Imprensa debitavam todo o crédito da manifestação – que, segundo o jornal Feira Hoje chegou a seis mil pessoas²⁵⁴ – ao PMDB²⁵⁵. Porém, o jornal “O Grito da Terra” enfatizou a participação de militantes do Comitê Pró-Diretas já! no palanque do comício, onde puderam se pronunciar. O ato se estendeu até a metade da madrugada²⁵⁶.

Num ponto houve unanimidade, todos reconheceram a necessidade de continuar essa luta, mesmo que a emenda Dante de Oliveira, que restabelece a eleições diretas, seja rejeitada no congresso nacional. Mas uma coisa não ficou muito clara nos pronunciamentos: Caso isso aconteça como esse movimento irá prosseguir? Qual será o palco da luta? Continuará sendo as ruas com ampla participação popular? Haverá o mesmo empenho dos senhores deputados, governadores, senadores e partidos políticos, em manter o povo em contato íntimo com o desenrolar dessa luta? Ou mais uma vez se deslocará para os meandros dos corredores e gabinetes do congresso, longe dos olhos do povo, no ambiente cavernoso das negociações, onde se consagram as “santas alianças dos homens de bem”²⁵⁷?

²⁵³ Feira Hoje. 22 de março de 1984, pp. 02.

²⁵⁴ Nos cálculos dos militantes do Jornal O Grito da Terra esse público chegou a 20 mil pessoas. O Grito da Terra. Abril de 1984. n. 22. Capa.

²⁵⁵ Feira Hoje. 31 de março de 1984, pp. 02.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Grito da Terra. Abril de 1984. n. 22. Capa.

O texto terminava com o velho ditado popular: “quem viver verá ²⁵⁸”. E viu. Assistiu-se após a derrota da emenda Dante Oliveira, a um refluxo das lutas de massas e dos comícios populares pelas Diretas Já!. Os acordos de bastidores catapultaram um candidato de consenso para as frações políticas da burguesia: Tancredo Neves. Político experimentado, que sempre esteve em volta dos golpistas de plantão da UDN, mas que soube se deslocar nos momentos certos de seus antigos aliados e se colocar como intransigente defensor da democracia, no momento de crise final do regime. Foi um daqueles que estavam no PP, mas, de acordo com a fusão ocorrida em 1981, ficou ao lado do PMDB. Nascia, assim, a “Nova República”. Em mais uma republicana manobra “pelo alto”.

O PT e a CUT, sozinhos, tentaram em vão manter firme a luta nas ruas pela redemocratização. Reclamaram, lançaram notas, fizeram atos, nenhum comparado ao bom momento da campanha pelas eleições diretas. Restou, como atitude de compromisso democrático, a abstenção nos votos, ou a não participação no colégio eleitoral ²⁵⁹ que definiu a escolha do novo presidente da República.

Em Feira de Santana, logo que as dificuldades de se conseguir uma maioria simples no congresso se fizeram sentir nos movimentos, o PT reagiu energeticamente na tentativa de convocar e fazer funcionar o comitê Pró-Diretas Já!. Tentava, mais uma vez, revelar a determinada natureza dos “populistas”, dados a traições para com o povo.

O Partido dos Trabalhadores entende que qualquer negociação sem a participação e conseqüente reforço dos comitês supra-partidários é uma traição, é a repetição da velha prática, dos velhos políticos, dos velhos partidos, de utilizar a manifestação popular para reforçar as suas posições, e depois, descartá-las quando estas começam a se tornar um impecilho (sic) às suas manobras conciliadoras, às suas negociações.

A única forma de garantir o sucesso da campanha pelas eleições diretas já é manter a sociedade civil participante, é manter o debate nas ruas, na imprensa e nas organizações populares e não escondê-lo no fundo dos corredores do Congresso.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Nem todos os políticos do Partido dos Trabalhadores se abstiveram ou deixaram de ir ao colégio eleitoral. Dois deles votaram a favor de Tancredo Neves: Beth Mendes e Ayrton Soares. Foram expulsos do PT.

O paternalismo alija as massas populares das decisões e é a base de sustentação do populismo²⁶⁰.

O “Feira Hoje”, não sem uma pitada de maldade e felicidade, constatava ao final da carta que o comitê local estava totalmente desarticulado depois da queda da emenda²⁶¹. O motivo, provavelmente, era a adesão frenética da maioria dos partidos que compunham a frente ao nome que surgia, como consenso, para eleição no colégio eleitoral.

A posição do PT foi logo tratada na imprensa local como sectária e míope pelo vereador do PMDB, na verdade do PC do B, Messias Gonzaga. A resposta do PT de Feira foi rápida e dura e gerou um debate nos jornais de Feira de Santana que apresenta uma parcela do conjunto de argumentos e códigos éticos em que estavam fincados estes militantes e partidos políticos no debate público e na disputa de idéias.

O presidente do PT, Antônio Ozzetti, fez um carta²⁶² no qual elencava; 1) o compromisso ético do PT com todos os que queriam a eleições diretas; 2) um compromisso ético com a sua própria agremiação, com seus militantes e com seus discursos públicos; 3) argumentava que o Sr. Messias Gonzaga, de público, no comício do seu próprio partido em Feira de Santana, dizia ser o Colégio Eleitoral “ilegítimo e espúrio”. E perguntava o que havia feito o vereador Messias Gonzaga mudar de posição? “Que benção divina purificou o Colégio Eleitoral?”; 4) Afirmava o acerto da fala de Maluf, que dizia ser a oposição a favor das eleições diretas quando achavam que não tinha chance de vencê-la no colégio eleitoral, e caso contrário mudariam de posição; 5) dizia a carta que essas mudanças de corredores criavam um descrédito entre o povo e os políticos e com a política em geral, pois, entre o comício, o dito, a campanha e a prática real haviam muitas diferenças, e reiterava que isso frustrava o povo; 6)

²⁶⁰ Carta do PT publicada no Feira Hoje. 15 de Maio de 1984, pp. 02.

²⁶¹ Ibid.

²⁶² Feira Hoje. 13 de Julho de 1984, pp. 02.

considerava que Messias Gonzaga havia perdido o referencial de classe na política, abandonado qualquer tipo de pretensão à independência de classe para alcançar a democracia, a legalização do seu partido e outras plataformas. E terminava a carta dizendo que o PT não estava disposto

“a se render a essas dificuldades para trilhar os caminhos mais fáceis, porque pelo menos não teremos o vexame de explicar um dia ao povo a razão de ter feito aliança com os Gersons Gomes da política ou os super pelegos sindicais, como joaquinção”²⁶³.

O final da carta dava uma alfinetada nas posturas dos últimos anos de Messias Gonzaga. Seja no plano sindical, apoiando Joaquinção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, braço forte do bloqueio à penetração e avanço do novo sindicalismo para a capital de São Paulo²⁶⁴, seja no plano das lutas sociais em Feira de Santana, onde o vereador apoiou o candidato mais conservador do PMDB para as eleições municipais de 1982, Gerson Gomes. Este, aliás, que logo depois migrou para as fileiras do PDS.

A carta de contra-resposta de Messias Gonzaga²⁶⁵ chama a atenção pela agressividade e procura se respaldar numa representação típica contra os petistas, a qual procurava consolidar no imaginário social: a de utópicos, inseqüentes, sectários, radicalóides, etc. O texto começa se dirigindo ao “‘político’ conquistador de Marte, Urano, Saturno, que, aliás o povo de Feira bem identificou e fez um primeiro julgamento nas últimas eleições, o Sr. Ozzetti” (...)²⁶⁶. Dizia que o povo de Feira de Santana conhecia a sua prática (de Messias Gonzaga) parlamentar, e de militante de rua, e que seu discurso sempre esteve conjugado com a prática; escreveu que o povo desejava o fim do regime militar e que a “realidade” política exigia a “consolidação da frente popular e democrática” em torno de uma candidatura unificada “que mobilize o

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro. A experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1997.

²⁶⁵ Feira Hoje. 15 de Julho de 1984, pp. 02.

²⁶⁶ Ibid.

povo aos milhões nas ruas em todo o país, brandindo um programa que vá de encontro a maioria da população que hoje se consubstancia na convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986(...). Durante esse processo, segundo Messias Gonzaga, o povo mobilizado teria condições de lutar pelo rompimento com o FMI, “suspensão do pagamento da dívida externa, combate à inflação, contenção radical dos aumentos dos aluguéis, das prestações das casa própria, das tarifas e taxas diversas, e por fim um abono (salarial) imediato”²⁶⁷.

Termina a carta devolvendo as provocações petistas:

Felizmente, para o povo as posições dos oportunistas também conquistadores espaciais que vivem no mundo da lua, girando em círculos em seus grupúsculos inseqüentes, verdadeiras seitas de quatro gatos pingados, são minoria hoje no conjunto das oposições e tenho certeza que também o serão dentro do PT, partido sério, oposicionista, que inevitavelmente entenderá o momento político e estará ao lado do povo brasileiro nesta nova jornada de luta pelo fim do regime militar (...) ²⁶⁸.

Cabeças na lua à parte, o conteúdo da carta de Messias Gonzaga tocava num ponto fundamental na vida do partido em Feira de Santana. Nesse período, um grupo vinculado a Jaime Cunha, militante do MCR, tensionava a direção do partido por não se constituir, em Feira de Santana, como alternativa política aos trabalhadores dentro do espectro das oposições feirenses. Os descontentes alegavam que o partido, por posições esquerdistas, não estava conseguindo fazer o debate sobre as Diretas Já, ficando a “reboque do PMDB” e que mais tarde, segundo Jaime Cunha, o debate evoluiu, no PT local, para a ausência de posicionamento quanto a Assembléia Constituinte²⁶⁹. Os textos que publicizaram essas discordâncias, em jornais locais da cidade, afirmavam, segundo Jaime Cunha, certa “filosofia nilista”²⁷⁰ da direção majoritária do partido que não achava que a tática deveria se centrar na formação de uma constituinte, mesmo que ela fosse “livre e democrática”, isto é, fora dos marcos legais da ditadura. A participação

²⁶⁷ Ib. Idem.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Folha do Norte. 20 de julho de 1985. p. 03 e Folha do Norte. 10 de agosto de 1985, pp. 11.

²⁷⁰ Feira Hoje. 17 de março de 1985, pp. 02.

depararia, segundo essa leitura, da correlação de forças entre burguesia e proletariado não estivesse pendente ao proletariado ²⁷¹.

A tréplica de Ozzetti sustentava as mesmas teses do seu primeiro texto, detalhava através da história do movimento operário no Brasil como algumas correntes políticas tinham se submetido a uma política “reboquista” e como isso foi prejudicial para a revolução social ²⁷².

No fundamental, o que desarmou os trabalhadores desde as suas primeiras lutas, principalmente as que originaram-se no início do século, foram as lideranças e partidos políticos, que se dizem com o pé no chão (do planeta terra), que em troca de satisfação de umas poucas necessidades populares, abriram mão da representação autônoma dos trabalhadores, colocando-os a reboque da burguesia nacional, diluindo politicamente o proletariado em frentes ditas democráticas, sob a direção dos empresários. Exatamente como acontece agora. (...) E para encerrar. O Sr. Messias, o mesmo que hoje propõe a julgar-me, é conhecido defensor da política do jornal Tribuna da Luta Operária, que em 1981 dizia ser Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um arqui-pelego e dedo duro, responsável, entre outras coisas, pela delação de 1600 metalúrgicos para repressão em 1964 ²⁷³.

Tratava-se de evidenciar para os trabalhadores que a “oposição” enveredaria por mais uma “traição” ou atrelamento da luta dos trabalhadores às classes dominantes locais e nacionais. Para o PT era interessante o debate público, quem tinha a perder em uma batalha pública, sem dúvida, eram os peemedebistas, dessa forma a polêmica se encerrou devido à falta de resposta de Messias Gonzaga. Porém, encerrou também a vida do Comitê Pró Diretas Já!, revelando o peso político do PMDB e a debilidade do PT em Feira de Santana de agrupar entidades para lutar pelas Diretas já.

3.3 NOVA REPÚBLICA

A consolidação da Nova República, através de suas diversas vitórias estaduais e municipais, não melhorou a situação e os conflitos em torno dos rumos da

²⁷¹ Para ver uma posição desta no interior do PT ver o depoimento dado ao autor em dezembro de 2005 na cidade de Salvador por Elízio Santa Cruz Guedes, militante de uma organização de esquerda clandestina que era majoritária dentro do PT juntamente com os militantes oriundos da dissidência do PC do B.

²⁷² Feira Hoje. 18 de Julho de 1984, pp. 02.

²⁷³ Idem.

redemocratização do país. A estabilidade chegou a ser ameaçado quando da morte de Tancredo Neves e posse de José Sarney, ex-presidente da ARENA, em seu lugar.

Durante os primeiros anos do mandato de Sarney, ficaria claro o caminho à direita que tomava o novo governo “civil”, através de favorecimentos dos grandes lobbies dos empresários nacionais e a permanência de grande parte dos segundos escalões indicados por militares²⁷⁴. Na Assembléia Nacional Constituinte foi onde essa disputa ficou, em alguns momentos, extremamente evidenciada.

O PT, com efeito, resolveu que nenhum apoio seria dado a “Nova República”. Os conflitos entre ambos os partidos (PMDB e PT) passaram a se aguçar cada vez mais. Nas greves gerais de 1986 e 1987, por exemplo, as bandeiras de luta pressionavam o Governo, repudiavam o Presidente e chegavam a estampar nas capas de boletins das greves gerais, ou sindicais, trabalhadores chutando, botando para correr ou gritando; “Fora Sarney”²⁷⁵. Os diversos planos econômicos não davam respostas para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Não foi aleatório o crescimento do número de greves em Feira de Santana a partir de 1985²⁷⁶: a insatisfação crescia e as precariedades das condições de vida aumentavam.

O PT e CUT negaram apoio ao que seria, segundo eles, uma convocação com a finalidade de construir uma nova hegemonia da burguesia. Desde a montagem da Aliança Liberal, organizada nos bastidores da luta pelas Diretas já!, com o apoio de políticos do PDS, insatisfeitos com a escolha de Paulo Maluf para candidato, oficial, pelo colégio eleitoral, passando pela Constituinte e pelo “não à constituição”, o PT se recusou a fazer parte dos diversos momentos de tentativa de montagem desse “pacto social”.

²⁷⁴ DREIFUS, René. *O Jogo da Direita*. Na Nova República. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

²⁷⁵ Veremos estas questões no próximo capítulo.

²⁷⁶ Discutiremos este assunto, também, no próximo capítulo.

Não foi diferente para as circunstâncias eleitorais. Em 1986, no 4º Encontro Nacional do Partido, resolveu-se que o PT teria um *“claro posicionamento de oposição ao Governo Sarney, à Nova República e a transição conservadora, bem como as diversas propostas populistas, que procuram apresentar-se como oposição ao Governo Sarney, mas apóiam a transição conservadora”*²⁷⁷. (itálico no original).

Porém, em alguns lugares do país, houve um ruído na comunicação entre as deliberações do Encontro Nacional e a maioria dos delegados dos Encontros Estaduais: a Bahia foi um desses casos em que seu Encontro Estadual aprovou apoio “crítico” à candidatura de Waldir Pires.

Um grupo não conformado com a deliberação de apoio crítico à candidatura de Waldir Pires, lançou mão de um recurso para ser apreciado pela nova direção do Diretório Nacional, que resolveu por

Deferir os recursos de filiados do PT a Bahia, que contestam a decisão, tomada pelo encontro regional, de dar apoio crítico a candidatura de Waldir Pires ao governo do estado (...) Considerando 1) Que o Partido definiu um critério político para estabelecer coligações e alianças eleitorais que estabelece a centralidade do acordo sobre a oposição ao Governo Sarney, à Nova República e a transição conservadora ; representada tanto pela candidatura de Josaphat marinho (PDS-PFL-PTB) quanto pela de Waldir Pires (PMDB-PC do B-PCB); 2) que o candidato a Governador do PMDB da Bahia, Waldir Pires, deve ser caracterizado como figura integrada à Nova República e à transição conservadora. 3) Que um objetivo fundamental do PT no processo eleitoral aprofundar a organização independente dos trabalhadores e uma política de apoio a Waldir Pires contraria este objetivo; 4) que o PT da Bahia já evidenciou, nas eleições de Novembro de 1985, possuir um acúmulo mínimo de uma base de massa independente, que deve ser preservada e ampliada nas lutas sociais e na luta política contra a Nova República²⁷⁸.

O deferimento do pedido fazia todo o sentido, mas é bom refletir a respeito dessa negativa do apoio crítico, como sugere Coelho²⁷⁹, do ponto de vista da disputa interna no partido. O grupo que envia o pedido de análise da deliberação do Encontro Estadual da Bahia era de militantes vinculados à Articulação, tendência majoritária no campo

²⁷⁷ Resoluções e Encontros. Op. Cit, pp. 228.

²⁷⁸ Idem. Pp. 295-296.

²⁷⁹ COELHO, Eurelino... Op. Cit. Cap. 05.

nacional, porém, não na Bahia, onde a maioria era de militantes do MCR e aliados. O MCR, se colocava ao lado de Waldir Pires, através de uma fórmula, que viria a ser não menos problemática no futuro, da união das oposições contra o carlismo, e seus representantes e aliados, além de achar que seria uma derrota para a ditadura militar²⁸⁰.

Em Feira de Santana, como havíamos dito, a maioria dos petistas, neste momento, estava vinculada ao PCBR, que se recusava a encampar lutas políticas com características de frentes populares ou de frentes de oposições pluri-classistas. Essa resolução do Diretório Nacional foi muito bem vinda em Feira de Santana, pois a viabilização daquela resolução, inicialmente aprovada, provocaria uma campanha lado a lado entre grandes adversários políticos locais no palanque das eleições ou, pelo menos, silenciar os petistas frente a um momento político importante. Seria o contrário de tudo aquilo que os militantes do PT de Feira de Santana vinham afirmando entre as bases. Como se aliar com os “traidores”, os “populistas que enganam o povo”, a “oposição disfarçada”, como definiam os peemedebistas durante tantos anos? Uma das poucas arma dos petistas feirenses seria jogada fora.

O PMDB não convencido da real posição política do PT, enquanto franca oposição ao Governo Waldir Pires, enviou ao Diretório Municipal do PT, um convite para que esta agremiação se fizesse presente nos dias de um seminário, realizado pelo PMDB, para subsidiar e colaborar com o Governo Waldir Pires, no intuito de fornecer elementos para sua gestão²⁸¹. O PT recusou-se a participar, enviando uma carta que

²⁸⁰ O PT, através de um outro Encontro Extraordinário, terminou por ficar sem candidato para o Governo da Bahia. Sobre as Frentes Anti-Carlita na Bahia ver o livro: PINHEIRO, Luiz Umberto. Combate Político, Debate Teórico. Remando Contra a Maré: Intervenções à Esquerda. Salvador: S/E. 2000. O capítulo, “A Esquerda e a Conjuntura política: o caso do PT”, o autor debate a centralidade política do PT subsumida a frentes eleitorais devido, entre outros fatores, a opção do ajuntamento de múltiplos e diferenciados partidos na luta contra a hegemonia carlista. Dentre essas alianças estava o PSDB baiano, partido de Fernando Henrique Cardoso, que a nível nacional se engalinhava com o PT. O autor mostra especial indignação na eleição de 1994, quando o PT se aliou a Juthay Magalhães (PSDB), figura tradicional da política baiana, pertencente a uma das mais tradicionais famílias, envolvidas em negócios de importação e exportação, capital financeiro e industrial na Bahia, ao longo de boa parte do século XX.

²⁸¹ Feira Hoje. 08 de fevereiro de 1987, pp. 02.

elencava sete pontos para explicar o porquê dos militantes do PT não participariam das atividades do PMDB: não existir “similaridade alguma do PT com o PMDB, exceto suas condições de legalizados em uma mesma lei partidária; “antagonismo” com as propostas, princípios e programa do PMDB; a postura oficializada pelo Encontro Nacional de não apoiar, ou fazer parte, de nenhuma chapa para eleições municipais, estaduais e federais, com nenhum partido que venha a ser parte ou apoio à Nova República; e por possuir foro próprio, lugar ao qual expressariam suas vontades políticas eleitorais aos trabalhadores de Feira de Santana.

Os pontos 5º e 6º expressam, fidedignamente, o sentimento da maioria do Partido dos Trabalhadores em Feira:

5º - Por desfrutarmos de status partidário não inferior ao PMDB, não poderíamos nos submeter a seminários enganosos, verdadeiros simulacros de representação popular, para o encontro ao qual estamos sendo equivocadamente convidados.

6º - Como toda a sociedade temos a correta interpretação de que esse tipo de seminário nada mais significa senão a tentativa de cooptar forças e lideranças populares para a falsa discussão do que já se encontra previamente decidido por acordos gabinetes e armações eleitorais (...) ²⁸².

Liomar Ferreira, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Autônomos, e vereador pelo PMDB, saiu em defesa do PMDB. Tocou num ponto que já havia sido motivo de debate entre ele e o PT, nas páginas do mesmo Jornal, quando numa situação anterior o PT criticou, assintosamente, os sindicalistas “pelegos” ²⁸³, principalmente os vinculados ao PMDB: a falta de vínculos do PT com os trabalhadores o induziria a um esquerdismo.

Esse PT que toma posições como esta não é aquele que se conhece em São Paulo, atuando junto do trabalhador. Esse está mais próximo daquele que recebeu dinheiro dos coronéis no Ceará e daqueles assaltantes de bancos presos em Salvador. Eles se dizem representantes dos trabalhadores, como se apenas o PT tivesse compromisso com a classe trabalhadora (...) ²⁸⁴.

²⁸² Idem.

²⁸³ Tocaremos nesse assunto mais a frente. Feira Hoje. 11 de fevereiro de 1987, pp. 02.

²⁸⁴ Idem.

Liomar Ferreira falava certo em linhas tortas. O PT de Feira estava muito mais para o dos assaltantes do banco de Salvador do que para os militantes de São Paulo, não porque achavam que o assalto a banco era um recurso mais útil e eficiente para arrecadação de fundos financeiros para a revolução, ou porque o PT local era composto por militantes clandestinos, prestes a realizar uma guerrilha urbana, mas devido ao fato de que parte dos militantes do PT de Feira de Santana terem tido vínculos com o PCBR, organização da qual faziam parte os militantes(?) presos²⁸⁵ no assalto a uma agência do Banco do Brasil em Salvador. Flerta com a noção de que a esquerda armada, que na Bahia, quase nada teve de armada, com exceção do episódio de fuga de Carlos Lamarca pelo sertão da Bahia²⁸⁶, não obteve sucesso junto aos trabalhadores e que o PT de Feira de Santana se dirigia ao mesmo destino dessa tradição cultural da esquerda. Diferente do PMDB, este sim, para Liomar Ferreira, fiel depositário dos trabalhadores de Feira de Santana.

A rejeição do PT contra Waldir Pires aumentou, ainda mais, depois de seu início desastroso como Governador da Bahia²⁸⁷ e prosseguiu, como podemos constatar na Aula Magna proferida por ele no início do semestre letivo da UEFS. Os alunos, e certamente alguns professores, vaiaram estrondosamente o Governador nesta aula. Muitos estudantes do Partido dos Trabalhadores puderam ser identificados pelas fotos

²⁸⁵ Liomar Ferreira flerta com a denúncia e o dedo-durismo típico dos “pelegos” durante a ditadura militar. Vale salientar que até hoje esta história está mal elucidada, o PCBR não reconheceu a atividade expropriadora, difícil também seria reconhecer devido ao ataque virulento da mídia ao PT, mas não somente da mídia, mas de dentro do próprio PT que achou ali um bode expiatório para efetivar um desejo antigo da cúpula partidária vinculada à Articulação: promover a legalização das tendências, acabar com a “dupla camisa” e ter um partido de militantes que concebiam o papel do PT como estratégico. Para ver um tipo de texto profundamente afetado por este propósito “renovadores” do PT: CHAUI, Marilena. PT “leve e suave”? In: SADER, Emir. Op. Cit. pp. 43-101.

²⁸⁶ FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. In: site fundação Joaquim Nabuco. http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf, acessado em 15 de maio de 2007.

²⁸⁷ Por exemplo, cortou os salários dos professores das universidades estaduais da Bahia, após a maior greve dessa categoria, durante a qual acamparam na frente da Governadoria em acampamento que recebeu o nome de “Marajá é a mãe”, devolvendo a pecha colocada pelo Governo aos professores. O movimento dos professores nesse período era bastante dividido, com figuras vinculadas aos partidos ligados a Nova República. Yara Cunha, reitora da UEFS, perseguida e torturada na época da ditadura militar, tinha vínculos com o PMDB. A ADUFS (Associação Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana) só veio a se filiar a CUT, por conta dessas divisões, em 1987.

publicadas nos jornais e pela fala de “lideranças progressistas do PMDB²⁸⁸”. A fala da reitora, no Jornal, procurava desmentir a participação do PT naquela manifestação, porém concluía que o ato foi organizado por uns “17 militantes” “anarcotrotskistas”, de “origem pequeno-burguesa”, sendo “muito comum nestes militantes(...) que, no momento que se necessita de uma aliança sólida entre as forças progressistas, aliam-se as forças retrógradas e reacionárias, com a direita radical, tornando-se desta um instrumento”²⁸⁹. Segundo a reitora, a perda, dos petistas, do DCE revelava essa “manifestação neurótica”²⁹⁰.

A reitora procurou não acusar diretamente os militantes do PT, por motivos que podiam variar; desde um simples desconhecimento dos militantes do partido à preservação de uma boa convivência com o PT, até o reconhecimento de que a atividade dos estudantes era à revelia do partido²⁹¹, o que pareceu ser o mais provável. Mas, indubitavelmente, as características descritas por ela são as representações típicas que as outras esquerdas faziam do PT, sobretudo, a de fazer o jogo da direita, além do fato que quem havia perdido as eleições para o DCE ter sido a militância petista.

3.4 DIRETAS JÁ! 1988

Sem resultados de médio prazo na qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros, o governo Sarney e a Nova República se desgastavam rapidamente. Os movimentos sociais, principalmente o movimento sindical, chocavam-se cada vez mais com os governos, em nível municipal, estadual ou federal. Frente a instabilidade da hegemonia, os grupos sociais e seus partidos conservadores manifestavam, e

²⁸⁸ Feira Hoje. 15 de março de 1988, capa e pp. 02. Na mesma edição do jornal, na página 03, o presidente do Diretório Central dos Estudantes, neste momento, sob o controle de uma chapa vinculada ao PC do B, manifestou seu repúdio aos atos dos “radicais” e prestou sua solidariedade ao governador. No dia seguinte o PC do B também repudiou o ato.

²⁸⁹ Feira Hoje, 16 de março de 1988, pp. 03.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Em nota, Gerinaldo Costa, presidente do PT de Feira de Santana, dizia reconhecer a presença de militantes do PT nas atividades, mas dizia que o ato não partiu das direções do Partido. Feira Hoje. 17 de março de 1988, pp. 02.

conseguiram, o desejo de mais um ano de governo para a Aliança Democrática. Os vários planos econômicos e sociais, depois de alguns breves momentos de aceitação popular, aprofundavam o sentimento de engano e de remedo dos governantes para os trabalhadores. Duas greves gerais, uma em 1986 e outra em 1987, demonstravam a disposição das organizações das classes trabalhadoras de responder ao governo Sarney.

O PT, a CUT, alguns outros pequenos agrupamentos partidários e lideranças individuais, tentavam responder aos arranjos parlamentares com uma nova luta pelas eleições diretas em 1988. Novos comitês foram formados, novas manifestações e comícios tentavam conclamar o povo à luta pela eleição livre e direta.

Eleição em 1988 significava disputar com o Governo Sarney em um péssimo momento político e dificultar a reorganização das diversas frações da burguesia brasileira, que se encontravam profundamente divididas ²⁹².

A Primeira atividade, que temos notícias, de retomada do tema das diretas em Feira de Santana aconteceu no dia 03 de junho de 1987, na Câmara de Vereadores. Esta reunião deliberou por uma manifestação na Praça João Pedreira no dia 10 de julho, às 17h30min ²⁹³. O PT participava deste comitê, mas segundo o jornal Feira Hoje, defendia a eleição imediatamente. Por esta razão, o comitê não tinha como slogan as eleições municipais em 1988, procurando agregar todas as pretensões de restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República ²⁹⁴.

Após o recesso junino, retomou-se a organização do comitê com um “ato cívico” pelas eleições diretas. O “ato” foi organizado por nove vereadores, de diversos partidos (PDT, PMDB, PC do B), que viam como inevitáveis as eleições diretas para presidente. Um deles era o vereador Messias Gonzaga, que antes se mostrara favorável às eleições

²⁹² Em 1989 essa divisão se mostrou ainda forte com o lançamento de mais de dez candidaturas para Presidente da República.

²⁹³ Feira Hoje. 05 de junho de 1987, pp. 02.

²⁹⁴ Idem.

no Colégio Eleitoral, e dessa vez, afirmava, seria necessário “resgatar” o movimento de 1984 ²⁹⁵.

O “ato” aconteceu no dia 28 de junho de 1987, com a participação de algumas entidades da sociedade civil e de populares. Na oportunidade, decidiu-se que os partidos iriam participar da manifestação contra o plano Bresser, que o PT iria realizar. Enquanto todos os partidos se concentravam na luta pelas diretas, o PT decidia encaminhar uma outra luta, porém, dessa vez, recebia o apoio do “ato” ²⁹⁶.

A manifestação do dia 10 de julho do mesmo ano não atraiu muitas pessoas. O relato do jornal descreveu uma participação quase apenas de representantes de organizações estudantis, de bairros e sindicais, além da presença de alguns partidos políticos (PT, PDT, PC do B e PCB). Um dos motivos, segundo o jornalista, do fraco público foi ausência de militantes e políticos do PMDB, que não tinham uma posição tomada acerca das eleições diretas para presidente. Em grande medida, a participação do PMDB, no comitê, poderia melhorar a participação dos eventos próximos ²⁹⁷.

Fora algumas pichações que conclamavam as eleições diretas, nenhuma atividade de peso razoável foi divulgada nos jornais, dando-nos a crer que a manifestação, com um público minoritário, arrefeceu os ânimos do comitê.

3.5 ELEIÇÕES: COLIGAR OU NÃO COLIGAR, EIS A QUESTÃO!

3.5.2 CAMPANHA ELEITORAL DE 1988.

A segunda experiência em relação a eleições municipais, de início, não trouxe nenhuma novidade para o quadro político e para a posição do PT em relação aos outros partidos de oposição. O PT, antes da maioria dos outros partidos, já havia decidido seus

²⁹⁵ Feira Hoje. 25 de junho de 1987, pp. 02.

²⁹⁶ Feira Hoje. 18 de junho de 1987, pp. 02.

²⁹⁷ Feira Hoje. 10 de julho de 1987, pp.02.

candidatos para prefeito e vice-prefeito: Jaime Cunha e Ivannide Santa Bárbara²⁹⁸. Porém, a novidade foi a criação de uma frente de partidos de esquerda e opositorista, no âmbito municipal, chamada de Frente Progressista Popular. A formação dessa frente não alterou as candidaturas petistas, que foram mantidas no Encontro Municipal, mas causou certo debate político eleitoral, importante para os desdobramentos futuros da política em Feira de Santana, e para o conjunto dos partidos “progressistas” da cidade, inclusive o PT: aproximações, separações, demarcações, alianças futuras, etc. Há de se ressaltar, também, o sabor da política nacional e estadual nas composições e coligações eleitorais.

Jaime Cunha, desde os acontecimentos eleitorais de 1982, era considerado *persona non grata* no que dizia respeito às eleições dentro do PT de Feira de Santana. Suas posições eram entendidas como eleitoralistas pela maioria dos petistas, e essa tendência foi se agravando no decorrer dos anos e das posições tomadas por Jaime Cunha. O evento do apoio crítico a candidatura de Waldir Pires, promovido principalmente pelo agrupamento partidário de Jaime no PT, o MCR, quando era minoria no PT de Feira de Santana, já o colocava em uma situação não muito confortável no partido, pois dessa postura política derivou muito tensionamento e acusações.

De 1986 até o período ao qual Jaime Cunha se consolidou como candidato a prefeito(1988), ele e seu grupo conseguiram ampliar as filiações ao partido, mas

²⁹⁸ Mulher negra, de origem pobre, atuante no movimento sindical da EMATER-BA, quando entrou para o PT. Ivanide Santa Bárbara foi candidata no ano do centenário da Lei Áurea, num momento que o PT fundava a sua Comissão Nacional de Negros, vinculada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Esta Comissão montou um plano para travar um debate ideológico, no partido e na sociedade, para devolver ao negro o protagonismo das lutas revolucionárias, populares e dos trabalhadores do Brasil, recusando a cosmogonia do movimento operário, segundo resoluções petistas, que teria sido fundado a partir da chegada de imigrantes brancos-europeus no Brasil. Esta comissão debateu questões como a herança de Palmares, da Revolta dos Alfaiates, Malês, as resistências das religiões afro-brasileiras, e por outro lado a heranças européias das tradições de luta. O texto que apresentava as intenções da Comissão, encerrava sua escrita, decretando o ano de 1988 como o ano de libertação dos negros e do fim do capitalismo.

permaneciam em situação de minoria no que dizia respeito às coligações eleitorais. Militantes insatisfeitos com a decisão de candidatura sem coligação, juntamente com Jaime Cunha, recorreram ao novo encontro do partido, para pedir uma nova discussão sobre as coligações. Jaime Cunha argumentava que a decisão de dois meses podia ser revista, pois a conjuntura havia mudado ²⁹⁹.

A mudança da conjuntura era a nova tentativa de coligação, por parte dos pequenos partidos “progressistas” da cidade. Davam-se, naquele momento, os passos iniciais da Frente Democrática Progressista. A formação da Frente não foi tarefa fácil, pois o PT sugeriu, como ponto para fechar o acordo, uma postura de repúdio às medidas de repressão do Governo Waldir Pires aos movimentos dos trabalhadores e a rejeição ao Governo Sarney.

À medida que a discussão evoluiu, outros partidos, mais ao centro, não permaneceram na coalizão, e a frente passou ser chamada de Frente Popular Progressista. Ao passo em que essa “esquerdização”, provocada pelo tensionamento do PT, acontecia, este era obrigado também a ceder. A Frente impunha como condição para o PT, que este retornasse a discussão das coligações, o que foi confirmado através de nota pública, quando o PT afirmou que o debate sobre o processo de coligações seria desencadeado na base para uma decisão mais democrática ³⁰⁰.

O manifesto da frente foi um texto brando para os padrões do PT de Feira de Santana: criticava as posturas de atrelamento ao FMI, por parte do Governo Sarney, repudiava o grupo que na constituinte era conhecido por “Centrão”, criticava a falta de democracia do Governo do Estado (sem citar o nome do Governador), por não atender as reivindicações dos servidores públicos. No plano municipal, o que mais se destacava era a antiga proposta de desmascarar os falsos representantes populares: “denunciar as

²⁹⁹ Feira Hoje. 1º de maio de 1988, pp. 02.

³⁰⁰ Feira Hoje. ilegível.

manipulações que os partidos tradicionais e conservadores – já desmoralizados – bem como as forças que se dizem novas, mas sempre ligadas ao velho esquema – procuram impor ao povo de nossa terra ³⁰¹”. Dessa vez, devido à participação de antigos militantes do PMDB ou partidos vinculados ao Governo do Estado, a caneta petista não se voltou para este partido, seus militantes e políticos.

A Frente, contudo, nascia com um problema típico de uma frente eleitoral: possuía três candidatos a prefeito: Humberto Mascarenhas pelo PCB, Roque Aras pelo PSB e Jaime Cunha pelo PT ³⁰². O PC do B foi o único que não lançou candidato. Aliás, o PC do B parecia mais interessado em participar das atividades da Frente no intuito de pressionar o PMDB local para abrir-lhes a porta.

Segundo o professor Marialvo Barreto, do PT, havia muitas figuras “obscuras” na Frente Popular Progressista, e a posição do PT na condução da cabeça da chapa daria, de fato, uma postura de esquerda à Frente, afastando essas figuras e agrupamentos³⁰³. A disputa pela cabeça da chapa foi algo que consumiu a Frente em algumas reuniões, o que inviabilizou sua publicização, campanhas nas atividades dos movimentos.

A Frente cresceu e se transformou em um movimento de maior respaldo social, principalmente, com a integração do jovem PSDB, que trouxe para Frente Popular o nome de mais um pré-candidato para prefeito: José Raimundo, ex-vice-prefeito de Feira de Santana, de 1976 a 1982, pelo PMDB ³⁰⁴. Esse novo acontecimento trazia problemas para o PT, que queria a cabeça da chapa. Além de José Raimundo ter uma penetração popular e eleitoral muito maior do que Jaime Cunha, ele vinha do velho PMDB, inimigo

³⁰¹ Feira Hoje. 24 de maio de 1988, pp.02.

³⁰² Ibid.

³⁰³ Feira Hoje. 29 de julho de 1988, pp. 02.

³⁰⁴ Feiras Hoje. 27 julho de 1988, pp. 02.

mortal e historicamente desqualificado pelo PT. José Raimundo era tido como uma das velhas raposas populistas da cidade.

Alguns partidos não definiram o campo onde devem atuar, deixando de tomar posições anti peemedebistas – anunciam Jaime Cunha e Gerinaldo Costa, este presidente do PT. Eles apontam como um fato negativo a entrada de ex-peemedebistas que buscaram posições-chaves na FPP. Isso é uma referência clara a José Raimundo de Azevedo, do PSDB, sugerido para compor como candidato.

O PT, que não é o mais importantes destes partidos da FPP, quer uma posição mais à esquerda para uma série de questões. Não lhe agrada, por exemplo, que o anacrônico PCB, permaneça na defesa intransigente do Governo Waldir Pires; que o PC do B permaneça em meio termo, apoiando em parte o Governo do Estado; que o PSDB não tenha uma posição de confronto com o PMDB de onde deriva (...) ³⁰⁵.

As alianças eleitorais, portanto não foram concretizadas. O PT lançou suas candidaturas em uma chapa de puro sangue petista; Jaime Cunha e Ivanide Santa Bárbara.

Porém, como saldo dessas eleições, negociações e contatos em prol de coligações e Frentes políticas, o PT de Feira de Santana conseguiu seu primeiro vereador da cidade. João Batista, médico e assessor do MOC, foi eleito vereador pelo PMDB em 1988 e mudou de partido, indo para as fileiras petistas. Havia muito que Jaime Cunha desenvolvia a tese de que setores descontentes do PMDB poderiam se agregar ao PT, bastaria, para ele, o “sectarismo” dos militantes do PT permitirem essa aproximação.

João Batista recebeu, como bom ex-peemedebista e assessor do MOC, todas as desconfianças de alguns petistas. Não foi raro a necessidade de militantes e políticos, do Diretório Estadual, intervirem para dar o apoio público ou ir até Feira de Santana consolidar a entrada de João Batista no PT. Um dos casos foi Geracina Aguiar, vereadora do PT em Salvador, que foi levar nota de apoio a filiação de João Batista ³⁰⁶.

João Batista vinha num processo de descontentamento com o PMDB, tornado explícito, muitas vezes, através dos jornais da cidade. Ao se desfiliar do PMDB, optou

³⁰⁵ Feira Hoje. 29 de Agosto de 1988, pp. 02.

³⁰⁶ Feira Hoje. 27 de março de 1990, pp. 02.

pelo PT devido à convicção ideológica deste, mas uma convicção madura, que já perdia “seu caráter radical”³⁰⁷.

O primeiro vereador do PT não durou mais que alguns meses no partido. Desligou-se do PT por que este exigia o controle na distribuição de cargos vinculados ao mandato, da verba parlamentar, etc., ou seja, devido à excessiva ingerência do partido da vida do parlamentar. Logo, João Batista se encontrou, novamente, com os braços acolhedores do PMDB de Feira de Santana, e voltou a ser vereador deste partido.

3.5.1 CAMPANHA ELEITORAL DE 1992

Não foi diferente em 1992, quanto às discussões com outros partidos políticos, tentativas de frente, discussões em torno das coligações, etc. Algumas mudanças nas correlações de força davam um novo sabor à eleição.

Quatro chapas majoritárias estavam inscritas: José Falcão (PFL) e Osvaldo Brasileiro (PDS), – ambos se iniciaram na política no seio do MDB – numa gigantesca coligação que envolveu o PFL/PDS/PST/PSC/PL/PTR/PTB/PRT; João Durval Carneiro (PDT) e José Raimundo Azevedo (PSDB) estavam juntos na coligação que unificou o PMN/PSDB/PSB/PV e PDT; Luciano Ribeiro (PMDB) e Ildes Ferreira (PPS), em uma coligação com PMDB/PPS e PC do B; Gerinaldo Costa (PT) e Olga Matos (PT), sem nenhuma coligação.

Muitas lideranças peemedebistas afastaram-se do PMDB, ampliando, ou até mesmo fundando, velhos e novos partidos, como foi o caso do PPS.

Um núcleo de ex- militantes do PMDB migrou para esta sigla (PPS), devido aos, cada vez maiores, conflitos internos do PMDB. Dos oito concorrentes ao executivo municipal, apenas três não passaram pelo MDB/PMDB: Olga Matos, Gerinaldo Costa e João Durval. Todos reclamavam da falta de espaço, e poder de decisão, no partido, que

³⁰⁷ Feira Hoje. 13 de março de 1990, pp. 02.

ficava ao encargo de Colbert Martins, que guiava as coisas com mãos fortes³⁰⁸. Por outro lado, o PMDB vinha de um Governo Estadual desastroso, abandonado pela metade por Waldir Pires, que decidiu lançar-se candidato a Vice-Presidente da República, juntamente com Ulysses Guimarães, pelo PMDB e deixou o governo do estado para que Nilo Coelho (PSDB) assumisse a gestão. Essa movimentação desgastou profundamente o PMDB na Bahia e abriu caminhos para a volta de ACM e do Carlismo, que conseguiu atrair novas e velhas lideranças para o seu espectro e unificar figuras políticas bem díspares.

Assim, aquela concentração de militantes e políticos de prestígio no PMDB ficou espalhada por diversos partidos políticos, tornando a eleição mais apertada.

O PT, que abriu a possibilidade de composição de chapa com o PC do B e PSB, ficou sem aliados quando estes tomaram a decisão de coligarem-se com outros partidos, considerados inconciliáveis com o PT de Feira de Santana.

O PT, nessas eleições, alcançou uma votação maior do que as outras vezes – difícil arriscar qual o motivo: um acúmulo de anos e anos? O voto feminino (em uma mulher branca, aparentemente de classe média e com os estudos completos, diferente de Ivanide Santa Bárbara, outrora candidata pelo PT)? Uma desilusão com o PMDB, tão esperada e batalhada pelo PT?

A verdade é que a novidade dessa eleição foi o apoio dado pelo PT, devido ao segundo turno, aos candidatos do PMDB e PPS, depois de calorosos debates, diga-se. O apoio seria dado com a condição de o PMDB aceitar receber um programa mínimo de gestão municipal. O Programa continha 18 pontos e girava em torno da democratização dos espaços públicos e inversões de valores nas prioridades municipais.

O texto tornado público dizia o seguinte:

³⁰⁸ Para ver esta relação construída durante anos: Ata da Câmara Municipal. Discurso de desligamento do PMDB de Hosannah Leite. Feira de Santana: 1992.

(...) Com você, o PT vai participar decididamente do segundo turno. E fazemos isso apoiando a candidatura do professor Luciano Ribeiro. Pelo seu passado de Luta em favor dos trabalhadores. E pelo conjunto de forças que apóiam a sua candidatura.

Para tanto, apresentamos a Luciano uma proposta de programa mínimo que inclui alguns pontos fundamentais para uma nova concepção de administração de Feira de Santana. Queremos alertar a todos vocês, sobretudo aos jovens, para a necessidade de conhecer a história de cada candidato, analisar seus projetos e compromissos, para que a gente não embarque numa aventura como a de Collor de Mello. Luciano tem um passado de resistência à ditadura militar. Já seu adversário serviu à ditadura e dela se beneficiou até hoje.

Luciano assumiu compromissos sérios, compromissos com o povo trabalhador, de respeitar a organização dos trabalhadores.

O seu adversário, fez um governo desastroso, e tem como programa um conjunto de promessas absurdas. Vamos afirmar um novo tempo. O tempo do PT. Queremos ver enterrado este triste passado.

Vamos votar em Luciano e Ildes³⁰⁹.

Realmente, foram os primeiros passos rumo à coligação que quase era definida nas eleições seguintes, em 1996. Ao passo que as dificuldades do PT em se relacionar com trabalhadores aumentavam, sofrendo naquele momento as primeiras investidas da desestruturação neoliberal, aumentava, proporcionalmente, a dificuldade de se consolidar como alternativa contra-hegemônica na cidade, aliás, muitas das alianças que se travariam, ou que se tentou travar, no nível local e Estadual, colocava o PT de Feira de Santana no limite de reforçar, localmente, os partidos que sustentavam a possibilidade de hegemonia da aliança neoliberal no Brasil, que viria a se instalar no mandato de FHC e Luis Inácio da Silva, mais adiante.

3.5.2 CAMPANHA ELEITORAL DE 1996

Em 1995, Gerinaldo Costa, para suscitar o debate na base, lançou-se candidato a prefeito de Feira de Santana. Desistiu da empreitada quando se delinearam dois rumos para as eleições de 1996: de um lado a possibilidade de uma campanha com a cabeça de chapa petista e por outro lado uma campanha em coligação com o PMDB, onde o candidato a prefeito seria Colbertzinho, como é conhecido em Feira de Santana o filho do arquiinimigo do PT local, Colbert Martins.

³⁰⁹ Carta de apoio do PT a Luciano e Ildes. Feira de Santana: 1992.

Esse ano não existia dúvida para os petistas feirenses a respeito da necessidade das coligações, ao contrário das eleições de 1988, quando a Nova República foi um empecilho. Dessa vez as resoluções da direção estadual do PT clamavam por uma coligação com os peemedebistas, devido às composições das frentes anti-carlista. Do PSDB até os tradicionais aliados, PV, PC do B, PSB, todas as alianças eram possíveis.

Pela primeira vez, assumia-se dentro do PT de Feira de Santana uma aliança com o PMDB, e com aquilo que mais representava, de certa forma, o “populismo de esquerda”: o filho de Colbert Martins. As variantes para essa guinada são várias: A nova ascensão de Antônio Carlos Magalhães e a nova correlação de forças construída por ele em poucos anos, em grande parte devido ao avanço do neoliberalismo; a formação de um novo bloco dirigente no país, representado a nível nacional pela aliança entre o PFL, o PSDB e as ambíguas posições do PMDB. Essa montagem tinha, na Bahia, ACM como seu principal representante, ainda que na Bahia nem todo o PSDB e nem todo o PMDB o apoiassem; uma nova correlação de forças interna no PT de Feira de Santana, que passou a ser dirigido por maioria da “Articulação”, tendo como presidente Albertino Carneiro, ex-padre, criador do MOC, militante de antiga resistência ao regime militar e ex-integrante do PMDB de Feira de Santana, do qual se desvinculou por volta da segunda metade da década de 1980.

Do outro lado, conclamava pela não coligação, um novo militante do PT de Feira de Santana, José Cerqueira Neto. Zé Neto, como é mais conhecido pelos feirenses, era advogado de diversas causas de trabalhadores contra patrões, ou contra os municípios. Uma das que mais o notabilizou, tornando seu nome conhecido na cidade, foi a luta dos trabalhadores de transporte alternativo (vans, kombis, bestas, etc.) pela regularização da sua atividade profissional, que passou a ser perseguida no final do

governo de José Raimundo. O estilo de Zé Neto logo ganhou a fama nos jornais, como brigador, barulhento, espalhafatoso e dado à criação de desafetos políticos.

Para não fugir às suas características (derivadas, de um lado, de uma construção de marketing próprio e, de outro, pelos exageros da imprensa, que estimulava o preconceito contra o jovem advogado, querendo lhe impingir, a todo o momento, uma fama de playboy e briguento), Zé Neto, ao lançar suas pretensões de candidatura política, se indispôs com o presidente do partido, Albertino Carneiro. Acusava-o de estar “a serviço do PMDB” dentro do PT ³¹⁰.

O ataque a Albertino Carneiro visava as pretensões acerca da formação de uma frente anti-carlista na cidade, que contasse com a participação do PT.

“Esse papo de Anti-carlismo é conversa para boi dormir”, dispara novamente, acrescentando que “carlismo e nilismo ³¹¹ é a mesma coisa, é casuísmo, é tudo farinha do mesmo saco”, diz, numa alusão às ligações de Colbert Filho com o ex-Governador Nilo Coelho, que foi candidato do PMDB à reeleição.

Se as negociações pendessem para o lado da coligação com o PMDB, Colbert Filho não aceitaria que seu nome fosse o de candidato a vice-prefeito, pois tinha, sem dúvida alguma, mais respaldo social e trajetória na política de Feira de Santana, além de melhores chances eleitorais do que Zé Neto. Essa coligação tiraria Zé Neto dos principais holofotes eleitorais. Do outro lado do partido, Albertino Carneiro participava de um seminário realizado por iniciativa de vários partidos da cidade (PT, PC do B, PV) para discutir um programa em comum, que seria prioridade para os partidos participantes, mesmo em outras coligações, ou para ser submetido ao próximo prefeito da cidade de Feira de Santana, num claro indício de criação de uma frente eleitoral ³¹².

A postura defendida por Albertino não era novidade para os militantes do PT de Feira de Santana. A tese da Articulação em 1995, que contou com a adesão de Albertino

³¹⁰ Feira Hoje. 25 de janeiro de 1996, pp. 02.

³¹¹ Referência a Nilo Coelho, ex-Governador da Bahia (1989-1991).

³¹² Feira Hoje. 27 de janeiro de 1996, pp. 02.

Carneiro, faz gestão para a coligação com o PMDB para as eleições de 1996³¹³. Pode ser que essa tese, ou a parte que discute a questão das coligações, não tenha se saído vitoriosa nesse Encontro, mas o grupo de Albertino, sem dúvida, se tornou majoritário dentro do Partido e suas posições em torno da coligação eram explícitas:

Seria correto trilharmos o caminho da candidatura própria, argumentando ser necessário para o PT e **lá se vão 15 anos nisso?** Ou dentro da realidade política do município verificarmos a construção de uma aliança que envolva setores que vem se posicionando ao longo dos anos em favor dos interesses dos trabalhadores? (...).

O cenário da candidatura própria, **aventura** defendida por aqueles que acham que o PT não deve lutar pra valer em torno de assumir o poder (...)

³¹⁴.

O passado, os 15 anos de PT alijado do poder político na cidade, se misturava com o presente, lembrando as batalhas iniciais dos estudantes petistas e as eleições de 1982, quando os militantes peemedebistas da cidade não cansavam de afirmar a “aventura política” do PT lançar candidatos e não apoiar os candidatos do PMDB. A nova correlação de forças no PT deveria evitar tais “aventuras”. O texto chega a afirmar que o PT de Feira de Santana errou durante quinze anos, e pergunta: “**vamos nos repetir**”³¹⁵? (negrito e sublinhado pelos autores).

Logo abaixo, listam várias possibilidades de efetivar as coligações e seus respectivos problemas. O PC do B e o PPS aparecem como possíveis aliados, apesar de nunca terem feito coligações anteriormente, “mas no cotidiano das lutas estão sempre presentes” (...). Já em relação à coligação com o PMDB, o documento discute a participação, em diversos momentos, do PMDB na sustentação política do neoliberalismo, ressaltando as divergências estaduais e nacionais. Localmente a reflexão era diferente:

Mas é possível dizer que não faríamos alianças com Colbert Filho, que nos anos de mandato na assembléia legislativa apoiou todas as iniciativas e luta dos trabalhadores, públicos, rurais, sem terra, defendendo causas

³¹³ PT em ação: por uma nova concepção de fazer política. Tese para o Encontro Municipal do PT. Feira de Santana - BA. 1995.

³¹⁴ Idem. pp. 01-02.

³¹⁵ Feira Hoje. 27 de janeiro de 1996, pp. 02.

relacionadas as questões agrárias, direitos humanos, etc. e em declarações públicas levanta a intenção de construir um governo democrático, participativo? (...) a nível local apoiou Lula em 89 e 94³¹⁶.

Por seu turno, Colbert Filho buscava demonstrar, a todo custo, nas entrevistas que realizava, que a junção entre o PT e o PMDB era algo que já estava acontecendo em toda a Bahia, em Vitória da Conquista, com o PMDB apoiando o PT, e em Itabuna, numa situação contrária, o PT apoiando o PMDB³¹⁷. Apoiava Albertino Carneiro contra as investidas de Zé Neto, tentando deixá-lo isolado.

No início do debate, a maior parte da Executiva do partido se posicionava pró-aliança com o PMDB e buscava de toda forma calar o candidato a candidato a prefeito, Zé Neto. Chegou a ser aprovado, no diretório municipal, uma determinação de que Zé Neto não poderia mais falar pelo partido em nenhum meio público de comunicação³¹⁸. O Secretário Geral do PT municipal, além de sugerir que Zé Neto tinha formação de “senhor de engenho”, que era personalista e de que o PT não sabia de onde surgia o dinheiro para o material e outdoors com o nome do candidato, (que já circulavam na cidade) afirmava, ainda, em nota à imprensa, que Zé Neto não compreendia a necessidade do PT “formar um arco de alianças com base num programa de governo que inverta as prioridades de administração em Feira de Santana”. Portanto, era necessário o entendimento “com as demais forças progressistas da cidade, para só depois disso buscar-se uma definição para as candidaturas³¹⁹”.

Zé Neto, buscava ganhar força para sua campanha fora do partido. Procurou o PC do B e foi muito bem recepcionado, ainda que, Messias Gonzaga tenha sugerido calma para a definição de unificação das esquerdas numa frente anti-carlista³²⁰. Em 1996, diferentemente dos anos anteriores, o PC do B não contava com a aliança

³¹⁶ Idem, pp. 14.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Feira Hoje. 26 de janeiro de 1996, pp. 02.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Feira Hoje. 11 de janeiro de 1996, pp. 02.

histórica com o PMDB. Os candidatos a vereador do PMDB inviabilizaram a união, pois certamente uma das vagas a vereador, caso acontecesse a união do PC do B com o PMDB, seria de Messias Gonzaga, vereador na cidade desde 1982, e apontado em 1995 como melhor vereador de Feira de Santana.

Além do PC do B, Zé Neto saiu em direção ao sudeste do país, onde se encontrou com lideranças políticas nacionais do PT, como Luis Inácio da Silva e com o Deputado Federal Jaques Wagner, que, segundo Zé Neto, apoiavam a sua candidatura ³²¹. É bom salientar que esse apoio não fora dado em documento ou nota oficial, mas verbalmente. Vale ressaltar que nesse mesmo ano havia uma prévia interna no PT de Salvador, para onde Lula se dirigiu para prestar apoio a Jaques Wagner contra Nelson Pelegrino, militante da tendência Força Socialista. Sendo assim, o apoio verbal pode ter sido uma tática para que, em situação minoritária no município de Salvador, toda a ajuda fosse necessária, caso, por exemplo, a questão fosse parar no Diretório Estadual do partido.

Porém, a ajuda mais relevante para Zé Neto, foi o seu apelo para os “históricos do partido” ³²². Zé Neto, sabidamente, apelava para aqueles que viveram durante uma década na militância do partido resistindo às investidas das coligações e frentes eleitorais, e que ainda prezavam na sua cultura política a aliança com o campo à esquerda e socialista. Além do mais, tinha que apelar para esse grupo de militantes, com o qual, provavelmente, não tinha nenhuma relação política, pois, segundo consta, o inchaço no partido neste ano fora muito grande. O próprio Zé Neto dizia nos jornais ter levado ficha de filiação de mais 113 pessoas e o outro lado mais de 140 ³²³.

³²¹ Feira Hoje. 10 de fevereiro de 1996, pp. 02.

³²² Feira Hoje. 28 de maio de 1996, pp. 02.

³²³ No dia do encontro, Zé Neto protestou contra a chegada de uma Kombi, vinda do distrito de Maria Quitéria, local onde havia uma grande penetração do sindicato trabalhadores rurais, o qual o MOC exercia uma grande influência devido a sua prioridade inicial voltada para as zonas rurais. Sobre a inversão de

Numericamente este setor tinha ainda uma importância no partido, ao passo que perdia definitivamente sua importância ideológica e programática.

O resultado desse debate foi a confirmação da candidatura de Zé Neto com 173 votos a favor de candidatura própria e 152 votos favoráveis à coligação com o PMDB. Parece que a análise de Zé Neto foi correta, o grupo mais à esquerda no partido, a TM, e talvez alguns militantes do “O Grupo”, garantiram a vitória da candidatura petista. Mais à frente, o seu vice escolhido foi o sindicalista bancário, Eliezer Cavalcanti, do PC do B.

A vitória de Zé Neto significou, no entanto, o último suspiro do velho Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana. Zé Neto jogou muito bem com a sugestão de que Albertino fazia o jogo do PMDB, reativando uma rivalidade com o MDB/PMDB, cujo domínio o PT tentou durante toda uma vida derrubar. A derrota dos populistas não se deveu, como pretendiam os petistas, pela esquerda socialista ou pelos trabalhadores, mas pela nova hegemonia conservadora que se organizava no país desde Collor e que encontrou seus *condottieris* em FHC e ACM.

Os militantes “históricos” podiam barrar alguns acontecimentos, mas não puderam evitar o deslocamento cada vez maior do partido para uma política descaracterizada dos horizontes classistas. A disputa entre a candidatura Zé Neto e a alianças com Colbert Martins, demonstra, para nós, a aceitação tácita de que o PT de Feira de Santana não tinha mais a centralidade na política classista, centrada na ideia das organizações independentes dos trabalhadores e nem mesmo tinha os trabalhadores como eixo central do seu programa. Os trabalhadores agora apareciam pulverizados em torno do eixo principal da cidadania para todos e todas, indistinta das classes sociais. Como bem pode ser resumido nas falas do candidato José Neto:

prioridade no MOC e sobre o sindicato dos trabalhadores rurais discutiremos nos capítulos 4 e 5 respectivamente.

O partido tem em Feira de Santana membros da classe médias esclarecida. E digo mais, não sei se há outro partido que tenha mais quadros espontâneos e qualificados (..) tanto nos setores de advocacia, saúde educação, como nos setores populares (...)³²⁴

Existe um silêncio muito grande entre a juventude e a classe média de Feira de Santana, com relação as eleições. E esse silêncio é muito bom sinal para o PT ³²⁵.

Aparecia um sujeito ausente nas campanhas e nas falas petistas; “cidadãos” no lugar de trabalhadores, operários e camponeses. Esse cidadão sempre aparecia generalizado, abstrato, como a média de todas as pessoas. Além disso, o PT se voltava para as classes médias. Novidade também quanto à preocupação mais evidente com a demonstração da viabilidade administrativa, da capacidade técnica e com possíveis governabilidades. Parecia uma volta às origens de classe e de vínculos políticos dos militantes do PT feirense.

³²⁴ Feira Hoje. 02 de junho de 1996. Pg.02.

³²⁵ Feira Hoje. 30 de junho de 1996. p. 02.

CAPÍTULO 4

O PT E OS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES DE FEIRA DE SANTANA

4.1 BREVE VISÃO DOS MUNDOS DO TRABALHO

No ano de 1989, um intelectual das classes dominantes de Feira de Santana, Coriolano Filho, publicou no Jornal “Feira Hoje” matéria a respeito do “perfil da mão de obra feirense”. Neste artigo o autor chegava a algumas conclusões importantes, algumas marcadas pelos pontos de vista das classes dominantes, mas que servem como base para uma reflexão. A pesquisa foi realizada com entrevistas de 2000 trabalhadores. Vejamos:

Problemas de adaptação de um novo estilo de vida já que a grande maioria dos nossos trabalhadores é proveniente da zona rural. 12 por cento dos candidatos são analfabetos. 60 por cento têm o primeiro grau, mal sabendo preencher uma ficha de emprego. 25 por cento tem o segundo grau (completo ou incompleto). Apenas 3 por cento possui curso superior³²⁶.

O autor do texto prosseguia sua descrição e demonstrava os altos índices de doenças, como verminose, subnutrição, doenças venéreas e odontológicas entre os trabalhadores. Escrevia que a maioria dos trabalhadores preferia cargos como motorista, recepcionista ou de secretaria. Discorreu, ainda, sobre o trabalho feminino, constatando que a maioria das mães eram solteiras, com um ou dois filhos. Para Coriolano Filho, decorriam daí os altos índices de ausência e faltas no trabalho das mulheres, pois estas, segundo Coriolano, não teriam com quem deixar seus filhos. Algumas teriam vindo do interior grávidas, ou foram abandonadas por seus maridos logo que chegavam.

O quadro pintado por Coriolano era grave e assustador, mas revelador de alguns aspectos dos modos de vida dos trabalhadores de Feira de Santana. Chega mesmo a citar

³²⁶ Feira hoje. 18 de junho de 1989. Caderno especial. Feira 116 anos. s/p.

a dificuldade dos trabalhadores em travar relações de amizade no trabalho e das dificuldades de acesso ao lazer na cidade de Feira de Santana, devido à super-exploração do trabalho, principalmente comercial, com as longas jornadas de trabalho, infundáveis horas extras não pagas, fadiga física (trabalham em pé) e mental.

Além disto, chama a atenção para um aspecto com o qual petistas feirenses estariam de acordo ao analisar a classe trabalhadora da cidade:

Muitos dos patrões deixam claro que estão fazendo um favor especial em admitir o funcionário, ocorrendo então a partir daí um vínculo de **dependência e medo**³²⁷.

4.1.2 TRADIÇÃO “PELEGA” E “PELEGUISMO”?

Na história recente do proletariado de Feira de Santana destacam-se algumas características marcantes. Certa quantidade de organizações, ao velho estilo populista, foram criada por setores do executivo da cidade. Francisco Pinto, ao ceder uma entrevista para o livro “Autênticos do MDB”³²⁸, relatou como ajudou na fundação, ou fundou, diversas organizações dos trabalhadores em Feira de Santana nas década de 60: Associações de moradores e sindicatos, sobretudo. Foi o próprio Francisco Pinto quem criou na cidade o já comentado programa de Administrador de Bairro.

(...) organizamos a população em Associações de Bairro, ainda existentes no município e criamos uma Federação das Associações nascentes; nenhuma obra era realizada na cidade sem uma discussão em cada bairro e em praça pública, onde falavam, no início dos trabalhos, o prefeito e alguns secretários, a fim de defender as reformas de base, programadas pelo governo de João Goulart: agrária, tributária, bancária (estatização dos bancos), cambial, fiscal, com os acréscimos por nossa conta. Depois saíamos de cena e era a vez dos moradores apresentarem suas propostas sem nossa interferência e, depois eram votadas. No dia imediato, iniciávamos a obra aprovada. Fundamos e construímos o prédio do Ginásio Municipal, pois os existentes eram privados. Construímos e implantamos um Centro de Abastecimento fixo e outro volante, em caminhões apropriados, vendendo, em cada bairro, somente aos filiados às associações e sindicalizados, os produtos básicos, pela metade do preço do mercado³²⁹.

O período que marca a entrada de Francisco Pinto na política (segunda metade da década de 1950), até ser deposto pelos militares, nos primeiros dias do golpe de 1964,

³²⁷ Idem. Negritos meus.

³²⁸ BEATRIZ, Ana. Autênticos do MDB... Op. Cit, pp. 145.

³²⁹ Entrevista de Francisco Pinto em BEATRIZ, Ana. Autênticos do MDB... Op. Cit, pp. 145.

foi de uma crescente participação popular. Os relatos acerca das grandes manifestações de trabalhadores no período do Governo Municipal de Chico Pinto, como é mais conhecido entre os feirenses, estão registrados nos grandes jornais da época, que o atacavam de comunista, nos jornais locais da cidade, como o “Tribuna da Luta Popular”, e, principalmente, na memória do povo de Feira de Santana. Essas manifestações aconteciam de acordo com a convocação do prefeito e enchiam as praças de Feira de Santana com mais de 20 mil pessoas, até mesmo com 50 mil pessoas, segundo relatos mais exagerados.

Eram associações e sindicatos criados no intuito de defender os interesses da nascente classe trabalhadora urbana de Feira de Santana, dentro do que estava previsto na CLT, no sentido de uma preparação social e corporativa para enfrentar a modernização capitalista pretendida. Ao mesmo tempo, resguardavam para Francisco Pinto uma base social disposta a lhe dar estabilidade política após uma eleição na qual o adversário, João Durval Carneiro (UDN), fora derrotado por apenas 46 votos. As Associações de Moradores e os administradores de bairro permitiam a Francisco Pinto fazer penetrar a sua representação, a sua autoridade e liderança no cotidiano dos nascentes bairros periféricos da cidade.

Porém, o crescimento da politização dos grupos sociais populares urbanos em Feira de Santana estava vinculado aos interesses de um chefe político e da estrutura político-administrativa vinculados a Francisco Pinto.

Note-se a complexa rede de relações sociais em que os trabalhadores de Feira estavam envolvidos: contingente populacional predominantemente migrado, com efeito, desenraizamento cultural e territorial, dependência política, substituição de suas lideranças sindicais e de bairros no pós-golpe, falta de espaços de sociabilidade, com exceção das feiras livres – que só sobreviveram com a força que tinham até 1976 –,

super-exploração da força de trabalho, principalmente comercial, além de um funcionalismo não concursado e dependente de apadrinhamentos. Estes são aspectos que não podem ser desconsiderados ao falarmos da classe trabalhadora urbana de Feira de Santana.

Voltemos-nos agora, mais detidamente, para o final da década de 1970 e início da de 1980. Neste momento, em Feira de Santana, os sindicatos encontravam-se em plena atividade. Já se podia realizar eleições para escolha de suas lideranças, ainda que sob um rígido controle do Ministério do Trabalho na aprovação ou não da chapa eleita. A maioria desses sindicatos e também das associações de moradores permanecia sob o comando dos mesmos grupos políticos desde o golpe, isto é, sindicalistas que chegaram até o posto sindical através da intervenção direta, ou indireta do regime militar.

Este, por exemplo, é o caso do sindicato dos comerciários. Neste caso específico, Delcio Mendes, que ainda hoje é o atual presidente do sindicato, foi empossado em 1971, quando foi criado o sindicato. O caso dos bancários não se diferencia muito. Durante este período, até meados da década de 1980, continuou no cargo de Presidente Eliezer Cavalcanti. Deixou a presidência por alguns anos, mas continuou na gestão do sindicato, para depois voltar a ser presidente. É o caso também de Liomar Ferreira, eleito para o sindicato dos condutores de veículos particulares desde 1979 e que ocupou a presidência do sindicato durante toda a década de 1980.

Esses sindicalistas, ao longo da década de 1980, mantiveram práticas consideradas como “pelegas” pelos militantes do Partido dos Trabalhadores: ênfase no assistencialismo, cupulismo nas decisões, falta de uma campanha de sindicalização, ausência do debate democrático na organização do sindicato, a aceitação das decisões do Ministério do Trabalho como última palavra nas questões trabalhistas, mesmo

quando a vaga grevista já estava sendo imposta pelos trabalhadores no Brasil e em Feira de Santana à revelia do sistema trabalhista brasileiro.

Essa tradição foi muito forte no sindicalismo feirense. Não só porque ela possibilitava o apoio patronal em muitos momentos, resultando em apoio material mais estruturado para campanhas e benesses outras, mas também porque soube tocar em aspectos cruciais e necessários da vida cotidiana do trabalhador de Feira de Santana: assistência odontológica, médica, lazer e, muitas vezes, uma vida política afastada dos conflitos, pois para um proletariado não especializado o perigo de uma investida na ação sindical poderia colocá-lo definitivamente na lista do exército de reserva por um longo tempo, pior, ser acossado pelo desemprego sem ajuda familiar e de amigos.³³⁰

Na coluna, “O que vai pelos sindicatos”, no jornal “O Grito da Terra”, podemos ver algo sobre a movimentação do sindicalismo feirense e seus espaços principais de articulação e movimentação, alianças e política. Era uma coluna onde alguns sindicatos prestavam contas publicamente aos seus filiados e afirmavam seus próximos passos.

Logo no número 1 do jornal, o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários (SINCAVER) lançou a notícia de que o presidente do sindicato, Eliomar Ferreira, foi até Brasília pedir ao então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, uma doação do material necessário para ampliação do atendimento médico-odontológico aos associados. Aproveitava, no texto, para avisar que no mês seguinte a barbearia do sindicato já estaria funcionando, e que era de interesse do presidente que no dia 06 de janeiro, quando ele faria dois anos à frente do sindicato, fosse inaugurada a barbearia. Porém, fazia questão de salientar ao final que “apesar de não considerar a inauguração da barbearia como uma prioridade”, ela

³³⁰ Para ver este aspecto detalhadamente, José Rocha, na sua entrevista, deu detalhes bastante minuciosos. Dizia ele que ao ir pedir emprego nas lojas de comércio da cidade, todos os patrões, de antemão, perguntavam-lhe a respeito do destino da chapa que ele apoiava para ao sindicato dos comerciários, e em todos os lugares era negado trabalho para ele. Até que ele recebeu uma indenização e montou uma pequena locadora de vídeo-game. Cf. entrevista José Rocha.

estará atendendo aos desejos dos associados, quando nada, e observa que o sindicalismo é antes de tudo a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora que não se resume em oferecer assistência médico-odontológica e jurídica, mas em lutar pelas conquistas sociais de uma forma bem mais ampla³³¹.

Notam-se nas ressalvas finais de Liomar Ferreira o calor do debate sindical daquele momento, pois em período recente ele enfrentara publicamente a acusação do Partido dos Trabalhadores, nas folhas do jornal “Feira Hoje”, a respeito das práticas sindicais “pelegas” predominantes em Feira de Santana³³².

Outros sindicalistas seriam menos cautelosos que o do SINCAVER, como foi o caso dos comerciários e dos bancários, que notificaram aos seus associados, em julho de 1982, que estavam fazendo pressão na Delegacia do Trabalho para solicitar incursões nos estabelecimentos comerciais para ver o cumprimento das leis trabalhistas. O Sindicato dos Comerciários informava ainda que na oportunidade do dia do comerciário, premiaria com uma viagem para a colônia de férias do SESC o “Operário Padrão”, escolhido após concurso. Já os bancários informavam que a sede social funcionaria aos fins de semana e feriados, e que interessava ao sindicato a eleição de um cargo de vida social para cuidar especificamente da sede. Informava, também, a respeito dos refletores das quadras esportivas, que estariam em processo de instalação e estaria em processo a arrecadação de fundos da 2ª fase da construção do clube³³³.

Um mês depois, o informe a respeito do centro de lazer do sindicato dos bancários continuava. Este informava que enquanto não se criava o cargo de diretor social os diretores do sindicato se revezariam nas atividades de conscientização dos bancários da necessidade da sua sede de lazer. Avisava, também, que já estavam instalando os refletores que proporcionariam os jogos noturnos. Ao final, destacava que os bancários deveriam ir à sede, informava os problemas que passam os trabalhadores nos seus locais

³³¹ Grito da Terra. Dezembro de 1981. n. 1, pp. 05.

³³² Discutiremos este conflito mais a frente em uma outra sessão deste capítulo.

³³³ Novembro de 1982. Grito da Terra, pp.05.

de trabalho para o sindicato defendê-los ³³⁴. Novamente a ressalva vem ao fim dos informes. Ao longo deste período já era amplamente conhecida a tática escondida por trás desses “convites”. Era prática corrente que alguns sindicalistas chamassem os trabalhadores para se queixarem do patronato e estes ao voltarem do sindicato para o seu trabalho, poderiam encontrar o patrão já avisado da sua ação no sindicato ³³⁵.

As assembléias e os espaços de mobilização coletiva eram trocados pelas relações particulares de queixas e processos específicos contra um ou outro estabelecimento, o que demandava certo tempo na burocracia infundável da Delegacia e Justiça do Trabalho. Vejamos alguns exemplos:

Visando normalizar as condições de trabalho em oferecer uma boa assistência médica, jurídica aos seus associados e dependentes, o delegado João Vieira Lima do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Salvador, atuando na delegacia em Feira de Santana, deverá entrar com uma ação na Justiça do Trabalho contra as empresas de ônibus coletivo AUTOSSEL e Industrial que não vem respeitando o acordo firmado com o sindicato no TRT. As empresas não efetuam o pagamento das horas extras e tem aumentado a jornada de trabalho que é de 8 horas para 10 ou 13 ³³⁶.

Em dezembro do mesmo ano o processo corria ainda na Justiça do Trabalho: “Pelo sindicato dos rodoviários o delegado sindical de Feira avisa que está em trâmite um processo judicial contra a empresa AUTOSSEL e Industrial por desrespeitarem a CLT e o dissídio coletivo” ³³⁷.

O Sindicato dos Comerciários chegava mesmo a mandar cartas para o Presidente da República, João Batista Figueiredo, para o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e

³³⁴ Grito da terra. Dezembro de 1982, pp. 08.

³³⁵ Essa informação foi uma constante, tanto nos boletins sindicais como nas entrevistas realizadas pelo autor. Ainda hoje é um assunto frequente em qualquer conversa entre militantes do período, alguns contando seus próprios casos.

³³⁶ Grito da Terra. Outubro de 1982. n 10, pp. 03.

³³⁷ Grito da Terra. Dezembro de 1982. Para ver uma discussão interessante sobre o papel da CLT e da Justiça do Trabalho nas práticas de mobilização dos trabalhadores brasileiros ler FRENCH, John. *Afogados em Leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. O autor sugere que a Justiça do trabalho quase nunca fiscalizava ou dava ganho de causa aos trabalhadores quando eles recorriam a lei. A lei era muito complexa, contraditória, passível de interpretações, sem falar na burocracia e nos contatos entre empresários e os burocratas da justiça do trabalho que tiveram uma ascensão de prestígio social. Para ele a lei nunca foi proposta para ser realmente aplicada, porém a simples existência dela possibilitou aos trabalhadores construir em torno dela uma cultura política que tencionou o Estado frente ao não cumprimento das leis a se posicionar em seu favor nos conflitos.

para o Ministro da Previdência Social, Dr. Hélio Beltrão, solicitando providências no tocante à fiscalização das leis trabalhistas nos estados da Bahia e Sergipe ³³⁸.

Tal tradição sindical estava, na maioria dos casos, diretamente vinculada a alguns partidos políticos e facções internas destes partidos. No caso de Délcio Mendes, dos comerciários, era vinculado ao MDB e sua facção mais conservadora em Feira de Santana. Chegou mesmo a ser eleito vereador na cidade. Liomar Ferreira, a mesma coisa: emedebista que também chegou à vereança em 1986. Era muito vinculado a Francisco Pinto, que elegeu-se deputado federal pelo MDB, e a Colbert Martins, deputado estadual e duas vezes prefeito de Feira de Santana. Estes três, e outros, compunham uma ala de centro-esquerda do partido que recebiam, invariavelmente, até metade da década de 1980, apoio do PC do B. Já o sindicato dos rodoviários esteve até metade da década de 1980, sob o controle de políticos do PDS. O vínculo era tão grande que os sindicalistas se davam o direito de realizar até mesmo reunião da juventude do PDS na sede da delegacia sindical de Feira de Santana. Segundo relatou o jornal “O Grito da Terra”, o mesmo delegado do sindicato que tentava vencer a causa dos trabalhadores da AUTOSSEL e da AUTOUNIDA, realizava um “sambão” para festejar o aniversário de Sergio Carneiro, filho do então governador João Durval. Segundo o Jornal, a festa foi um momento para filiar 150 motoristas ao partido, e conclui: “Se nessa terra de concurso de misses fosse realizado um concurso de pelegos o João Vieira [delegado dos motoristas de ônibus] Lima seria *hour-concurs*” ³³⁹.

4.1.3 MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1980 EM FEIRA DE SANTANA

O movimento dos trabalhadores na cidade de Feira de Santana seguiu um ritmo próprio, de acordo com as variáveis locais dos impactos produtivos, impactos políticos e

³³⁸ Grito da Terra. Agosto de 1982, pp. 03.

³³⁹ Grito da Terra. Abril de 1984, pp. 06.

sociais que as estruturas locais acomodavam nos marcos de uma totalidade que compreende o país e o Estado.

Com efeito, como relatou anteriormente José Rocha, os trabalhadores de Feira de Santana, nos primeiros anos da década de 1980, não protagonizaram grandes atividades de luta política e econômica. Na verdade, as tentativas que ficavam por conta das “vanguardas” não eram muito bem sucedidas. Rossine Cruz³⁴⁰ aponta que do início da década de 1980 até 1986, Feira de Santana ainda gozava de um relativo crescimento econômico e uma alta empregabilidade, apesar da inflação galopante, devido à chegada ou permanência de indústrias do CIS, que gozavam de amplas e longas concessões fiscais, tornando Feira de Santana um local atraente mesmo em período de crise nas indústrias.

Esse novo ciclo de modernização em Feira de Santana possibilitava a criação de novos postos de trabalho, principalmente no setor terciário da economia. O intenso fluxo comercial aumentou com a industrialização. Novas empresas de venda no atacado e no varejo se instalavam na cidade, grandes redes de supermercado, construíam-se os primeiros shoppings centers e galerias comerciais.

Esta realidade estrutural, digamos assim, objetiva, aliada aos aspectos “cultura associativa”³⁴¹ do proletariado feirense, favoreceu lideranças sindicais ou políticas personalistas, carismáticas, desvinculadas das suas bases, que optaram sempre pela negociação, pelo acordo cupulista. Quando se viram de frente com um movimento de trabalhadores, que ressurgia e alcançava proporções nacionais, optaram por ignorar, omitir, às vezes mesmo ridicularizar. Não potencializaram nem deram conteúdo local àqueles impulsos de contestação da ordem social e de demandas reivindicativas

³⁴⁰ CRUZ, Rossine. Op.cit, pp. 230 e 231.

³⁴¹ BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio. FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. *Culturas de Classe*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004, pp. 95-124.

econômicas. Aquela novidade, afinal, poderia vir a lhes tirar o *status quo* de legítima liderança.

Os trabalhadores de Feira de Santana começaram a década que abriu a maior vaga grevista na história do País, silenciosos e silenciados. A sua fala lhes foi roubada por lideranças políticas carismáticas, populistas, ou por sindicalistas nos termos da descrição acima.

Não podemos deixar de ressaltar que Feira de Santana estava enquadrada na Lei de Segurança Nacional como Área de Segurança Nacional, isto é, era uma zona de segurança máxima do exército que, por qualquer motivo, poderia intervir na organização política da cidade. Durante longo tempo aconteceram inúmeras repressões aos movimentos sociais da cidade, principalmente ao movimento estudantil, sem falar das trocas de diversas lideranças de trabalhadores dos seus postos sindicais substituídos por outros mais de acordo com o regime militar.

Entre o ano de 1979 e 1980, Feira de Santana assistiu apenas à greve dos professores municipais comandados pela APROFS (Associação dos Professores de Feira de Santana). Uma longa greve, que abriu uma forte antipatia entre o prefeito da época, Colbert Martins, e as lideranças sindicais dos professores.

A exploração do trabalho também contribuiu para a desmobilização dos trabalhadores. Feira de Santana tinha uma das maiores cargas de trabalho sobre o trabalhador comercial, altíssima superexploração do trabalho³⁴², sob condições realmente muito duras.

Essa conformação capitalista por que passava o trabalhador urbano, não era vivida pelo trabalhador rural. Cruz apontou as dificuldades de se constituir em Feira de Santana uma economia capitalista no campo. Ele cita as baixas taxas de mecanização e

³⁴² CRUZ, Op. Cit, pp. 224.

de assalariamento, e segundo ele, as relações de produção se mantinham em níveis “pré-capitalistas”³⁴³. Faltava ao trabalhador do campo, que cultivava sua própria terra, na condição de posseiro, sitiante, etc. subsídios agrícolas e isenções fiscais, como foi dado ao capital multinacional no CIS, para poder produzir e tirar seu próprio sustento.

A seca lhes agravava o problema. Para minorara a situação o Governo do Estado juntamente com os Governo Federal e Municipal, montavam frentes de trabalho nas estradas e nos canteiros de obras. Porém, estas frentes de trabalho corriqueiramente atrasavam os salários dos trabalhadores rurais, além de estarem diretamente ligadas ao clientelismo e ao “caciquismo” político. Os representantes nas comunidades das frentes eram pessoas atreladas a algum importante chefe político da sociedade política local. Formas bárbaras de extração de sobre-trabalho a preços baixíssimos (abaixo do salário mínimo), uma coerção estatal diretamente alicerçada no poder local eram vivenciadas pelos trabalhadores rurais que trabalhavam nas frentes de trabalho.

Ao reagir a esta situação, os trabalhadores rurais foram a primeira categoria, na década de 1980, a realizar atividades de massa para alcançar suas reivindicações. Em 1982, um grande ato cobrou das autoridades políticas o pagamento dos postos da frente de trabalho e as sementes para plantio. Juntou mais de 3000 trabalhadores nas portas da prefeitura. Cientes das manifestações, mais e mais trabalhadores chegavam na cidade de Feira de Santana. O fluxo foi tão grande que a ameaça de saques a mercearias e supermercados chegou a atemorizar a cidade, e o aumento do policiamento foi logo solicitado para “acalmar” os ânimos dos manifestantes³⁴⁴.

Há algum tempo, lideranças sindicais “autênticas”, reuniram-se para tornar o sindicato mais combativo e voltado para os interesses dos trabalhadores. A gestão do sindicato que, nas palavras dos mesmos, era corrupta e tinha como presidente um

³⁴³ Idem, pp. 218, 219.

³⁴⁴ O GRITO DA TERRA. *As secas: exploração de um povo. Depoimento de um lavrador*. Feira de Santana: 1982. Cartilha distribuída pelo “O Grito da Terra”.

universitário, filho de um fazendeiro vinculado ao PDS foi deposta em 1975, depois de um grande conflito que envolveu diversos lavradores contra latifundiários da região. Os conflitos se acirraram e uma liderança da luta foi assassinada. O homicídio teve muita repercussão na cidade, ganhou as páginas dos jornais e mobilizou os trabalhadores rurais pela justiça e para retomar o sindicato das mãos dos fazendeiros.

Daí ressurgiram algumas lideranças como Dionísio, Pedro Pio, e, adiante, fizeram-se novas outras lideranças como Cassiano, Maria das Virgens, Maria da Conceição, etc. que viriam a disputar e ganhar as eleições nos sindicatos mais à frente.

Esse momento intenso pelo qual passavam os trabalhadores do campo era observado pelas lideranças sindicais e de bairro dos trabalhadores, que começavam a entrar em conflito com os velhos sindicalistas. Sentiam que os ventos de mudança que sopravam exigiam a participação dos trabalhadores.

O aumento do custo de vida, sobretudo dos serviços urbanos, como transportes urbanos e intermunicipais, a progressiva desvalorização do dinheiro do trabalhador (inflação), as frustrações sofridas com os retrocessos da abertura política, foram aos poucos gerando grande insatisfação entre os trabalhadores da cidade. Mobilizações de bairros pobres e periféricos exigiam maior urbanização, coleta de lixo, etc. Nesse contexto nasciam algumas oposições sindicais que politizavam a vida do trabalhador, exigindo dos seus sindicatos a discussão coletiva e unificada na base.

Antes da onda grevista – isto é, antes das peculiaridades da cidade permitirem a explosão da luta dos trabalhadores, dentro de um contexto muito maior e amplo de necessidades historicamente definidas – conseguir romper os cercos dos grupos sociais dominantes e dirigentes da cidade, sobretudo a partir de 1985, os sindicatos, oposições e lideranças não ficaram estagnados. Fizeram várias atividades políticas, como por

exemplo, a tentativa da greve geral, mal sucedida na maioria das cidades do Brasil e também em Feira de Santana em 1982.

Os trabalhadores se organizavam em Associações, como por exemplo, a chapa única para a Associação dos Funcionários Públicos, que segundo o jornal “O Grito da Terra” constava de 3 militantes do Partido dos Trabalhadores e três do PMDB. Esta chapa tinha Beto Folha como candidato à presidência e Edvaldo Rios como primeiro secretário ³⁴⁵. Os trabalhadores disputavam os sindicatos, fundavam delegacias sindicais vinculadas aos sindicatos de Salvador, faziam cartas, se pronunciavam na imprensa, e, sobretudo, se mobilizavam internamente na defesa dos seus direitos, mesmo à revelia do sindicato, como ficou patente em manifestação dos motoristas de ônibus dentro da garagem de uma empresa da cidade, em 1984. Os motoristas, não tendo seus direitos reconhecidos pelos patrões e se sentindo traídos pelo sindicato, resolveram falar em seu próprio nome, sem intermediação e pintaram um cartaz que dizia: “Queremos ser tratados como seres humanos”, e assinavam, “a classe”³⁴⁶. Depois disso, no dia 10 de abril do mesmo ano, Messias Gonzaga, do PMDB (efetivamente do PC do B, como viria a ficar público no período das legalizações dos partidos políticos), ajudava a luta dos trabalhadores rodoviários com uma crítica severa a Braulino, presidente do sindicato nesse período, (dizendo que este não havia preparado os trabalhadores para as atividades de mobilização dos trabalhadores rodoviários, deixando os patrões agirem da forma que queriam ³⁴⁷.

Tal postura fora tomada depois de os motoristas e cobradores irem para a mesa de negociação sem a sua representação sindical. O mesmo aconteceu com os professores das escolas particulares, que desencadearam uma greve estadual. Em Feira de Santana,

³⁴⁵ Feira Hoje. n 2658. 21 de janeiro de 1983, pp. 02.

³⁴⁶ Feira Hoje. 08 de abril de 1984, pp. 03.

³⁴⁷ Ib. Idem.

nada fora feito para a organização da greve e o sindicato patronal ficou encarregado da decisão a respeito do aumento dos professores, como relatou o jornal “Feira Hoje”³⁴⁸.

Os conflitos entre patrões e trabalhadores se acirraram. Insatisfeitos com suas lideranças e representações oficiais, os trabalhadores e as lideranças estavam envolvidos em uma dialética: ou os sindicatos avançavam, ou a contradição da sua postura defensiva provocaria a rejeição dos trabalhadores para com essas lideranças, como aconteceu com os sindicatos dos rodoviários e dos professores particulares, anteriormente citados, que tiveram vitórias das oposições sindicais nas eleições seguintes.

O ano de 1985 começava com uma vaga grevista na cidade, inclusive de unidades fabris do CIS. Nesse ano, ocorreram 9 grandes greves de funcionários de setores estratégicos na economia feirense. No setor metalúrgico a indústria Jossan paralisou quase 100 por cento dos seus funcionários, além da Metalomecânica e da Aluminium. A greve da Metalomecânica chegou a durar mais de 30 dias, com confrontos jurídicos, com a polícia e com a sociedade política feirense. Reivindicavam aumentos salariais, diminuição da jornada de trabalho, e em alguns dos casos a readmissão de companheiros demitidos³⁴⁹.

No funcionalismo público, pararam os professores da rede estadual de ensino, os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana e os servidores da EMATERBA, duas vezes no ano de 1985. O aumento salarial também foi o carro chefe das greves, porém a reestruturação dos planos de carreira na greve dos professores também foi discutida³⁵⁰. A EMATERBA – que é um caso específico de um sindicato cutista desde o lançamento da proposta, fortemente combativo, que desde o seu princípio gozou de forte participação das bases nas suas decisões, em constantes

³⁴⁸ Feira Hoje. 04 de maio de 1984, pp. 03.

³⁴⁹ Feira Hoje. 08, 10 e 12 de maio de 1985, pp. 03, 02 e 02 respectivamente.

³⁵⁰ Ibid.

assembléias, congressos e encontros realizados principalmente em Feira de Santana – sempre contou com participação de lideranças ativas do movimento político dos trabalhadores da Bahia, militantes que ocupariam cargos na executiva estadual da CUT, como Acácio, Elízio Santa Cruz e Geraldo Simões. Suas reivindicações sempre traziam bandeiras de luta mais políticas; tentativas de impor leis a respeito da regulamentação fundiária, a defesa de reforma agrária, “sob o controle dos trabalhadores, e sem indenizações”³⁵¹, resoluções sobre as eleições diretas e Assembléia Constituinte. Além disso, traziam como bandeiras grevistas cobranças de substituições de cargos de chefia, que reprimiam e transferiam funcionários combativos e de luta³⁵².

Sem falar dos motoristas de ônibus municipais e intermunicipais com sede em Feira de Santana, que faziam sua primeira greve na cidade, mesmo à revelia do sindicato.

Durante o ano de 1985, apareceram ocasiões em que foi possível experimentar, entre as organizações dos trabalhadores da cidade, momentos de encontros que proporcionaram o início de uma solidariedade entre categorias diversas, e o encontro com alguns partidos fora do eixo tradicional PDS-PMDB. O Partido dos Trabalhadores publicou uma nota em apoio à luta dos trabalhadores da EMATERBA e Jossan em greve que dizia: “somente através da pressão organizada será possível conquistar seus direitos e avançar no sentido de garantir que os direitos sejam respeitados”³⁵³.

Em 1985, pela primeira vez desde o fim da década de 1970, a prefeitura não marcaria a data da micareta³⁵⁴ no mesmo dia que o dia do trabalho (1º de maio). Nota-se que antes, no ano de 1982, os sindicalistas pediram que a Secretaria de Turismo

³⁵¹ Resoluções do 1º Congresso da Associação dos Técnicos Agrícolas. 01 a 03 de Novembro de 1985. Centro Diocesano de Feira de Santana, pp. 11, 17, 37 e 38.

³⁵² Idem.

³⁵³ Feira Hoje, 05 de abril de 1985, pp. 02.

³⁵⁴ Festa popular organizada em Feira de Santana é comumente chamada de carnaval fora de época. Dizem as pessoas que começou devido a uma grande tempestade que inviabilizou a ida das pessoas de Feira de Santana para Salvador para pular o carnaval, provocando a vontade de fazer uma festa na própria cidade.

solicitasse alguns minutos de silêncio durante a micareta. A intenção era fazer a leitura de um manifesto dos sindicalistas feirenses pelo 1º de maio, porém a prefeitura não autorizou a paralisação dos trios-elétricos. Aconteceu, portanto, somente uma missa e a distribuição do manifesto pela manhã em um mutirão organizado pelos sindicalistas³⁵⁵. A necessidade de pedir ao prefeito para transferir a data dos festejos foi novamente repetida em 1984, quando os sindicalistas de Feira de Santana lançaram uma carta durante a micareta para ser lida pelos foliões. O manifesto criticava a insistência por parte dos poderes municipais de manterem os festejos no 1º de maio já que a data da micareta podia ser móvel no calendário³⁵⁶. Só em 1985 a força dos trabalhadores organizados foi suficiente para impedir a realização da micareta nesta data.

Na seqüência dos acontecimentos, entidades de classe se uniram para apoiar os trabalhadores em greve. Dentre elas constavam vários petistas e o próprio PT, além de militantes do jornal Tribuna da Luta Operária (PC do B) e outros sindicatos e associações populares³⁵⁷. Esta inovação já era um fruto colhido da mobilização dos trabalhadores na greve da Metalomecânica, que, tardiamente é verdade, formaram uma comissão para organizar um fundo de greve, composta por Messias Gonzaga do PC do B, Antônio Ozetti, presidente do PT e trabalhadores da fábrica, que recebeu novas adesões de outras entidades de classe no levantamento de apoio político e financeiro para a greve³⁵⁸. Na oportunidade, aqueles que colaboravam com a greve recebiam um bônus que trazia um recado acompanhado de uma charge, e se chamava “bônus da solidariedade”: “Colaborei com Cr\$ 1.000.00 para o fundo de greve dos operários da Metalomecânica, motoristas, cobradores e despachantes de ônibus”. Logo abaixo uma charge representava a disputa entre capital e trabalho, onde um homem vestido de terno

³⁵⁵ Feira Hoje. 18 de maio de 1982, pp. 04.

³⁵⁶ Feira Hoje. 17 de abril de 1984, pp. 04

³⁵⁷ Feira Hoje, 14 de maio de 1985, pp. 07.

³⁵⁸ Feira Hoje. 10 de maio de 1985, pp. 02.

e gravata, com óculos e cabelo bem penteado, disputava uma nota de dinheiro com um homem vestido de macacão e camisa listrada, capacete de proteção, cabelos crespos e traços negros ³⁵⁹, cada qual segurando a cédula de um lado e dizendo: “Larga o meu salário!”, e o outro de pronto respondia, “Larga o meu lucro!”. Ao lado confirmava: “Por isso que se diz que os interesses do patrão nunca serão os mesmos interesses do operário”. O recado era direcionado para os sindicalistas que preservavam a negociação como um espaço da resolução final, “para ficar bem para os dois lados” e que fugiam do recurso das greves ou das mobilizações outras para resolver questões corporativas.

Representações de oposição entre capital e trabalho, patrões e empregados, chefes e subordinados cada vez mais ganhavam espaço nos boletins sindicais, nas formulações dos moradores dos bairros pobres, mesmo que suas práticas não representassem tanta oposição como queriam fazer parecer. Novas lideranças surgiam nas entrevistas dos jornais, não mais aquelas de sempre, postas em visibilidade desde os períodos da ditadura, mas outras, como Marialvo Barreto (SINPRO), Elízio Santa Cruz (ASTA), Beto Folha (Associação dos funcionários públicos), que faleceu precocemente, Pedro Pio (STR), etc. A formação da pró-CUT a partir de 1984 criou uma voz a mais para os trabalhadores da cidade.

Representações de antagonismo entre tipos de sindicalistas também ganhavam cada vez mais os boletins do movimento sindical, principalmente das oposições sindicais. Uma cartilha, que visava preparar os trabalhadores para a greve geral de 1987, trazia um quadro de desenhos que tentava representar o que seria um pelego e o que seria um sindicato de luta. O pelego era apoiado pelo governo e pelos patrões (mostra um desenho do pelego com dinheiro na mão e na outra com fantoches representando os trabalhadores), compravam votos, anistiavam as dívidas dos trabalhadores para estes

³⁵⁹ Há de se destacar a preponderância numérica de trabalhadores negros em Feira de Santana.

votarem, telefonavam para as lojas, intimando os trabalhadores a irem votar na chapa deles, e distribuía a carteira de sócios (outro desenho retrata o pelego no telefone e um balãozinho de pensamento na cabeça do pelego com um patrão feliz), dividiam o movimento operário, fazendo intrigas com o nome das pessoas, pagavam as pessoas para fazer campanhas e difamavam trabalhadores de outra categoria (em outra ocasião mostra o pelego botando o dedo na cara de outro trabalhador). E ameaçava sempre com repressão. Pelo outro lado, no sindicato de luta, todos contribuem e divulgam as contas, homens e mulheres integram a luta sindical, agrega-se o apoio de outras categorias e demonstra-se “coragem e garra para lutar pelos direitos” dos trabalhadores³⁶⁰.

De 1985 em diante houve continuo crescimento das lutas dos trabalhadores de Feira de Santana. Em 1991, período do Governo Collor e seu desmonte e violência contra o mundo do trabalho, o movimento passou a refluir significativamente. Aconteceram 16 greves em 1987, 16 em 1988, 19 greves em 1989, 25 greves em 1990³⁶¹.

Poderemos acompanhar na seção seguinte as lutas que sustentavam o aumento dessas contradições e de novas representações dentro nos mundos do trabalho, a partir das as oposições sindicais criadas por militantes do Partidos dos Trabalhadores.

4.2 A PELEJA DO PT DE FEIRA DE SANTANA EM BUSCA DOS TRABALHADORES

4.2.1 O “TRABALHADOR CORAGEM”

O descompasso entre a luta dos trabalhadores do centro-sul do país, até mesmo de alguns locais da Bahia como Vitória da Conquista, Jaguaquara, Sul do Estado, em relação aos trabalhadores de Feira de Santana, que se encontravam, no início da década

³⁶⁰Boletim Comerciários em Luta. n 02. Julho de 1987. Feira de Santana.

³⁶¹ A contagem das greves feita por mim, através da análise do jornal Feira Hoje, não tem o intuito, como de praxe deve ser na História, de ser palavra final. Certamente há muito mais nos mundos do trabalho do que a grande mídia notícia. Além de, por problemas de acesso à documentação, não discutirmos o ano de 1986, preparatório para uma grande greve geral.

de 1980, ainda dispersos e sem demonstração de força organizada, provocou nos petistas de Feira de Santana algumas formulações curiosas.

Antes do PT de Feira de Santana deliberar a respeito das táticas de atuação na luta dos trabalhadores da cidade, petistas se pronunciaram publicamente para falar a respeito do medo dos trabalhadores de Feira de Santana de enfrentar os seus patrões. Este aspecto demonstrava uma faceta da forma de subordinação específica do trabalho na cidade. Como já foi dito, havia uma grande ofensiva dos patrões, aliados algumas vezes aos próprios sindicatos, no sentido de uma opressão direta e sem mediação, em práticas como demissões, cortes de salários, horas extras, etc. Portanto, para os trabalhadores de Feira de Santana se organizarem precisavam de uma particularidade a mais: a coragem para enfrentar todas estas questões. Deveriam perder o medo e partir para a luta, se filiar, tomar os seus sindicatos e enfrentar o patronato.

Não poucas vezes encontramos o apelo direto à coragem como forma de acirrar os conflitos sociais. O apelo é claro, está direcionado para um dos grandes elementos culturais do povo sertanejo, principalmente de cidades como Feira de Santana, onde os vaqueiros eram exaltados em cânticos e versos pela suas destrezas e coragem ³⁶². O apelo à coragem era uma constante, por exemplo, em algumas cartilhas do movimento dos trabalhadores vinculados à Igreja, mas com certo sentido próximo ao de dignidade. O recurso à coragem (com o sentido de enfrentar o medo) parecia ser necessário para a organização dos trabalhadores.

Em 1981, Antônio Ozzetti publica no jornal “O Grito da Terra” um texto onde relata a história de um homem simples, João, que teria vindo para Feira em busca de melhoria das condições de vida ³⁶³. Ozzetti fez questão de ressaltar que se tratava de um caso verídico. Provavelmente Antônio Ozzetti não mentiu, pois, aparentemente, este

³⁶² RAMAIANA. Op. Cit., pp. 40.

³⁶³ Grito da Terra. Dezembro de 1981. n 1, pp. 04.

Seu João era um dos seus milhares de clientes, o que lhe permitiu contar a história com tantos detalhes. Segundo Ozzetti, Seu João, nascido no interior, aprendeu de seu pai que o trabalho honesto traz as coisas boas da vida. Mas não foi essa a realidade que João vivenciou. Trabalhou tão pesado durante a vida que lhe estouraram duas hérnias de disco e, sem poder trabalhar, solicitou a sua aposentadoria. Após ser analisado pelo médico do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), este o considerou apto ao trabalho. João tentava rever o processo para garantir sua aposentadoria por invalidez. João tinha medo, queria se mostrar uma figura desprezível, subserviente, falava sem olhar nos olhos, para não parecer desagradado “com seus senhores, com os patrões, com os dominantes, etc.”. João, segundo Ozzetti, se mostrava “sequer merecedor de uma cusparada”³⁶⁴.

Este relato não aparece no Jornal como um relato desinteressado e indignado de um caso isolado, mas como uma narrativa alegórica, da representação dos trabalhadores de Feira de Santana: submetidos, com medo, com o olhar baixo, sem perspectiva de confronto, aceitando as mazelas da vida apenas com os ensinamentos tradicionais. Chama a atenção no texto a visão produzida por um militante do PT acerca de uma figura “como muitas outras”, como o autor do texto mesmo diz, das classes trabalhadoras da cidade ³⁶⁵.

Os medos poderiam ser múltiplos, desde a possibilidade de perder o emprego e conseqüentemente deixar esposas e maridos, além dos filhos, desamparados, o medo de ficar mal visto frente aos colegas e aos patrões que lhe deram o emprego, tão difícil de conseguir para a maioria, medo de serem manipulados por aqueles que se diziam seus aliados num partido de trabalhadores.

³⁶⁴ Ib. Idem.

³⁶⁵ Ib. Idem.

A alegoria do medo possibilita ainda reconhecer que as condições de vida dos trabalhadores eram precárias e exigiam uma organização da luta para que a situação fosse mudada. Porém, mesmo dadas todas as condições para a expressão da insatisfação dos trabalhadores, ela não eclodia. Não se revoltavam os trabalhadores devido aos seus medos.

Não por acaso, os trabalhadores engajados, principalmente os operários e comerciários, que estavam no PT e nas organizações dos trabalhadores eram chamados de “trabalhador coragem”. Em muitas ocasiões este termo foi empregado por trabalhadores petistas, numa auto-referência a si mesmos e aos seus colegas, mostrando como se viam diferentemente dos seus colegas, ou como assumiam a condição exemplo. Em um comício em um bairro proletário de Feira de Santana (Mangabeira):

Locutor (José Rocha, operário da fábrica Pneus Tropicais) – Senhoras e senhores, queremos registrar, também, aqui, **um trabalhador sem medo, um trabalhador coragem**, que está aqui nesse caminhão. Eu quero registrar aqui, Ovídio Gonçalves, o vice-prefeito, aqui na Mangabeira. Ovídio Gonçalves, o grande vice-prefeito da Mangabeira que está presente aqui, e você trabalhador há de votar nesse homem no dia 15 de novembro de 82. (...) Para continuar agora com um grande vereador, **mais um grande herói, porque é um trabalhador sem medo. E o trabalhador coragem desta feita é Élson!**³⁶⁶

No mesmo comício, um dos candidatos a vereador pelo PT, depois de dizer que a burguesia “era igual a cobra cascavel”, dizia que os trabalhadores não precisavam ter medo, mas que deviam ficar atentos para quando a cobra vacilasse pegarem um pau e baterem na cabeça da cobra,

nós devemos estar prevenidos, temos que tá preparado da cabeça aos pés contra a burguesia, armado de inteligência, armado de consciência, armado de união, pra dizer não à burguesia **votando no operário da solda, o operário combativo, que nunca teve medo da burguesia**, é Edval, e portanto, também no companheiro Antonio Ozetti Neto, o operário da saúde, votando no candidato operário Arnaldo Pereira, **homem que carregou ferro, nunca teve medo da burguesia, nunca se calou, nunca se pisou** (aplausos)³⁶⁷.

³⁶⁶ Fita cassete do comício no bairro da Mangabeira. Feira de Santana. 1982.

³⁶⁷ Idem.

Em 1982 ocorria a primeira grande manifestação dos trabalhadores na cidade de Feira de Santana, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e micro-região. No jornal “O Grito da Terra” aparecia uma nota que justificava esta mobilização como início do processo dos trabalhadores perderem o medo e seguirem adiante nas suas lutas. O texto dizia que Feira de Santana havia amanhecido diferente, tomada, nas suas ruas principais, pelos trabalhadores rurais, que cantavam e gritavam pelos seus direitos de obter sementes. Descrevia o jogo de empurra entre as autoridades, principalmente do governador, que “se diz sertanejo” (João Durval). Criticava também políticos, que sempre denunciavam achar algum agitador no meio das organizações dos trabalhadores, referindo-se ao prefeito, José Falcão da Silva, que dissera que o texto escrito e entregue às autoridades não tinha os traços do povo, mas sim de algum militante infiltrado, e ainda apontou para o vereador Messias Gonzaga como culpado pela manifestação. O texto concluía dizendo que “a **maior vitória dos trabalhadores foi a perda do medo, de ir para as ruas**, são sementes que devem ser sempre construídas”³⁶⁸.

Coincidência ou não, os anos seguintes foram de crescente agitação da classe trabalhadora em Feira de Santana, começando uma vaga grevista na cidade, de funcionários públicos, trabalhadores do CIS, formação e vitórias de oposições sindicais.

Os militantes petistas deveriam servir de exemplo para os outros trabalhadores, mas para que isso ocorresse era necessário uma forte investida do partido entres os trabalhadores. Com efeito, puderam perceber que, mais que medo, os trabalhadores feirenses sofriam determinadas condições que dificultavam as atividades dos militantes do PT, especialmente no que diz respeito à tradição associativa dos trabalhadores urbanos, na qual pudemos verificar certa experiência “paternalista”.

³⁶⁸ Grito da Terra. Abril de 1984, pp. 07.

Ao longo da história ocorreram ver a formação e organização de sociedade mutualistas, de espaços de lazer, como algumas sociedades filarmônicas, entidades de socorro e instituições filantrópicas, de caridade e abrigo, voltado para a “plebe” feirense, construídos, sobretudo, pelos grupos dominantes, geralmente, através das iniciativas de padres da Igreja Católica. Além da própria feira livre, espaço pluriclassista, onde a relação de freguesia, que de certa forma é uma relação de confiança, pode estabelecer vínculos fraternos entre grupos sociais diferenciados. Mais próximo do nosso período de estudos, a AFAS (Associação Feirense de Assistência Social) e o SIM (Serviço de Integração do Migrante), entidades de filantropia, também desenvolveram atividades junto aos trabalhadores de Feira de Santana. Outras entidades, não tipicamente trabalhistas, como o MOC (Movimento de Organização Comunitária), CEDTER (Centro Ecumênico de Direito da Terra), realizaram atividades sociais junto aos trabalhadores da cidade, todas de características religiosas ou vinculadas a alguma religião³⁶⁹, organizadas para prestar serviço ou amparo aos trabalhadores, apesar de organizadas por não trabalhadores.

³⁶⁹ Não existe um trabalho em moldes thompsonianos que investigue a formação das classes trabalhadoras de Feira de Santana. Permanece um ambiente historiográfico de especulações, brechas e hipóteses não resolvidas sobre as classes sociais da cidade e em especial os trabalhadores. A reflexão aqui apontada configura-se neste pressuposto e se sustenta em evidências não arbitrarias. No trabalho de Larissa Bittencourt, há uma sugestão de alianças entre políticos conservadores e grupos específicos de feirantes nas questões de resoluções dos problemas da transferência da feira livre para o Centro de Abastecimento. O mesmo aconteceria na festa de Santa Bárbara realizada na feira livre. BITTENCOURT, Larissa. Op. Cit. Há também registros de conflitos entre grupos sociais subalternizados, de terreiros de candomblé, em disputa pela vaga na coordenação da festa oficial de Santana, pois, durante muito tempo, a Igreja Católica e as classes dominantes estabeleceram uma relação muito tensa com a cultura tradicional Negra. Proibia a participação da religiosidade popular e do catolicismo popular nos seus festejos, exceto sob o seu controle institucional. Esse poderia ser um exemplo para entender a dificuldade institucional de padres vinculados a Teologia da Libertação se consolidar na cidade. A teologia da libertação tinha como prática o diálogo com as religiosidades populares e a politização dos sujeitos praticantes através dessa reivindicação de autonomia religiosa. Além da discussão de Bittencourt há também a dissertação de Reginilde Santa Bárbara que discute o cotidiano de luta, de vida, ascensão social e afirmação feminina das lavadeiras de Feira de Santana, do bairro do Tanque da Nação (como o nome já diz, o bairro se caracterizava pela existência de um tanque público onde as lavadeira se encontravam para conversar, brincar, brigar e trabalhar). Santa Bárbara discute a participação das lavadeiras na montagem do carnaval de Feira de Santana, que veio a substituir o “entrudo”, festa nitidamente popular. O carnaval e sua disciplinarização tinham comissões formadas por notórios membros da cidade feirense e dos poderes públicos, onde os trabalhadores e trabalhadoras pobres e negros negras, a plebe feirense, associa-se a elite feirense que lhe permite tomar as ruas da cidade, tudo na mais perfeita ordem das famílias da urbe feirense. SANTA

A cultura militante estava fortemente assentada nessa “cultura associativa”³⁷⁰ de apoio e troca entre grupos sociais diferenciados. A “independência de classe”, com efeito, não foi uma grande bandeira dos principais sindicatos de Feira de Santana no período de explosão das grandes greves no país.

Assim, uma pergunta rondava a cabeça de José Rocha, trabalhador da fábrica Pneus Tropical: “como é que lá os caras lutam e aqui você vê tudo parado ³⁷¹?” Rocha se referia às lutas dos trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista. “No ABC já tinha o Lula, e aquilo entrava (...) ³⁷²”. A luta dos trabalhadores em São Paulo inspirava a atuação que ele viria a desempenhar na sua fábrica, primeiro disputando a associação desportiva da fábrica e depois a comissão de prevenção de acidentes (CIPA). É de se imaginar, portanto, o que se passava na cabeça de militantes engajados, especialmente do PT de Feira de Santana. Viam aquela mobilização acontecendo, seu partido sendo organizado em meio à luta dos trabalhadores. Este era o modelo do PT. Originado sob um discurso da conclamação às bases, orgulhoso de ter nascido dessa forma, dizia-se à época que no PT quem mandavam eram os trabalhadores, que no PT eles tinham “vez e voz”. Pairava até certo anti-intelectualismo.

Em Feira de Santana as intenções não eram diferentes, mas as determinações sim. Nascia assim a peleja do PT feirense de tornar-se partido da classe trabalhadora de Feira de Santana, tornar-se sua expressão e vontade coletiva. Como já vimos, não foi bem assim o seu início. Mas a vontade de que essa situação mudasse era grande.

BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. O Caminho da Autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia. (1929-1964). Dissertação de mestrado. UFBA. Salvador, 2007.

³⁷⁰ Um debate interessante sobre uma metodologia de estudos dos subalternos é a proposição contida no texto de BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, C. H. M. DA SILVA, Fernando Teixeira. FORTES, Alexandre (orgs). Culturas de Classe. São Paulo: Edunicamp, 2004, pp. 95-120, o autor sugere uma relação de autonomia relativa entre a cultura popular, a cultura associativa e a cultura militante para investigar aspectos da formação das classes trabalhadoras.

³⁷¹ Entrevista José Rocha.

³⁷² Idem.

Os militantes petistas trataram de estabelecer vínculos políticos com os trabalhadores da região. Para isso realizaram encontros e propuseram debates sobre questões sindicais e “pertinentes” à vida dos trabalhadores.

Em 1980, realizaram um encontro de trabalhadores rurais na cidade com a ajuda e apoio do Diretório Estadual do Partido, pois, na verdade, ambos estavam em busca do “elo perdido”. Nele compareceram aproximadamente 20 entidades de trabalhadores rurais do Estado. Participaram da discussão alguns nomes de grande expressão como Manoel da Conceição (MA) do Diretório Nacional, a atriz Beth Mendes e o deputado federal Antonio Carlos Oliveira. A proposta do encontro foi, segundo a direção do partido, a de conhecer e participar de uma forma mais ativa das lutas dos trabalhadores rurais. No encontro, o PT pretendia apresentar o partido, discutir os caminhos da sua legalização e viabilidade, sem que para isso, necessariamente, os trabalhadores devessem se filiar. Durante o evento foi exibido um documentário sobre os trabalhadores dos cafezais de Vitória da Conquista, que entraram em greve naquele ano, como exemplo de luta dos trabalhadores rurais³⁷³.

A nota mais destoante durante o encontro foi a negativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana a participar do evento. Alegavam interesses políticos no encontro dos trabalhadores rurais³⁷⁴. Os militantes do Partido dos Trabalhadores até então não haviam empreendido nenhum tipo de contato com os trabalhadores do campo, não tinham militantes reconhecidos como parte do seu movimento.

Mas os tempos eram de mudanças políticas, e no mundo do trabalho mais ainda. Os debates a respeito de uma nova central sindical impunham aos lutadores sociais a

³⁷³ Feira Hoje. 28 de setembro de 1980, pp. 06. Voltaremos a este debate mais a frente do capítulo, pois aguarda-nos uma sessão do capítulo exclusivamente sobre os trabalhadores rurais e sua complexa relação com o Partido dos Trabalhadores.

³⁷⁴ Ib. Idem.

criação de fóruns legítimos que proporcionassem maior consenso e união na luta dos trabalhadores. Neste sentido foi criada a CONCLAT, para debater a respeito das divergências que ainda pairavam no movimento sindical e nas esquerdas brasileiras. O I CONCLAT, depois de muitas divergências e debates resolveu aprovar a convocação de um outro CONCLAT, para o ano de 1982, que sofreu atraso e só veio a acontecer em 1983³⁷⁵.

Fora aprovado que se aprofundassem os debates nas bases dos trabalhadores. Para isso o CONCLAT deliberou pela criação de Congressos Estaduais das Classes Trabalhadoras (CECLAT). Na cidade de Feira de Santana, devido às dificuldades encontradas pela militância petista em penetrar e criar vínculos com os trabalhadores, decidiu-se criar o Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT). A idéia era promover um campo de debate sobre a CUT e sobre a organização dos trabalhadores da cidade.

O encontro contou com a presença constante de 50 a 60 participantes. Os pontos de pauta foram a construção da CUT, a greve geral e o movimento sindical em Feira de Santana. As resoluções foram as seguintes: sobre conjuntura internacional destacou-se a financeirização da economia, nova forma do capitalismo explorar os trabalhadores; tratou-se da forma como os países mais desenvolvidos vivem da dívida externa dos países atrasados. Discutiu-se a reestruturação produtiva como forma política de ataque da burguesia aos direitos dos trabalhadores. Posicionaram-se contra qualquer tipo de invasão em fronteiras internacionais, como as intervenções dos EUA em El Salvador e na Nicarágua, da URSS no Afeganistão e na Polônia. Sobre a questão nacional referendou-se a resolução do CONCLAT, que afirmava a dívida externa como o maior inimigo dos trabalhadores, na medida em que contribuía para têm aumento do

³⁷⁵ BADARÓ. Op. Cit. RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. Cit.

desemprego, a inflação, etc. no bojo da crise estrutural do capitalismo. Destacou-se como proposta de luta combater a demissão dos 3 mil empregados na gestão do prefeito José Falcão (PDS). Debateu-se a fracassada iniciativa de criação da Intersindical em Feira de Santana que sofreu diversos problemas, diferente do que aconteceu em Salvador, onde se efetivou razoavelmente. Porém, os trabalhos em Salvador não deram conta da ampliação para o interior ³⁷⁶.

Neste encontro, houve a possibilidade de participação de delegados que não fossem, necessariamente, diretores sindicais, mas aberto, também, na linguagem cutista, para a base. Esta resolução provocou vários conflitos entre sindicalistas, ao mesmo tempo em que era a única forma que o PT tinha de dispor de sua militância no evento para defender suas teses. Dessa forma, as resoluções foram claramente petistas, ou “combativas”, como se proclamavam. O encontro fora muito mais um campo de disputa entre teses de diversas correntes petistas do que uma disputa com correntes sindicais tidas como antagônicas.

O encontro foi dividido em três etapas; na sexta feira a noite foi feita a abertura, contando com a participação do PT e do PMDB; no sábado pela tarde em grupo e no domingo, plenária final. (...) O Encontro foi rico em discussões, sendo a GREVE GERAL; a construção da CUT – Central Única dos Trabalhadores; e o movimento sindical em Feira de Santana, em particular a não participação dos sindicatos dos Comerciantes, Bancários, Condutores Autônomos, Rurais, e os Motoristas Rodoviários, os temas que mais polemizaram. (...) Com relação ao movimento sindical em Feira de Santana, foi consenso a visão que identifica; principalmente os Sindicatos dos Comerciantes, Bancários e Motoristas Rodoviários como sindicatos cujas diretorias são PELEGAS, sem nenhum compromisso com a luta dos trabalhadores, seus únicos compromissos, é com o assistencialismo (que deveria ser uma obrigação do Estado), e em manter suas mordomias. Neste sentido, foi visto a necessidade de incentivar uma campanha de filiação em massa, ao mesmo tempo, construir oposições sindicais, com o objetivo de derrotar o PELEGO e eleger diretorias autênticas. Foi visto também a necessidade de incentivar a formação de associações pré-sindicais, nas categorias onde não existe ³⁷⁷.

³⁷⁶ Grito da Terra. Agosto de 1983. n. 17, pp. 01 e 09.

³⁷⁷ Ib. Idem.

Eis o momento onde começa a ofensiva do PT contra os sindicalistas e sindicatos de Feira de Santana, principalmente os elencados acima como sindicatos pelegos. O PT, ao longo da década de 1980, formou oposições sindicais ou participou em aliança com outros partidos de oposições sindicais para derrotar essas diretorias.

A resolução acima não era novidade para os petistas, eles já haviam deliberado por essas posições de confronto. No I Encontro Municipal do Partido deliberou-se que o partido deveria se inserir em alguns movimentos sociais; destaco aqui o movimento sindical e de bairro. O texto afirmava a necessidade de tomar o sindicalismo das mãos dos “pelegos”, e da democratização do movimento (participação dos trabalhadores nos sindicatos), além de desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho. Dizia, também, que a meta seria criar associações classistas e delegacias sindicais em Feira de Santana. Criar a CUT através realização do CECLAT, Encontro Feirense dos trabalhadores, etc. No movimento de bairro, afirmava que em Feira de Santana seria pelo movimento de bairro a maior possibilidade de crescimento dos movimentos populares. Mas esse crescimento era dificultado pela constante vigilância dos administradores de bairro, além de existirem poucas associações, “e as que existiam tinham diretores sem consciência”. Para o PT, portanto, ficava prioritária a criação de associações e a politização das que já existiam ³⁷⁸.

Os sindicalistas de Feira de Santana não participavam das atividades de construção da CUT e, assim, não contribuíam para que os trabalhadores da cidade aderissem às propostas que fossem da pró-CUT, como destacou a nota do Jornal Feira Hoje em 1982³⁷⁹. A nota afirmava que os sindicalistas de Feira de Santana não participariam do dia nacional de luta programado pela pró-CUT, haja vista, segundo eles (Eliezer Cavalcanti dos Bancários e Delcio Mendes dos Comerciários), que

⁵² Ib. Idem.

³⁷⁹ Feira Hoje. 12 de março de 1982, pp. 03.

nenhuma atividade fora programada pelas entidades locais. Alegavam haver formalizado seus sentimentos contrários ao aumento da contribuição para a previdência, porém, explicavam eles, nenhuma atividade fora programada. Mas iriam hipotecar solidariedade ao movimento que ocorreria em Salvador. O sindicalista dos bancários, Ebenezer Cavalcanti, disse ter mandado vários telegramas ao planalto solicitando alteração da medida por parte da Presidência da República ³⁸⁰.

Restava aos petistas apenas denunciar essas manobras anti-cutistas por parte dos sindicalistas da cidade, pois nada podiam fazer dado o afastamento que experimentavam, naquele momento, da organização sindical.

Esta separação pode ser constatada nas querelas envolvendo Eliomar Ferreira (SINCAVER) e “Seu” Arnaldo Pereira, presidente do PT de Feira de Santana, iniciadas por uma discussão a respeito do lançamento de um candidato a vereador que pudesse vir a representar os trabalhadores na Câmara Municipal. A proposta, de antemão, afirmava que isso só seria viável se o lançamento do candidato ocorresse pelo PMDB ou pelo PP, descartando, assim, o PT. Seu Arnaldo, ainda pelo jornal, respondeu que aqueles sindicalistas não cogitavam a participação do PT porque estariam a serviço dos patrões de Feira de Santana e interessados, apenas, em ganhar um salário. Na oportunidade, afirmou que o PT era um partido que se colocava “a favor dos sindicalistas autênticos e combativos”. Começaria aí a indisposição. Os sindicatos que discutiram essas propostas foram os Comerciários, Bancários, Associação dos Professores, Sindicato dos Condutores e... [ilegível] ³⁸¹.

A resposta não tardou a vir e, na edição seguinte, Liomar Ferreira, de maneira agressiva, afirmou que o presidente do PT demonstrava “leviandade na sua fala” e estaria “irritado” porque os sindicalistas não teriam afinidades com o seu partido.

³⁸⁰ Ib. Idem.

³⁸¹ Feira Hoje. 02 de agosto de 1981, pp. 02.

Segundo Liomar Ferreira, “sindicalistas autênticos e combativos não estão só no PT”, destacando que, principalmente no caso de Feira de Santana, o PT era um partido basicamente composto por estudantes. Para ele, não passavam de “radicais e fanáticos” que falavam de movimento sindical, mas que sequer tinham uma prática anterior para saber do que tratava o sindicalismo. Liomar, ao concluir o argumento, sugeria que Seu Arnaldo devia se preocupar “com a filiação dos trabalhadores ao seu partido, já que este resolveu falar no nome deles, pois, ao que consta, estes têm presença inexpressiva no partido” e que o partido era um “fiasco em termo de oposição”³⁸².

A resposta do PT a Liomar veio na edição seguinte: primeiro, relembra que as críticas anteriores não se dirigiam aos sindicatos como um todo, mas a sindicalistas específicos; afirmava ainda não ser papel do PT apontar quem é ou pelego, deixando isso para os trabalhadores sindicalizados. Porém, reafirmava as palavras de seu Arnaldo, que os sindicalistas nunca deram nenhuma demonstração de vontade nas organizações dos trabalhadores e elencava os fatos recentes. 1) Durante a realização do 1º de maio de 1980, o PT tentou, junto com algumas associações de bairros e entidades de lutas sociais, realizar um ato na biblioteca municipal, e nenhum destes sindicatos e sindicalistas compareceu, ao contrário, marcaram um jogo de futebol em que sequer os jogadores dos times compareceram; 2) Quando do enquadramento na lei de segurança nacional e da prisão dos sindicalistas como Olívio Dutra e Lula, os trabalhadores de todo o país fizeram atividades de solidariedade, em Feira de Santana o ato realizado sequer contou com a presença dos mesmos; 3) No dias 28 e 29, do mesmo mês, foi realizado o ENCLAT, e já haviam acontecido alguns encontros preparatórios para a realização do evento e nenhuma destas entidades [principais sindicatos de Feira de Santana] se fez presente; 4) O governo, nesse mesmo período dos encontros e congresso

³⁸² Feira Hoje. 05 de agosto de 1981, pp. 02.

de trabalhadores, aumentou a contribuição previdenciária dos trabalhadores e os sindicatos nem fizeram questão de discutir; 5) Em atividades públicas os trabalhadores atacavam suas diretorias chamando-as de pelegas; 6) Quanto à composição do partido, o PT se orgulhava de ter nos seus quadros **estudantes trabalhadores** (negrito deles), que encontravam na natureza programática do partido uma opção justa aos explorados. E que Liomar Ferreira estava enganado a respeito da fundação do partido, já que este foi o terceiro partido a ser legalizado em Feira de Santana, e que estava organizado em núcleos, nos bairros dos trabalhadores³⁸³.

Liomar, por sua vez, fez uma contra argumentação à carta da executiva. Dizia que o PT poderia fazer um bem aos trabalhadores da cidade quando resolvesse promover na cidade uma campanha pela sindicalização, já que os trabalhadores não sindicalizados não opinavam nas decisões da categoria e não podiam reclamar dos “pelegos”. Dizia que acharia bom se o PT resolvesse fazer uma crítica aos trabalhadores pela omissão das atividades realizadas em sua defesa, e lembrava o próprio ato do 1º de maio comentado pela carta da executiva do PT, onde **não havia audiência só protagonistas** e que isto **seria uma prova de os trabalhadores não se aproximavam deste tipo de ativismo**. Terminava o texto afirmando que o PT devia se juntar aos trabalhadores, aqueles que eles diziam tanto representar, e disputar as eleições que seriam livres e diretas para libertar os trabalhadores daquelas diretorias pelegas³⁸⁴.

A contra-resposta tenta atacar os pontos frágeis do Partido dos Trabalhadores, destacando que os protagonistas, militantes filiados e partidarizados, mantinham-se alheios aos trabalhadores da cidade e que a fala estava direcionada para os mesmos de sempre, aqueles já convencidos da justeza daquelas lutas, isto é, para os próprios militantes petistas! Buscava transferir a culpa da ausência de mobilização para os

³⁸³ Feira Hoje. 06 de agosto de 1981, pp. 02.

³⁸⁴ Feira Hoje. 07 de agosto de 1981, pp. 02.

trabalhadores, que seriam, naturalmente, não propícios a atos políticos. Mas, sobretudo, o texto mostra que a empreitada do PT de Feira de Santana na disputa pela condução da luta dos trabalhadores da cidade seria extremamente dura e complicada.

4.2.2 SINDICATOS CUTISTAS E PETISTAS: SINPRO, ASTA E DELEGACIAS SINDICAIS

O crescimento das lutas populares, não foi natural ou espontâneo. Observa-se, ao longo da leitura da documentação, a realização de um pequeno trabalho, contínuo, muitas vezes silencioso, outrora intenso e barulhento de alguns sindicatos e sindicalistas da cidade, que interferiram em momentos pontuais das lutas de classes em Feira de Santana. Identificamos alguns deles, mas destacaremos aqui os que sofriram influências petistas e/ou cutistas na suas lutas. Tentaremos demonstrar como esse pequeno-grande trabalho foi fundamental no processo de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores em Feira de Santana.

Destacamos, desde a outra seção, a influência que os funcionários da EMATER-BA tinham de lideranças petistas e nas lutas sociais em Feira de Santana. Além disso, cresceu gradualmente a influência de Marialvo Barreto, militante do PT, no SINPRO. Criou-se, em 1985, a Delegacia dos Engenheiros, a Delegacia Sindical dos Vigilantes e o crescimento da luta dos trabalhadores do setor público, empurrados pelos constantes arrochos salariais implementados pelos governos estaduais, principalmente o de Waldir Pires (PMDB), a partir de 1986, e em Feira de Santana pela gestão de José Falcão (PDS).

A EMATER-BA foi uma autarquia estadual que tratava de questões relativas ao desenvolvimento agrário do Estado. Portanto, dentro desta instituição estatal, encontravam-se alguns sindicatos de diversas categorias, dos engenheiros agrônomos, dos Funcionários Públicos Estaduais, mas, para efeito da nossa discussão, importa-nos a

ASTA (Associação dos Técnicos Agrícolas), que foi uma das principais forças de formação de lideranças sindicais em Feira de Santana e, em algum nível, na Bahia.

Em 1982 esta associação recebeu o apoio do jornal “O Grito da Terra”, em uma nota de alerta para a população em geral e para os trabalhadores organizados, divulgando a perseguição sofrida pelos dirigentes sindicais, imposta pelo Governo do Estado, principalmente, sobre os lutadores vinculados à ASTA. Várias entidades assinaram a nota, com destaque para os residentes médicos e da área de saúde em geral, que fariam várias paralisações e, depois, entrar em greve em Feira de Santana³⁸⁵. A nota revelava que a atividade dos trabalhadores militantes da ASTA já alcançava projeção ao ponto de incomodar seriamente o governo do Estado, e mais, recebia a solidariedade de algumas categorias, provavelmente em pleno processo de organização, que percebiam naquela perseguição ameaças aos seus próprios interesses organizativos e dos trabalhadores em geral.

Os técnicos agrícolas tinham uma característica extremamente importante: era o setor encarregado de entrar em contato e prestar a assessoria técnica necessária, às vezes até mesmo a educação, para os pequenos agricultores de municípios vizinhos de características mais rurais. Por conta da profissão, estavam diretamente vinculados à vida dos trabalhadores. Sabiam reconhecer seus interesses econômicos, suas necessidades de créditos, suas dificuldades em atender as demandas tecno-burocráticas dos governos do Estado, viviam lado a lado em alguns momentos das organizações locais dos trabalhadores. Em Feira de Santana, esta experiência de contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não fora desde o início harmônica. Porém, os trabalhadores militantes da ASTA conseguiam adquirir certa visibilidade e prestígio no

³⁸⁵ Grito da Terra. Julho de 1982. n. 05. S/p.

movimento sindical devido aos constantes conflitos com o Governo do Estado e defesas intransigentes na defesa da sua categoria e dos trabalhadores rurais.

Ao lado da ASTA, germinava a associação dos funcionários públicos municipais de Feira de Santana. Por iniciativa de alguns militantes de partidos políticos, principalmente do PT, PMDB, alguns ainda clandestinos do PC do B e PCB, começavam algumas reuniões para fundar a chapa que dirigiria a Associação.

Era claro para a militância, sobretudo petista, que aquele passo tinha como horizonte ampliar o raio de um discurso sindical: o do “novo sindicalismo”. Por isso, colocavam tarefas, para si mesmos, de formuladores e proponentes de vínculos de solidariedade com outras entidades e categorias em mobilização. Em entrevista para o Jornal “O Grito da Terra” o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais expunha as suas pretensões: acabar com o assistencialismo e o apadrinhamento através de concursos públicos, e diziam que se comprometiam

“(…) também a contribuir na organização das demais classes trabalhadoras, fortalecendo e ajudando a construção e consolidação dos sindicatos, associações de classe, de bairro, etc.” (...) “Buscaremos a unificação dos trabalhadores de Feira de Santana, ajudando na construção da inter-sindical, colaborando assim para a construção da CUT – Central Única dos Trabalhadores, que acontecerá agora em agosto e que nós de Feira de Santana, deveremos abrir a discussão com todos os trabalhadores, a respeito da importância que é a construção de nossa entidade máxima”³⁸⁶.

Esta duas entidades (ASTA e sindicato dos servidores municipais) tinham contra si os desmandos dos seus chefes, que ocupavam em grande medida o executivo estadual e o municipal. Não raramente ocorreu a demissão e recontração de novos trabalhadores em Feira de Santana por conta da substituição de chefes municipais. Toda uma leva de trabalhadores ficava a mercê da perda de empregos devido às eleições municipais, exigindo da Associação medidas de defesa da “classe”.

³⁸⁶ Janeiro de 1983. Grito da Terra, n. 13, pp. 05.

“Lutaremos para que não haja demissões indiscriminadas e/ou desnecessárias (pelo simples hábito de troca), tendo em vista a crise que afeta o país e conseqüentemente o emprego generalizado. Além disso, a prefeitura não pode ser responsável pelo acirramento dessa crise, pois é dever do poder público criar emprego e não desempregar”. “Que demissões indiscriminadas serão condenadas **pela nossa entidade e demais órgãos de classe, bem como pela população**. Necessário se torna a realização do concurso público, única forma de garantir a efetivação e estabilidade, não deixando o funcionalismo a mercê dos partidos políticos e/ou interesses individuais.”. “Que a Associação sempre se pautou pela valorização da classe e que para tal, deverá ser valorizado o funcionário que realmente trabalha. Nesse sentido, achamos que não deve ser tomada nenhuma atitude, que venha de encontro aos interesses do funcionalismo, sem que a associação tenha conhecimento prévio dos critérios adotados para tal”. “Que a associação está aberta ao diálogo e tudo fará em defesa da classe e da valorização da mesma”³⁸⁷.

A Associação dos Funcionários Municipais falava em nome dos seus companheiros trabalhadores do município, mas não se furtava em conclamar, com clareza das dificuldades, setores de outros órgãos de classe e da população, estabelecendo uma marca de distinção com o movimento sindical corporativo e assistencialista. Tentava oferecer algo mais do que apenas a “lógica” sindical-trabalhista: “quem tem ofício, tem benefício”³⁸⁸.

Pelo motivo das demissões em massa, o PT divulgou um manifesto cujo conteúdo era quase idêntico ao dos militantes da Associação dos funcionários públicos municipais. A nota solicitava ao novo prefeito cautela nas suas ações de demissões e que procurasse a associação dos funcionários antes de qualquer medida, além disso, o manifesto sugeria salário igual para trabalho igual. Propunha, ainda, que o prefeito deveria ficar atento ao cumprimento da CLT e também ao concurso para contratação e demissão³⁸⁹.

A defesa dos trabalhadores oscilava: ora defendia a CLT, ora criticava e rompia as leis trabalhistas, ao incentivar e congratular a greve dos trabalhadores estaduais da

³⁸⁷ Ib. Idem.

³⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. FGV. Rio de Janeiro. 2005.

³⁸⁹ Feira Hoje. n 2670. 04 de fevereiro de 1983, pp. 02.

saúde. (O que na época contrariava determinações legais que proibindo greves de trabalhadores públicos)³⁹⁰. Com efeito, o PT, na figura de Antonio Ozzetti e mais as 28 entidades da ADEFS, parabenizava o movimento paredista dos médicos (nível superior) e prometia lançar uma nota pública em favor dos grevistas³⁹¹. O partido investia seriamente nas manifestações de solidariedade, aliás, era em alguns momentos sua única forma de se dirigir à classe trabalhadora da cidade.

Forçavam a distinção entre os tipos de movimentos sindicais da cidade, e em congresso da ASTA ficou aprovado que o “**novo sindicalismo** desenvolverá uma ação sindical de combate a todas as formas de exploração tanto na cidade como no campo, utilizando-se de toda forma de luta que achar oportuna e que levem a mais conquistas econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores”³⁹². O problema estava na situação de minoria que os auto-proclamados “novos sindicalistas” estavam em Feira de Santana.

A maioria dos sindicatos referidos era, na verdade, sedes de delegacias sindicais. Muitas vezes, como foi o caso desta resolução acima tendiam a generalizar as determinações sociais e possibilidades subjetivas da classe trabalhadora da capital, transpondo, com naturalidade e sem mediações, as posições políticas e o grau de amadurecimento do movimento social de Salvador para as demais zonas sindicais. Em entrevista, um militante do PT falou:

O movimento sindical de Feira de Santana sempre dependeu muito de Salvador. Quando Salvador tomava a iniciativa de ampliar as delegacias sindicais no interior, acabava aqui em Feira de Santana. Criou-se aqui, delegacia sindical dos trabalhadores da EMBASA, da COELBA, da telefonia, que era de direita (...)³⁹³.

Em alguns momentos o movimento sindical em Feira aparentava andar em certo descompasso com o de Salvador e de algumas outras cidades do interior da Bahia. Os

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ Feira Hoje. 02 de junho de 1984, pp. 02.

³⁹² Resoluções do 1º congresso da ASTA, pp. Respectivamente citadas; 09, 41 e 42, 59 e 61.

³⁹³ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

sindicatos “autenticamente” feirenses, como o dos comerciários, Taxistas, Bancários, seguiam o ritmo peculiar à formação política mais tradicional da cidade. Na maioria das vezes não participavam desse processo de politização, sendo refratários às greves, paralisações, etc. Não acompanhavam o movimento ascendente das lutas sociais, que somente se consolidou em Feira de Santana em 1985 e nas grandes greves gerais de 1986 e 1987.

Os sindicatos de militantes petistas eram muito pequenos, com baixos recursos orçamentários, pouca militância de base, e adquiriram ao longo do tempo certas características do movimento sindical da cidade, como a de entronizar lideranças durante anos e anos na gestão. Suas iniciativas, mesmo com toda a predisposição de mudança eram bastante limitadas.

Um dos maiores sindicatos foi o SINPRO. Após as eleições sindicais de 1985, Marialvo Barreto seria eleito delegado sindical. Ele sempre se mostrou um militante bastante combativo e atuante na luta dos trabalhadores da cidade. Além deste, foi fundada a delegacia dos engenheiros. Como já tivemos a oportunidade de ver a fundação do Partido dos Trabalhadores contou com a forte presença dos estudantes de engenharia civil da UEFES. O representante eleito foi Gerinaldo Costa, militante petista. O Sindicato dos Trabalhadores Vigilantes também foi ligado, através de uma liderança, ao Partido dos Trabalhadores, e realizou algumas campanhas salariais e algumas greves.

Isoladamente, esses sindicatos não eram suficientemente fortes para causar grandes reviravoltas na lutas dos trabalhadores em Feira de Santana, mas a tentativa de construir a Pró-CUT era uma perspectiva que parecia poder conseguí-los e dar certa sustentação à algumas lideranças sindicais e sindicatos.

Nos anos de 1985, 1986 e 1987 ocorreu um grande salto quantitativo e qualitativo na luta dos trabalhadores em Feira de Santana. Os motivos não faltavam. Além do

aprendizado das novas experiências de defesa dos seus direitos econômicos, esse período foi de intensas manifestações políticas: a campanha pelas “Diretas já”, as eleições constituintes e os debates em torno da formação do colégio eleitoral para eleger o Presidente da República. Mas o que causou grandes alvoroços e colocou durante uns três ou quatro anos consecutivos os trabalhadores brasileiros em alerta geral foram os planos econômicos da Nova República: Plano Cruzado, Bresser, Sarney e Verão.

A Nova República tentava dar respostas burguesas à recessão profunda em que o Brasil entrou desde a crise do milagre econômico. Para os países pobres foi um período de excessivo controle fiscal. O FMI e o Banco Mundial se encarregavam de fiscalizar o cumprimento destas tentativas de metas superavitárias em nome dos países ricos “com carteiras carregadas de títulos das dívidas externas dos países periféricos”³⁹⁴. Porém, permitiam a países como os Estados Unidos aumentar de forma exorbitante seus juros, descapitalizar outros países através do corte de investimentos creditícios e obrigar estes países a exportar excedentes através dos serviços de dívidas exorbitantes. Essa era, aliás, a recomendação do FMI às nações mais pobres, desacelerar sua economia e provocar recessões.

Os trabalhadores organizados cada vez mais se colocavam como sujeitos de uma alternativa não burguesa à crise. A crise de hegemonia deste período deixava de fato um relativo espaço de manobra política, e os trabalhadores souberam atuar e ampliar sua participação. Conseguiram, através de aparelhos privados de hegemonia, claro que com projetos múltiplos entre si (CUT, CGT, PT, PC do B, PCB) se constituir como uma voz ativa do processo.

Os partidos da Burguesia e o governo sentiam que era necessário não levar o jogo da abertura até o fim. Estavam desconfiados dos impulsos de liberdade que emanavam

³⁹⁴ FILGUEIRAS, Luís. História do Plano Real. Boitempo. 2º edição. São Paulo. 2003. Principalmente o capítulo II.

da base dos trabalhadores, nos movimentos sociais, nos sindicatos, escolas, universidades, partidos políticos e recuava em busca de uma democratização “pelo alto”, que contou com apoio inclusive de partidos de esquerda e centrais sindicais. Assim recuaram na tática, que ganhou as ruas em comícios gigantescos, de “Diretas já”. O colégio eleitoral conseguiu unificar as oposições burguesas liberais que, entretanto, não saíam unificadas em eleições diretas. Melhor ainda, a fabricação desse consenso conseguiu imprimir no candidato escolhido, Tancredo Neves, todas as glórias antecipadas de um “salvador da pátria”, comovendo a opinião dos grupos sociais subalternizados organizados e desorganizados.

Marx diria que se a história não tivesse suas surpresas e causalidades ela ganharia ares místicos em demasia. Os acasos da vida/história fizeram com que Tancredo Neves falecesse logo após a sua vitória eleitoral. Ficou a cargo de José Sarney tocar adiante a sonhada Nova República e a redemocratização brasileira.

A burguesia precisava consolidar um consenso ético-político. A hegemonia para se constituir deve expressar, através do conteúdo de uma fração dirigente, uma proposta politicamente e culturalmente universalizante no que diz respeito à condução da reprodução do capital. Para isso, montou-se secretamente um grupo de economistas dentro do ministério da fazenda para preparar a montagem do plano econômico com o intuito de tirar o país do atoleiro em que estava submerso.

Disputavam nessas comissões, no dizer de Filgueiras³⁹⁵, economistas ortodoxos e heterodoxos em relação às tentativas de baixar os índices inflacionários. O autor elege três grupos de correntes teóricas econômicas distintas. Os ortodoxos, os inercialistas e os estruturalistas-keynesianos. A primeira corrente achava que o problema poderia ser resolvido através de choques econômicos que reestruturassem as despesas públicas e o

³⁹⁵ FiLGUEIRAS... Op Cit, pp. 78 e 79.

controle dos salários. Os inercialistas pensavam que a inflação era gerada e reforçada por tendências inflacionárias dos meses e dias anteriores e que, controlada essa herança inflacional, resolver-se-ia o problema. Já os terceiros, ficavam com uma projeção de que a culpa da demanda inflacionária era a fragilidade gerada pelos acontecimentos que reestruturaram a economia, deixando-a sem capacidade para entrar em um novo ciclo de progresso. Pensavam que as pressões imediatas por pagamentos de dívidas, tanto interna quanto externa, era o motivo da inflação no Brasil.

Sabemos, através de Filgueiras, que a proposta que se sobressaiu dentro do ministério da fazenda foi o da concepção inercialista. Desse ponto de vista, bastava estabelecer o controle de preços (congelamento), trocar a moeda, se livrar dos resíduos de indexação e formar o pacto de classes que o governo já pressupunha existir quando afirmava a estabilidade da luta entre trabalhadores e empresários pelas taxas de mais-valia. Estavam montados os aspectos principais do plano cruzado.

Logo de imediato, o plano conseguiu melhorar o nível de vida da classe trabalhadora. Houve uma reposição salarial para algumas categorias, a inflação aparentemente havia sumido, o consumo entre os pequenos poupadores aumentou, aquecendo a economia e parte do movimento operário participou da trégua pedida pelo governo Sarney. As greves entraram em um momento de refluxo.

Mas a euforia foi de curto prazo e logo a população brasileira voltou a sentir os efeitos contraditórios do plano:

Inúmeros fatores conspiraram contra o sucesso do plano cruzado, a começar pelo diagnóstico da economia brasileira acima descrito. Na verdade, o déficit público não estava sob controle e os preços não estavam alinhados na velha moeda, o que é totalmente impossível de ocorrer, por definição, numa economia com altas taxas de inflação e, portanto, o congelamento – a passagem abrupta da velha para a nova moeda – apenas cristalizou essa mesma situação na nova moeda. Isso, somado ao crescimento da demanda – que implicou, em muitos setores, o esgotamento da capacidade produtiva instalada – levou ao

desabamento, à fuga do congelamento e ao surgimento do ágio nos preços³⁹⁶.

Desde o início da montagem do plano, a CUT deliberou por não apoiar e “desmascarar” a solução “burguesa”, “eleitoralista” e “emergencial” que estava sendo proposta para a realização do pacto de classes. Quando os efeitos colaterais do pacto se fizeram sentir, a CUT já tinha um acúmulo de discussão e resoluções que culminou no encaminhamento da greve geral de 1986.

A greve geral de 1986 retomou o momento de afluxo organizativo em que os trabalhadores de Feira de Santana estavam engajados, e contou com o apoio da maioria dos sindicatos, delegacias sindicais e associações, além do DCE e de Associações de moradores da cidade.

A greve geral em Feira de Santana tomou tais proporções que mereceu nota no jornal da direção nacional e estadual da CUT³⁹⁷. O centro da cidade ficou completamente ocupado pelos grevistas, que foram fechando todos os estabelecimentos da cidade, um por um, que permaneciam abertos. Bancos, Correios, lojas comerciais, até mesmo a prefeitura foi fechada aos gritos de “fecha, fecha, fecha”, com o prefeito à porta pedindo calma à multidão. Foram três dias intensos de greve na cidade. Salvador, que conseguiu uma adesão dos trabalhadores muito forte à greve, não conseguiu sustentá-la mais que dois dias, enquanto em Feira de Santana os trabalhadores foram os donos das ruas durante três dias. Houve prisões de sindicalistas, tiroteio, bate-boca, carros de som, megafones, cartazes, faixas e muitos instrumentos musicais³⁹⁸.

A leitura da documentação permite perceber que o comando da greve geral em Feira de Santana ficou mesmo a cargo dos militantes petistas. A posição indefinida dos militantes da CGT (PC do B) devido ao seu apoio à Nova República, os sumiços das

³⁹⁶ Filgueiras... Op. Cit, pp. 52.

³⁹⁷ CUT E CGT. Jornal da Greve Geral. 13 de dezembro de 1986. Salvador, pp. 06.

³⁹⁸ Folha do Norte. 13 de dezembro de 1986, pp. 01.

reuniões e falta de apoio logístico e material por parte do sindicato dos taxistas, comerciários e bancários ficaram registrados nas queixas dos militantes cutistas, sobretudo petistas³⁹⁹. Devido à exposição política da CUT e pró-CUT alguns sindicatos passaram então a reconhecer a CUT, no caso, a pró-CUT, como um interlocutor das suas lutas. Eram chamados para mediar conflitos, mesas de negociação, ou seja, ajudar na organização dos trabalhadores. Podemos ver a presença crescente de militantes da CUT nas manifestações dos trabalhadores, além de um número cada vez maior de entidades filiadas à CUT.

Em 1987 os militantes cutistas não mais se limitavam a prestar solidariedade por cartas e manifestos, mas estavam diretamente envolvidos na organização da luta dos trabalhadores de diversas categorias, como demonstrava uma nota do jornal “Feira Hoje”, que discorria a respeito da greve realizada na Coelba. Segundo o jornal, a assembléia contou com a participação de petistas, como Gerinaldo, do sindicato dos engenheiros civis, Elízio Santa Cruz e Jorge Oliver da CUT e pró-CUT. Elízio destacou, na oportunidade, a culpa do governo Sarney, com sua preocupação voltada para o capital internacional. Prometeram todo o apoio à greve dos eletricitários, cujo sindicato era filiado à CUT⁴⁰⁰.

A CUT propunha-se a organizar e dar um caráter mais unificado à luta dos trabalhadores de Feira de Santana e aproveitava-se de momentos nos quais diversas categorias encontravam-se em greve. Em 1988, uma manifestação que unificou todos os trabalhadores em greve na cidade foi promovida pela CUT. Previdenciários, fazendários, professores particulares, eletricitários, eram as categorias que estavam em greves naquela época. Esta marcha saiu da Praça da Matriz e caminhou por parte do centro, até chegar, com cerca de 2 mil funcionários e trabalhadores, em frente à

³⁹⁹ Ib. Idem.

⁴⁰⁰ Feira Hoje. 18 de fevereiro de 1987, pp. 04.

prefeitura. Estavam em greve, segundo o jornal “Feira Hoje”, o equivalente a 10 por cento das categorias na manifestação ⁴⁰¹.

Em 1989, após participação bem sucedida em mais uma greve geral e tendo adquirido um nível de experiência e vínculos maiores com os trabalhadores da cidade, a pró-CUT já conseguia realizar atividades coletivas, não apenas de caráter emergencial nas lutas de algumas categorias, mas atividades de campanhas de média duração na cidade, propor iniciativas a exemplo da do dia 16 de fevereiro de 1989, quando foi lançado o dia nacional de lutas contra o plano econômico do governo Sarney. Em Feira de Santana os sindicalistas se reuniram na rua Sales Barbosa para realizar as atividades. O que começou só com sindicalistas, segundo consta o jornal, virou um ato onde mais ou menos 800 trabalhadores se reuniram para ouvir as falas dos sindicalistas. Por lá falaram trabalhadores da Locarpe, da Phebo, contras as demissões que ocorriam nas suas fábricas, lá passaram e falaram camelôs e donas de casa. Segundo o jornal, participaram do ato os seguintes sindicatos: gráficos, técnicos agrícolas, construção civil, sindicato dos professores particulares, engenheiros, oposição sindical dos “comerciários em luta” e frente nacional dos trabalhadores, todos cutistas e vinculados, de alguma maneira, ao Partido dos Trabalhadores ⁴⁰².

O crescimento da influência da Pró-CUT na vida organizativa dos trabalhadores de Feira de Santana veio a ser interrompido a partir do primeiro ano do governo Collor. Em 1990 ainda resistiam alguns setores dos trabalhadores públicos, fazendo greves e paralisações, como foi o caso da EMATER-BA, que realizou uma greve com ocupação do prédio em 1990, dos professores e de algumas outras categorias. Os trabalhadores do

⁴⁰¹ Feira Hoje. 22 de outubro de 1988. s/p.

⁴⁰² Feira Hoje. 17 de fevereiro de 1989, pp. 03.

setor privado que pouco tinham se manifestado através de paralisações, entravam num refluxo do qual não saíam até os dias de hoje ⁴⁰³.

Os vínculos com os trabalhadores sindicalizados, nas suas greves e atividades eram de certa maneira mediados pelos impulsos grevistas de sindicatos de nível estadual, com sede em Salvador. Em sua grande maioria eram trabalhadores públicos estatais, e em outros casos privados, mas que também mantinham vínculos organizativos estaduais, como o SINPRO.

As formações de classe atingem ou podem se configurar a nível estadual, local ou mesmo nacional. Antes mesmo dos trabalhadores feirenses amadurecerem seus próprios movimentos de classe a necessidade impôs sua participação nas lutas dos sindicatos estaduais e nacionais. Abriram, então, brechas criadas para a atuação dos petistas e cutistas na luta dos trabalhadores da cidade, elevando a sua organização e politização. Não obstante, estes impulsos de características exógenas, mantiveram ao longo da década de 1980 a estrutura sindical peculiar da cidade pouco alterada ⁴⁰⁴.

A pró-CUT regional de Feira de Santana, com efeito, não criou vínculos e experiências com a maioria de trabalhadores em mobilização. A maioria das suas demandas não era local, e estas se organizavam com seus representantes sindicais através das sedes em Salvador, deslocando o eixo organizativo para lá. Por outro lado, os sindicatos maiores e mais fortes da cidade não se envolviam na construção da Central, ou com ela mantiveram uma relação efêmera.

⁴⁰³ Contabilizamos ao longo da década de 1980 até 1990, 90 greves. Destas, 23 foram de trabalhadores de empresas privadas. A liderança grevista no setor privado fica por conta dos professores particulares (4), motoristas (4) e metalurgia (4). Devemos ressaltar que as greves dos trabalhadores metalúrgicos, com exceção de uma em 1989, foram realizadas pelos próprios trabalhadores das fábricas. Não foi uma decisão de parar todo o setor metalúrgico, mas algumas fábricas específicas.

⁴⁰⁴ A grande exceção dessa “regra” foi, e ainda é, a ADUFS (Associação Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana). A ADUFS sempre se organizou estadualmente e nacionalmente, porém, e era criticada por isso, tinha uma participação pouco efetiva na vida sindical local. Boa parte dos professores da UEFES, mesmo hoje, é de residentes em Salvador que voltam diariamente para a capital ao fim da jornada de trabalho diária.

Com novos temores, como a vaga das demissões que se abateu sobre os trabalhadores a partir da década de 1990, mesmo os sindicatos e delegacias sindicais mais combativos, não obteriam momentos de luta como na década de 1980. As lutas dos trabalhadores refluíam. Com eles, as suas organizações entrariam numa fase mais defensiva. Lutavam para não perder direitos, ao invés de conquistá-los, cessaram as grandes greves, ruía o “socialismo realmente existente”, se propagava a vitória do capitalismo. Dentre as cantilenas liberais, a que mais se propagava era que não “havia alternativa para além do capital”.

A CUT, nunca chegou a se constituir em Feira de Santana. Com o refluxo das lutas populares no Brasil e em Feira de Santana, as organizações dos trabalhadores ficavam cada vez mais fragilizadas. Tanto a CUT como o PT sentiriam profundamente na sua organização e ideologia o impacto das ações neoliberais de combate aos direitos e organizações dos trabalhadores. O crescimento do desemprego, a reestruturação produtiva, o controle fiscal sobre os salários seriam as armas da burguesia para subordinar e desorganizar os trabalhadores.

Em meados da década de 90 do século XX, ganharam força setores mais à direita do movimento sindical, como a Força Sindical e setores mais conservadores da CUT. A CUT, em 1993, no governo Itamar Franco, aceitou participar de um plano de retomada da capacidade produtiva das indústrias automobilísticas, chamada de “Câmaras Setoriais”, iniciando os primeiros passos do que viria a ser um projeto de pacto de classes, em nome do emprego, da retomada da produção e do desenvolvimento. Ao final do “acordo das montadoras” a produção havia crescido 70%, a produtividade 78%, porém, o emprego havia reduzido para o índice de -5%⁴⁰⁵.

⁴⁰⁵ BADARÓ, Marcelo. Políticas nacionais e poder sindical. Uma perspectiva comparada. In: MENDONÇA, Sônia. MOTA, Márcia. Nação e Poder: As dimensões da História. Niterói-RJ: EDUFF, 1998, pp. 56.

A relação do PT feirense com a classe trabalhadora da cidade, portanto sofreu um impacto profundo. No momento em que demonstrava crescimento qualitativo e quantitativo – mesmo que contando com impulsos de fora para dentro – com relativa organização e crescente participação política, voltou a se descolar da vida da classe trabalhadora, pois as organizações dos trabalhadores sofreriam duros golpes. A pró-CUT, que encontrou durante toda a década de 1980 uma vaga grevista de fortes impulsos contestatórios emanados dos mundos do trabalho, não havia conseguido se estabelecer e se consolidar como uma central local. Durante a década de 1990 a situação foi ainda mais desfavorável. Os petistas de Feira de Santana perdiam com a desmobilização da classe trabalhadora, frente ao “velho sindicalismo” que historicamente enraizou práticas sindicais assistencialistas, corporativas e ou paternalistas.

Para efeito de demonstração do movimento de organização intenso desde 1985, aproximemo-nos mais dos conflitos e disputas, sujeitos e práticas, manifestos e manifestações, que abriram em meados da década de 1980, ao Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana, sua maior representatividade junto ao proletariado feirense. Acompanharemos, portanto, na próxima sessão deste capítulo, a luta das oposições sindicais em Feira de Santana, em sua maioria composta por e sobre influência de petistas.

4.2.4 FORMAÇÃO DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS: CONDUTORES AUTÔNOMOS, COMERCIÁRIOS, PROFESSORES ESTADUAIS E BANCÁRIOS

O PT, como já vimos, em Encontro Municipal de 1984, decidiu que as formações de oposições sindicais para as disputas com os sindicatos e sindicalistas “pelegos” deveria ser a sua prioridade. Vimos também que algumas determinações ajudaram o PT

na sua empreitada. Os malfadados planos do governo Sarney, a crescente precarização do nível de vida em Feira de Santana, arrochos salariais, a crescente politização dos trabalhadores da cidade em manifestações espontâneas de insatisfação com seus representantes sindicais, foram alguns dos aspectos circunstanciais para essa proposta ter sido colocada em prática e razoavelmente bem sucedida.

Nenhum dos aspectos acima pode dar uma explicação completa a respeito do crescimento das lutas dos trabalhadores de Feira de Santana e da participação do partido na sua vida organizativa, pois não bastou à militância esperar os acontecimentos caírem no seu colo e dar-lhe rumos já destinados na história. Ao contrário, o que se verificou foi um intenso trabalho político da militância petista – às vezes aliada a militantes do PC do B – junto aos trabalhadores em seus sindicatos, e mesmo fora deles, através da montagem de diversas oposições sindicais. As oposições exerciam pressão nos sindicatos, impondo uma maior democratização nos mecanismos de decisão e na participação dos trabalhadores nos sindicatos e nas lutas reivindicativas.

Estas oposições teriam um papel de destaque nas maiores categorias e sindicatos da cidade: comerciários, bancários, condutores autônomos, professores estaduais e municipais e motoristas rodoviários. Com exceção dos professores e motoristas rodoviários estes sindicatos não eram delegacias regionais, e eram onde se concentravam as disputas locais pela condução do movimento sindical em Feira de Santana.

No aparecimento dessas oposições, a principal resposta dada pelos velhos sindicalistas foi a tentativa de difamar a organização e os militantes das oposições sindicais. Uma das formas dessa difamação era a utilização do partidarismo como alegação de que os militantes de oposição não se preocupavam com os trabalhadores, mas com as posições do seu partido, em fazer seus próprios nomes, em promover certas

peessoas, que almejavam no futuro as eleições municipais. Tentavam atribuir aos militantes das oposições a pecha de que usariam os trabalhadores como massa de manobra, e para isso, já que não conseguiam penetração nas bases, tumultuavam e difamavam a atuação do sindicato, que afinal “fazia tudo pelo trabalhador” e só não agradaria aqueles insatisfeitos militantes político-partidários.

Dessa forma, as eleições do sindicato dos motoristas e cobradores de ônibus da delegacia de Feira de Santana, uma das primeiras oposições surgidas, segundo a nota do jornal “Feira Hoje”, terminou como começou: com uma disputa cheia de tumultos, brigas e conflitos. Num destes conflitos o delegado do sindicato em Feira de Santana rebateu as acusações de fraudes e ilicitudes da eleição, afirmando que os membros das chapas de oposição **estavam tumultuando as eleições com a ajuda de pessoas alheias à categoria**. Estes, segundo entrevista do delegado sindical para o Jornal, eram militantes do PT e do PMDB⁴⁰⁶.

O delegado sindical desconsiderava as insatisfações latentes entre os trabalhadores rodoviários com seu sindicato. Havia muitas queixas com relação ao sindicato, pois este, segundo os rodoviários entrevistados pelo jornal, não defendia os interesses dos trabalhadores. Alguns motoristas alegavam que o sindicato até cumpria um papel bom no que dizia respeito à assistência médica e odontológica, mas não “brigava” por outras questões. Queixavam-se de que o salário foi mantido o mesmo durante todo o período do dissídio coletivo, quando o sindicato firmou um acordo com os patrões sem consultar os trabalhadores rodoviários. Diziam que quem mandava no sindicato era Zeca Marques, dono de algumas empresas de ônibus. Ressaltavam uma série de irregularidades nos contratos de trabalho: os motoristas assinavam contrato escrito a

⁴⁰⁶ Feira Hoje. 23 de setembro de 1983, pp. 03.

lápiz, gente que trabalhava há dois anos e meio e recebia assinado na carteira como se estivesse há dois meses, etc.⁴⁰⁷.

O artifício da culpabilização funcionava como artifício de não reconhecimento da fala do trabalhador e da sua insatisfação. Para o delegado sindical se existia uma crítica ao sindicato ela era influenciada por bagunceiros e partidos políticos de fora da categoria, pois os verdadeiros trabalhadores, isto é, aqueles que não queriam saber de política, concordariam com a condução do sindicato e lhe deviam obediência e confiança. Além disso, os próprios sindicalistas poderiam esconder a sua vinculação ou proximidade partidária com o PDS, enquanto atacavam a vinculação partidária dos outros militantes dos partidos de oposição à ditadura militar.

Podemos ver esta mesma dinâmica na disputa pela chapa do sindicato dos trabalhadores do comércio, quando os militantes da oposição sindical foram acusados de partidarização do movimento sindical⁴⁰⁸. Desta vez, entrava em jogo a questão da independência de classe e dos partidos, visto que na chapa de oposição os militantes reconheciam-se como militantes políticos partidários e cobravam do presidente do sindicato, Delcio Mendes, que também o fizesse. A chapa de oposição sindical comerciária, formada em 1984, em entrevista para o “Feira Hoje”, depois de acusar o presidente Delcio Mendes de ter feito alterações no estatuto sem o conhecimento da base, falava que o sindicato estava com uma chapa ilegal, pois não tinha o número de suplentes indicado pelo estatuto e se alicerçava num estatuto que não havia sido publicado no Diário Oficial. Os militantes da oposição sindical terminavam por dizer que lutavam por um sindicato independente dos partidos políticos, ainda que pesasse

⁴⁰⁷ Feira Hoje. 13 de março de 1982, pp. 04.

⁴⁰⁸ Feira Hoje. 06 de janeiro de 1984, pp. 03.

sobre eles a participação de petistas e de peemedebistas. Segundo eles, Delcio Mendes não teria a moral para falar disso, já que era vereador pelo PMDB ⁴⁰⁹.

A conseqüência desta disputa foi a impugnação das duas chapas. Uma alegava o não cumprimento do estatuto mais atualizado do sindicato, a outra alegava que este estatuto não poderia ser reconhecido, haja vista não ter sido aprovado em assembléia com quorum suficiente ⁴¹⁰.

Em um boletim do PT de Feira de Santana, encontramos um relato a respeito da “infelicidade” que foi a chapa de oposição ao sindicato dos comerciários não ter se reinscrito para disputar as eleições. Apontava que o motivo da não inscrição da chapa era que ela era uma coalizão entre petistas e peemedebistas e a pressão dentro do PMDB adesista, grupo de Delcio Mendes, fez com que os militantes do PMDB se retirassem, deixando a disputa apenas a cargo da chapa atual e de uma “chapa corrupta do PDS” ⁴¹¹.

As mesmas queixas podem ser observadas pelos militantes da oposição sindical metalúrgica da Bahia, uma das primeiras formadas no Estado, desde 1978: adulteração de estatuto, coerção aos trabalhadores, vínculos políticos com os patrões, denúncias dos trabalhadores mais engajados e etc. Nesta chapa participava ao menos um militante do PT de Feira de Santana, Edlauro ⁴¹²:

Basta um pequeno histórico para podermos avaliar de que forma a luta pela retomada do sindicato se desenvolve na Bahia. De um lado Manoel dos Santos e os patrões, de outro: a oposição sindical metalúrgica combativa e os trabalhadores.

Foi assim na USIRA e na greve da BISSELI no início de 1979. Foi exatamente durante a greve da BISSELI que a diretoria pelega elaborou uma lista negra com o nome dos integrantes da oposição sindical que aos poucos foram demitidos pelo patrão. Foi assim no 1º de Maio de 1979. Neste ano, a diretoria pelega conseguiu, junto com o Ministério do Trabalho, impedir a inscrição da chapa de oposição. Esta não teve outro recurso a não ser pregar o voto nulo e fiscalizar as eleições fraudulentas realizadas no dia 8, 9, e 10 de outubro de 1979.

⁴⁰⁹ Feira Hoje, 08 de Janeiro de 1984, pp. 03.

⁴¹⁰ Feira Hoje, 11 de Abril de 1984, pp. 03.

⁴¹¹ Boletim informativo do PT. Feira de Santana. Maio de 84, pp. 05.

⁴¹² Grito da Terra Agosto de 1982. S/p

Logo após a diretoria pelega foi empossada com a presença do Ministro Murilo Macedo.

Apesar da campanha salarial dos metalúrgicos baianos estar no fim, a direção pelega não apresentou para a categoria de Salvador, de Feira de Santana e outras cidades a contraproposta dos patrões para ser analisadas pelos trabalhadores. Segundo a oposição sindical, os trabalhadores da USIPA (Usina Siderúrgica da Bahia) estão ameaçados de não receberem a taxa de produtividade este ano devido a um conchavo dos pelegos do sindicato com os diretores da fábrica. Para piorar, os pelegos, inescrupulosamente, insistem em esconder o edital de convocação das eleições dos sindicatos, tentando impedir a inscrição da chapa da oposição sindical metalúrgica (O.S. M).

Como campanha salarial de 82 a categoria reivindica os seguintes pontos: Estabilidade de 1 ano, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e 15 por cento de aumento acima do INPC (índice nacional de preços ao consumidor).

Por outro lado, a oposição sindical metalúrgica vem levando na prática uma luta pela estabilidade para as comissões de fábricas e para a comissão de negociação ⁴¹³.

Não bastassem todos os problemas pelo qual passavam as oposições, havia ainda as batalhas judiciais tão familiares ao velho sindicalismo e suas alianças, que gozavam de larga influência e colaboração de instituições da sociedade política, como foi o caso relatado acima dos metalúrgicos e dos comerciários em Feira de Santana:

O presidente do sindicato dos comerciários de Feira de Santana, Delcio Mendes Barbosa, que também é vereador pelo PMDB e que está completando 12 anos na direção do sindicato (primeiro e único), acostumado a concorrer às eleições sindicais com chapa única, não ficou satisfeito com a articulação dos comerciários feirenses e a conseqüente inscrição de um chapa de oposição, **que tem como princípio a defesa intransigente dos comerciários, o que não vem acontecendo, assim como, a luta pela defesa da democracia dentro dos sindicatos.**

Não satisfeito o Sr. Presidente, não aceitou a inscrição da chapa de oposição, alegando não preencher os requisitos exigidos.

A chapa de oposição entra na justiça, e consegue provar o contrário, ou seja, a chapa de Delcio é que estava ilegal. A Delegacia Regional do Trabalho, compactuando com o pelego Delcio, em vez de anular apenas a sua chapa, suspende todo o processo eleitoral, dando um prazo de 90 dias para realização das eleições com novas inscrições de chapa.

O descontentamento entre os comerciários é total, o que vem fortalecendo a chapa de oposição, composta de pessoas representativas dentro da categoria e **que está aberta a novas adesões.** Neste sentido está sendo realizado um anteprojeto de programa de chapa, para que possa ser discutido com a categoria ⁴¹⁴.

⁴¹³ Idem. s/pp.

⁴¹⁴ Grito da Terra, Abril de 1984, pp. 05.

Os militantes das oposições sindicais levantavam um “conjunto de argumentos”, que iam desde a corrupção à independência sindical dos partidos políticos e a exigência de defesa de uma forma mais contundente dos direitos dos trabalhadores. Contraditoriamente, disputavam uma batalha dentro do mesmo “conjunto de argumentos” dos sindicalistas que combatiam. A prova de quem estaria certo deveria ser demonstrada nas práticas de cada um. Dessa forma, a militância das oposições sindicais marcava o passo dos sindicalistas e em todos os momentos estavam de prontidão para as necessidades das lutas dos trabalhadores.

Esta foi a opção das oposições sindicais e da militância petista. Narraremos alguns momentos que registram estas atividades de exposição e denuncia.

Em 1986, o folhetim da “Opção Sindical”, chapa 2 de oposição do sindicato dos bancários, realizou um ato contra as demissões de 35 funcionários dos bancos Econômico, Fininvest e Real. Distribuiu 2000 panfletos para a população, o que forçou o sindicato dos bancários a realizar uma outra atividade para a noite, onde a “Opção Sindical” também participou. Segundo o mesmo folhetim, os integrantes do que viria a ser a chapa 2 já haviam solicitado ao sindicato a realização de assembléias para discutir a questão com os trabalhadores, mas este “permaneceu na sua inércia”. No fundo do boletim apresentava-se a chapa com José Cruz, militante petista, oriundo da dissidência do PC do B, como candidato a presidente ⁴¹⁵.

Em avaliação dos militantes da oposição sindical, em 1986, consideravam uma grande vitória ter apenas inscrito uma chapa de oposição ao sindicato, pois o nível de empecilhos burocráticos, criados pelos sindicalistas “pelegos”, e a coerção de patrões com ameaças de demissão, foram muitas e desgastantes. Reconheciam que entravam para a história do sindicalismo de Feira de Santana somente por ter colocado uma outra

⁴¹⁵ Boletim Opção sindical. Feira de Santana. 1984.

chapa para disputar as eleições. No verso, falavam como o atual sindicato não tinha combatido a superexploração do trabalhador bancário durante o período dos planos emergenciais, que encheram os bancos de clientes.

Analisavam aquela derrota/vitória como o primeiro passo de outras conquistas maiores, e continuariam na militância. Ajudaram na construção da CUT Estadual e da Pró- CUT e nos movimentos que a publicizaram, como as greves gerais, campanhas nacionais e estaduais.

A pressão em alguns momentos deve ter sido bastante intensa sobre os dirigentes sindicais. Sobretudo, em períodos de greves gerais que exigiam publicização, conversas, assembléias, discussões com a base, mesmo estando a direção do sindicato desfavorável ao movimento. Por exemplo, o Jornal da oposição sindical bancária, em 1987, dizia que os bancários deveriam reagir ao maior arrocho salarial da História do Brasil desde a implementação do salário Mínimo. Relatava as principais perdas econômicas com o plano Bresser e falava sobre as condições da luta pela renegociação salarial. Terminava o texto convocando todos para a greve geral, haja vista que as greves isoladas não tinham tido muito sucesso em obter conquistas, apesar de considerarem a última greve dos bancários como um avanço organizativo ⁴¹⁶.

Passada a greve geral, o sindicato escreveu uma carta de resposta aos posicionamentos da oposição sindical. O conteúdo da carta é todo voltado para defender as posições contra a greve geral de 1987 que, segundo a direção do sindicato, teria sido “um fiasco”. A carta é pontuada por uma série de recortes de notícias de jornais burgueses criticando a greve, ou falando da sua ineficiência, e tinha como intenção demonstrar os acertos da direção do sindicato frente aos interesses políticos partidários dos “radicais”:

⁴¹⁶ Análise. Boletim da oposição sindical bancária. Feira de Santana. Agosto de 1987. n. 02.

Identificar, com antecedência, que determinado momento não é propício para deflagrar um movimento grevista, exige dos autênticos líderes, longa experiência e perspicácia, **além de ser só deles a sensibilidade para interpretar, com acerto, os anseios da categoria que dirigem num dado instante.** Tais qualidades se revelaram ausentes nos estrábicos militantes políticos que confirmaram, mais uma vez, não passarem de meros aventureiros jogando, irresponsavelmente, com a sorte dos desavisados trabalhadores. Assim, foram incapazes de prever os resultados negativos de uma greve geral que não contava com o manifesto apoio das bases. Como conseqüência desastrosa, aí está a conjuntura econômica ileso a ironizar lideranças sindicais, sem se preocupar em distinguir as falsas das verdadeiras. Sim, porque todos vamos pagar pelo descrédito lançado sobre o instrumento mais legítimo do trabalhador: a GREVE!

O fracassado movimento serviu a nós como prova, incontestável, o grau de conscientização da nossa categoria, vanguarda do movimento sindical brasileiro. A greve era uma cumbuca onde não metemos nossa mão. Os bancários(as) brasileiros(as), especialmente os feirenses, não necessitam de pregos, pedradas, **ou ajuda dos motoristas de ônibus para o sucesso de nossas paralisações, que não acontecem em um só dia.** Já realizamos três grandes movimentos. (...) Por isso mesmo, os bancários(as) brasileiros(as), em sua esmagadora maioria, não se deixaram engodar por **pseudo-lideranças.** Em consonância com o resto do país, aqui em Feira a nossa categoria não manifestou o seu desejo de participar do frustrado movimento. **Mais uma vez provou que não está a mercê de militantes profissionais.** Exige-se, pois, respeito por sua acertada e soberana decisão. Respeito, também, para sua Diretoria que provou estar sintonizada com informações a nível nacional, bem diferente dos desinformados que nenhum compromisso tem com as bases por não ter merecido delas a confiança de as representar. (...) Não conduzimos nossos companheiros para um movimento frustrado, por que o sabíamos fadado ao fracasso. E esta capacidade de antever os resultados negativos só os mais vivenciados possuem. Agora, julguem, quem está capacitado a dirigir e orientar os bancários(as) feirenses nos momentos incertos e obscuros como os de então. Jamais levaremos ao abismo os nossos seguidores como fazem os inconstantes e limitados, porém, hábeis na prática com o trato do achincalhe e a injúria no ataque gratuito às pessoas de bem, cuja firmeza de caráter os incomoda e diminui⁴¹⁷.

O fim da euforia do “milagre-econômico”, em fins da década de 1970, colocou a classe média em situação de precarização e pauperização de seus modos de vida. Sofriam, como assalariados, dos efeitos do aumento do custo de vida, e do arrocho salarial. Passaram a sofrer de problemas econômicos típicos dos setores mais explorados da sociedade e, na tentativa de resgatar sua condição social, se identificaram

⁴¹⁷ O bancário. Feira de Santana. Agosto de 1987, pp. 01/02. Negritos meus.

com as lutas levadas a cabo pelos demais trabalhadores. Aumentava a sua identificação com os trabalhadores braçais, por assim dizer, e construíram conjuntamente a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Autores, como Leôncio Martins Rodrigues⁴¹⁸, ao estudar o III CONCURTO chega a notar a significativa participação desse setor no congresso e na ocupação dos principais postos da executiva da CUT. A condição de assalariamento unificava os interesses econômicos e políticos.

A proposta da oposição sindical era de unir os bancários, “como trabalhadores que são”, com a luta dos trabalhadores em geral. Portanto, tentavam, na identificação como trabalhadores, compartilhar interesses que afetavam a vida da classe trabalhadora como um todo. O arrocho, as perdas salariais, os efeitos dos planos econômicos, possibilitavam tal identificação. A oposição sindical pretendia avançar a luta dos trabalhadores bancários para além da pauta corporativa da categoria, pretendia inserir os “trabalhadores bancários” num movimento de classe, onde diversas corporações pudessem compartilhar os “nós dos seus interesses” e desenvolver uma solidariedade política entre os trabalhadores brasileiros.

O sindicato, por sua vez, tinha outra pretensão. Deixava claro que, para ele, os bancários não precisavam de outras categorias nos rumos das suas lutas. O poder de análise para o momento preciso de desencadear uma greve ficaria a cargo apenas dos seus dirigentes. Em relação aos “estrábicos” aventureiros, não poderiam deixar a categoria ser ludibriada, por isso, com dedo em riste, apontavam os militantes dos partidos políticos como de “fora da classe”. Afirmava uma carga extremamente negativa em respeito à politização da greve. Soava quase como uma heresia os trabalhadores fazerem política, pois quem proporia pauta política para os sindicatos não seriam os trabalhadores dos estabelecimentos bancários, mas os trabalhadores ou profissionais da

⁴¹⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1990.

política. É claro que, por tabela, direcionavam seu ataque aos militantes da pró-CUT que assediavam os trabalhadores na portas dos bancos, nas assembléias, etc.

O mesmo discurso, de que a greve era um recurso que não poderia ser usado a qualquer hora e por quem quisesse, foi a alegação dos dirigentes da delegacia sindical dos professores estaduais de Feira de Santana para votarem contra a greve nas assembléias de Salvador e desmobilizar a organização da greve em Feira de Santana. O sindicalista José Coutinho Estrella, chegava a denunciar “um modismo no uso das greves no Brasil” e na cidade, e que isto desgastava o instrumento de luta dos trabalhadores⁴¹⁹. O também sindicalista, Eduardo Miranda, por sua vez, dizia que o interior não era ouvido e que muitas vezes quando se colocavam nas reuniões e assembléias em Salvador eram vaiados pela categoria. Para ele, não havia clima para construir a greve⁴²⁰. Por outro lado, Gerinaldo Costa, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana, e da oposição sindical, argumentava: “há pessoas com interesses pessoais na greve, o momento não é mais para se confiar num homem e sim na nossa força”. Gerinaldo Costa afirmava que todos os patrões “só visam o lucro”, “sendo no nosso caso o governo que é nosso patrão”. “Não se iludam, um acordo retroativo da categoria não foi cumprido. O certo é que meu salário não dá para viver. Portanto, sou a favor da greve”⁴²¹.

O contexto era complexo. Acabavam de ocorrer as eleições para governador do Estado, e na Bahia sairia vitoriosa a oposição, encabeçada por Waldir Pires (PMDB). A chapa majoritária tinha como lema de campanha “o governo da Mudança”. Fora majoritariamente apoiado pelos partidos de oposição; PCB, PC do B e outros. No próprio seio do Partido dos Trabalhadores da Bahia gerou muita controvérsia. No encontro estadual de 1986, após muito bate-boca e brigas que chegaram as vias de fato,

⁴¹⁹ Feira Hoje. 12 de agosto de 1987, pp.03.

⁴²⁰ Ib. idem.

⁴²¹ Ib. Idem.

foi aprovado o “apoio crítico” ao Governo de Waldir Pires. Nesse período, o grupo majoritário do PT-Bahia era o MCR (Movimento Comunista Revolucionário), fundamental na vitória dessa resolução, minoria em Feira de Santana.

A deliberação aprovada no V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi o de nenhum apoio à Nova República. Para os militantes de algumas correntes, como a Articulação, essa resolução encaminhada pelo MCR ia de encontro à resolução nacional. Antes mesmo, já haviam sugerido a decisão da Bahia como uma das pautas do Encontro, prontamente acatada pelo diretório nacional, no qual a Articulação tinha uma composição majoritária. O Encontro Nacional deliberou pela realização de um novo encontro da Bahia que revisse o posicionamento em respeito ao “apoio crítico” ao Governo Waldir Pires ⁴²².

O PMDB feirense sempre foi muito grande e popular, tendo muitas lideranças sindicais e populares, como Eliomar Ferreira, Délcio Mendes, e outras lideranças como administradores de bairro e presidentes de Associações de moradores. Sem falar do PC do B e PCB, que ao longo da década de 80, em Feira de Santana, sempre buscaram coligação e/ou apoio eleitoral com os políticos do PMDB da cidade, mesmo depois de serem partidos reconhecidos e legalizados.

Esse arco de aliança montado em torno da defesa do Governo de Waldir Pires tentava impor um esfriamento nas greves, para não abalar o “governo da mudança” numa conjuntura complicada macroeconomicamente e de direção da hegemonia no Brasil, além das tarefas de desbaratar a estrutura tecno-burocrática e midiática do carlismo na Bahia.

Em 1984, como já fizemos notar acima, surgia a oposição sindical dos comerciários. As mesmas pessoas, com alguns acréscimos e algumas perdas, iriam

⁴²² RESOLUÇÕES... OP. Cit, pp. 295.

compor um movimento permanente que ganhou mais a frente o nome de “Comerciários em Luta”. Este era composto, com algumas composições diferentes ao longo do tempo, dos seguintes nomes: Gilberto, Ana Kaufman, Miguel, Gilberto, Gilca, todos vinculados à JOC (Juventude Operária Católica)⁴²³.

A JOC, em Feira de Santana, mantinha uma postura bastante autônoma aos partidos políticos, às vezes mesmo até arredia, como podemos ver nas palavras de Rocha, militante do PT, que se integrou à oposição “Comerciários em Luta”: “eles não me consideravam apto a participar, eles eram muito fechados, desconfiados.” Destes, somente Miguel era do PT⁴²⁴.

Em 1987 enfrentaram de novo “o pelego”, como era apelidado Délcio Mendes. Desta vez estavam mais preparados e amadurecidos do que antes. Vinham de um trabalho contínuo de divulgação das mazelas dos trabalhadores, de denúncias contra as posturas do sindicato, contra os maus tratos e as demissões contra os trabalhadores do comércio de Feira de Santana. Relatavam nos boletins da oposição as demissões que aconteciam, a exemplo das que aconteceram no supermercado Mendonça, que demitiu 100 pessoas. Denunciavam as artimanhas dos dirigentes sindicais para levarem as discussões, principalmente aquelas que tratavam de assuntos como greve geral, estatutos, paralisações, para o município de Jaíba afastando da cidade as decisões dos trabalhadores inviabilizados de participar das atividades dado a distância⁴²⁵. Delcio Mendes procurava afastar os trabalhadores das decisões. Davam informes sobre a CUT e faziam algumas propostas sindicais, além, é claro, de denunciar lojas onde os funcionários eram maltratados, não recebiam o acertado, etc⁴²⁶.

⁴²³ Entrevista José Rocha. Op. Cit.

⁴²⁴ Entrevista José Rocha. Op. Cit.

⁴²⁵ Jaíba fica a leste de Feira de Santana. Perto do Município de Coração de Maria.

⁴²⁶ O Pique. Boletim da ação sindical, Feira de Santana. N 2. 1986.

Vivendo na irregularidade constante, as prévias das eleições dos sindicatos eram constantemente travadas na justiça. A eleição de 1987 não foi diferente, começou com uma tentativa de impugnar a chapa de Delcio Mendes. As três chapas de oposição se reuniram após a descoberta de que Dêlcio Mendes, registrado como um funcionário da loja Valério, não estaria apto para disputar as eleições, pois esta loja não estava mais localizada em Feira de Santana. A afirmação já era sabida de muitos há longa data. Dêlcio Mendes não trabalhava como comerciário, ao contrário, já possuía comércio na cidade e contava com a ajuda de comerciantes para conseguir carteira de trabalho como comerciário.⁴²⁷

A eleição para o sindicato esquentava a cidade, que ficou cheia de panfletos das quatro chapas, candidatos com megafones na rua, pessoas com camisas e “mosquitinhos” sendo distribuídos, carros de som circulando nas principais vias comerciais da cidade⁴²⁸. A boca de urna no primeiro dia de votação das eleições para sindicato dos comerciários foi intensa. Gerinaldo Costa, ex-dirigente da delegacia sindical dos engenheiros civis e Presidente do PT feirense, esteve lá oferecendo o apoio da CUT à chapa “comerciários em luta”. Na oportunidade, disse que fazia aquilo porque acompanhava, havia certo tempo, o trabalho daquela oposição sindical, e esta desde a eleição passada realizava um bom trabalho. Segundo ele, a sua presença era porque achava necessário esclarecer os eleitores, explicar-lhes que Dêlcio Mendes era o responsável “pela escravidão dos comerciários na cidade”⁴²⁹.

⁴²⁷ Feira Hoje. 27 de maio de 1987, pp. 03. Segundo diversos entrevistados, no Sindicato dos Comerciários eram filiadas pessoas de todas as categorias profissionais, pois este sindicato contava com a melhor e mais completa rede de assistência médico-odontológica de todos os sindicatos da cidade. Não por acaso, nas eleições para este sindicato sempre havia uma urna extra para votos de pessoas que sabidamente não eram comerciárias, mas possuíam carteiras do sindicato e constavam como em dia nas contribuições. Mais à frente, veremos como essas urnas foram essenciais na manutenção da vitória de Dêlcio Mendes nas eleições de 1991.

⁴²⁸ Feira Hoje. 09 de junho de 1987, pp. 06.

⁴²⁹ Ib. Idem.

As eleições prosseguiram com muitas queixas. Até mesmo a presença da polícia foi pedida por Délcio Mendes, sem falar no não funcionamento, ou no atraso das urnas itinerantes, além de fraudes eleitorais, como de costume ⁴³⁰.

A chapa de Delcio Mendes venceu as eleições com larga vantagem numérica. A chapa 1, 1839 votos; chapa 2, 336 votos; chapa 03, 135 votos; chapa 04, 190 votos. Segundo afirmava o jornal “Feira Hoje”, a vitória não foi uma surpresa para Delcio Mendes. O mais novo secretário afirmava que todas as tentativas de impugnação das urnas, devido às acusações de fraudes, foram indeferidas, mostrando, segundo ele, a lisura do processo. Do outro lado, muitas queixas. De que funcionários públicos do IBGE, motoristas, borracheiros, trabalhadores rurais, que votaram em separado, teriam sido decisivos na consolidação da vitória da chapa 01. Para Miguel dos Santos Cerqueira, integrante da chapa 02 e militante do Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana, quem perdeu foram os trabalhadores comerciários, de ter “um sindicato que se coloca em função do seu interesse”, mas, segundo ele, a chapa iria além, e passaria a intervir nos processos de tomada de decisão do sindicato, inicialmente nas propostas salariais do dissídio que já estaria perto de começar. Afirmava que não visavam só a eleição, e que permaneceriam num trabalho de organização e conscientização ⁴³¹.

Segundo o Boletim dos “Comerciários em Luta”, as pessoas que votaram na sede do sindicato, em separado, contabilizaram mais ou menos 850 pessoas. Dizia ainda que o sindicato contava com o apoio e a subserviência aos patrões, ao governo e ao PMDB, “promovendo a conciliação entre capital e trabalho” ⁴³².

O ano era de crescente quantidade de greves na cidade. Depois de 1985, que aconteceu o boom das greves em Feira de Santana, 1986 viu uma rápida redução nos

⁴³⁰ Feira Hoje, 11 de junho de 1987, pp. 03.

⁴³¹ Feira Hoje. 14 de junho de 1987, pp. 04.

⁴³² Comerciários em Luta. Feira de Santana. n 02. Julho 87.

níveis quantitativos das greves, talvez motivada pelos efeitos do plano cruzado, que obteve da população um momentâneo apoio devido ao crescimento do poder de compra dos trabalhadores e ao congelamento dos preços e dos reajustes salariais, para logo depois, em 1987, as greves voltarem junto com a insatisfação dos trabalhadores com a Nova República. A quantidade de votos que obtinham, com efeito, as oposições comerciárias, podiam ser analisadas como um momento de crescente contestação dos trabalhadores comerciais ao seu sindicato. No total, as três chapas de oposição obtiveram maior quantidade de voto nas outras urnas fora da sede do que a chapa do “pelego”.

A politização da vida de uma parte dos trabalhadores da cidade de Feira de Santana era percebida pelos militantes sindicais que queriam realizar mais mobilizações. Em um encontro entre os sindicalistas de Feira de Santana, eles analisaram que o crescimento do número de greves impunha novas tarefas para eles, pois o movimento corria o risco do descrédito quando o “peleguismo” interferia no encaminhamento das greves ⁴³³. Era necessário tomar das mãos dos “pelegos” os sindicatos e efetivar uma luta independente.

Se os sindicalistas de oposição pensavam dessa forma, os “velhos sindicalistas” também percebiam as mudanças de posturas dos trabalhadores da cidade. Délcio Mendes buscou imediatamente garantir sua permanência no sindicato, e Propôs aumentar o prazo de dois para quatro anos do mandato da chapa eleita. Era um prazo calculado para que o um grupo de oposição acabasse em meio a divergências, dificuldades financeiras, questões pessoais, etc.

A oposição sindical comerciária entrou com um processo contra o presidente do sindicato, Delcio Mendes, por ter burlado o estatuto da entidade ao tentar prorrogar o

⁴³³ Feira Hoje. 27 de maio de 1988, pp. 04.

mandato de dois anos para quatro. A oposição acusou o sindicalista de convocar uma assembléia fora do prazo, no caso, dois dias, quando o prazo era de três dias para publicar o edital. Além disso, acusaram o secretário de ter recolhido assinaturas fora da assembléia, no dia posterior, para legitimar a assembléia falsa. Dentre os membros que acusavam Delcio estava José Rocha, militante do PT, Ana Kaufman (JOC), e o advogado Reinaldo Santana, militante petista e então pré-candidato a prefeito pelo PT

434

Em resposta às acusações da oposição sindical dos comerciários, Delcio Mendes, por sendo realizado para benefício dos comerciários. Refutava que estivesse agindo na ilegalidade. Sobre a opção de ter feito a assembléia em Jaíba, distrito fora de Feira de Santana, afirmava que não era ilegal e que nada impedia de realizar a Assembléia por lá. Falou que os que moviam o processo contra ele eram **“fanáticos, malucos a serviço de um partido político e que não prezavam pelas conquistas assistenciais, médicas, odontológicas e pelos convênios realizados pelo sindicato”** ⁴³⁵.

O tira-teima das eleições de 1987 seria realizado quatro anos depois, numa eleição mais tumultuada que essa. Na eleição de 1991 todos os sindicatos cutistas e com militância petista apoiaram sistematicamente a chapa “Comerciários em Luta”. Não apenas os sindicatos de Feira de Santana, mas sindicatos de toda a Bahia apoiaram com dinheiro, material e militância.

No primeiro material de campanha de 1991, a oposição sindical já sugeria aos trabalhadores comerciários que fossem fiscais do processo eleitoral, pois com certeza Delcio Mendes iria tentar fraudar, “com ajuda dos patrões”, as eleições. Falava que o sindicato há 19 anos não fazia uma greve, e era por isso que os trabalhadores comerciários teriam os salários defasados em relação a outras categorias que estariam

⁴³⁴ Feira Hoje. 12 de Julho de 1990, pp. P2.

⁴³⁵ Feira Hoje. 14 de Julho de 1990, pp. 04.

filiadas à CUT, e comparava o salário dos comerciários com o salário dos padeiros = CR\$ 38 mil, cobrador = CR\$ 53 mil e CR\$ 112 mil = motoristas, enquanto o dos comerciários era de CR\$ 20.400 ⁴³⁶.

Poucas novidades nas eleições de 1991. Obviamente ela foi muito mais complicada para Délcio Mendes, porém as justificativas da derrota foram as mesmas. A mesma urna em separado. Chegaram mesmo, segundo Rocha, a vencer em todas as urnas e perder apenas nesta urna. Policiais e seguranças armados novamente. Não adiantou todo o apoio da CUT e de vários sindicatos da cidade, nem mesmo o apoio do PC do B, que apoiaria os “Comerciários em Luta” dessa vez. O sindicato dos comerciários iniciava a nova década mantendo o seu presidente eleito desde 1971, quando foi criado o sindicato.

Mesmo tendo “ganhado e não levado”, mesmo demonstrando todo um trabalho de oposição firme e coeso, a oposição comercial, composta por alguns petistas, não conseguiu desestabilizar a vida do sindicato. Délcio Mendes conseguiu ter mais força e encontrar manobras para vencê-los. O movimento de oposição podia ser muito coeso e organizado, mas não contava com a força dos trabalhadores mobilizados, mas com a qualidade dos seus militantes. Nos espaços que encontravam para fazer oposição ao “pelego”, saíam na pior, pois, como reconheciam os militantes da oposição, não podiam contar com a justiça e neutralidade da Justiça do Trabalho. No campo do direito, o sindicato tinha sempre um aparato montado para seu socorro. Nas assembléias, a maioria esvaziada e deslocada da sede do município, perdiam as propostas ou nem sequer lhes era dada a possibilidade de intervenção. Aquela resistência ao sindicato, que se efetivava no voto, não era canalizada e nem se manifestava em movimentos espontâneos de rebeldia dos comerciários, como os motoristas, que deram várias

⁴³⁶ Comerciários em luta. Feira de Santana. 05 de junho de 1991.

demonstrações durante todo o tempo em que Braulino, outro antigo “pelego”, estava no controle do sindicato.

Já foi destacado aqui como em alguns momentos os motoristas pressionaram seu sindicato. Um texto pago pelo sindicato dos motoristas e cobradores rodoviários no Jornal “Feira Hoje” relatava as mil maneiras pelas quais Braulino Sena mantinha seu poder no sindicato, com várias trapaças, fraudes, ao estilo Délcio Mendes. O texto destacava que 1989, foi o ano da virada no sindicato, até então à CGT. A chapa de oposição, ligada à CUT, ganhou as eleições por 3627 votos de diferença. **Mas Braulino tentou dar um golpe e recorreu à justiça do trabalho. Os trabalhadores fizeram uma marcha para o fórum Ruy Barbosa para pressionar os juízes, que deram ganho à categoria e à chapa eleita.** O primeiro passo depois de eleito foi “arrumar a casa”, mas já em fevereiro de 1990 já realizaram a primeira greve.

em Feira de Santana a situação não era diferente, quanto ao não cumprimento dos acordos, já que a coordenação local, também estava acostumada a não se importar com a categoria e sim cumprir com a vontade dos patrões. Na greve do mês de fevereiro, os rodoviários de Feira de Santana conseguiram um reajuste de 120 por cento, depois de todo o sistema de transporte coletivo da cidade ter parado⁴³⁷.

Conseguiram, depois de cinco meses à frente da categoria equiparar o salário dos motoristas do interior com os de Salvador, uma luta que se arrastava há 12 anos. Encabeçando a chapa estava José Nery, militante do PT de Feira de Santana. Conseguiram a liberação da carona para o motorista fardado e o não pagamento da farda. A delegacia em Feira de Santana constava de 3200 filiados. O texto do sindicato, em local destacado, ressalta a assistência social que o sindicato promoveu e ampliou. E comemorava a aquisição do terreno doado pelo município para criação de um espaço de lazer entre os trabalhadores⁴³⁸. Demonstravam que, de fato, este era um aspecto da formação da classe trabalhadora urbana de Feira de Santana, mais recente do que a da

⁴³⁷Feira Hoje. Idem, pp. 07.

⁴³⁸ Idem.

maioria das grandes cidades, a “lógica de que quem tem ofício tem benefício”. Nem só de coerção se mantinha a liderança dos “velhos sindicalistas”, mas tocavam em aspectos circunstanciais da relação do sindicato e os trabalhadores em Feira de Santana.

As práticas assistenciais eram também a tônica do sindicato dos condutores autônomos. Na verdade, devido às peculiaridades de trabalhadores que não eram assalariados, apesar de viverem do seu trabalho, o sindicato não tinha um patrão para reivindicar aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho, etc. Seus conflitos, no geral, eram mais direcionados para a prefeitura da cidade e para a câmara de vereadores. Lutavam pelo aumento da tarifa, pela redução de impostos e do preço do emplacamento. Contraditoriamente, era também um dos sindicatos mais politizados estabelecido em Feira de Santana. Dava destaque notório nas capas de jornais e nos rádios para seus representantes. O auge dos conflitos com a prefeitura se dava sempre quando esta era ocupada por um chefe executivo de algum partido rival do de Eliomar Cavalcanti, que era filiado e vereador do PMDB.

Quando José Rocha foi despedido pela primeira vez do seu trabalho no comércio, foi trabalhar como taxista para se manter. Como ele mesmo disse: “quem é do mar nunca enjoa”, e participou da fundação de uma oposição sindical contra aquela direção dos condutores autônomos. Como em todos os lugares em que se meteu em lutas sindicais, sofreu represália, porém desta vez não dos patrões, mas do próprio sindicato.

Ah rapaz na época que eu era taxista participei da oposição do sindicato, SINCAVER. A gente lutou, mas ali não tinha vez, a gente era massacrado. Na hora de aferir o meu carro eles me boicotavam e eu tinha que pagar fora, numa oficina, a data de emplacação da gente sumia. Orlando, [militante do Partido dos Trabalhadores] ex-técnico agrícola, participou também da oposição, foi demitido por participar de uma greve, ele era mais radical que eu, entrou na justiça e foi readmitido⁴³⁹.

⁴³⁹ Entrevista José Rocha. Op.Cit..

As eleições para sindicatos dos motoristas autônomos também eram cheias de acusações de fraude eleitoral, de listas duplas e de repressão. A chapa de Liomar Ferreira (situação) venceu eleições para o SINCAVER por diferença de 332 votos para a chapa dois (oposição), que se retirou antes mesmo do pleito acabar, no intuito de deslegitimar a eleição ⁴⁴⁰.

Em 1990, novamente a oposição sindical articulava uma chapa para disputar as eleições sindicais. Faziam suas reuniões na biblioteca municipal. Dentre tantas queixas do sindicato, afirmavam ser contra o imposto sindical. Diziam que o imposto era uma forma de manter os “pelegos” nos sindicatos ⁴⁴¹. Novamente perderam as eleições. Liomar Ferreira fazia exortações nos jornais de circulação diária da cidade: “o PT, lá [no sindicato dos condutores autônomos] não cantava de galo”, seguida de uma outra afirmação também verdadeira, mas, sobretudo provocativa, de que “o PT não goza de inserção neste e em vários sindicatos em Feira de Santana” ⁴⁴².

Em 1990, foi fundada a chapa de oposição sindical da APLB (Associação dos Professores Licenciados da Bahia). A candidata a presidente era Edenice Santana, militante do Partido dos Trabalhadores, e o candidato a vice-regional era Gerinaldo Costa, que depois de exercer mandato na delegacia do Sindicato dos Engenheiros, veio a ser professor do CETEB (Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia). Nas propostas da chapa “APLB livre” – baseada num movimento de oposição contínua, chamado “Repensar a Luta” – ressaltava-se a juventude e o ecletismo das pessoas que a compunham. Afirmavam que tinham como intenção resgatar o espírito de luta e que sua principal motivação seria fundar um sindicato combativo e democrático. Visavam a formação política para formar novas lideranças, insistiam na questão da democracia e do respeito à minoria sindical, ressaltando que a categoria fazia parte da CUT e que,

⁴⁴⁰ Feira Hoje. 17 de dezembro de 1988, pp. 03.

⁴⁴¹ Feira Hoje. 30 de setembro de 1990, pp. 03.

⁴⁴² Feira Hoje. 23 de outubro de 1989, pp. 02.

portanto deveria preservar os aspectos democráticos que a CUT fundamentava na sua prática e no seu estatuto ⁴⁴³.

A chapa da situação contava em Feira de Santana com uma composição estranha. Eduardo Miranda, antigo dirigente sindical desde o fim da ditadura militar, considerado um conservador, e Marleide Oliveira, militante do PC do B, foram os vitoriosos nas eleições. Porém, nem sempre fora assim. No passado Eduardo Miranda acusara Marleide Oliveira de aparelhar a entidade para o seu partido. Esta, por sua vez, sugeria que Eduardo não estaria na mesma chapa com ela, pois era corrupto e “tinha uma prática sindical da ditadura militar” ⁴⁴⁴. A chapa de oposição (APLB livre) pegou recortes de jornais deste bate-boca, reproduziu e distribuiu como material de campanha, e perguntava: “entre tapas e beijos quem está com a verdade?”. E concluía, “mas agora estão juntos na chapa 1”⁴⁴⁵.

No manifesto da “APLB livre”, dizia que a chapa era fruto de um sentimento que vinha da base, por esse motivo se reuniu um grupo de professores com uma visão crítica da realidade, da educação na Bahia, para reordenar os rumos do sindicato. As suas disposições para a luta vinham de uma percepção de que a APLB, e “sua corrente hegemônica”, impunham e incorporavam a idéia de que era herdeira vitalícia do sindicato, do culto ao personalismo e o excessivo centralismo nas decisões. Para eles, a maioria do sindicato empregava métodos não recomendáveis nas decisões. Propunham para sua gestão, caso ganhassem: conviver com a diferença e construir uma unidade na ação; “lutar pelos objetivos imediatos e históricos, como o socialismo” ⁴⁴⁶; politizar a categoria para que entenda como questões econômicas estão envolvidas em aspectos de ordem política; ser independente do Estado, de religião, de partidos políticos, pois a

⁴⁴³ Feira Hoje. 20 de novembro de 1990, pp. 02.

⁴⁴⁴ APLB livre, Salvador. Manifesto. s/d./s/l.

⁴⁴⁵ Ib. Idem.

⁴⁴⁶ Idem. pp. 02.

ruptura com esses níveis de independência levariam à cooptação, exclusão e manipulação. Priorizariam alianças de esquerda e forças democráticas, fortaleceriam a CUT e CNTE (Central Nacional dos Trabalhadores em Educação)⁴⁴⁷.

A derrota faria o movimento sobreviver por apenas mais alguns meses, mas formaria novas pessoas na luta para persistir na oposição, que até hoje busca uma conquista do sindicato, diferentemente da maioria das oposições que vimos ao longo desta seção, que hoje nem mais existem.

4.2.5 “O GRITO DA TERRA”

Em 1981 foi lançada a carta de princípios do jornal, “O Grito da Terra”. Era assinada por mais ou menos 30 entidades de organização dos trabalhadores e de moradores, além de estudantes.⁴⁴⁸

A proposta surgiu de um conjunto de entidades de Feira de Santana que procuraram analisar os acontecimentos da cidade pelo seu prisma. Fazer denúncias, combater lideranças “não autênticas” e manter um canal de comunicação permanente entre os trabalhadores da cidade e estas lideranças, dispostas a fazer a luta. Esta reunião de entidades ganhou o nome de ADEFS (Associação de Entidades de Feira de Santana), e assim expressaram suas intenções políticas:

Por esse grito passam os gritos dos filhos, adotivos até, da terra – silenciados em outros espaços gráficos. Pessoas que amam Feira e as coisas do povo de Feira, **já com idade e competência suficiente para dispensar donos e tutores**. De todos os setores se têm feito ouvir vozes, numa tomada de consciência e posição, muitas vezes premonitórias, sempre críticas, pois a crise que sofremos, nasce principalmente do conformismo.

A Universidade tem sido um dos temas mais versados, por universitários e não, pois é sentida como coisa nossa, e não do governo, do partido, dos altos funcionários. Não fossem os “impertinentes”, estaríamos consentidos na “desimportância que está relegada a universidade no contexto da cidade e da região.

⁴⁴⁷ Ib. Idem.

⁴⁴⁸ Alusão a um filme de um cineasta feirense chamado Olney São Paulo. Este filme retrata a luta dos estudantes da cidade no período pré-ditadura. Foi premiado e ganhou reconhecimento internacional. Olney São Paulo não chegou a ver o seu filme ser homenageado pelos militantes de Feira de Santana, pois morreu em 1979. A presença marcante de Olney São Paulo já foi mencionada, no cap. 2.

Universidade que ainda não é um grito – nem tímido – da terra; grito de alerta, de avanço, de fraternidade generosa e exigente pelo hoje e pelo amanhã, nosso e tantas gerações jovens e vindouras!”

O grito se posiciona, então, como uma exigência de seriedade e respeito no e ao trabalho – braçal, intelectual, técnico e burocrático etc. -, pois o serviço é um serviço de pessoas a pessoas, na mutualidade da convivência, mesmo quando umas são pagas e outras paguem; o Estado, seus prepostos e delegados – que são pessoas, não obstante – são intermediários apenas e pagos (bem e até com mordomias), para este serviço de mediação, pelo povo.

E, a bem da verdade, diga-se também que a imprensa – como a Escola – não pode ser, por sua mesma natureza e não importando a forma de manutenção, particular. É pública (não governamental), na sua origem e no seu destino. A notícia – e o ensino – nasce de um interesse comum e se destina ao público. Diz respeito ao povo (tanto que punições reservadas, intramuros, como resposta a empurrões e esganações, via satélite, são um contra senso, se não uma nova agressão)⁴⁴⁹.

Da composição da ADEFS e de “O Grito da Terra” participavam diversos partidos políticos, movimentos sociais e lideranças de diversas matizes ideológicas. Dentre estes partidos estava o PT.

A grande participação de petistas na fundação da entidade pode ser notada pelo destaque dado à Universidade no texto, como um dos temas mais versados do jornal. Posteriormente, Antônio Ozzetti viraria seu editor principal e na maioria dos textos publicados notamos a presença constante de textos de petistas como Renilda Daltro, que versavam, sobretudo, sobre a questão da mulher, até mesmo em defesa explícita do fim da monogamia como forma de destruturação da sociedade capitalista⁴⁵⁰; Jairo Cedraz e seus textos sempre duros e combativos, em ofensiva direta aos “pelegos” e ao PMDB, textos variados do movimento estudantil e de Associações de Moradores de bairro, como as do bairro da Rua Nova e Campo Limpo.

A composição interna da ADEFS e de “O Grito da Terra” era conflituosa, turbulenta. Como na maioria dos espaços sociais dos subalternos feirenses. A definição

⁴⁴⁹ Cartas de princípios. Feira de Santana. 1981. Manifesto assinado por mais de 25 entidades.

⁴⁵⁰ Grito da Terra. Maio de 1982. n. 04, pp. 04.

da maioria era sempre algo muito importante para as entidades que compunham as frentes.

Para controlar a ADEFS, para ter maioria na ADEFS, porque tinha a briga MOC com o PT (...) o MOC não tinha sindicato, quem tinha sindicato era o PT e o PC do B, ou os pelegos. O que é que eles faziam? Criavam uma série de associações aí pela periferia para poder fazer número, para controlar essa ADEFS... Albertino Carneiro, Ildes Ferreira. Quando Albertino era PMDB. Aí tinha o jornal “O Grito da Terra” (...) aí tinha uma briga terrível, por que eu denunciava. Logo na primeira reunião, eu denunciava que o Jornal parecia que tinha saído da igreja, por causa de Ildes Ferreira. Política de Ildes Ferreira que tinha uma ligação com a Igreja, com os padres e tal...⁴⁵¹.

O Jornal funcionava através de assembléias das entidades, que deveriam decidir a pauta, capa e, principalmente, os textos. Todos os associados poderiam fazer uso das páginas do jornal, bastava enviar o texto para a redação. O jornal era no início mensal, mas a partir de 1984 virou uma publicação quinzenal, tinha bastante fotos, charges, “causos”, poemas e cordéis que, no geral, retratavam a vida do trabalhador urbano e rural de Feira de Santana. Na primeira fase de circulação o jornal contou com a documentação legal da Comissão de Direitos Humanos para se estruturar e receber registro. O jornal possuía cerca de 500 assinantes e uma tiragem de mais ou menos 1500 a 2000 exemplares. Sua distribuição atingiu, mais ou menos, 9 cidades, além daquelas atingidas através de assinatura⁴⁵².

O PT, demais entidades e alguns militantes de outros partidos não conseguiam ter a publicidade que os “pelegos” tinham. A falta de contato com os trabalhadores era explícita e se agravava com os constantes comentários feitos nos jornais diários da cidade pelos sindicalistas tidos como “pelegos” e reformistas em relação aos assuntos trabalhistas. Não foram raras as notícias que pretendiam expressar a opinião dos trabalhadores de Feira de Santana, mas tinha como entrevistados, na maioria das vezes,

⁴⁵¹ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

⁴⁵² Carta enviada pelo Grito da Terra, assinada por José Carlos Barreto, secretário Executivo do Jornal, a Caritas Brasileira. S/A.

Eliezer Cavalcanti, Liomar Cavalcanti ou Delcio Mendes. Eram matérias genéricas, que desconsideravam a multiplicidade de opiniões dentro do movimento dos trabalhadores da cidade: “Trabalhadores (ou sindicalistas) de Feira são contra o fim do imposto sindical”, ou, “sindicalistas de Feira de Santana são contra greve geral”, etc.

As associações de Moradores precisavam de um canal autônomo e sem intromissão de chefias partidárias ou “caciques políticos” para terem suas demandas percebidas pela população. O Jornal “O Grito da Terra” pretendia ser este espaço. Nesse sentido, conseguia contemplar a todos, mesmo com tantas diferenças internas.

Ultimamente parte da imprensa feirense tem chamado Eliezer Ferreira e Delcio Mendes para que eles se posicionem sobre diversos assuntos, como por exemplo: o pacote dos salários, o reajuste de 130% para os mutuários do BNH, as greves dos petroleiros de Mataripe e Paulínia e dos metalúrgicos de São Paulo, a greve geral do dia 21, etc.

Quando se sabe das dificuldades encontradas pelos sindicalistas combativos para encontrar espaço para colocar suas posições sobre os problemas que afetam os trabalhadores em geral, não se entende o porquê de tamanha regalia, pelo menos até que se leiam tais declarações⁴⁵³.

O mais interessante é que estes mesmos sindicalistas “pelegos” eram associados do jornal “O Grito da Terra”. Publicavam seus informes no quadro, “O que vai pelos sindicatos”, e muito raramente usavam do jornal para realizar algum tipo de outra intervenção. Quem fez do jornal uma trincheira de luta de posição foram os militantes do Partido dos Trabalhadores. Publicavam todas as suas resoluções, do CONCLAT, DO CECLAT e do ENCLAT, além, é claro, de matérias sobre as “Diretas Já!”, Constituinte, greves gerais e muitos outros acontecimentos.

Não era somente os “pelegos” que não participavam das atividades gerais do jornal. Nos documentos de avaliação, realizados pelos militantes do jornal, ficava claro certo afastamento da maioria das entidades que assinaram a carta de princípios. A

⁴⁵³ Grito da Terra. Agosto de 1983. n 17. Texto de Jairo Cedraz, militante do PT, pp. 0 5.

decorrência disso teria sido um encapsulamento dos militantes e ativistas do jornal que se fecharam para receber contribuições de pessoas de correntes “diferentes”. Para a democracia ser exercida na publicação do jornal era necessário a presença dos militantes dos movimentos sociais. Já que isto não acontecia, um grupo que permaneceu nas atividades de redação do jornal priorizava, logicamente, expressar através do jornal sua própria visão de mundo. Mas a avaliação apontava que várias pessoas publicavam textos no jornal, “sobretudo do PMDB”, e que se o jornal era reconhecido como um jornal do PT isso representava a maior presença destes na elaboração e desenvolvimento do projeto do jornal ⁴⁵⁴.

Em uma segunda avaliação foi retomada a questão da expressão político partidária de um só grupo no jornal. Durante muito tempo os militantes petistas criaram um argumento que visava criar dois tipos de ativista do jornal: os que o assumiram (que seriam eles mesmos, frente às acusações de partidarismo no jornal) x os que não assumiram as atividades do jornal. Mas, segundo os avaliadores, essa era a justificativa para que o jornal virasse uma “correia de transmissão de grupos”, etc. ⁴⁵⁵.

Sem dúvida, ao ler o jornal percebemos a forte presença dos militantes do Partido dos Trabalhadores no fechamento das matérias, parecendo mesmo ser “O Grito da Terra” um jornal petista. Aliás, o Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana nunca teve, ao longo da década de 1980 – e me arrisco a dizer, até os dias de hoje – um jornal ou boletim próprio que chegasse a ter mais de uma dezena de números publicados. Mas a explicação dada pelos militantes oculta um aspecto relevante: até os anos de 1985, esta teria sido uma das poucas experiências bem sucedida do PT de Feira de Santana com os trabalhadores organizados da cidade. Outros militantes como os do PMDB, se concentravam em atividades sindicais, atividades vinculadas ao executivo da cidade, –

⁴⁵⁴ O Grito da Terra: avaliação de uma experiência. Feira de Santana, pp. 01, 02, 08.

⁴⁵⁵ Ib. Idem.

tiveram o controle da prefeitura da cidade por duas vezes na década de 1980 – sem falar nos diretório e associações de bairros. Muitos militantes do jornal faziam parte do MOC e já tinham acesso a certo ativismo dos trabalhadores como assessores desta organização. No caso do PT, tratava-se de ampliar seus horizontes, lançar suas proposições e torná-las, ao menos, conhecidas dentre os lutadores sociais da cidade que estavam organizados. Com efeito, se dedicaram com maior afinho do que qualquer outro agrupamento nos rumos do jornal.

Como relatado no segundo capítulo, acerca do nascimento do PT, este teve uma origem muito próxima do movimento estudantil universitário e das organizações que atuavam nos meios estudantis. Tinha uma linguagem própria, apreendida e vivida em debates teóricos e epistemológicos complexos, produzindo textos que eram consumidos avidamente por uma parcela dessa militância. Porém, era pouco socializada pela própria situação de clandestinidade que ficaram envoltos durante longo período. A clandestinidade fortaleceu um hiato entre os militantes e os grupos sociais subalternizados, o que criou um terreno cultural muito desproporcional entre a classe e aqueles que desejariam ter sido seus “intelectuais orgânicos”.

Uma questão nos acompanha: somos um jornal popular? Ou de classe média voltado para as questões populares e aberto aos seus problemas e com espaço para que a voz da população possa ser realmente ouvida? Isto por certo responde e irá definir muita coisa na nossa prática. No nosso estágio atual, cremos que somos um jornal feito por um grupo de classe média, com relativa participação popular e voltado para os interesses populares, ainda que na linguagem e em outros elementos ainda permaneçamos de classe média (...) ainda não conseguimos uma linguagem que analise e atinja a classe popular, ao seu nível, como pretendemos ⁴⁵⁶.

Os documentos de avaliação do jornal retratam a dificuldade com a linguagem que eles mesmos achavam de difícil acesso para os populares. Avaliavam que o jornal, pela multiplicidade de correntes, tinha dificuldades em discutir questões locais, ficando os

⁴⁵⁶ Ib. Idem.

textos mais interessantes para as questões nacionais. Para eles, isso delimitava o jornal dentro do campo da classe média. A falta de condições de cobrir as lutas locais deixava as matérias cheias de tratados de economia política e pouca vinculação com o “público alvo definido”⁴⁵⁷.

4.2.6 TRABALHADORES RURAIS UMA LONGA DISPUTA

Hoje, em Feira de Santana, o principal sindicato cutista e de maior influência de sindicalistas petistas é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sujeito ausente na maior parte da bibliografia que diz respeito à história do PT ⁴⁵⁸. Esta seção tenta analisar um sindicato no qual o PT conseguiu vencer as barreiras das dificuldades impostas, com um trabalho miúdo de convencimento e tentativa de aproximações.

Como vimos, a primeira tentativa de aproximação do PT com os trabalhadores rurais ocorreu em 1980, com um encontro estadual do PT com os trabalhadores rurais. Nessa oportunidade, o STR de Feira de Santana, representante dos trabalhadores da maior cidade do interior, não compareceu ao evento sob a alegação que o mesmo era uma empreitada política do PT.

Em 1982 ocorreu um novo pleito eleitoral para o sindicato dos trabalhadores rurais. No início tentou-se era de formar uma chapa de consenso entre os trabalhadores rurais que pudesse ser escolhida em assembléia e aprovada lá mesmo. Porém, divergências quanto às disposições dos cargos frustraram os planos e a disputa teve que ocorrer mesmo com eleições, no estilo do “bate-chapa”⁴⁵⁹. A disputa ocorreu entre três chapas ⁴⁶⁰.

A chapa 2 tinha nítido apoio dos militantes de “O Grito da Terra”. Para este, o grupo com Barbosa, Caciano e Dionízio à frente do sindicato se destacou por tentar

⁴⁵⁷ Ib. Idem.

⁴⁵⁸ Com a ressalva para o bom trabalho de PETIT, Pere... Op. Cit.

⁴⁵⁹ Duas ou mais chapas se enfrentando num pleito eleitoral.

⁴⁶⁰ Grito da Terra. Novembro de 1982, pp. 05.

demonstrar bandeiras de lutas para a base, individualmente ou em coletivos, no sentido da sua conscientização ⁴⁶¹.

Nas cartas de avaliação do Jornal o “Grito da Terra” constava como aspectos positivos da publicação, a aproximação aos trabalhadores rurais nas lutas contra a construção da Barragem Pedra do Cavalo, as denúncias de grilagem de terras por parte de fazendeiros da região, e um caso envolvendo terras da Igreja. Quem gozava de influência entre os trabalhadores rurais foram os assessores e ativistas do MOC, membros ativos do jornal ⁴⁶². Não obstante, a colaboração nessas lutas deve ter deixado brechas para que o discurso e a influência do PT se pudesse sentir. Mas o próprio apoio dado por um jornal que era considerado petista já era uma aproximação bem real.

Para o jornal, e para os petistas, a chapa que sucedeu o antigo sindicato, atrelado ao PDS, regularizou os serviços jurídicos e médico-odontológicos e renovou a forma do movimento sindical, conversando e escutando os trabalhadores. Esta seria uma experiência que daria resultados imediatos no nível de organização dos trabalhadores rurais, como já tivemos a oportunidade de ver, a exemplo da manifestação em 1983 que paralisou o centro da cidade, obrigando até o prefeito a interceder.

O relato do jornal trazia depoimentos sobre o que alguns associados achavam da importância do sindicato e das eleições. A maioria falava de como seria bom ter um sindicato que oferecesse remédio, médico, dentistas, porém nenhum entrevistado fala de organização. O texto terminava afirmando que as chapas 1 e 3 não tinham vínculos com nenhum partido. A exceção ficava por conta da chapa 2, que era deliberadamente vinculada ao PDS. Afirmava que o prefeito José falcão havia cedido ônibus para que as

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Para isso ver a dissertação de CASTELO. Op. Cit..

pessoas fossem votar na chapa 2. A campanha foi realizada realçando que o sindicato do mesmo partido que o do prefeito traria melhorias e facilidades para todos.⁴⁶³

Os militantes da CUT logo viram a possibilidade de criar vínculos com esta nova geração de sindicalistas rurais em Feira de Santana. E realizou em Feira de Santana um outro encontro sobre trabalhadores rurais na cidade. Buscou-se debater as resoluções da FETAG e do último encontro da CONTAG e da CUT⁴⁶⁴. Neste encontro o sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana se fez presente.

Nesta altura, a aproximação dos militantes do STR de Feira de Santana com os militantes petistas já estava acontecendo. A influência que setores emedebistas exerciam no sindicato se desgastava, ao passo que se desgastava a Nova República e o “Governo da Mudança”, além de uma fase na qual o PMDB, e seu maior representante na política local, Colbert Martins, estavam de fora da máquina executiva municipal. Este aspecto sempre rendeu aos Peemedebistas algumas benesses, além da integração de algumas lideranças locais para suas fileiras em troca de demandas específicas da base de origem destas lideranças.

Em 1987, a relação de fato foi consolidada. A CUT em Feira de Santana desenvolveu fortíssima campanha contra a UDR do município em Feira de Santana. Grandes manifestações foram organizadas contra as declarações do presidente da UDR de Feira de Santana. Zoroastro, presidente da UDR, organizava uma base sólida na região e convocou os pecuaristas e fazendeiros a doarem bois para que a venda fosse convertida em dinheiro para as campanhas futuras de políticos vinculados ao latifúndio e aos pecuaristas. A organização da UDR aumentava a violência no campo.

As mobilizações da CUT fizeram a UDR recuar de sua ofensiva política, reduzindo sua desenvoltura.

⁴⁶³ O Grito da Terra. Janeiro de 1983, n 13, pp. 03.

⁴⁶⁴ Feira Hoje. 21 de fevereiro de 1985. n 3293, pp. 02.

O presidente local da UDR, dentre tantas coisas, acusava a igreja “progressista”, juntamente com os comunistas, de enganar e tentar fazer a cabeça dos trabalhadores rurais. Seria o caso, segundo ele, de José Caciano, “rapaz bom”, mas que a esquerda andava “fazendo a cabeça”⁴⁶⁵.

A constatação de Zoroastro na era falsa, mas parcial. O que ele chama de “igreja progressista”, era a influência de militantes, assessores e diretores do MOC (Movimento de Organização Comunitária), que tinham um vínculo muito grande com a Igreja e pessoas como o ex-“padre” Albertino Carneiro, Ildes Ferreira, militantes de pastorais. O MOC era a entidade para a qual se dirigiram muitos militantes de pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, quando em outros lugares estes se dirigiram para o Partido dos Trabalhadores. Quanto aos comunistas, os tradicionais (do PCB), não eram mais eles que povoavam o imaginário anti-comunista no Brasil desde o início do século XX. O anti-comunismo de Zoroastro assim designava os petistas

José Caciano já aceitava a idéia de se candidatar como representante dos trabalhadores rurais para a Câmara de vereadores de Feira de Santana. A decisão ficaria na mão dos trabalhadores rurais, em assembléias convocadas especialmente para isso. A imprensa, antes mesmo da decisão já dava como certa a filiação e candidatura de Caciano pelo PT. No dia da decisão estavam presentes Roque Aras, presidente do PSB, e Gerinaldo Costa, presidente do PT. Gerinaldo expressou o dia nos seguintes termos:

foi com a entrada de Caciano (...) naquele momento eu era presidente do partido, foi um negócio muito bonito a entrada de Caciano no PT. Nós ficamos muito eufóricos, né? **“Nós vamos ter trabalhadores da mão grossa dentro desse partido, trabalhadores organizados”**. Fizemos uma discussão muito interessante com eles, era um período pré-eleitoral. [Os trabalhadores rurais] fizeram um seminário muito grande, que foi ali no [Bairro do] Papagaio. Muita gente, de trabalhadores rurais. Primeiro para discutir a participação deles nas eleições: decidiram participar das eleições. Agora, com que

⁴⁶⁵ Feira Hoje. 09 de julho de 1987. Pg. 02.

candidato? Aí teve até uma disputa, que Caciano ganhou. E em que partido? Aí decidiram pelo PT ⁴⁶⁶.

Mas a entrada de Caciano não se deu sem resistências e conflitos por parte de alguns setores das lutas sociais de Feira de Santana. Foi o caso do conflito entre o PT e Ildes Ferreira, diretor do MOC.

(...) quando nós nos tentamos aproximar de lideranças rurais, [como] Caciano (...) o STR na época discutia o lançamento de um candidato a vereador. Eles estavam decididos a levar um candidato a vereador (...), que era Caciano. Então o que acontece, nós tentamos nos aproximar de Caciano, e levamos para ele a proposta de filiação do PT. Eles próprios abriram esse debate com o partido, eu tava nesses debates, um que foi lá embaixo no SIM, e outro no centro aqui, como é que chama? [Papagaio] (...) Então qual era o papel de Ildes naquele debate? Ildes achava que pela conjuntura da época que ele [Caciano] não devia se filiar a partido nenhum. Questionava Caciano para não se filiar ao PT, não dizia isso com todas as letras, mas o discurso dele era de barrar a filiação de Caciano. E Caciano tinha uma tendência de filiação ao PT. E a gente fez uma investida, fomos conversar com ele, fomos conversar com um grupo de trabalhadores rurais que ele abriu o debate. Foi um debate intenso. Ele foi se filiar ao PT alguns anos depois, mas não se filiou ao PMDB e Ildes que dizia para ele não se filiar a partido nenhum, se filiou ao PMDB, ficou claro que ele tava tencionando para ele ir para o PMDB. **Mas o Ildes muda a orientação do movimento social.** Ele tem muita influência em Conceição Borges, tanto que ela demorou de assumir o partido, de assumir uma candidatura, por que sombreava na área dele (...) ⁴⁶⁷.

Hoje, algumas lideranças do sindicato dos trabalhadores rurais gozam de ampla participação no PT de Feira de Santana. A entrada de algumas figuras do MOC para o PT reforçou este vínculo no início dos anos 1990. O STR de Feira de Santana continua a ser um dos sindicatos mais combativos e o único a ainda manter atividades de massa em Feira de Santana.

4.3 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AS LUTAS NOS BAIRROS

Francisco de Oliveira ⁴⁶⁸, José Álvaro Moisés ⁴⁶⁹ e Lucio Kovarick ⁴⁷⁰, ao tratarem da temática da urbanização e dos movimentos populares e de bairro no período da

⁴⁶⁶ Entrevista Gerinaldo Costa. Op. Cit.

⁴⁶⁷ Entrevista Jaime Cruz. Op. Cit.

⁴⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: A Nova Qualidade do Conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro et al. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos contemporâneos, 1978.

industrialização brasileira, ressaltaram aspectos bastante similares para compreender o urbano e suas múltiplas contradições.

Um dos aspectos que os autores estão em concordância é o caráter capitalista da formação das cidades e a sua organização e territorialização que promovem, aceleradamente, a exploração do trabalho e a acumulação e reprodução do capital. Se o século XX transformou a cidade no local da produção e da política – da hegemonia – ela também se transformou no local mais atrativo para a sobrevivência, para quem depende da venda da força de trabalho. A cidade virou um local onde a burguesia contratava nas fileiras do exército de reserva o recém formado proletariado urbano para o novo desenvolvimento capitalista.

Juntava-se na cidade um “coletivo socialmente heterogêneo”⁴⁷¹, de múltiplas origens, raças, credos, sotaques, que encontraram um Estado completamente voltado para as demandas do desenvolvimento capitalista e desvinculado das reais necessidades das massas.

O próprio desenvolvimento capitalista dependia de um proletariado educado, alfabetizado, em condições de chegar até o trabalho, com saúde, com moradia, etc. Como os interesses privados não queriam e, em certa medida, nem podiam assumir tal questão, ficou a cargo do Estado aproximar-se um pouco das demandas das classes populares urbanas. O populismo, segundo os autores (principalmente Moisés), seria o encontro inevitável do desenvolvimento capitalista promovido pelo Estado com as massas. O populismo, de certa forma, criou “ligações por baixo”⁴⁷², ao colocar os interesses populares como assunto de Estado. Portanto possibilitou o amanhecer de

⁴⁶⁹ MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas, e os movimentos sociais. In: Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro. Cedec e Paz e Terra. 1985.

⁴⁷⁰ KOVARICK, Lúcio. O preço de progresso. Crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro. Cedec e Paz e Terra. 1985.

⁴⁷¹ MOISÉS, José... op.cit., pp. 27. Estas são as classes populares, termo substitutivo que o autor usa para classes trabalhadoras, operários, após verificação da difícil homogeneização destes sujeitos urbanos e seus movimentos sociais.

⁴⁷² Idem, pp. 20.

diversos movimentos sociais de bairro em São Paulo, o que já foge do nosso interesse, que é o agreste da região do Paraguaçu, na Bahia, mais especificamente Feira de Santana⁴⁷³.

Já destacamos o caráter da urbanização da cidade de Feira de Santana, da repressão das feiras livres, da abertura de espaços e vias tipicamente urbanas, no intuito da modernidade feirense, da crescente migração interna, etc. Já destacamos o caráter da exploração do trabalho e da criação do exército de reserva conjuntamente com a formação dessa “nova” Feira de Santana.

Em Feira de Santana a vontade popular alcançou as políticas do Estado um pouco mais tardiamente, com Francisco Pinto, e foi interrompido com a ditadura militar. Portanto, o processo de industrialização da cidade não cruzou com o protesto popular pela melhoria da qualidade de serviços e melhorias urbanas.

Com a urbanização, modernização, crescimento e inchaço de Feira de Santana, vários aspectos da vida da cidade iriam se agravar, mas a voz da sua população estava sob o controle da lei de segurança nacional.

A década de 1980, recebeu toda a demanda reprimida pela melhoria da qualidade de vida na cidade. Com isso reacenderam-se velhas e novas lideranças. Nos bairros desenvolviam-se as lutas por melhorias e eram muitos os problemas. Usemos a listagem de problemas criados pelo desenvolvimento capitalista em uma grande cidade, como destacou José Álvaro Moisés:

Aumentou a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública), e por um sistema de transporte coletivo mais rápido e eficiente, pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local de moradia e o local de trabalho da mão-de-obra. Por outro lado, o desenvolvimento criou necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o sistema educacional, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão de obra e,

⁴⁷³ Essa reflexão é bastante útil para entender a formação do “populismo” de Francisco Pinto e Colbert Martins.

ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (pronto socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.), pois a complexificação de vida urbana, com a intensidade e rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, circulação rápida e veículos, trânsito, etc., e ao ritmo cada vez mais intenso do trabalho e da vida social, aumentou acidentes de trabalho e de trânsitos (...) Criou uma demanda nova por equipamentos sociais e culturais (creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de prática de esporte, áreas verdes), pois não apenas as crescentes levas de migrantes recém-chegados à cidade exigiam atendimento especial...⁴⁷⁴

Estes e outros problemas seriam encontrados na cidade. Em muito deles, as tentativas de resolução partiriam dos próprios mundos do trabalho, como as áreas de lazer, saúde e etc. oferecidos pelos sindicatos durante a década de 80. Outros colocavam os moradores frente a frente com o Estado, seja pela negociação direta e individual, promovida pelos administradores de bairro, outras, em conflitos e choques, alguns pacíficos e outros mais violentos, com a população organizada por lideranças com ou sem partidos políticos, ou vinculadas à igreja, etc.

O Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana privilegiou em alguns momentos da sua formação os trabalhos nos bairros, pois não tinham sindicatos. Também aqui encontrou dificuldades quase intransponíveis. Vejamos mais uma das tentativas do PT feirense em se associar à classe trabalhadora da sua cidade.

Antes, cabe fazer uma ressalva: Feira de Santana conta com uma particularidade, herança do período de Francisco Pinto: os administradores de bairros. Pessoas contratadas pela prefeitura através de um contrato especial, por indicação, para exercer atividades de subprefeitura nos bairros. Realizam o controle de pequenas obras, recebimento de queixas e sugestões e, principalmente, no meio da década de 80, administram a distribuição do leite doado pela prefeitura para os bairros mais pobres. Além de emprego, conseguiam certo status junto as suas comunidades, através de

⁴⁷⁴ Moisés... Op. Cit, pp. 17.

favores pessoais e facilidades. Era uma grande máquina eleitoral, porém quando os administradores sentiam seu status ameaçado, conseguiam se reunir e protestar fortemente. Conseguiam reuniões, fóruns para tratar de suas insatisfações e trânsito livre em vários locais de prestígio.

Mas possuíam suas contradições. Algumas vezes, queriam ser candidatos a vereador, deputados, e retiravam votos dos preferidos dos chefes partidários como Colbert Martins, Francisco Pinto, Luciano Ribeiro, José Falcão, etc. Não se tratava apenas de retirar um administrador e pôr outro no lugar. O administrador tinha que ter carisma junto aos moradores, gozar de influência, pois a substituição muitas vezes poderia não ser benéfica para o novo prefeito. Um novo administrador poderia trazer mais problemas do que um outro vinculado a um chefe partidário de outro partido. A relação deveria ser de assimilação, negociação e pouco conflito.

Outras vezes poderia ser um estopim para grupos da oposição se organizarem pela retirada do administrador. Se o prefeito desse razão para os manifestantes e opositores do administrador, poderia ser considerado por este um traidor, ameaçando seriamente seu prestígio junto ao bairro, ou mesmo ser trocado na fidelidade por outro político. Se não desse razão aos opositores, e corria o risco de ter seu nome nos bairros como apoiador de um administrador incompetente, corrupto, etc., como foi o caso do bairro da Mangabeira, em que os moradores não aceitaram o indicado pelo prefeito para ser o administrador. Fizeram uma manifestação na frente da prefeitura com mais ou menos 150 pessoas, segundo o jornal “Feira Hoje”. Os moradores sugeriam eleições diretas para a escolha do administrador de bairro, que foi prontamente respondido pelo prefeito como uma ilegalidade, já que a regulamentação de uma eleição direta dessa natureza somente caberia ao Presidente da República. Sugeriu que os moradores deixassem os

pontos negativos do administrador de bairro aparecer para depois, se isso viesse a acontecer, tomar-se uma medida ⁴⁷⁵.

Feita essa ressalva, poderemos nos debruçar sobre as lutas de bairros da cidade de Feira de Santana, onde os administradores de bairro agiam como anteparo das lutas antes dela se consolidarem e chegarem à prefeitura, ou da tentativa de penetração de algum “organismo estranho” ao bairro.

Em 1981 uma das associações de moradores mais destacada e combativa era a da Cidade Nova, bairro construído no rastro da construção de casas para trabalhadores através do convênio da URBIS, que desenvolveu mais outros conjuntos parecidos. A Cidade Nova tinha como nome inicial, Feira I. Casas com o mesmo padrão e com a mesma conformação das ruas (que eram chamados de caminho) ⁴⁷⁶. A associação promovia diversas atividades de luta, principalmente em prol da melhoria do sistema de transporte coletivo. Fazia entrevistas com os moradores nos pontos de ônibus, dentro do ônibus, fotografava, organizava atividades culturais. Seu presidente era Messias Gonzaga, jovem recém formado no curso de farmácia da UFBA. Após algumas manifestações e a formação de um sólido núcleo de militantes petistas no bairro, Messias Gonzaga se apressava para desmentir boatos que circulavam na imprensa: não existia nenhum movimento do Partido dos Trabalhadores naquele bairro; e que todo o movimento realizado em oposição ao sistema de transporte coletivo foi feito pela organização dos moradores e a mesma era apartidária ⁴⁷⁷.

O núcleo do Partido dos Trabalhadores da Cidade Nova era um dos mais ativos e inspirava os outros núcleos do partido a seguir o seu modelo, os quais debatiam-se os

⁴⁷⁵ Feira Hoje. 27 de janeiro de 1989, pp. 03.

⁴⁷⁶ Os bairros eram pensados para moradores de baixa renda, operários, trabalhadores do comércio. Os caminhos substituíam as ruas, porque não eram projetados para moradores que tivessem carros, apenas bicicletas. Cada quarteirão tem um estacionamento na frente que permite colocar alguns poucos carros. FREITAS, Nacelice... Op. Cit.

⁴⁷⁷ Feira Hoje. 29 de agosto de 1981, pp. 02.

seus textos e a forma da sua formação política. Na Cidade Nova morava Raimundo Nonato, presidente do Diretório Acadêmico do curso de Administração e figura notória dos movimentos pela melhoria do sistema de transporte, aliás, como, historicamente, todo o movimento estudantil da UEFS.

Esta seria a primeira aparição pública de um movimento de bairro do PT, mesmo que negado a ele este direito. Mas já havia certa movimentação nos bairros pelo partido. Desde a coleta de fichas para as filiações já destacaríamos a presença de algumas pessoas como elementos de luta de bairro, como Alfeu Gonçalves e Ovídio Gonçalves. Já existia um trabalho realizado no Bairro da Rua Nova realizado por Edivaldo Rios, presidente da Associação de Moradores (AMORUN), porém este ainda era do MDB.

Em 1981, em uma atividade cultural realizada pela associação, o texto-convite declarava: “Por isso, nós do bairro de Rua Nova, através da Associação que aqui existe, temos a consciência de que só a participação dos moradores unidos e organizados, poderemos vencer todas as dificuldades e descobrir que temos a capacidade de luta para exigir nossos direitos”⁴⁷⁸.

Junto com as associações mais antigas, mais tradicionais, passavam a conviver as associações mais novas, com lideranças menos experientes, em bairros menores, como era o caso da Associação de Moradores da Rua Pajeú. Enquanto construíam a sua Associação de Moradores faziam reuniões e assembléias semanalmente para discutir seus problemas. Uma destas era a reivindicação para a Coelba instalar os postes de iluminação nas ruas representadas pela Associação. Realizaram uma grande festa de natal com distribuição de brinquedos, leilão, quebra-potes, pau-de-sebo.⁴⁷⁹

A Associação de Moradores da Rua Pajeú e Capuchinhos era presidida por José Bispo Duarte, uma liderança petista. Nos meses seguintes, no boletim interno do PT de

⁴⁷⁸ Grito da Terra. Dezembro de 1981, n. 1, pp. 06.

⁴⁷⁹ Grito da Terra. Janeiro de 1983. n 13, pp. 03.

Feira de Santana foi realizada uma entrevista com ele. Foi feita “**no sentido de tornar as lideranças do PT mais conhecidas**”. Na entrevista, José Bispo falava de quando foi fundada a Associação de Moradores e dizia que as Associações deveriam se unir para reivindicar por melhorias para os bairros, e que pensava em reorganizar em Feira de Santana uma Federação de Associação de Moradores. Dizia que a Associação tinha uma escola, que além de ofertar ensino para crianças e adultos tinha o diferencial de propor discussões, entre os moradores, sobre a necessidade de se organizarem.

Ao ser perguntado sobre a comissão de bairros do PT, mencionou que falava que esta “deveria” se preocupar em se reunir com os moradores e comunidades, ouvi-los e tentar aprofundar um crescimento das lutas dos bairros e depois do próprio partido ⁴⁸⁰.

Durante a leitura da documentação não encontramos nenhuma política definida pelo partido para subsidiar os trabalhos dos militantes dos bairros. As iniciativas ficavam, de certa forma, por conta da militância e de sua criatividade. Da mesma forma não encontramos nada que nos indicasse uma política de unificação das lideranças de bairros da cidade.

Desunidas, fragmentadas e às vezes incorporadas aos grupos sociais dirigentes e dominantes da cidade, as associações ganhavam espaço isoladamente. Uma das Associações com maior destaque em Feira de Santana foi a AMBACLA (Associação dos Moradores do Bairro do Campo Limpo e Adjacências).

José Rocha, depois de ser despedido da fábrica Pneus Tropical, onde transformou uma associação de esporte em associação para reivindicar direitos na fábrica, e logo após conquistar, disputando com a chapa do patronato, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), organizou a Associação do Campo Limpo, um bairro com fama de violento, situado fora do círculo central do centro da cidade nas imediações da

⁴⁸⁰ Boletim informativo do Diretório Municipal do PT de Feira de Santana. Junho/julho, n .7. 1984, pp. 03.

BR 116 Norte. Havia se casado e tinha ido morar no Campo Limpo, que segundo ele era uma “roça”, recentemente ⁴⁸¹.

Em 1980, Rocha, com mais algumas pessoas, fundou a AMBACLA. Lá empreendeu uma luta contra muitas situações de espoliação do trabalhador urbano. Luta contra a fábrica de óleo, pois devido aos seus gases, muitas crianças morreram decorrentes de problemas respiratórios; interromperam a rodovia, com queima de pneus, para pedir a construção da passarela, onde crianças morriam constantemente ao tentar atravessar a BR 116. Lutaram contra a permanência de uma saboaria que infestava o bairro com um cheiro muito ruim. Mas antes mesmo da consolidação da AMBACLA houve uma luta junto com Antônio Ozzetti, que era médico, contra a instalação do que viria a ser o lixão da cidade no bairro. Sem falar das lutas comuns à maioria dos bairros de pobres da cidade: Luta pelos calçamentos, saneamento, etc.

A Associação de Moradores do Campo Limpo não se destacava apenas nas suas particularidades, pois se organizavam em torno de questões que afetavam a vida da cidade. Um desses seríssimos problemas eram os dos transportes coletivos. Sempre atrasados, quebrados, poluentes e em pouca quantidade. Esta era uma bandeira que em alguns momentos chegou a unificar algumas entidades de bairros, antes dos conflitos partidários ficarem mais aguçados.

Em 1987 houve uma manifestação pela melhoria do serviço de transporte em Feira de Santana, exigindo que os ônibus que se dirigiam à região do Campo Limpo saíssem a cada meia hora, como já havia sido acordado com o presidente da empresa AUTOUNIDA, a prefeitura e GETRAM. Segundo José Rocha, a proposta foi aprovada por mais de 90 por cento dos moradores de um total de 300 que compareceram à reunião. Segundo o jornalista, dessa assembléia “surgiram propostas de linchamento,

⁴⁸¹ Entrevista José Rocha. Op. Cit.

queima de ônibus e outros atos violentos”, mas se preferiu por uma “manifestação pacífica”⁴⁸².

Durante a manifestação pela melhoria do serviço de transporte urbano, os moradores do Campo Limpo, não foram recebidos pelo prefeito e ficaram na prefeitura por mais ou menos 4 horas, até que o carro do prefeito saiu e atropelou uma mulher que teve leve escoriação na perna direita⁴⁸³.

Na AMORUN, o conflito de maior incidência com a prefeitura se deu em relação ao subsídio municipal para a escola que mantinham na sua sede e também quando se envolvia na luta do transporte, num movimento maior, como este organizado pela Associação de Moradores do Campo Limpo.

Em 1984, a Associação de Moradores da Rua Nova constatou que 773 crianças de 345 mães estavam sem escolas para seus filhos devido à falta de vagas. No bairro, que era o mais populoso de Feira de Santana, havia apenas duas escolas que não davam conta de atender a todas as crianças. Nas escolas vizinhas as vagas já tinham acabado. Lembravam os moradores que a escola Tereza Cunha foi fruto de luta pelos moradores que começou na 1ª gestão de José Falcão e só foi concluída por Colbert Martins. A Associação pressionou o prefeito para ter uma audiência para exigir uma nova escola no bairro, porém o prefeito alegou no dia uma viagem e solicitou que fosse marcada nova data para uma reunião⁴⁸⁴. A luta pela reforma dessa escola alcançaria novamente a gestão de Colbert Martins e acenderia velhas rugas entre o presidente da Associação e o ex-prefeito, antigos aliados na década de 1970.

⁴⁸² Feira Hoje. 12 de abril de 1987, pp. 03

⁴⁸³ Feira Hoje. 14 de abril de 1987, pp. 02

⁴⁸⁴ Grito da Terra. Janeiro de 1984. n 21, pp. 06.

Nessas associações os militantes do PT discutiam questões como a CUT, Constituinte, Diretas já, e, no caso das mulheres organizadas no PT, discutiam aborto e violência familiar contra a mulher.

Na Associação de Moradores da Rua Nova, por ser um bairro composto em sua grande maioria por moradores negros, discutia-se a questão racial apenas em momentos comemorativos. Deixava-se passar ao largo da luta do Partido dos Trabalhadores, toda a tradição de resistência das organizações negras que existiam naqueles bairros: afoxés, escolas de samba, blocos de reggae, que se organizavam o ano todo em prol da apresentação na micareta e contra a opressão racial na cidade. Claro que muitos destes blocos possuíam nítidos envolvimento com as classes dirigentes da cidade, ou dependiam, para desfilar, da verba pública. Evitavam, algumas vezes, situações de exposição política, mas encontramos, não raras vezes, posições e mensagens críticas aos “poderosos”, à “elite branca”, à “babilônia”, à “Nova República”, aos “políticos”, isto é, inúmeras alegorias de pertencimento ao mundo dos subalternizados e oprimidos pelas modernizações capitalistas que excluía cada vez mais a presença do negro nas ruas: a capoeira da feira livre, do samba de roda, do plantio e venda das folhas e os curandeiros. Sem falar da “tradicional” exclusão racista do negro do mercado de trabalho e do aviltamento do preço da sua força de trabalho.

Se para alguns o bairro de sua moradia tinha muitos problemas e lutavam para resolvê-los, para outros a luta era para ter ao menos uma moradia.

Mencionamos a chegada de migrantes em Feira de Santana e toda a reorganização do Estado por meio de aparelhos privados de hegemonia para resolver esta questão. Porém, a demanda era muito maior do que a possibilidade de controle social ou de seguridade social. Para muitos que conseguiam algum tipo de prestação de serviço, seja na AFAS (Associação Feirense de Amparo Social) ou mesmo no SIM (Serviço de

Integração do Migrante), tantos outros nada conseguiam, e iam montar suas casas de lona ou de tábuas nas periferias das cidades. Com o andar da década de 1980 e o aumento do preço das mercadorias e do custo de vida, sem falar do arrocho salarial, o aluguel deixou de ser uma possibilidade para muitos. Através de uma política elitista e excludente, o BNH passou a financiar “casas populares” com prestações para a classe média, ainda que, de fato, a classe média a cada dia se empobrecesse e entrasse no rol dos “populares”.

De 1983 até o meio da década seguinte percebe-se, lendo os jornais do passado recente, levas de ocupações de solos urbanos. Terras das igrejas, evangélicas e católicas, terras públicas, prontas para obras ou não, terras privadas que os donos apareciam para reclamá-las ou outros que nunca apareceram, até mesmo terras que estavam destinadas para a construção de casas populares através de planos municipais.

Numa dessas invasões, em 1985, se ouviu falar, publicamente ao menos, pela primeira vez o nome de George Américo, o “rei das invasões” de Feira de Santana.

Normalmente as invasões eram programadas por vizinhos, algumas vezes locatários de mesmo proprietário, alegavam não conseguir pagar aluguel, que este lhes tirava todo o salário, quando não era um caso de famílias de desempregados. Imediatamente após uma a invasão da terra, apareciam tantos outros na mesma situação, ou às vezes pior, inclusive famílias que acabavam de chegar a Feira de Santana. Dessa forma, recém chegados, alguns foram abordados por um homem que no início só conheciam como George.

George Américo era uma figura na época cheia de mistérios em volta dele. Quem era? Qual era a sua motivação? Era de algum partido político? Bandido, envolvido com contrabando, tráfico de drogas? As especulações não paravam.

Aparentemente era um funcionário público, sabedor das demarcações das terras da cidade e dos seus donos ⁴⁸⁵. Era militante do PMDB, coisa que muitos só ficaram sabendo depois da sua morte, através de um depoimento do seu irmão para um jornal da cidade ⁴⁸⁶. A imprensa procurou vinculá-lo ao Partido dos Trabalhadores devido ao fato de que durante a gigantesca ocupação de moradores no bairro do Campo Limpo, que contou com mais de 5000 moradores, da sua proximidade de petistas como Marialvo Barreto, Gerinaldo Costa e o advogado Reinaldo Santana.

A ocupação realizada pelos trabalhadores montou brigada de segurança e de alimentação. Faziam assembléias para discutir as propostas do governo estadual e municipal. Foi um acontecimento que chamou a atenção de todo o Estado. A ocupação no Campo Limpo, contou com a presença de 5000 pessoas num local que estava destinada a construção de um futuro plano de habitação popular pelo prefeito do PDS, José Falcão, que continuamente ameaçava com a polícia os invasores do terreno. Mas George Américo demonstrava confiança nos seus companheiros políticos e dizia que não teriam por que se preocupar, pois já havia entrado em contato com o “Governo da Mudança” e que o governador estaria ciente de que o ato era pacífico e pelo bem da população ⁴⁸⁷.

A confiança era para valer. No dia em que José Falcão (PDS), prefeito de Feira de Santana pediu para que a polícia militar acabasse com a invasão e prendesse os responsáveis, o Comandante Geral da polícia militar recebeu a ordem do governador, Waldir Pires (PMDB), de nada fazer. Os soldados nada fizeram a não ser olhar as atividades dos “invasores” ⁴⁸⁸. Ofensas e trocas de farpas se acirraram entre os dois campos políticos. Se acusavam mutuamente de querer tirar proveito eleitoral, um

⁴⁸⁵ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

⁴⁸⁶ Feira Hoje. 12 de maio de 1988, pp. 02.

⁴⁸⁷ Feira Hoje. 04 de dezembro de 1987, pp. 02.

⁴⁸⁸ Feira Hoje. 17 de Dezembro de 1987, pp. Capa e 02.

dizendo que a culpa era do PMDB de Feira de Santana, que não aceitava ter perdido a eleição, do outro lado o governador e políticos feirenses atacavam a inabilidade, latente, do prefeito de lidar com a situação desde o primeiro dia, e diziam que era ele que já antecipava a disputa eleitoral do ano seguinte.

O PMDB quis dar uma demonstração de sua força e desgastar politicamente o inábil prefeito da cidade ao promover várias pequenas ocupações. Mas, aparentemente, não dimensionavam o rumo que a coisa tomaria e as proporções que o nome de George Américo ganharia uma relativa independência e amizades petistas. Era um militante com eleição garantida para cargos municipais e já com uma base eleitoral fiel e construída autonomamente.

Uma parte do PT o considerava um oportunista e carreirista, mas achava interessantes os acontecimentos que tomavam a cidade ⁴⁸⁹.

No dia 04 de dezembro de 1987 os acontecimentos deixaram de ser interessantes para ficarem perigosos. No dia 5 de dezembro George Américo colocou seu irmão Pelé e um outro companheiro, Salvita, à frente da ocupação, pois havia sofrido no dia anterior um atentado contra a sua vida. Deu uma declaração nos jornais e para os rádios dizendo que “mesmo morto o movimento dos miseráveis não iria parar” ⁴⁹⁰.

No dia 05 de maio de 1988, alguns meses depois da declaração acima, foi assassinado com dois tiros de escopeta no peito. Os mandantes e os criminosos não foram identificados até hoje. O corpo de George Américo foi carregado pelo centro da cidade até o cemitério acompanhado de mais ou menos 3000 pessoas⁴⁹¹.

A luta da invasão prosseguiu, coordenada pelos parentes e, principalmente, pela mulher de George Américo. O Governador Waldir Pires deu o título da terra para os

⁴⁸⁹ A memória militante registra diversos tipos de reação frente ao nome de George Américo: dúvida, frustração, risos, autocríticas, etc.

⁴⁹⁰ Feira Hoje. 05 de dezembro de 1987. pp. 02.

⁴⁹¹ Feira Hoje. 06 de Maio de 1988, pp. Capa, 02, 03, 04, 05 e 06.

moradores, que antes havia sido concedido à prefeitura, e no ano seguinte a invasão virou um bairro com o nome de George Américo.

Nas palavras de Jairo Cedraz, militante do PT que testemunhou os acontecimentos, o PT a assistiu aquilo tudo sem se envolver, com exceção desses senhores anteriormente citados, que se envolveram na ocupação do Campo Limpo. Jairo Cedraz ainda é mais duro, acha que a pretensão dos militantes do PT, que era conseguir alguns votos, já que o ano seguinte era eleitoral, não foi conseguida nem de longe. Muito menos conseguiram reorientar a posição política do movimento, pois dali apenas teria saído voto para a direita, a exemplo da mulher de George Américo, eleita para a câmara de vereadores pelo PDC (Partido Democrático Cristão).

Da suspeita de Jairo Cedraz para a certeza dos acontecimentos há um longo caminho. Podemos afirmar que durante essa atividade dos subalternos da cidade, o partido sequer despontou como opção com lideranças entre os trabalhadores pobres da cidade. Não falamos apenas da ocupação do bairro que veio a ser o George Américo, pois este estava com os espaços bastante delimitados por um novo mito-herói. Falamos de quase todos os acontecimentos da gente humilde de Feira de Santana na luta por sua moradia, quase não encontramos traços de um discurso, ou de uma liderança petista.

As palavras abaixo de Jairo Cedraz revelam que o PT e as lutas de bairro, ao contrário do que o PT tinha como perspectiva no início da sua fundação, quando achava que as lutas de bairro eram o maior caminho para o crescimento do partido, mostra certo desencanto com a realidade:

É muito difícil fazer trabalho de bairro, porque trabalho de bairro é o **peçoal que não tem consciência de classe**, nós fizemos um trabalho no Irmã Dulce, nos Capuchinhos, e, de repente, o presidente da Associação de Moradores **se vendeu** para os Falcão. A gente trabalhando com o cara e o cara por debaixo do pano... E a mulher dele era levada para Salvador na ambulância conseguida através de Wilson Falcão. E nós fizemos um trabalho que conseguimos levar mais de 150 pessoas para reunião de moradores. Quem garantiu a conquista da posse fomos nós. **Conseguimos** até advogados.

Conseguimos organizar o pessoal à noite para um trabalho de resistência. Os homens estavam armados lá, caso fossem demolir algum barraco, mas tudo foi por água abaixo por que os caras **compravam**. **A gente** fez um trabalho no Parque Brasil e Celso Pereira foi lá e **comprou o cara**⁴⁹².

A culpa passaria durante toda a década a ser dos outros, “deles, trabalhadores”, “deles, os pobres”. Faltou aos petistas, talvez, um pouco mais de compreensão de que o instrumento que se orgulhavam de ter em mãos, para “organizar os trabalhadores”, deveria ser um instrumento dos trabalhadores, onde os trabalhadores e subalternos pudessem construir conjuntamente suas lealdades e conseguissem organizar ocupações com suas próprias mãos e com a ajuda de outras mãos que aparecessem. A identificação com quem está ao seu lado é algo de importância, por isso os trabalhadores deveriam, nas tarefas de construir o socialismo, ser insubstituíveis.

Segundo um boletim de um grupo interno do PT de Feira de Santana, a Fração da resistência Operária, fruto de um racha da Causa Operária, o PT feirense tinha de tudo, maoístas, leninistas, trotskistas, marxistas, reformistas. Teria virado um aparelho privado e isolado de intelectuais, pequenos burgueses e profissionais liberais que debatiam política incansavelmente, porém, o PT de Feira de Santana não tinha, com exceção dos rurais, os quais nunca ocuparam cargos de proeminência no Partido, trabalhadores⁴⁹³. Donas Maria, Seus José, Seus João, etc. Faltava um elo básico de identidades dos populares com os populares.

Um documento de avaliação do PT, produzido em seminário interno destes, apontava em 1993 muitas desilusões. Ao serem perguntados sobre como gostariam que o partido fosse, surge uma série de questões, dentre tantas apontamos algumas: “que a militância participe articuladamente na luta e classes”, com “base real no movimento de massas populares”, que tivesse “ação com a luta social”, “inserção na sociedade, nas

⁴⁹² Jairo Cedraz. Op. Cit.

⁴⁹³ Fração da Resistência Operária Revolucionária de Feira de Santana. Documento para análise e discussão nas bases do PT. Feira de Santana. Janeiro de 1990, pp. 01.

bases”, “presente, sair da sede”, que tivesse “atuação nos acontecimentos políticos da cidade” e que “seja dirigente político das lutas”⁴⁹⁴. Perguntava também como o partido era, e as respostas confirmaram as anteriores: “se resume à direção e talvez umas 50 pessoas”, “não faz oposição aos governos municipais”, “não está nas bases”, “debilitado na organização dos trabalhadores” e mais umas cinco frases afirmavam como as divergências internas consumiam o partido⁴⁹⁵.

O texto concluía, afirmando que a direção não deveria deixar enfraquecer aquele momento de avaliação crítica. O desejo de mudar os rumos do partido era latente. A transformação no partido viria, mas uma transformação imbuída do sentimento transformista que sacudia o PT naqueles anos, e dali em diante.

CAPÍTULO 5

PECULIARIDADES DO TRANSFORMISMO

Crises sucessivas no patrimônio intelectual e político da esquerda puseram em xeque em finais da década de 1980 e início da década de 1990 as organizações dos trabalhadores. O marxismo sofreu ataques massivos por parte de intelectuais, dentre eles ex-marxistas que demonstravam seu abalo com a crise do Leste Europeu. Toda a tradição socialista e toda a história das sociedades pós-capitalistas passaram a ser

⁴⁹⁴ Seminário de Planeamento do Partido dos Trabalhadores. Feira de Santana. 26 de junho de 1993, pp. 02.

⁴⁹⁵ Idem, pp. 02.

compreendidas à luz da vulgata stalinista. Ao mesmo tempo, consolidava-se uma nova modalidade de exploração do trabalho e da reprodução do capital em níveis extraordinariamente internacionalizados, conhecido como Globalização.

As formas associativas do trabalho passaram a ser acusadas de corporativas, burocráticas e de obstaculizarem o desenvolvimento social. Fortaleceu-se, através das brechas destes discursos novas mobilidades organizativas que ao invés de impedir o desenvolvimento, como alegavam os neoliberais, tinham como eixo central da sua mobilização o desenvolvimento social “comunitário”, “solidário”, “sustentável”, em “parcerias” fundadas entre capital, Estado e uma “sociedade civil” emergente.

O PT de Feira de Santana sofreu os impactos políticos de todas essas transformações. Porém, devemos destacar a influência decisiva da importância adquirida dentro do partido da nova “questão social” e suas novas formas de resolução do mesmo. Novos sujeitos entrariam em cena na configuração do partido, com eles viriam também novas práticas, linguagem e visão de mundo, que substituiriam as antigas, assentadas sobre a estratégia socialista, sobre o marxismo.

5.1 AMBIÊNCIA SOCIAL CONSERVADORA

Para o Brasil, a década de 1990 foi um período de profundas transformações econômicas e políticas. A reconfiguração da exploração do trabalho não provocou abalos nas economias dos países periféricos.

Sucedeu-o um novo (ou velho) modo de acumulação, calcado no aumento das desigualdades sociais e que fortaleceu a competição na esfera do mundo do trabalho. O novo modelo, que anunciava também um novo “modo de vida”⁴⁹⁶, se sustentaria na “quebra de um pacto social, caracterizado pela busca do pleno emprego, por certa estabilidade no trabalho e por amplas garantias sociais”⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ FILGUEIRAS, Luiz.... OP. Cit. pp. 51.

⁴⁹⁷ Idem.

O Neoliberalismo, nome dado à volta dos princípios clássicos de competição de mercado, formulado em 1944 como um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”⁴⁹⁸ se estabeleceu e expandiu sua força com alguns princípios político/ideológicos e econômicos: a destruição das políticas que advinham do mundo do trabalho, isto é, de sindicatos e movimentos sociais que reivindicavam a utilização de parte do orçamento fiscal do Estado, no sentido de universalizar determinados direitos que retirassem da dominação do capital certas necessidades populares, como escolas, saúde, lazer, etc.; a contração das emissões monetárias, sobretudo para os países periféricos e a subsequente elevação das taxas de juros das dívidas destes países, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias; e as privatizações, que são formas de expansão da mercantilização e da mais-valia em setores tidos como estratégicos, antes colocados sob a guarda do Estado.

Para os mundos do trabalho alguns destes impactos foram sentidos mundialmente. Ricardo Antunes⁴⁹⁹ enumerou alguns deles como os mais importantes: 1) A diminuição do trabalho fabril; 2) o crescimento de um novo proletariado (subproletarizado, precarizado nas suas formas de contrato, “decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado”); 3) expansão do trabalho feminino, principalmente nos trabalhos caracterizados no item 2; 4) “expansão dos assalariados médios, especialmente no setor de serviços”; 5) exclusão dos trabalhadores jovens e idosos; 6) intensificação e superexploração do trabalho com a brutalização dos

⁴⁹⁸ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 09.

⁴⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. Lutas Sociais e Desenho Societal no Brasil dos Anos 90. In: Crítica Marxista: n. 07. xamã: São Paulo. pp. 93.

trabalhos de “excluídos”, como os negros, migrantes, além do crescimento do trabalho infantil; 7) desemprego estrutural; 8) reunião de trabalhadores de diversas partes do mundo num mesmo processo produtivo e de serviços, isto é, uma “estruturação internacional dos trabalhadores”.

Além desses efeitos no mundo do trabalho o próprio Ricardo Antunes, e tantos outros autores, revelam as conseqüências políticas no nível da organização dos trabalhadores e a sua capacidade de reação contra essa ofensiva do capital.

Para Virginia Fontes, a lógica de reprodução do capital na contemporaneidade fez com que duas modalidades de extração de mais-valia e de formas de subordinação do trabalho fossem combinadas, porém, com a primazia daquela que é mais específica ao capitalismo maduro (mais-valia relativa). Nas palavras da autora, a mais valia absoluta ou a subsunção formal do trabalho permaneceu e se aprofundou na sua imbricação com a mais valia relativa e a subsunção real do trabalho. Mas, segundo a autora, esta imbricação hoje se diferencia pela capacidade do capital de manter e expandir a expropriação do trabalho “mesmo na ausência do próprio vínculo direto de trabalho, do contrato de trabalho”⁵⁰⁰. A expansão capitalista que assistimos ao longo dos séculos, seja através dos ataques imperialistas, seja pelo apoio dos países centrais ao desenvolvimento industrial dos países periféricos, que ficou conhecido no Brasil, por exemplo, como substituição de importações, fez com que a lógica dessa mesma reprodução incidisse sobre espaços já capitalistas.

Sob as condições de predomínio da mais valia relativa, sempre baseada na expropriação, o capital passou a expropriar formas já capitalistas de trabalho, dessa maneira, a subsunção formal, mantida, reconfigurada e atualizada, do trabalho apareceu submetida às formas reais de subordinação.

⁵⁰⁰ FONTES, Virginia. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade, trabalho e capital, economia e política. Sem publicação. 2003.

Trabalhadores artesãos, autônomos, de serviço, da saúde, comunicação, ciências, camelôs, etc., se tornam trabalhadores “a serviço do capital” e isso provoca o aumento da

Massa de trabalhadores expropriados de direitos – sobretudo civis e sociais, mas também políticos, que, em parte, foram herdados de momentos históricos precedentes e, em sua maior parte, resultaram de conquistas realizadas pelos trabalhadores ao longo do próprio capitalismo. Porém, a expropriação mais significativa parece ser a do contrato de trabalho, ou a da forma do assalariamento como condição *sine qua non* de extração de mais-valia relativa. Produz-se uma massa de trabalhadores disponíveis, utilizáveis a qualquer momento, cuja concorrência entre si torna-se incessante, uma vez que se encontram sob o controle e hegemonia do capital ainda que estejam fora dos vínculos empregatícios diretos. Mais ainda, cuja alienação à potência do capital significa – não se reduz – apesar de não inserção direta de tais trabalhadores no processo de trabalho conduzido diretamente sob o controle do capital⁵⁰¹.

O contrato de trabalho passa a ser visto, inclusive por muitos dos trabalhadores, como “privilégios de alguns”. O recuo do contrato de trabalho provocou, como contradição inerente, uma quebra no sentimento de “equalização”, ou igualitarismo, anteriormente formalizado através dos direitos sociais conquistados por legislações ligadas ao contrato de trabalho visando, com aguda clareza, minimizar o “risco especificamente proletário do desemprego”⁵⁰².

Formas anteriores de organização política do trabalho sofrem o impacto dessas novas formas de expropriação promovidas pelo capital. O terreno das lutas sociais dos subalternizados assiste à emergência de formas correspondentes às novas formas de expropriação. Expandem-se diversos movimentos sociais, lutando contra enorme variedade de efeitos: os grupos desapropriados de direitos básicos, como os sem-teto, sem documento e, principalmente, os sem-emprego. Alguns procurarão contestar a ordem de reprodução sócio-metabólica do capitalismo, outros se tornarão braços políticos do imperialismo, como algumas ONGs,

⁵⁰¹ Idem, pp. 15.

⁵⁰² Idem, pp. 19.

Com variáveis ideológicas, assentam-se na noção de combate contra a exclusão social e empreendem um movimento pela inclusão social dos miseráveis, que pode ser desde uma política filantrópica de distribuição de cestas básicas, de “inclusão digital”, de um dia especial onde as pessoas fazem documentos, cortam cabelos, etc., passando por grupos empreendedoristas, cooperativistas. Trabalhadores alijados do contrato de trabalho se reúnem para serem trabalhadores sem contrato de trabalho, espetacularmente apresentados pela mídia como quase empresários ou pessoas que conseguem, pela união e esforço individual, sobreviver mesmo num mundo onde o desemprego alcança índices absurdos. Fundações empresariais, com fartos recursos e alto nível de organização, promovem manifestações, às vezes, teatrais, espetaculares, com impactos visíveis para a opinião pública. Muitas vezes ocorrem mesclas que se pretendem anti-capitalistas ou anti-globalização, que optam pela mobilização, seja no nível local, seja no nível transnacional.

A esse momento de avanço do capital e de “expropriações contemporâneas” do mundo do trabalho, que se desenrolou ao lado da conservadorização da política, Francisco de Oliveira chamou de “ambiência social conservadora”⁵⁰³. Ela se expressou, confusamente, na eleição de Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás” – caçador dos direitos do funcionalismo público e dos contratos de trabalho – e na segunda derrota de Lula, dessa vez para Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Para Francisco de Oliveira⁵⁰⁴ e Ricardo Antunes⁵⁰⁵, a gestão Collor de Mello se caracterizou por um bonapartismo tupiniquim. Sua tentativa de modernização de cunho neoliberal imprimiu um ritmo acelerado na inserção do Brasil no processo de “globalização”.

⁵⁰³ OLIVEIRA, Francisco de. Quem tem medo da governabilidade? Estudos CEBRAP. Março de 1995, pp. 61-65.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas-SP: Autores Associados, 2004, pp. 07-13.

A primeira tentativa de impor no Brasil as receitas ortodoxas neoliberais das eleições foi politicamente mal sucedida. Collor, escolhido às pressas pela burguesia na véspera das eleições, como o anti-Lula ⁵⁰⁶, foi deposto, após denúncia de seu irmão, Pedro Collor de Mello, de participação em esquemas de corrupção com o tesoureiro da sua campanha, Paulo César Farias. Mas nem tudo foi perdido no Governo Collor. Foi nesse momento, segundo Francisco de Oliveira, que a burguesia encontrou finalmente seu momento de unificação nacional. A oposição à Lula, a necessidade de dismantelar os direitos instituídos em 1988 e o funcionalismo público, transformado em novo “inimigo público” e, contraditoriamente, a própria deposição de Collor é que permitiu à burguesia brasileira, enfim, tomar como identidade de fato nacional e, a partir daí, consolidar sua hegemonia no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Antes, para Chico de Oliveira, existia a burguesia açucareira do Nordeste, a burguesia gaúcha, etc. O processo de reestruturação do capital no início da década de 90 no Brasil preparou a montagem da hegemonia para o “*condottieri*”, o príncipe sociólogo, Fernando Henrique Cardoso.

Com FHC, o susto de 07 graus na Escala Richter produziu, finalmente, uma liderança que retomou o processo que Collor não foi capaz de conduzir. E solidificou essa aliança em um grau antes impensado. Solidificou, porque as condições de uma liderança desse calibre dão uma nova qualidade a essa aliança ⁵⁰⁷.

Ocupando o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique “recebeu uma exposição diária nos meios de comunicação, e, principalmente, a responsabilidade pela adoção de um plano econômico que acabaria com a inflação – considerada, já há alguns anos, como o principal mal da nação (...) ⁵⁰⁸ e, assim,

⁵⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco de... Op. Cit, pp. 58.

⁵⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco de. A Nova Hegemonia da Burguesia no Brasil nos Anos 90. In: CIAVATA, Maria. FRIGOTO, Gaudêncio (orgs). Teoria e Educação no Labirinto do Capital. Petrópolis-RJ: Vozes. 2001, pp. 58.

⁵⁰⁸ FILGUEIRA, Luiz. Op. Cit. pp. 91.

consolidou-se na visão dos brasileiros como o melhor futuro candidato a Presidente da República.

O Plano Real deu essa glória ao senador Fernando Henrique Cardoso. Um plano amplamente assentado no Consenso de Washigton que propunha.

“enfaticamente, uma rigorosa disciplina orçamentária, através da contenção de gastos públicos, que deveriam se restringir à manutenção de um Estado Mínimo, e a realização de uma reforma tributária – que privilegiasse, sobretudo, a ampliação da base incidência dos tributos (...) um regime cambial centrado na dolarização direta, ou indireta, da economia, com sobrevalorização da moeda nacional (...) a liberalização comercial e financeira, com a abertura unilateral e rápida dos mercados nacionais (...) os investimentos estrangeiros diretos foram considerados como instrumentos de complementação da poupança nacional e de transferência de tecnologia (...) [e] as privatizações e a desregulação das atividades econômicas, possibilitando a maior participação de capitais estrangeiros (...)”⁵⁰⁹.

Essas medidas aumentaram bruscamente os níveis de desemprego e de concorrência. Juntos promoveram um formidável ataque ao mundo dos trabalhos e seus direitos sociais e trabalhistas.

O exemplo mais clarividente da ofensiva do capital e do Estado contra os trabalhadores foi a ofensiva do Governo contra os trabalhadores da Petrobrás; muitas demissões, uma batalha midiática para descaracterizar os sindicalistas e ocupação do exército em refinarias⁵¹⁰.

A nova hegemonia burguesa criou um ambiente desfavorável às lutas da classe trabalhadora no Brasil, que entraram em um período de declínio organizativo.

O fim da década de 1980 foi marcado ainda por uma crise ideológica de fortes proporções no campo da esquerda em âmbito mundial. O desmonte da URSS e dos países do campo socialista do leste europeu – “socialismo realmente existente” – fez com que diversos partidos influenciados pelo marxismo ou com presença de marxistas renegassem sua tradição socialista.

⁵⁰⁹ Idem, pp. 95 e 96.

⁵¹⁰ Ver SCALETSKY, Eduardo Carnos. O Patrão e o Petroleiro. Um passeio pela História do Trabalho na Petrobrás. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, pp. 157-167.

Eurelino Coelho, em sua tese de doutorado, sugere que a chamada crise do marxismo é um evento que tem maior dimensão do que fazem crer as milhares e milhares de páginas gastas por intelectuais, marxistas, pós-estruturalistas, pós-modernos, etc. O autor segue uma trilha classicamente marxista: analisar a história da crise do marxismo é restabelecer, e historicizar o marxismo no ambiente político e econômico em que a luta de classes se desenrolou. Para tanto, Coelho analisa a crise do que chamou de capitalismo tardio⁵¹¹ e as lutas de classes que se desenvolveram sob esta conjuntura.

Para ele, as derrotas políticas e econômicas sofridas pelos trabalhadores nesta conjuntura de crise do capitalismo tardio – que implica diretamente na organização do trabalho, através de flexibilizações, demissões, terceirizações, etc. – o aumento da concorrência e da divisão dos trabalhadores fragmentou os mundos do trabalho em busca dos poucos empregos e vínculos formais de trabalho ainda existentes.

Nessas situações de derrota e de rebaixamento da capacidade organizativa dos trabalhadores, o marxismo levou uma grande desvantagem frente aos outros modos de ver e pensar a política, pois este “não pode” sustentar o seu discurso “sem referência a classe”⁵¹². Se “os interesses das classes” sofrem uma perda identitária ou ganham coesão identitária esta atinge o Marxismo pois:

a luta e a vitória de uma categoria funciona como estímulo para que outros grupos de trabalhadores também lutem contra seus patrões. Em contextos assim há, provavelmente, melhores chances para intervenções políticas referenciadas no interesse da classe como um todo⁵¹³.

A crise do capitalismo tardio fortaleceu a competição entre os trabalhadores e assim, com efeito,

⁵¹¹ O autor resgata a interpretação de Ernest Mandel sobre o imperialismo no século XX. A maioria dos autores chamaria de Neoliberalismo. Ver: MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril, 1979.

⁵¹² COELHO, Eurelino... OP. Cit..., pp.450.

⁵¹³ Idem, pp.449.

Esta é a razão pelas quais as condições históricas que dificultam a sustentação das referências clássicas afetam negativamente as intervenções políticas orientadas pelo marxismo. O que ocorreu na segunda fase do capitalismo tardio foi que a fragmentação política da classe trabalhadora foi potencializada pela ampliação da fragmentação econômica, isto é, pela concorrência⁵¹⁴.

O efeito desta nova configuração na identidade dos trabalhadores deslocou o referencial marxista do horizonte de diversas organizações e intelectuais das lutas dos trabalhadores. Mas, atenção, este deslocamento foi feito através da inserção entre os grupos sociais subalternizados de formulações teóricas e políticas que valorizam a dispersão, diferenciações e a individualização da vida social dos trabalhadores. Em outros termos, ganharam terreno formulações políticas que incentivam, “ao invés da constituição da auto-consciência crítica, ou da consciência de classe”, concepções que fortalecem “a destituição daquela forma de consciência”⁵¹⁵.

Com a anuência de alguns militantes da esquerda, o marxismo foi atacado e em seu lugar uma miríade de “novos”, “pós”, “socialismos”, que faziam coro às novas diretrizes neoliberais, como as idéias da capacidade humanizadora e reguladora do mercado, ganharam espaço. Refutar o marxismo e o passado vinculado a ele tornou-se uma necessidade do mercado eleitoral para intelectuais e políticos, respectivamente. Vejamos, bem brevemente, uma delas.

5.1.2 NOVAS ESQUERDAS: ASPECTOS TEÓRICOS DO TRSNFORMISMO

O marxismo como projeto foi atacado ampla e massivamente através de uma ofensiva editorialista e midiática que pretendia obter o consenso da sociedade quanto a um único projeto de futuro, capitalista. Para tanto, intelectuais de esquerda (e universitários) em processo de autocrítica do passado marxista foram peças chave. Os partidos políticos também não foram poupados.

⁵¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁵ *Ibidem*, pp.451.

Um dos momentos mais performáticos⁵¹⁶ foi o de associar o marxismo, de maneira linear e sem mediações, à crise do leste Europeu e aos crimes e horrores cometidos desde Stalin. Um outro momento foi o da criação de uma nova esquerda e de suas formulações de “uma sociedade civil” voltada para a inserção dos excluídos na sociedade, que caracterizou, no longo prazo, certas características filantrópicas à esquerda. Vejamos, rapidamente, alguns desses argumentos em figuras emblemáticas do Partido dos Trabalhadores.

Antes, vale destacar a ênfase dada por estes militantes a certos aspectos destas novas teses: 1) O marxismo é apresentado como projeto social autoritário (alguns chegam a dizer totalitário⁵¹⁷). O ataque se desdobra em duas questões complementares: a da ditadura do proletariado e a falta de teoria política, ou teoria do Estado, em Marx, o que demonstraria seu desprezo pela democracia. 2) Denunciam uma “Estatolatria” da esquerda, influenciada pela terceira internacional e a conseqüente burocratização do poder político que leva o Estado a controlar exacerbadamente a vida das pessoas. 3) O determinismo econômico e teórico em contraposição à liberdade humana. 4) A queda do muro de Berlim e a da URSS como prova inequívoca da falência de um projeto comunista, que teria, a partir de então, apenas uma dimensão de utopia. 4) O Estado em parceria com os agentes “da sociedade civil”⁵¹⁸ no sentido de uma “democracia

⁵¹⁶ Coelho sugere que a debandada dos intelectuais marxistas foi feita através de uma *performance*, isto é, o discurso que, ao ser enunciado, faz acontecer aquilo de que ele fala. Empreende aquilo que Coelho denominou “o método do espantalho”. O espantalho é colocado pelos agricultores para simular uma pessoa e afastar os pássaros que destroem a plantação, assim o marxismo também ganharia suas representações falseadas e tenebrosas que visavam afastar, ao invés de pássaros, pessoas, não das plantações mas do socialismo. Normalmente apresentavam a questão ditadura do proletariado como mais uma tirânica ditadura, a impossibilidade, achada já nos livros de Marx, do direito individual, a teoria marxista seria economicista, anti-cultural, anti-multicultural, contra a diversidade dos sujeitos (cor, religião, étnica, sexual, etc.). Transformavam o espantalho russo em marxismo e o espantalho Stalin em Marx e Lênin. Idem. cap. 05.

⁵¹⁷ Para uma crítica ao conceito de Totalitarismo ver LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. In: Crítica marxista. São Paulo: Revan, n. 17. Novembro de 2003, pp. 51-79.

⁵¹⁸ MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 274-276. Este autor sugere, de forma bem sutil, que a utilização da noção de sociedade civil deve ser precedida do conectivo “na” (na sociedade civil) ao invés do conectivo “da” (“da Sociedade Civil”), comumente usada pelo terceiro setor. O autor, assim, quer chamar atenção da

participativa”, “cidadã”, etc. 5) Uma política voltada para formas de inclusão dos excluídos.

Na oportunidade o Partido dos Trabalhadores realizou, antes do 1º Congresso do Partido, um debate partidário acerca da relação entre o PT e o marxismo. Nesse seminário foram convidados intelectuais da esquerda para dissertarem sobre o legado de Marx e a sua contribuição para o presente. Os debates tiveram como temática “a atualidade do marxismo”, “marxismo, ciência e filosofia”, “marxismo, socialismo científico e marxismo leninismo”, “marxismo, leninismo e social-democracia”, “marxismo, democracia e revolução”.

Logo de início chama à atenção a intenção de debater um assunto que parecia ter uma decisão tácita já bastante consolidada dentro do PT. O PT não era um partido marxista, nem leninista, nem social-democrata, ainda que pudesse abranger todas essas definições em diversos momentos, ou que em cada momento alguma dessas proposições fosse predominante no partido, segundo suas próprias resoluções. Aliás, essa era uma das “novidades” atribuídas pelos seus militantes e por muitas páginas de intelectuais acadêmicos ao PT.

Coincidentemente o PT decide por debater o marxismo e suas implicações para a revolução brasileira um momento em que o marxismo passava a sofrer a “maior defensiva teórica que (...) já sofreu em toda a sua história”⁵¹⁹. Coincidência ou não, cresceu cada vez mais o conteúdo anti-marxista e anti-comunista no Partido dos Trabalhadores. Coincidência ou não, esse foi o ano do início dos processos de expulsão do Partido dos Trabalhadores das correntes Convergência Socialista e Causa Operária,

formulação Gramsciana: a sociedade civil como um local onde a luta política das classes sociais se desenvolve e não de organismos autônomos com pronomes pessoais incumbindo-lhes essa autonomia de sujeitos da luta no e pelo Estado. A estes organismos Gramsci deu o nome de Aparelhos Privados de Hegemonia e que atuam “na Sociedade Civil”.

⁵¹⁹ IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e consentimento. Expressão popular. São Paulo.2006, pp. 35.

de caráter trotskista, além de O Trabalho, que não foi expulsa, mas chegou a passar por processo de averiguação. Coincidência ou não, neste mesmo ano, José Genoíno, ex-militantes da luta armada do Araguaia, guerrilha rural montada pelo PC do B que teve um final dramático, ex-militante de uma corrente marxista-leninista dentro do PT, o PRC (Partido Revolucionário Comunista), deputado estadual pelo PT em São Paulo e depois Deputado Federal pelo mesmo Estado, deu uma longa entrevista para o jornal Folha de São Paulo na qual o seu principal mote era a revisão de sua posição “marxista”, “stalinista”, etc., e a descoberta de um novo tipo de socialismo, ainda indefinido, que ele chamou, e ainda chama, de Socialismo Democrático.

O socialismo democrático era uma formulação antiga no PT e era entendida, ainda, sem que implicasse em uma ruptura com o marxismo⁵²⁰. O socialismo democrático pode-se dizer, em determinados assuntos e contextos, se assemelhava bastante às críticas marxistas ao “socialismo real”. Era um plano de ação que pressupunha a luta por um governo que intervisse diretamente na correlação de forças entre burguesia e proletariado (assalariados), ao lado do proletariado. Operação que, nas palavras de Genoíno, já não era mais politicamente viável: “Ora, parece claro que a classe operária não tem tal missão e que uma visão democrática de socialismo é incompatível com um Estado classista⁵²¹”.

Para Tarso Genro, a “verdade deixou de repousar no ‘ponto de vista da classe’”. A verdade é processo e o futuro é aberto”⁵²². Como podemos ver hoje, tal “abertura do futuro” admitia encontrar a verdade no ponto de vista da burguesia ou, de maneira similar, na “humanidade” em abstrato.

⁵²⁰ BRANDÃO, Marco Antônio. O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores. A história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: Ana Blume/ FAPESP, 2003.

⁵²¹ GENOÍNO, José. Repensando o Socialismo. Brasiliense. São Paulo. 1991, pp. 25.

⁵²² Op. Cit. Prefácio, pp. 15.

Ambos, nestes e em outros escritos, direcionam o ataque ao socialismo real com uma premissa de que os problemas de implantação do comunismo,⁵²³ eram de base epistemológica, isto é, o marxismo ou a idéia de socialismo.

Ambos criticavam os marxistas ortodoxos por achar nas formulas de Marx todas as soluções para o socialismo, mas realizavam a sua crítica pelo lado inverso da mesma moeda: tudo estava errado devido a Marx e Lênin. Um dos objetos das suas críticas era a ausência, segundo eles, na filosofia de Marx e principalmente na de Lênin, de uma compreensão da subjetividade e das opções que a liberdade humana empreende no fazer político. Mas esta mesma teoria, o marxismo, é acusada por estes senhores a determinar os rumos e opções políticas que os grupos dirigentes das sociedades pós capitalistas enveredaram na construção do “socialismo”.

Com essa concepção não reconhecem as diversas contribuições dadas por vários autores, historiadores, militantes, etc., para perceber que em diversos momentos não se tratou de seguir os rumos dos legados de Marx e Lênin, mas ao contrário, de fugir delas.

Assim, não interessa a crítica marxista à permanência da relação social valor-trabalho, instituída dentro de um mercado de trabalho onde as principais regras eram definidas por um mercado de trabalho regulado por um planejamento controlado pela nomenklatura, ou pelos *nepmans* – senhores de origem, na sua maioria, burguesa que estabeleciam as diretrizes da NEP, nova política econômica – que estabeleceram metas de produtividade de acordo com a contabilidade burguesa e que privilegiaram, para tanto, a primazia de produção de bens de produção em detrimento de bens de consumo, e concepções burguesas de assalariamento dos trabalhadores. Sem falar na concorrência

⁵²³ István Mészáros define as sociedades que foram ocupadas, ou fizeram suas revoluções sociais como pós-capitalistas, mas que por diversos motivos não conseguiram suprimir com a ordem de reprodução do capital, afirmando que o capital antecede e pode muito bem permanecer pós a supressão do capitalismo como modo de produção da vida social. Ver especialmente o capítulo 17 sobre “Formas mutantes de controle do capital”. MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Boitempo, Unicamp. São Paulo. 2002.

entre os trabalhadores instituída através de prêmios de produtividade e por comportamentos no trabalho, o famoso esthaknovismo ⁵²⁴.

Nos debates sobre a experiência soviética, estes intelectuais e políticos petistas promoveram uma espécie de isenção dos erros políticos que os dirigentes russos fizeram, pois, segundo eles, tais dirigentes apenas obedeceram o que já estava prescrito no marxismo. Marx, Lênin e todo o marxismo seriam os grandes culpados. Stalin e a direita *bolchevique* foram isentadas de culpa. Para superar as críticas marxistas ao “socialismo real” jogaram fora a criança junto com a água da bacia, no dizer popular.

De uma forma mais filosófica, Marcos Rolim, ex-militante do PRC (partido clandestino no qual atuavam José Genoíno e Tarso Genro), apontava uma contradição de caráter epistemológico no marxismo que o inviabilizaria como projeto social aplicável e prático. Para ele, dois textos de Marx se negavam-se totalmente; as 11 teses contra Feurbach e o prefácio a contribuição da crítica à economia política. Rolim sustentava que

de um lado, uma concepção que põe em relevo a noção de práxis, que desloca o sujeito ativo, de “apreensão subjetiva do real”; de outro, a concepção que vê a história como um processo natural, regido por “leis naturais”, independentes da vontade humana. Vamos admitir, para efeito da discussão que nos interessa, que os dois textos sejam igualmente significativos na obra marxiana (o que poderia ser amplamente questionado). O fato é que parece legítimo de cada um deles têm posições filosóficas radicalmente distintas, senão opostas. Se isto é verdadeiro, estamos diante de um problema, e precipitadamente, poderíamos concluir pelo convívio de duas ontologias em Marx: uma que superaria a dicotomia sujeito-objeto pelo conceito de práxis e outra que, ao objetivar a própria consciência, seria incompatível com a noção de práxis ⁵²⁵.

⁵²⁴ Para ver estes detalhes e tantos outros ler a obra de MEYER, Vitor. Determinações históricas da crise da economia soviética. EDUFBA. Salvador. 1995. Mesmo se tratando de um livro com o título de determinações Meyer nos mostra como frente a tantas dificuldades, determinadas, em um país desindustrializado, com metade da sua classe operária, com experiência política e fabril, morta em guerras e revoluções, ou encarregada dos trabalhos políticos no Estado, com um campesinato resistente a coletivização das terras e que algumas vezes sabotou o Estado, encabeçados pelos *Kulacs* (grandes proprietários de terras), com baixo nível de força produtiva e com um mercado internacional hostil, ele nos mostra como de frente dessas questões a opção de Stalin e seus aliados eram as que mais fugiam de uma democratização e de caminhada à socialização do fruto do trabalho social e da política.

⁵²⁵ ROLIM, Marcos. Reflexões críticas sobre o marxismo. In: Cadernos de Teoria e Debate. O PT e o Marxismo. Teoria e Debate. São Paulo. 1991, pp. 29.

Tarso Genro, com a mesma argumentação, porém de uma forma mais sutil e poética escreveu:

O debate em curso tem, porém, uma radicalidade maior, pois é o momento que o conceito se destrói usando o seu próprio método. Se a história é a crítica verdadeira da filosofia e a práxis seu momento mais contundente, o socialismo da história implode o conceito de libertação que fundamentou eticamente os atos da revolução. E esta, então, deve ser repensada de acordo com a sua realidade histórico-concreta e não mais segundo promessa fundamentada na teoria que a precedeu ⁵²⁶.

Numa das ontologias sugeridas por Rolim, a que estaria nas Teses contra Feurbach, Marx teria formulado uma teoria onde o homem era livre e a práxis era o centro do desenvolvimento histórico. Na outra ponta, a Contribuição à Crítica da Economia Política, daria ênfase à idéia de um sujeito puramente objetivado pela crise das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Genro por sua vez concordava que a práxis substituiria a teoria e qualquer determinação nos rumos da política. Ambos resgatavam os sujeitos “livres como pássaros” das idéias liberais que Marx tanto ironizou em O Capital.

Rolim e Genro esquecem que em Marx, as classes sociais⁵²⁷ devem ser entendidas como “processo e relação” ⁵²⁸, isto é, em termos de processos estruturalmente determinados. Os homens se encontram na sociedade determinados pela organização do trabalho, pela organização da política, da tecnologia, etc., mas são livres para tentar mudá-las⁵²⁹, este, inclusive, é o motivo de Marx atribuir às revoluções sociais a centralidade no seu projeto. A consciência de situações de crise na vida social

⁵²⁶ GENRO, Tarso. Op. Cit, pp. 11.

⁵²⁷ Utilizo classes sociais, pois penso ser este de fato o sujeito do projeto histórico e socialista do materialismo de Marx. A ênfase no indivíduo, conclamada por Genoíno, Genro e Rolim é um atributo central no liberalismo e no neoliberalismo, desde as suas formulações clássicas. Isso não significa que Marx não reconheça o papel do indivíduo na História, leia-se seu estudo sobre o 18 de Brumário de Luiz Bonaparte, e o papel que Bonaparte cumpriu na contra revolução de 1851. MARX, Karl. O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte. In: Gianotti, José Artur (org). Marx. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril, 1979.

⁵²⁸ WOOD, Ellen Meiskinsins. Classe como processo e como relação. In: Democracia contra o Capitalismo. Ensaios de renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁵²⁹ Essa nota, velha, remexida, revirada, tão conhecida quanto aquela da luta de classe como força motriz da história, encontrada no manifesto do Partido Comunista, está em diversos textos de Marx.

possibilita aos homens resolverem seus problemas pela ação política, coerente ou incoerente, individual ou coletiva, espontânea ou sob o prisma de algum projeto social.

Coelho, no capítulo 5 em sua tese de doutorado, realizou uma aguda crítica da filosofia pós-marxista petista. Reconstituiu os passos da “assim chamada” crise do marxismo no Partido dos Trabalhadores e encontrou dois agrupamentos petistas, o que o possibilitou acompanhar a trajetória transformista de seus quadros. Os grupos foram o PRC e a tendência Articulação⁵³⁰.

Em 1991, o não mais PRC, já transformado nesse momento em Democracia Radical, lança uma tese para o 1º Congresso do PT em 1991: Um Projeto Popular para o Brasil (PPB). Além dessas formulações refratárias ao marxismo, como podemos ver acima através de seus principais militantes, essa tese propunha a formação de um campo majoritário para o partido que mudasse radicalmente a postura tática e estratégica do PT. A DR convocava a Articulação a formar esta nova composição majoritária no partido, haja vista a derrota do poder aglutinador da antiga formulação hegemônica, até então assentada na política classista.

A intenção era formar uma nova maioria no partido que a essa altura já retirava do horizonte estratégico a formulação que predominava até então: a independência de classe. A derrocada do Leste Europeu e das idéias que segundo eles, o inspirara: o marxismo, forneceria o argumento central.

Porém, mesmo no PT, a resolução de 1991 reconhecia, numa seção intitulada “o que desabou no Leste”, que o que havia desabado foi “a vulgarização – em verdade a negação – do marxismo como ideologia de Estado; uma idéia de transição ao socialismo

⁵³⁰ Coelho faz notar que esta tendência sempre utilizou formulações marxistas, apesar de não ser definida como marxista, sobretudo a noção de independência de classe. Sua composição era principalmente dos militantes sindicalistas do ABC e de militantes dos movimentos sociais atraídos pelo magnetismo das grandes greves e da liderança de Lula. Inicialmente eram reconhecidos como “o grupo do Lula”, grupo que se recusava a aceitar o funcionamento do partido organizado em tendências. Para se destacar dos demais agrupamentos de militantes, “estrangeiros”, militantes de “dupla camisa”, se apresentavam como “petistas autênticos”. Mais tarde, por pressões internas, a corrente aceitou a transformação em tendência do PT, o que novamente foi diluído ao se converter em Campo Majoritário.

desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção”⁵³¹. Porém, mantinha sua crítica aos modelos do “socialismo real” e da social democracia. Discorria um pouco mais sobre a ambigüidade com a qual o PT se relacionou com os países do Leste Europeu devido a necessidade de posicionamento frente a ofensiva ideológica do capitalismo no período da guerra fria, mas, recusava, certa “nostalgia” da esquerda brasileira por um partido de vanguarda, “a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a idéia de democratização da sociedade a partir do Estado”, e uma tradição “cientificista e produtivista do desenvolvimento econômico”⁵³².

A coalizão não deu certo, devido à negativa da Articulação. Porém, alguns setores da Articulação já se mostravam favoráveis a organização de um campo majoritário no partido devido às ameaças contínuas de agrupamento das esquerdas petistas de organizarem e se constituírem como nova maioria, o que veio realmente a acontecer no 8º Encontro nacional, realizado em Brasília em 1993⁵³³.

O encontro seguinte, reduzidas as desconfianças dos militantes da Articulação para com os “ex-marxistas leninistas” – no caso do PRC, oriundos do PC do B, os mais ortodoxos dentro do PT⁵³⁴ - consolidaria a formação de um campo majoritário, bastante heterogêneo, com tradições distintas, mas com perspectivas partidárias parecidas: ênfase no institucional e no parlamentar, a concepção de desenvolvimento social via reforma nos Estado, a disponibilidade do partido para alianças à direita no espectro da política brasileira, etc.

A tese de 1995 tenta passar a limpo os dois anos da gestão da esquerda do diretório e da executiva. Apontaram os erros daquela gestão afirmando que o partido

⁵³¹ Livro de resoluções... Op.cit, pp. 494.

⁵³² Ib. Idem.

⁵³³ Esta vitória se deveu, principalmente, ao fato de uma parte da Articulação, que passou a ser chamada de Articulação de Esquerda, romper com a tendência e formar uma chapa chamada “Opção de Esquerda” que, aliada a outros grupos da esquerda petista, venceu a disputa pela direção. Idem, pp. 544.

⁵³⁴ Aliás, os militantes do PRC parecem não fazer um acerto de contas com o marxismo e suas múltiplas experiências, mas sim com as suas relações com o marxismo. Criticavam aquilo que viam no próprio espelho.

entrou na total falta de governabilidade devido ao crescente confronto interno de tendências, afirmava que o diretório não tomou posturas frente às lutas populares, que o partido não enfrentou o burocratismo e o internismo neste período. Propõe como alternativa, contraditoriamente, a ampliação do papel da direção partidária na organização do PT. Os desencontros da gestão anterior serviram de base para que a centralização do partido se reforçasse cada vez mais, com a direção agora composta por um campo majoritário coeso e suficientemente forte na mídia e nos movimentos populares para conseguir os efeitos pretendidos.

A governabilidade do PT está ligada a um processo democrático de tomada de decisões, que veja o **partido para além de suas tendências (...)** já é **hora de estabilizarmos relação entre o DN e o DR através da criação de regionais do DN** e de uma política de viagens dos membros para as CEN, parlamentares e lideranças dos partido. **A governabilidade do Partido depende da constituição de uma direção que tenha legitimidade e autoridade políticas seja capaz de formar maiorias para tomar decisões e executá-las**⁵³⁵. (negritos meu).

Acompanhada de todas essas medidas, em que pese a reafirmação de democratizar o partido, a composição da Executiva do PT após a realização do 10º Encontro foi a mais tensa de todas. Os membros da Articulação, fiéis ao seu projeto de controle do aparato institucional do partido, impediram os militantes da esquerda do partido de ocuparem cargos de maior relevância dentro da vida partidária. Em contrapartida, os militantes da esquerda petista se recusaram a indicar qualquer militante para qualquer cargo, sustentando um impasse que só teve fim em 1997, portanto, dois anos depois do Encontro Nacional. A solução se deu com a ampliação dos cargos do partido⁵³⁶.

O 11º Encontro representou, de fato, a consumação da formação do “novo campo majoritário”. A linguagem das resoluções aprovadas estava em sintonia com os argumentos políticos da esquerda pós-marxista. Frases que acusam o governo FHC de

⁵³⁵ RESOLUÇÕES... pp. 634.

⁵³⁶ COELHO Eurelino. Op. Cit, pp. 237.

não conseguir promover um “crescimento [desenvolvimento] sustentável”⁵³⁷. Outras afirmavam que “somente uma **revolução democrática** será capaz de **pôr fim à exclusão (...)**”⁵³⁸, ou afirmavam a necessidade de “uma nova **economia sustentável e solidária**, para acabar com **a exclusão social**”⁵³⁹ “de milhares de brasileiros hoje à **margem do consumo**”⁵⁴⁰.

Utilizavam uma nova linguagem para uma “nova questão social”, intitulada por Paulo Eduardo Arantes⁵⁴¹ como uma “fraseologia gerencial-cidadã”, momento importante na busca da formação de uma nova hegemonia que referendasse o mercado como conduto regulador, aperfeiçador e “democrático” da cidadania pela “sociedade civil” em práticas voluntárias, solidárias, filantrópicas, sustentáveis, cooperativas, pró-ativas, etc.

A filantropia também é uma nova faceta da “nova questão social”. Direcionada para uma fatia da população, “carente de determinado serviço pontual”, em detrimento do “princípio universalista das políticas sociais (...), corroendo a sua condição de direito de cidadania”⁵⁴², em nome de uma (nova) cidadania.

Já que os recursos estatais, sob a tutela neoliberal, são poucos, nada melhor, diriam os neoliberais, do que direcionar diretamente para a “sociedade civil” os poucos recursos destinados para as questões sociais, evitando o desperdício, a burocracia e a

⁵³⁷ Resoluções... Op. Cit, pp. 653.

⁵³⁸ Idem. ibidem.

⁵³⁹ Idem, pp. 654.

⁵⁴⁰ Ibidem.

⁵⁴¹ ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: ARANTES, Paulo Eduardo. Zero a Esquerda. Coleção Baderna. Conrad. Rio de Janeiro. s/d, pp. 169.

⁵⁴² Idem, pp. 191. Políticas focalizadas por essência não são contra a universalização de direitos, principalmente quando dizem respeito às políticas de reparação e de discriminação positiva, isto é, aquelas que visam reparar o acesso a grupos sociais excluídos (negros, mulheres, homossexuais, etc.) ou com deficiências biológicas (mudos, surdos, portadores de necessidades especiais) promovendo-lhes a possibilidade, através de um mecanismo de regulação estatal ou privada, de usufruir, sem constrangimento de nenhuma espécie, dos direitos de cidadania (emprego, saúde, educação, etc.), portanto são tão universais como quaisquer outros.

lentidão do Estado, potencializando a fiscalização, o controle cidadão e a participação política dos excluídos nessa nova arena dos serviços sociais.

Com uma tacada só, mobilizam grupos sociais subalternizados para uma participação ativa na hegemonia neoliberal e cortam os gastos públicos, outrora, destinados a políticas de cunho universalista, possibilitando a austeridade fiscal tão desejada pelo banco mundial e FMI. No dizer de Arantes, “uma regulação moral da reprodução social”. Eis a “reforma gerencial cidadã”.

Dessa forma o consenso aparenta se declarar na mesma linguagem do dissenso⁵⁴³, afinal quem seria contra participação, controle de gastos públicos pela sociedade, contra a solidariedade, o voluntariado, etc.

Daí também a permanente disputa pelo sentido das palavras, em torno do qual se concentra boa parte da luta política. Não é para menos: de uma hora para outra **“direito” tornou-se privilégio, além do mais em detrimento dos excluídos**; **sujeito de direitos, usuários, usuário de serviços**; destruição social virou um sinônimo progressista de “reforma”; previdência social, um mal entendido num país de imprevidentes crônicos; sindicalismo, crispção corporativista; “cidadania”, mera participação numa comunidade qualquer; solidariedade, filantropia, é claro; bem público, interesses agregados a grupos sociais; desempregado, indivíduo de baixa empregabilidade; “parceria”, sempre que a iniciativa privada entre com a iniciativa e o poder público com os fundos, etc.⁵⁴⁴ (negritos meus, IGS)

Arantes prossegue:

Sem a bússola das palavras “significativas” que lhe permitiam balizar o caminho da emancipação, compreende-se que a esquerda tenha perdido o rumo – ou coisa pior: quando imagina ter recuperado suas referências normativas, estas são engolidas ato contínuo pelo redemoinho dos simulacros oficiais⁵⁴⁵.

A isto que Arantes chamou de “perda de bússola”, Virginia Fontes⁵⁴⁶ entendeu como um processo de “conversão filantrópica” das esquerdas e dos movimentos sociais.

⁵⁴³ ARANTES, Paulo. Op. Cit, pp. 182.

⁵⁴⁴ Idem, pp. 178.

⁵⁴⁵ Idem, pp. 179

⁵⁴⁶ FONTES, Virginia. Palestra realizada em Feira de Santana com o título “A conversão Filantrópica da esquerda e o imperialismo”. I Seminário anual do LABELU. Outubro de 2006. palestra gravada.

A argumentação exposta até aqui se moveu dentro dos limites imprecisos do discurso do “terceiro setor”, mas queremos chegar até as ONGs, uma de suas formas particulares.

A trajetória dessa forma organizativa aqui no Brasil data de antes da ditadura militar, porém não tinham ainda esta denominação, que só viria a ser popularizada e utilizada em meados da década de 70. Fontes identificou duas matrizes principais de formação das ONGs no seu surgimento no Brasil: os intelectuais recém-chegados da Europa, de volta ao Brasil devido ao processo de abertura democrática e Anistia e os movimentos de lutas sociais vinculados à igreja católica, sob a influência da teologia da libertação: as CEBs e Pastorais⁵⁴⁷.

Ambas possuíam argumentos comuns: certa desconfiança dos partidos políticos, principalmente aqueles de características marxista leninista; certa característica de negação do Estado, visto como local de coerção (lembrem-se estamos falando de uma ditadura militar) e, portanto, alheio à disputa pelos seus rumos, eleições, parlamentares, etc. Essas desconfianças reforçam a noção de autonomia dos movimentos populares, porém, ressalta Virginia Fontes, essa autonomia sofria um deslizamento: não mais para a autonomia da classe, no sentido de criação de uma contra-hegemonia, isto é, em linguagem gramsciana, da formação de um projeto político dotado de um germe de estado, mas da conquista de autonomia das várias reivindicações particularizadas, incluindo aí a autonomia dos partidos políticos e do Estado, em relação a um projeto de característica totalizante.

Essa autonomia já não dizia respeito ao financiamento, já que uma razoável parcela era dependente das agências financiadoras e filantrópicas internacionais e da

⁵⁴⁷ FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J. L. & NEVES, L. M. W. Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

Igreja Católica, responsável pela sustentação da maioria, direta ou indiretamente, das Ongs no Brasil na década de 1980 ⁵⁴⁸.

Porém, tanto Fontes quanto Montañó afirmam um caráter essencialmente combativo, anti-sistêmico e anti-capitalista na formação inicial dessa ONGs. Em sua maioria eram movimentos de assessorias educacionais e formação política para os movimentos sociais. A eles estava subordinada sua lógica. As ONGs não se consideravam e não recebiam *status* de movimento social independente, com questões e “públicos-alvo” próprios.

À medida que a década de 1980 avança, uma luta teórica, também entendida como luta de classes, vai se confirmando: a luta em torno da apropriação política e conceitual da noção de “sociedade civil”.

Segundo Fontes, os estudos em torno da sociedade Civil no Brasil foram se expandindo à medida que a ditadura militar foi se esgotando. Tanto por parte do empresariado como por parte das esquerdas, ou de intelectuais vinculados aos movimentos populares, se consolidou uma leitura que opunha sociedade civil a Estado. O reino do mercado, ou do cotidiano, em oposição ao reino das regulamentações institucionais, do mecanicismo burocrático do Estado “propriamente dito”.

A liberdade de ação do eu, ou de um sujeito composto por pequenos grupos, opunha-se à objetividade econômica que, segundo uma parte dos teóricos dos “novos movimentos sociais”, a noção de classe atribuía aos sujeitos. Ela predominou na literatura sobre os novos movimentos sociais da década de 1980 e foi aspecto central na nova configuração que as ONGs tomariam na década de 1990. Neste momento as ONGs já aparecem como esferas individuais, onde militantes e assessores se confundem; assessores representam o movimento social e militantes do movimento

⁵⁴⁸ Ib. Idem.

social falam como representantes da ONG. A relação com os mundos do trabalho, com “a classe”, ou com os movimentos populares se rompe. As ONGs estabeleciam agora pauta própria de atuação, como a questão da fome, da adoção de crianças, da paz, etc., compondo um corpo próprio de militantes/assessores a seu serviços, geralmente pagos, e atendendo a uma lógica hierarquizante, e com múltiplas tarefas sob a marca da divisão social do trabalho.

A “filantropização” das lutas sociais na década de 1990, com todas as dificuldades para o exercício da cidadania e das lutas sociais, foram um **“valioso canal alternativo numa hora de fechamento político total”**⁵⁴⁹ (grifo meu). Alternativo para aqueles desgostosos com os rumos dos países pós-capitalistas; alternativo para aqueles que cansaram de ser derrotados nas lutas sindicais, eleitorais; alternativo para aqueles que nunca foram adeptos de uma transformação via revolução social; alternativo para uma geração nova que cresceu sob a égide neoliberal e queria dar a sua contribuição social (voluntariado), alternativo para políticos e partidos realizarem o assistencialismo e através dele estabelecer uma outra modalidade de representação dos subalternizados.

5.2 TRANSFORMISMO EM FEIRA DE SANTANA

Em 1995 a Articulação conseguiu obter finalmente a maioria no Partido dos Trabalhadores em Feira de Santana. O contexto era de novas transformações nos mundos do trabalho, na economia brasileira e no Partido dos Trabalhadores. Consolidava-se o Plano Real, e ao lado dele, um conflito interno no PT. A Articulação acusava a esquerda petista, majoritária na executiva do partido naquele período⁵⁵⁰, de não ter conseguido definir uma linha de ação e de argumentação que prevalecesse ao

⁵⁴⁹ ARANTES, Paulo. Op. Cit, pp. 176.

⁵⁵⁰ Com a tese “uma Opção de Esquerda” membros da Articulação promoveram um racha com a tendência. Criticavam o conservadorismo, a fuga do marxismo e o flerte na composição de aliança, efetivada no X Encontro Nacional do PT, com a Nova Esquerda, tendência de Genoio, Genro e Rolim, nossos personagens da sessão anterior. Esse racha foi muito importante na primeira vitória da “esquerda petista” que foi majoritária no partido em 1993 e 1994. O documento da TM, UM ENCONTRO À ESQUERDA. Brasília. Julho de 1994, fornece um painel claro para entendermos a situação.

argumento da estabilidade econômica neoliberal divulgada por FHC na campanha eleitoral de 1994.

Como já pudemos ver, neste período havia um conflito interno no partido em torno das coligações eleitorais. A Articulação estava decidida a realizar a coligação com o PMDB, do outro lado, uma parte do partido se mantinha indecisa ou contra a coligação. Em 1996, os favoráveis à candidatura própria vêem suas chances ampliadas, pois surgia no cenário político José Neto como “candidato a candidato” a prefeito pelo Partido, contra Albertino Carneiro.

Os nomes dessas duas figuras marcariam um novo período no PT de Feira de Santana. Mas, de início, nos preocupamos em entender as guinadas ideológicas, as reviravoltas organizativas e o deslocamento do PT local para longe do marxismo e da esquerda petista, marcas que predominaram na vida do Partido em Feira de Santana. Atentaremos, sobretudo, como essa eleição de 1996 e o conflito em torno do apoio à chapa de Colbert Filho (PMDB) marcam essa guinada.

Vínhamos discutindo como o avanço de um suposto “terceiro setor”, ou a nova redescoberta “da Sociedade Civil”, em oposição ao Estado, promove um deslocamento no campo dos conflitos e das lutas sociais.

Feira de Santana possui uma grande tradição desses modelos organizativos, filantrópicos ou não, de assessoria aos movimentos sociais e aos poderes públicos. Tinham diversas formas e posicionamentos frente à questão social e aos movimentos sociais. O SIM (Serviço de Integração do Migrante) e a AFAS (Associação Feirense de Assistência Social) historicamente mais à direita no espectro político, cumpriram, em muitos momentos de sua história, o papel de amortecimento dos conflitos sociais e de

resolução pontual de problemas para os quais o Estado não tinha, ou não queria dar, resposta⁵⁵¹.

Eram organizações vinculadas a políticos de direita, como o caso do SIM, dirigido por Josué Melo, ex-Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana e candidato a prefeito da cidade pelo PFL em 1996, com o apoio de Antonio Carlos Magalhães, e, por outro lado, o MOC (Movimento de Organização Comunitária), a CEDITER (Comissão Ecumênica pelos Direitos da Terra) e a CESE, mais a esquerda no espectro de suas relações com as lutas sociais e com vínculos de políticos de candidaturas mais populares.

Para os fins desta pesquisa, trataremos do MOC e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, do momento de fundação do partido até a conquista da direção do PT por Albertino Carneiro, figura fundadora do MOC. Não se trata de uma história do MOC, (o que explica o caráter empiricamente menos rigoroso que a pesquisa dará a esta entidade) pois o tempo de uma dissertação não o permite, mas de incluir a trajetória do MOC como um dos organizadores, ao seu modo, de “vontades coletivas” dos trabalhadores, principalmente rurais e “excluídos” de Feira de Santana.

O “seu modo” nunca foi linear. Os sujeitos, técnicos, assessores, “multiplicadores” e diretores, nunca foram, política ou ideologicamente, homogêneos. Fizeram-se representar através de vários partidos. A maior parte dos militantes do Partido dos Trabalhadores, porém, considerava que a preponderância dos assessores e coordenadores do MOC era peemedebista e muitas vezes se indispuseram nas lutas sociais em Feira de Santana⁵⁵². Não faltaram críticas às secretárias municipais que foram ocupadas por diretores do MOC, como o PLANOLAR. Na verdade, para eles o MOC fazia parte daquilo que chamavam de “populistas de esquerda”. As relações

⁵⁵¹ OLIVEIRA, Cristhyane. A experiência do SIM na mediação dos conflitos em Feira de Santana na década de 70. Texto apresentado no I Seminário do LABELU. Feira de Santana. Outubro de 2007.

⁵⁵² Albertino Carneiro chegou a lançar candidaturas algumas vezes, sem vitória, no PMDB e no PT.

conflituosas entre militantes do PT e do MOC fizeram com que Albertino Carneiro viesse a se filiar ao PT pelo Diretório Estadual do partido, pois em Feira de Santana sua filiação havia sido negada pelos representantes municipais do partido⁵⁵³.

O MOC foi fundado em 1967, um ano antes do recrudescimento da ditadura militar e do AI-5, e tinha como objetivo principal, segundo Tandja Parisse, “o desenvolvimento participativo de comunidades no interior baiano”⁵⁵⁴. Parisse tenta demonstrar como em um período nebuloso para a prática política, a ditadura militar, o MOC se notabiliza, com o apoio da Igreja Católica⁵⁵⁵, em um canal de politização, educação e organização comunitária de trabalhadores rurais e trabalhadores da periferia da cidade.

Em 1970 o MOC já desenvolvia trabalhos em “14 comunidades de 5 municípios (que eram Serrinha, Anguera, Coração de Maria, Amélia Rodrigues e Riachão de Jacuípe), da região de Feira de Santana para promover o desenvolvimento social e comunitário”⁵⁵⁶.

Segundo a revista do MOC, publicada em 1978, o MOC se esforçava “para desenvolver uma ação que [correspondesse] aos verdadeiros anseios da população e às suas principais necessidades”⁵⁵⁷. Segundo Parisse, o alvo das ações do MOC era a população de baixa renda que habitava em áreas periféricas da cidade (subempregados e/ou desempregados) e pequenos proprietários rurais (posseiros, arrendatários, assalariados, etc.). As ações privilegiadas giravam em torno do apoio à construção de “depósitos comunitários, roças comunitárias, compra de implementos mecanizados

⁵⁵³ Entrevista Jairo Cedraz. Op. Cit.

⁵⁵⁴ PARISSE, Tandja Andréa. A Sociedade Civil no Contexto da Ditadura Militar. A experiência do MOC (Movimento de Organização Comunitária), na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979. Monografia de Especialização do curso de Teoria e Metodologia da História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2001, pp. 07.

⁵⁵⁵ O MOC nasce vinculado a FASE e a Diocese de Feira de Santana. PARISSE... Op. Cit. pp. 43.

⁵⁵⁶ Idem, pp. 44.

⁵⁵⁷ Idem. Pp. 44. APUD. Revista do MOC. MOC – 10 anos de estímulo ao desenvolvimento da região. Feira de Santana. 1978, pp. 02.

pelos agricultores para o uso coletivo, apoio à irrigação”, além da obtenção de créditos através de um “fundo rotativo” mantido pelo MOC para pequenos empréstimos e cursos de profissionalização e capacitação ao trabalho, “nos setores secundário e terciários que permitia à população o ingresso no mercado de trabalho (com a implantação de micro-projetos econômicos – confecção comunitária, olaria comunitária, torração de café, fabrico de colchões, etc.)”⁵⁵⁸.

Preponderava no MOC na década de 1980 e até meados da década de 1990 um trabalho voltado para a Zona Rural de Feira de Santana. A matriz dessa forma de organização era a CEB e uma certa tradição católica de viver entre e para os pobres, influenciada pela teologia da libertação. A noção de “comunidade” é importantíssima nessa concepção. Uma reunião de comuns, iguais, que dependem de colaboração e harmonia para terem uma vida saudável e sustentável, segundo os ideais cristãos.

Em alguns lugares essa matriz da teologia da libertação promoveu certo encontro com o marxismo e/ou com o socialismo⁵⁵⁹. Este não parece ser o caso de Feira de Santana, onde o desenvolvimento comunitário, fincou pés mais fortes na caridade e filantropia cristã.

Porém a sua atuação não se restringia às atividades de formação e defesa de mercado dos “excluídos”. Seus assessores e técnicos, alguns jovens e idealistas estudantes universitários, aproveitavam-se dessas brechas para politizar o desenvolvimentismo “comunitário”.

Os técnicos fomentavam a integração da população com a formação de grupos teatrais, equipes esportivas, incentivos à realização de festas tradicionais comemorativas, realização de palestras e estudos sobre temas específicos (como o INPS⁵⁶⁰, Funrural, Legislação Trabalhista, Cooperativismo, Relações Humanas, etc.). Buscava-se com tais atividades

⁵⁵⁸ Idem, pp. 45.

⁵⁵⁹ BETO, Frei. Cristianismo e Marxismo. Petrópolis-RJ. Vozes.1986.

⁵⁶⁰ Que foi um debate acalorado nas páginas do Grito da Terra e do PT também e motivo de conflito deste com os sindicatos da cidade, como já podemos ver.

desenvolver um processo de conhecimento da realidade, capacitando as pessoas, para o pleno exercício da cidadania ⁵⁶¹.

O “pleno exercício da cidadania” de que fala Parisse, permite-nos especular a respeito das outras várias dimensões da cidadania: os partidos políticos, o movimento sindical, eleições, etc. Essa sugestão está implícita nas formulações de Parisse, mas explícita na dos militantes do Partido dos Trabalhadores entrevistados. Entre eles há um consenso na intervenção e na dificuldade do PT penetrar em alguns movimentos pela interferência do MOC e ou de alguns de seus assessores e diretores. Voltaremos mais tarde a este ponto.

O certo é que, mesmo no período da ditadura militar, a atuação do MOC evoluiu e ganhou maior notoriedade. Em 1971 o MOC foi considerado “de Utilidade Pública Estadual” e em 1972 de “Utilidade Pública Municipal”. Em 1973 recebeu o “Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos”, “fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura” ⁵⁶². Todo esse reconhecimento por parte do Estado permitia à organização receber fatias dos recursos públicos municipais, estaduais, federais e privados para desenvolver suas atividades. Reconhecidos como entidades de prestação de serviços “públicos, porém privados”.

Este seria o entendimento dominante do novo formato “da Sociedade Civil” na década de 1980⁵⁶³. Entidades e organismos autônomos em relação ao Estado, mas em parceria com ele, autônomos em relação às empresas privadas, mas em parceria com elas, voltados para a emergência do cotidiano do povo e seus problemas locais, isto é, da comunidade (bairro, rua, cidades, em geral pequenas), com a intenção de garantir melhores níveis de vida através da conquista de direitos públicos constitucionais, ou pela sua criação.

⁵⁶¹ Idem, pp. 46.

⁵⁶² Idem, pp. 47.

⁵⁶³ FONTES, Virginia... 2006. Op. Cit.

A obtenção destes direitos, inclusive, poderia ser realizada “de costas”⁵⁶⁴ para o Estado, na medida em que o agente privado, no caso a ONG, poderia ser o provedor destes direitos. O deslocamento é sutil, mas pode ser perigoso. Não se trata de despolitização, mas de uma politização pedagogicamente fomentada pelo Estado em tempos neoliberais, pois cria uma outra representação para o qual os “populares” devem se destinar em busca de seus direitos e serviços sociais básicos.

Para Neves⁵⁶⁵, o neoliberalismo se desenvolve no Brasil através da hegemonia das idéias da “terceira via” e esta, por sua vez, tem um sentido específico na sua dominação que é a de “uma educação para o consenso **sobre os sentidos** de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital internacional”⁵⁶⁶. (negrito meu, IGS).

Para ela, a partir de Gramsci pode-se afirmar que durante o Estado de bem Estar Social houve um tratamento pedagógico estatal frente aos trabalhadores:

Além das atividades coercitivas inerentes ao Estado, estratégias educadoras no sentido de garantias de direitos, visando reduzir a desigualdade real do acesso à riqueza e ao poder nas formações sociais burguesas, de forma a garantir a reprodução do modo capitalista de convivência social e evitar a adesão, por amplos segmentos da classe trabalhadora, ao projeto socialista⁵⁶⁷.

Nos dias atuais, haveria uma estratégia de pedagogia por parte da burguesia, operada pelos aparelhos privados de hegemonia, isto é, as associações e grupos ligados à vida social e política das classes sociais que disputam a condução e os investimentos da “sociedade política”, frente às necessidades e reivindicações dos trabalhadores de “reduzir as desigualdades” econômicas através de múltiplos mecanismos atuantes “na sociedade civil”, como as ONGs. Estas estariam, por sua vez, desenvolvendo, intencionalmente ou não, uma “cidadania subalternizada” e ajudariam a fortalecer a

⁵⁶⁴ Fontes, Op. Cit. 2003.

⁵⁶⁵ A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias da Burguesia para Educar o Consenso na Atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

⁵⁶⁶ Idem, pp. 15.

⁵⁶⁷ Idem

hegemonia “social-liberal”, típica da terceira via, entre os setores mais predispostos aos conflitos, ou seja, aqueles destituídos de direitos. Para isso, identifica Neves, operam com um mínimo de orçamento estatal e promovem políticas públicas localizadas, retirando do Estado o verniz universalizador que a burguesia e o proletariado criaram durante parte do século XX. Com efeito, o Estado quase desaparece da relação de negociação, estabelecida entre o reivindicador (movimentos sociais) e o reivindicado (antes o Estado, substituído agora pelas ONGs), surgindo um terceiro sujeito, o “terceiro setor”.

Essa relação de prestação mesclada de serviços sociais e de organização de trabalhadores, com o “agravante” da formação de lideranças, como estava estabelecido o eixo de ativismo do MOC, fez o PT de Feira de Santana e essa organização entrarem em rota de conflito. Em alguns momentos ambos disputaram a disposição organizativa das mesmas bases sociais. A voluntariedade da participação das bases deveria ser dedicada a um dos lados, em projetos dotados de visões de mundo diferentes, e em algumas medidas antagônicas, que subsume o tempo e a disponibilidade ideológica daqueles e daquelas militantes em formação.

O MOC rivalizou, assim como tantas outras organizações, a organização das vontades coletivas em Feira de Santana com o PT, e parece que ao longo da década de 1980 a disputa não favoreceu o PT. Se rivalizou no sentido da organização das “vontades coletivas”, isso quer dizer que rivalizou no exercício das funções de partido político dos subalternizados. Em sentido gramsciano, disputou uma concepção de Estado.

Este tipo de específico de organização comunitária (MOC) é uma fomentadora de movimentos sociais, já que ela realiza treinamentos de lideranças, criam pequenas cooperativas, realiza palestras e discussões acerca das conjunturas político-econômicas, promove debates, etc. Estes novos movimentos sociais **propiciam a criação de uma nova mentalidade, uma nova cultura política, novas formas de participação** de que insistentemente representando um enfrentamento ao poder central (...) **levando a uma identificação de interesses, constituindo assim a**

coletividade, um sujeito coletivo, que formará distintos movimentos sociais que (atuam como agente ativo na formação social, produzindo interações)⁵⁶⁸. (Negritos meus).

Essa “coletividade”, que em outras palavras seria a comunidade, expressaria, politicamente, o tipo de consciência forjada através dos vínculos de identidades, solidariedade e confiança, ou seja, o tipo de “linguagem comum” entre militantes dos movimentos, as lideranças (sejam assessores ou militantes de partidos) e o proletariado.

Assim, Tandja Parisse, vê no MOC “um fomentador de novos movimentos sociais, pois ajudou na base de formação desses movimentos sociais. Pode-se assegurar que do MOC surgiram vários movimentos sociais e um deles foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais”⁵⁶⁹.

Para os militantes do Partido dos Trabalhadores o MOC era uma organização pró-MDB, pintista e colbertista em sua trajetória. O fundador do MOC, Albertino Carneiro, era filiado ao MDB e teve seu nome amplamente solicitado a disputar as eleições pelas bases dos movimentos sociais a prefeito ou vice-prefeito pelo MDB. Acirrava a recusa ao MOC o fato de manter colaboração com as políticas focalizadas, não universais, financiadas por organismos internacionais. Configurava-se um assistencialismo de novo tipo promovido pelo MOC. É bom frisar que a estrutura de uma organização como o MOC ainda era uma coisa bastante recente no Brasil no início da década de 1980.

Há de se tentar entender a estrutura mental e ideológica dos militantes do partido durante a década de 1980. Havia uma predominância interna no partido de organizações Marxista-Leninistas, que acreditavam na revolução proletária, e que vinham de um racha com setores que acusavam de serem assistencialistas, clientelistas e populistas. Já estavam habituados a ver no PMDB uma esquerda difusa e achavam que as

⁵⁶⁸ PARISSE, Tandja Andréa. Op. Cit, pp. 58.

⁵⁶⁹ Idem, pp. 60. Além do STR é preciso destacar que o MOC manteria uma relação de proximidade com a Igreja e, portanto, com seus militantes de Pastorais, juventudes, etc., muito forte durante todo o período estudado.

conseqüências para os trabalhadores não era a sua organização independente, mas novos tipos de pacto e de “cooptação”, palavra preferida dos petistas feirenses para se referir à assimilação aos encantos da oposição “populista”.

No MOC, por outro lado, o risco de perder “parceiros” e “comunidades” inteiras, sem as quais os “projetos” e “programas” não receberiam financiamentos, para o novo partido que surgia da “base”, com “a vez e voz do trabalhador” e de “baixo para cima”, etc., talvez tenha bloqueado seus coordenadores e assessores para uma relação mais próxima com o PT.

Em Ferreira, Parisse e Castello, podemos encontrar um consenso sobre a fundação do STR de Feira de Santana que, em meados de 1970, com a ajuda dos assessores e coordenadores do MOC, os trabalhadores conseguiram retomar o sindicato do controle dos fazendeiros. Os autores ilustram como a convivência estabelecida através das múltiplas atividades organizadas pelo MOC abriu uma brecha para a passagem do momento apenas assistencial para uma forte noção da necessidade de organização na qual os laços de identidade podiam ser ampliados para além da “comunidade”, refletindo-se na organização dos trabalhadores em nível municipal e estadual.

Na década de 1970 houve sérios conflitos de terra em alguns distritos de Feira de Santana. Como já havíamos dito, a industrialização trouxe para Feira de Santana a valorização da terra juntamente com a pecuarização do campo⁵⁷⁰. Várias propriedades que estavam há anos em mãos de posseiros, meeiros, etc., passaram a ser reivindicados por parte de seus supostos donos. Isso gerou muitos conflitos entre os trabalhadores rurais, pequenos agricultores e os supostos donos das terras. Na fazenda Candéal, no distrito de Maria Quitéria, em 1972, começou um grande movimento contra a expulsão

⁵⁷⁰ Cruz. Op. Cit.

dos pequenos agricultores que culminou no assassinato do lavrador Joaquim Pereira dos Santos e na tortura de diversos outros trabalhadores⁵⁷¹.

Segundo Ildes Ferreira, “nós na época, o MOC, procurou dar todo apoio aos posseiros”⁵⁷², induzindo “os trabalhadores a buscar seu órgão de classe que era o sindicato”⁵⁷³.

O MOC esteve presente em outras lutas também dos rurais do município, como na fundação da Associação da Matinha⁵⁷⁴ que, por sua vez, ajudou na construção do sindicato. Esteve presente na construção de várias associações na periferia urbana da cidade, mas uma das principais atrações do MOC se deu em torno da participação da mulher na luta sindical rural.

Antes de 1975 (“antes dos sindicato ser dos trabalhadores”) a participação da mulher no sindicato era negada, sob os argumentos que a mulher já tinha direitos a todas as assistências sociais que o sindicato pudesse dar, pois, por lei, se o marido tinha direito a mulher também tinha. Outro argumento era de que existia uma lei que proibiria a participação das mulheres no sindicato⁵⁷⁵. Pela argumentação de Ildes Ferreira⁵⁷⁶ e de Castelo havia a plena certeza entre os trabalhadores rurais que aquela lei de fato existia, porém, como lembra Ildes Ferreira, o Jornal o Grito da Terra chegou a publicar uma matéria que afirmava ser uma invenção dos fazendeiros que tomavam conta do sindicato para excluir a participação feminina das lutas sindicais.

No MOC existia uma assessoria que tratava da questão de gênero. Faziam palestras, gincanas, festas, debates e grupo de estudos com temáticas que versavam sobre o direito das mulheres, o seu corpo e a sua sexualidade. Porém, para Sônia

⁵⁷¹ Castelo. Op.cit, pp.15.

⁵⁷² Entrevista de Ildes Ferreira, concedida a CASTELLO. Op. Cit. pp. 69.

⁵⁷³ Ibidem.

⁵⁷⁴ Idem. Op. Cit, pp. 34.

⁵⁷⁵ Idem. Op.cit, pp. 71.

⁵⁷⁶ Ib. Idem.

Coutinho, ex-assessora de gênero do MOC ⁵⁷⁷, aqueles encontros fortaleceram a consciência de que a mulher precisava inserir-se nas discussões políticas e econômicas do País. A assembléia Constituinte foi um momento especial para isso. Os direitos das mulheres passaram cada vez mais a ser discutidos e a politização das mulheres conseguiu ser mais forte que a barreira do preconceito e da discriminação, que ainda perduram.

Em 1986 foi eleita para presidente do sindicato uma protestante e negra, Maria das Virgens. Muitos foram contra a sua eleição, inclusive alguns padres que iam para as rádios denunciar o mundo de cabeça para baixo: como uma mulher preta e protestante podia chegar à presidência de um sindicato?⁵⁷⁸.

Depois dela houve outra presidenta, Maria Conceição, que passou por menores constrangimentos públicos, mas ainda teve de enfrentar muitas lutas contra a discriminação de gênero.

Todas elas, em entrevistas realizadas para a dissertação de Castelo, reconhecem o papel do MOC na sua politização e na sua tomada de decisão para seguir na luta sindical.

Ah, Sim! O MOC era, e é até hoje, quem assessora o programa de gênero [do sindicato], foi uma das atividades que apostou mesmo (...) que colocou assessoria a disposição e recursos, inclusive essas atividades que a gente ta falando: encontros, seminários. Tinha outras experiências, eu me lembro que tive oportunidade de viajar muito aí pelo Nordeste, trocando experiências com outras mulheres, participando de várias oficinas. Tudo isso era bancado pelo MOC. Isso era um tipo de preconceito e discriminação. Se o diretor do sindicato viaja é uma viagem do sindicato, e o sindicato bancava, agora, do Movimento de Mulher, se o MOC não pagasse não vai tá entendendo ⁵⁷⁹?

A citação acima oferece uma pista para entendermos o nível de penetração e parceria estabelecida entre o MOC e o STR de Feira de Santana. Esta relação não acontecia apenas no STR, mas, provavelmente, em uma miríade de associações de

⁵⁷⁷ Idem, pp. 74.

⁵⁷⁸ Idem, pp. 26.

⁵⁷⁹ Idem. Entrevista de Conceição. In: Castelo, op. cit, pp. 41.

bairro e moradores, além de alguns sindicatos. Sem falar das atividades voltadas para a produtividade dos pequenos agricultores, através de doações e/ou financiamentos, como casas de farinha construídas em parcerias com o MOC, cooperativa de créditos, construção de cisternas, programas de alfabetização, etc.

Esse envolvimento com as questões dos trabalhadores, principalmente trabalhadoras rurais, desempregados, migrantes e excluídos fazia do MOC um setor requisitado pelo município, em maior ou menor proporção, de acordo com o governante, para efetivar políticas públicas. A coordenação do MOC era, e é, uma atividade de prestígio político. Diversas vezes podemos acompanhar citações sobre o MOC ou a intervenção de um coordenador deste nos jornais da cidade, dando explicações sobre atividades sociais a ser desenvolvida com o amparo da assessoria da organização.

O PLANOLAR, não por acaso, ficou por duas vezes sob o controle de coordenadores do MOC, e não por acaso em gestões de Colbert Martins: Albertino na gestão de 1976 e Ildes na gestão de 1988. O PLANOLAR foi um projeto desenvolvido para resolver os graves problemas de habitação de Feira de Santana no pós-industrialização. A cidade inchava e a especulação urbana acompanhava o ritmo. O final da década de 1970 e os anos 1980 foram os anos das maiores ocupações na cidade.

A resolução deste problema deveria ficar sob a tutela do PLANOLAR que conseguiu construir muitas casas populares e seus secretários ganhavam uma razoável exposição pública. Ildes Ferreira, provavelmente, foi um dos mais expostos e, um dos que na carreira política foi mais bem-sucedido.

Ele ocupou o cargo de secretário do PLANOLAR e se destacou por ter conseguido baratear os custos de construção de casas populares. Seu plano tinha influência direta da visão de mundo do MOC: o desenvolvimento comunitário. Em

“parcerias” com os movimentos sociais de luta pela moradia, Ildes Ferreira conseguiu, através de organizações internacionais, com o apoio do MOC, crédito para construção de olarias, com as quais os sem-teto poderiam produzir os tijolos e outros materiais para a construção da casa própria ⁵⁸⁰.

Em outro momento conseguiu novo apoio internacional para os desabrigados de uma tempestade que aconteceu na cidade e em 1990 desenvolveu, como diretor do MOC, ao mesmo tempo em que era secretário do PLANOLAR, uma campanha para distribuição de cestas básicas para populações carentes atingidas pelas enchentes. Isso gerou acusações por parte das oposições ao PMDB, principalmente por João Batista, vereador do PT, das cestas chegarem até as pessoas com propaganda eleitoral de emedebistas. Na ocasião, Hosanah Leite escreveu uma nota justificando que o material foi entregue para quem o solicitou e que constava apenas de um calendário, o que não constituiria crime político. Elogiava ainda o funcionamento da distribuição das cestas básicas pela prefeitura. O MOC endossava a carta de Hosanah Leite⁵⁸¹. Vale lembrar que antes desse acontecimento o MOC fora acusado por políticos dos partidos de direita de, a partir de financiamentos internacionais, desviar recursos para a prefeitura, ocupada na época por Colbert Martins. O MOC negou e defendeu a gestão dos recursos públicos pela prefeitura, congratulando-a pela forma como vinha combatendo a questão dos desabrigados da chuva ⁵⁸².

Em 1996 Ildes Ferreira foi eleito vereador da cidade pela primeira vez. Antes tinha sido candidato a vice prefeito da cidade. Para quem tinha um passado marcado pela desconfiança nos partidos políticos⁵⁸³, sua atuação conseguiu combinar, muito

⁵⁸⁰ Feira Hoje. 15 de Fevereiro de 1990, pp. 03.

⁵⁸¹ Feira Hoje. 21 de março de 1990, pp. 02. Antes deste episódio já havia denúncias da utilização do programa federal de distribuição de leite nos bairros periféricos para propaganda política de Colbert Martins Filho (Colbertzinho). Ele negou e a prática nunca foi provada.

⁵⁸² Feira Hoje. 24 de fevereiro de 1990, pp. 02.

⁵⁸³ Essa foi uma afirmação constante em todas as entrevistas realizadas.

bem, a sua “vocação” para os movimentos sociais e para as comunidades carentes com a atuação no campo parlamentar ou na política propriamente partidária, pelo PMDB e depois PPS. Aliás, Ildes Ferreira segue o rumo de boa parte dos colbertistas, incluindo aí o filho de Colbert Martins, Colbert Filho.

É importante salientar que desde finais dos anos de 1980 e durante toda a década de 1990 há um deslocamento progressivo da atuação dos assessores do MOC para a Zona Urbana do município. Um dos principais incentivadores deste deslocamento provavelmente deve ter sido Ildes Ferreira, pois expressou esse desejo em entrevista ⁵⁸⁴:

Olha, o MOC no passado trabalhava com as periferias têm, mas o MOC definiu como prioridade a zona rural, o pequeno produtor, a mulher, o trabalho infantil, enfim uma série de programa para a zona rural. Eu pessoalmente sou um crítico disso, eu sou crítico disso, eu acho que é importante trabalhar na zona rural, mas eu diria que é mais importante trabalhar na cidade. Até porque hoje no Brasil mais de dois terç s da população já está na cidade, então eu, pessoalmente acho um equívoco, podemos dizer assim, não trabalhar com a cidade, quer dizer, o MOC não tem uma definição de não trabalhar com a cidade, não tem essa definição, mas na prática não trabalha, colabora, apóia alguns movimentos, tal... mas não tem aquele... o grosso do seu trabalho, da sua equipe dedicada aos trabalhos da periferia, que eu acho que deveria ter têm uma equipe urbana, já teve no passado isso, deveria ter no meu modo de ver, porque inclusive a cidade é um centro de poder, as coisas acontecem, as decisões acontecem na cidade, não acontecem no campo, então eu acho que o MOC vai precisar rever um pouco, no futuro, os programas de a o e retomar os trabalhos na cidade.

O progressivo deslocamento dos trabalhadores da zona rural para a cidade implica deslocamento de eleitores, ou de pessoas influenciadas pela política na cidade.

Interessante essa proposta de deslocamento proposta por Ildes Ferreira. Principalmente se lembrarmos que, em 1988, Ildes tensionaria Caciano a não se candidatar a vereador em assembléias dos trabalhadores rurais.

Não se pode afirmar que a candidatura de Caciano pelo PT expressou falta de prestígio de Ildes Ferreira entre os rurais. Podíamos, em contrapartida, afirmar que a ida de Caciano para o PT coincidiu com a entrada, ou tentativa de entrada, de Albertino

⁵⁸⁴ Entrevista de Ildes Ferreira. In: CASTELLO, op. cit., pp. 72.

Carneiro neste partido. Talvez, a prioridade da zona rural tenha sido formulada no MOC por Albertino Carneiro por laços políticos e ideológicos com a zona rural. Fica a sugestão sobre a possibilidade de uma disputa, entre Caciano e Albertino, aberta ou velada, pela condução da prioridade intitucional de um mecanismo “fomentador de movimentos sociais”, tal qual o MOC.

De qualquer forma, a atribuição da centralidade política aos setores urbanos por Ildes Ferreira demonstra um distanciamento com seus laços de “intelectual orgânico”⁵⁸⁵ dos camponeses.

Durante o fim da década de 1980 e toda a década de 1990 a preferência das lideranças rurais pelo PT de Feira de Santana pareceu evidente: Pedro Pio, Maria da Conceição, Maria das Virgens, Caciano, para mencionar alguns que ocuparam a presidência e secretaria geral do sindicato.

Em 1992, na candidatura para prefeitura, quando Ildes era candidato a vice-prefeito pelo PMDB, um dos pontos do programa dos candidatos era a proposta de “desenvolvimento comunitário”. O programa demonstrava que para gerar um emprego na zona industrial era necessário por parte do Estado o gasto de 30 mil dólares, enquanto micro-empresas comunitárias podiam gerar emprego com o custo de hum mil dólares. Além disso, estava contida no programa uma nítida plataforma de desenvolvimento local através da criação de um CIS-comunitário, a busca de apoio

⁵⁸⁵ Em sua dissertação de mestrado, Ildes Ferreira sugere que os assessores e técnicos exercem o papel de “intelectuais orgânicos” dos trabalhadores rurais, pois estes dependiam politicamente de agentes externos na organização das suas lutas. Exemplifica por exemplo, o papel do MOC, técnicos e assessores, advogados, etc., como demonstração do acerto da sua teoria, com o caso de Feira de Santana. O sindicato havia sido construído com a ajuda destes. Vejamos nas palavras do autor: “nas circunstâncias atuais, os camponeses não tem condições de assumirem todo esse processo de mobilização sozinhos” (...). Hoje os camponeses ainda precisam de do apoio externo, de setores sociais aliados, para desencadearam o processo de mobilização. Esse apoio, mo atual momento **não advém da classe operária, por conta também da fragilidade do movimento operário na região, mas de outros setores da sociedade, especialmente dos ‘intelectuais orgânicos’ que integram entidades e grupos de apoio aos movimentos sociais.** FERREIRA, Ildes, pp. 198. Não nos interessa, para efeito do texto, se Ildes utiliza ou não com acerto o termo, mas as implicações que isso teria na luta política das “esquerdas” em Feira de Santana. (negritos meus, IGS).

creditício para as comunidades, capacitação e qualificação de trabalhadores com a ajuda da UEFS, ações para facilitar o escoamento da produção comunitária, entre outras ⁵⁸⁶.

O texto também realizava uma avaliação positiva do PLANOLAR, diferente dos militantes do PT que em muitas oportunidades aproveitaram para criticar as medidas realizadas pelo órgão. Como, por exemplo, em 1991 quando a tese vencedora no Encontro Municipal, da TM, manifestou profunda insatisfação com este programa.

E por falar em habitação, vale um registro sobre a política populista, eleitoreira e até mesmo irresponsável do prefeito através do seu super-secretário Prof. Ildes Ferreira que promove de forma desordenada a ocupação das já escassas áreas verdes e de uso público da cidade através da doação de pequenos lotes, instalando aí verdadeiras favelas. Enquanto os tubarões mantêm, para especulação em zonas diversas da cidade, verdadeiros latifúndios urbanos, sobre-taxados apenas no discurso. Tudo isso sem falar no êxodo rural que o Sr. Ildes vem promovendo ao fazer doações de lotes camponeses que sem assistência devida na zona rural, se deslocam para as favelas do PLANOLAR ⁵⁸⁷.

Em 1995, portanto, quando o PT municipal já passava para constituição majoritária da Articulação e com a presidência ocupada por Albertino Carneiro, o Partido dos Trabalhadores lançou uma carta aberta intitulada “À COMUNIDADE DE FEIRA DE SANTANA” ⁵⁸⁸. Nesta carta a avaliação realizada sobre o PLANOLAR, o primeiro de 1977, era notadamente oposta do atual levado a cabo por Ildes Ferreira. O PLANOLAR de 1977 deveria ser reconhecido com um plano de sucesso junto com o Plano de Desenvolvimento Integrado de 1968.

O PLANOLAR de 1977 foi chefiado por Albertino Carneiro em um contexto bastante diferenciado do momento em que Ildes Ferreira esteve à frente. Um dos pontos de maior destaque é, de fato, a característica de política pública, com amplo investimento estatal, que Albertino teve a oportunidade de desenvolver, com a ajuda dos

⁵⁸⁶ Plano de trabalho: administração Luciano Ribeiro. 1993-1996. Feira de Santana, pp. 24, 25 e 26.

⁵⁸⁷ Uma contribuição à discussão. Tese para o Encontro Municipal do PT de Feira de Santana. Feira de Santana. 31 de agosto de 1991, pp. 02.

⁵⁸⁸ CARTA ABERTA A COMUNIDADE DE FEIRA DE SANTANA. Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana. 18 de outubro de 1995.

mutirões, onde, provavelmente, existia toda uma concepção política de mobilização e de encontro popular envolvendo os trabalhos.

Já no período em que Ildes Ferreira liderou este órgão, o PLANOLAR recebia pouca ajuda estatal e municipal e se socorria, para desenvolver seu planejamento, em órgãos de filantropia internacional, nos improvisos e nas necessidades de milhares de trabalhadores ocupados em solos urbanos que precisavam urgentemente da construção de casas. Dessa maneira ocupações, favelas, trabalhadores ou exércitos de reserva com pouquíssima, ou quase nenhuma organização política, apareciam como “parceiros” entre “sociedade civil” (movimento social) e Estado.

Contudo ambos os planos estavam fundados numa mesma filosofia política. Por conta do contexto político e da ambiência social conservadora da década de 1990, boa parte dos programas políticos desenvolvidos através de ONGs, em parcerias com o Estado, desenvolve-se nos marcos da “terceira via”, restritos às políticas focalizadas e voltados para os excluídos, desorganizados ou em processo de uma organização puramente assistencial.

A trajetória de Ildes Ferreira demonstra, como já foi indicado em outro capítulo, uma interferência profunda nos rumos do movimento social. A forma como a “nova questão social” é apresentada passa a figurar nos programas partidários (por exemplo, em 1992), tem obviamente uma relação direta com a forma que o MOC imprime na organização dos movimentos sociais.

A “parceria”, contraditoriamente, estimula nos movimentos sociais certa dependência política e, com efeito, uma contradição na autonomia do movimento social, pois este passaria a exercitar a necessidade de ter um executivo ou um legislativo propício às suas intenções para criar “parcerias” e, portanto, definir verbas destinadas para as necessidades de “desenvolvimento da comunidade”. Além disso, o

financiamento privado estabelece uma lógica de funcionamento nas atividades do movimento social de acordo com uma racionalidade externa e técnica. As questões do dia-a-dia da luta social e a criatividade política que deveriam ser exercidas pelo protagonismo popular ficam cada vez mais dependentes de assessores, técnicos, gestores de fundos, administradores etc. Existe uma relação contratual entre financiador e financiado que deve ser acatada, segundo a aprovação dos “projetos”, obedecendo uma lógica empresarial a qual assessores, técnicos e voluntários de ONGs subsumem o protagonismo popular, tornando-os dependentes financeira, política e intelectualmente.

Não é à toa a lógica expansiva do terceiro setor a partir da década de 1990 no Brasil. Muitos perceberam o nicho político eleitoral estabelecido por relações entre lideranças urbanas assentados no clientelismo e no assistencialismo.

Esta, sem dúvida, não foi a trajetória de Albertino Carneiro, infinitamente mais compromissado com o protagonismo popular do que com a política partidária ou sua autopromoção eleitoral. Albertino Carneiro sempre secundarizou a sua possibilidade eleitoral. Regularmente tinha seu nome lançado pelas bases da periferia ou da zona rural. Nas vezes em que foi candidato a vereador não se elegeu, o que talvez possa sugerir que a prática assistencialista, o toma lá da cá, ou a compra de votos não foi a sua prática, pois era muito conhecido nos meios populares, através de suas intervenções junto com o SIM, com a CESE e com o MOC. Não deveria estabelecer nenhuma relação direta, seja coercitiva ou indutiva junto aos populares entre a prática assistencial destas entidades e a sua atuação política-partidária⁵⁸⁹.

⁵⁸⁹ Feira Hoje de 24 de novembro de 1981, pp. 02. Com o título de “o perfil do novo político”, traça uma narrativa muito elucidativa da vida política de Albertino Carneiro. Chega mesmo a dizer que ele teria “lido Maquiavel”, mas se recusaria implantar uma linha que fosse daquelas práticas da política.

Não obstante, seu ingresso no PT traz para as fileiras deste partido uma série de militantes dos movimentos comunitários da cidade ligados ao MOC⁵⁹⁰. Com estes novos militantes, o partido, ao longo da década de 1990, alteraria a linguagem e a forma clássica de fazer política do PT de Feira de Santana. Ocorreria uma redução na contundência classista do partido, representada a aceitação da linguagem da tese da Articulação, bem como a admissão de coligações eleitorais com o PMDB, PPS, etc. O PT se coligaria aos partidos nos quais estavam os velhos e antigos inimigos número um: os “populistas”.

Do lado dos “populistas” agora estava um velho rival do PT, mas um velho aliado de Albertino Carneiro e dos “movimentos comunitários”, que trazia as novas fórmulas de resolução da “nova questão social” para dentro do MDB (Ildes Ferreira). O modelo da “terceira via” incorporava muito daquilo que era chamado de “populismo” pelos petistas de Feira de Santana, principalmente, a “assimilação” dos subalternizados e de suas demandas no desenvolvimento das estratégias de políticas públicas e na relação personalizada. O MOC criou ainda muitos movimentos de bairros e de moradores da periferia da cidade. Francisco Pinto e Colbert Martins também.

A ajuda na criação de movimentos de bairros e associações de moradores, e por vezes sindicatos, predispunha à fidelidade pessoal a estas figuras proeminentes da política feirense. Estes, por sua vez, desenvolviam políticas públicas e melhorias urbanas para bairros onde as associações e movimentos tivessem vínculos políticos com eles. A maneira como os trabalhadores pobres da cidade conseguiam melhorias urbanas era através de um vínculo com as lideranças dos bairros, que se encarregavam de

⁵⁹⁰ Impressiona o número de militantes mulheres no PT de Feira de Santana com o nome de Maria e homens com o de José em meados da década de 1990. Esse é um nome bastante utilizado pelo catolicismo popular, principalmente na zona rural, para batizar as crianças ao nascerem. Só para termos uma breve noção das mulheres que ocuparam e ocupam postos-chaves no STR de Feira de Santana, todas elas chamam-se Maria. O nome de Caciano é na verdade José Caciano. Lista de aptos a votar no Encontro Municipal do PT de Feira de Santana de 1995. Antes da década de 1990 não observamos tantas Marias nas listas do PT.

transmitir o “capital simbólico” daqueles políticos. Esse é o nosso entendimento do que era o “populismo”, inimigo dos petistas.

De certa maneira isso é bem parecido com as “parcerias” formuladas entre “sociedade civil”, Estado e capital privado desenvolvido nas políticas da “terceira via”. Porém, nesta formulação, as associações e “comunidades” recebem a intervenção de mais outro “agente” na intermediação das políticas públicas, as ONGs. É através delas que o Estado focaliza a assistência social, criando uma competição entre os trabalhadores e líderes “comunitários” pelo investimento e “parceria” das associações com o Estado e, sobretudo, desqualificando políticas universalizantes.

Montaño sugere que mesmo as atividades desenvolvidas pelo “terceiro setor” que se consideram à esquerda (tendência de “intenção progressista”, no dizer dele ⁵⁹¹) no espectro ideológico da sociedade, terminaram por consolidar práticas neoliberais no sentido “da (contra) reforma do Estado e do novo trato da questão social” ⁵⁹².

Segundo o autor, esse conteúdo de “intenção progressista” referencia-se numa leitura das obras de Gramsci, atalhada pela leitura de intelectuais liberais como Norberto Bobbio, através do conceito de “Sociedade Civil” como esfera autônoma do Estado e do mercado e as reflexões habermasianas de “mundo da vida”, deslocando a luta política da centralidade dos mundos do trabalho.

A lógica de mobilização contida neste debate é uma lógica gerencial ou, na melhor das hipóteses, de *gestão controlada* de recursos comunitários para as respostas concretas e demandas pontuais individualizadas. Esta lógica é fortemente funcional à manutenção da ordem, porquanto elimina do seu horizonte político as contradições de interesses de classes. Esta é uma *mobilização por gestão controlada de recursos comunitários*. Tal lógica reproduz a concepção de política social e serviços sociais e assistências como resultado da concessão do Estado (...). O Estado descentraliza, repassa recursos (**via parceria**) ao setor privado, facilita legalmente a atividade das “organizações da sociedade civil de interesse público”, e estas se “mobilizam” atuando na gerência ou gestão (controlada) das respostas as necessidades sociais pontuais e localizadas. Aqui, a mobilização da população é tanto em *parceria com o Estado*, com clara direção de política governamental, como uma mobilização como *resultado da ação do governo*;

⁵⁹¹ MONTAÑO... Op. Cit, pp. 87.

⁵⁹² Ib. Idem.

este descentraliza, repassa o dinheiro público, define qual a organização “parceira” para executar a ação social, é só então a comunidade se mobiliza e participa em ações já estabelecidas pelo poder instituído⁵⁹³.

A adesão deste programa por partidos políticos de esquerda e/ou socialistas é um elemento indubitável daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”⁵⁹⁴, isto é, a “absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos⁵⁹⁵”, com o intuito de “implementar um programa limitado de reformas, mediante cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição”⁵⁹⁶.

A nova conformação da “terceira-via” se adequaria aos programas de (contra) reformas do Estado e de redução da intervenção social do Estado através de políticas focalizadas que se ampliaram no Brasil depois do primeiro governo FHC.

O MOC existia antes dessa configuração conservadora das Organizações Não Governamentais e se constituiu como um “movimento fomentador de novos movimentos”. A intervenção dos seus principais intelectuais na formulação de programas de partidos com as características descritas acima, na tentativa de coalizão ensaiada em 1996 e conseguida em 2000, revela a capacidade aglutinadora e a disposição para se tornar um programa de Estado, haja vista a interpretação de que tomamos de Gramsci de que um partido é um “germe de Estado”.

Em 1995⁵⁹⁷, a tese da Articulação, encabeçada por Albertino Carneiro, sugere uma grande reviravolta dentro do Partido: “uma nova concepção de fazer política”,

⁵⁹³ Idem, pp. 277.

⁵⁹⁴ Sabemos que o conceito geralmente teve aplicação para Gramsci nos marcos de compreensão da história da Itália, marcada por “revoluções passivas” e “consorterias”, mas, ainda assim, faremos utilização dele, pois pode oferecer subsídios a discussão de que realizamos.

⁵⁹⁵ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 63.

⁵⁹⁶ Idem. vol. 3, pp. 396.

⁵⁹⁷ PT em Ação: Por uma nova concepção de fazer política. Tese para o Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana. 1995.

tomando para si o conceito habermasiano de “mundo da vida” e o gramsciano, com o corte liberal de Bobbio, de sociedade civil.

Na tese vencedora de 1995 propostas como a de que 50 trabalhadores viessem a adotar 10 crianças, era vista como possibilidade de combater a questão do menor em Feira de Santana. A adoção significaria um depósito regular em dinheiro, assegurando a compra de uma cesta básica ⁵⁹⁸. Linhas de financiamento para pequenos empresários e comunidades também estão na tese ⁵⁹⁹. Não por acaso, na tese a questão da mulher recebeu um destaque maior que diversos outros movimentos ⁶⁰⁰. Já discutimos como que através do movimento de mulheres rurais o MOC conseguiu organizar junto com os trabalhadores o sindicato dos(as) trabalhadores(as) rurais.

A “questão dos excluídos” abordada na página 16 sugere um programa de corte desenvolvimentista, ainda que local, ou comunitário, baseado na profissionalização de trabalhadores rurais, geração de emprego e renda, estímulo da pequena produção agrícola. Não toca em questões essenciais como reforma agrária, que em outros momentos do partido foi bandeira de ordem.

Segundo Gramsci, a forma de contar a história do partido desenvolve a própria concepção daquele partido. Uma dada concepção que se forme de um dado partido só pode, para Gramsci, ser fruto de uma análise histórica deste mesmo partido. Assim, essa tese que intenta formar uma nova concepção, sugere que a antiga concepção partidária havia sido vencida no tempo, “pelo simples fato de não terem sido colocadas em prática, (...) ou pelo contrário, terem sido postas em prática, mas superadas pela dinâmica dos processos sócio-político culturais ⁶⁰¹”.

⁵⁹⁸ Idem, pp. 17.

⁵⁹⁹ Idem, pp. 16.

⁶⁰⁰ Idem, pp. 11, 12.

⁶⁰¹ Idem, pp. 01.

A nova concepção de partido pretendida pelos militantes da Articulação de Feira se revela essencialmente desenvolvimentista, – ainda que “solidário”, “sustentável”, etc. – com prioridade para as questões eleitorais. E despontou em um momento no qual algumas correntes internas do partido estavam imbuídas do mesmo sentimento de “renovação”.

Segundo Coelho, este foi o momento de surgimento do “Campo Majoritário do PT”. Tendências como a Nova Esquerda e a Articulação se unificariam a algumas outras correntes menores para aprofundar um processo de conservadorismo político no partido que emanou da prioridade eleitoral, da constatação, desde a derrota para Collor de Mello, de que o voto que elegeu o “Bonaparte das Alagoas”⁶⁰² foi o voto dos “descamisados”⁶⁰³. Esse não-sujeito depois viria a se tornar objeto – porém, nunca sujeitos – das políticas públicas, nicho eleitoral para partidos desolados com o “fim do trabalho” e o “fim dos empregos”, propagados por pós-marxistas e liberais. Descolava-se o partido do marxismo e/ou do socialismo, admitindo a propriedade privada e descrente das classes sociais⁶⁰⁴, principalmente depois da crise das sociedades pós-capitalistas.

Figuras como José Dirceu e José Genoíno já se acomodavam na conversão à terceira via e ao pragmatismo eleitoral, como demonstram as citações abaixo:

⁶⁰² OLIVEIRA... Op. Cit. 1995.

⁶⁰³ SINGER, André. Sem Medo de ser Feliz. Cenas de campanha. São Paulo: Scritta oficina editorial. 1990, pp. 99.

⁶⁰⁴ A necessidade de se frisar que tipo de socialismo se pretendeu se afastar é necessária devido ao fato de que a maioria dos militantes petistas, que romperam com o marxismo e aderiram a sociedade de mercado, fazem menção a uma nova utopia, que seria um novo socialismo: “socialismo humanista” ou “democrático”. Esta menção é importante, pois através dela esses políticos e militantes criam um verdadeiro “fantástico mundo de Bob”, onde o mercado saberá respeitar o pleno desenvolvimento do indivíduo e da coletividade, onde a propriedade ganhará de fato seu atributo social, onde remunerações dignas serão pagas aos trabalhadores, isto é, a superação dos conflitos de classes viriam da própria capacidade que o Estado teria de controlar socialmente a expropriação do trabalho, a necessidade de mais-valia e, finalmente, a teoria do valor, pasmem, através do próprio... Mercado! O “fantástico mundo de Bob” é um desenho animado que tem como personagem principal um garoto em fase de jardim de infância que podia ser tudo e realizar todas as façanhas através do mundo da sua imaginação. Normalmente quebrava a cara ao voltar ao mundo real.

Na economia, o modelo de nacional-desenvolvimentismo, que articula a implementação da industrialização e da infra-estrutura **a partir dos esforços do Estado, está esgotado. No setor público, o modelo autárquico-corporativo-burocrático apresenta-se ineficaz e instituidor de privilégios inaceitáveis.** A esquerda não pode apresentar-se como defensora deste *status quo* do Estado brasileiro, que só esteve a serviço das elites. O projeto do governo FHC representa uma resposta conservadora às necessidades de mudança de modelo⁶⁰⁵.

(...) para enfrentar e derrotar FHC, a oposição precisa se reunir em uma aliança que vá além das esquerdas. Este é o objetivo da Frente das Oposições, que hoje reúne PT, PDB, PC do B e PDT, em torno de uma candidatura única, baseada em um programa de governo.

E serão bem vindos todos aqueles que quiserem fazer oposição à candidatura de FHC. Nesse sentido, queremos disputar setores do PMDB e do próprio PSDB, personalidade da sociedade, pequenos e médios empresários, a classe média⁶⁰⁶.

Genoíno identificou e demonstrou como FHC conseguiu identificar bem o problema brasileiro: o Estado, cheio de privilégios, sempre em defesa da elite. Operando uma representação maligna do Estado, aliada ao ataque promovido aos direitos, entendidos como regalias dos trabalhadores públicos, aparece o resultado realmente desejado: as conquistas dos trabalhadores asseguradas pelo Estado teriam que ser minimizadas, rebaixadas⁶⁰⁷. Matada a doença, ou seja, os direitos dos trabalhadores, o remédio não minorou o mal. Nada que um “mercado socialmente regulado”⁶⁰⁸ não desse jeito.

Tratava-se de aceitar o mercado e sua missão “civilizadora”⁶⁰⁹. José Dirceu aceitou a missão de ir “para além da esquerda”, ao integrar-se a um novo bloco histórico, “não neoliberal”, segundo suas palavras. Definição imprecisa: o Estado era capitalista, mas contra o Welfare-State; não era puramente liberal e muito menos socialista. O chamado “desenvolvimento sustentável” ou a “terceira via” eram fórmulas imprecisas de um novo bloco histórico em formação. Baseavam-se no projeto de conciliação de classes, como já pude expressar, porta principal do “transformismo”.

⁶⁰⁵ GENOÍNO, José. Por uma alternativa democrática e reformadora ao neoliberalismo. ALMEIDA, Jorge. Estratégia: A luta política para além do horizonte visível. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁶⁰⁶ DIRCEU, José. Não ao “bloco neoliberal”. Idem, pp. 114 e 115.

⁶⁰⁷ Genoíno, José. Op. Idem, pp. 48.

⁶⁰⁸ Idem, pp. 44.

⁶⁰⁹ Idem, pp. 47.

Esse projeto era movido em nome dos excluídos e do desenvolvimento futuro da nação que, portanto, iria incluí-los. A chamada exclusão corresponderia às expropriações de mercado e/ou de direitos públicos. Os incluídos seriam os que ainda detêm alguma forma de direito, estatal ou privado. O “excluído” seria um pária, sem direito ao mercado, sem vender sua força de trabalho, submetido a formas bárbaras de trabalho, sem usufruir de direitos consagrados pelo Estado. Aliás, estes teriam virado “privilégios inaceitáveis”⁶¹⁰.

Para a esquerda, a conseqüência da generalização dessas linguagens e práticas sociais foi catastrófica. A rivalidade crescente entre trabalhadores com direitos e contratos de trabalho, cada vez mais minoritária na sociedade, e os “excluídos” fez com que os partidos de esquerda abandonassem, deliberadamente, a luta pela hegemonia dos trabalhadores, como eixo central da organização política, voltando-se para a prática da cidadania e da assim chamada “inclusão” social.

Assim expressou Genoíno:

De um lado estão os detentores de direitos, cidadania, segurança, bem estar riqueza, os desfrutadores da técnica, do saber, dos bens de consumo globalizados etc. **De outro** estão os deserdados de bem-estar, os que ficaram à margem da estrada do progresso, os sem direitos, os sem cidadania, os sem-emprego, os sem-capacidade de consumo, os sem-conhecimento. Em suma todos aqueles seres humanos que vivem os horrores da miséria, da fome, da exclusão, da violência, da falta de oportunidades e da ausência de esperança⁶¹¹.

Nesse momento a luta era de um contra o outro. “Incluídos” de um lado “excluídos” do outro. No primeiro bloco é possível imaginar altos juízes, políticos, empresários, grandes e pequenos, mas também professores, petroleiros, trabalhadores do correio, médicos etc. De repente, o novo “socialismo democrático” opõe um setor ao outro como seres sociais que parecem nada terem em comum. Na luta entre os

⁶¹⁰ Idem, pp. 49.

⁶¹¹ Idem, pp. 44.

“excluídos” e “incluídos” Genoíno e o PT abandonaram a classe trabalhadora e adotaram a terceira via filantrópica⁶¹²:

*Isso pode [adoção e crianças por trabalhadores] ser uma poderosa arma para a constituição de um processo de conscientização em duas pontas: junto aos excluídos e aos excluídos. Daqui podemos demonstrar a necessidade de se avançar na nossa organização popular, sindical e partidária*⁶¹³.

Sob a tutela da hegemonia neoliberal, o PT de Feira de Santana dava, na medida em que também foi fruto dela, a sua quota de “transformismo” para o processo nacional. Verificamos na tese de 1995, e nas demais campanhas para prefeito, a dicotomia apresentada entre “excluídos” e “incluídos”. Ainda que a proposta do PT fosse a de promover certa conscientização de ambos os setores, ela não oferecia alternativas organizativas para além do capital.

O Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana dava sinais claros de que naquele momento fechava-se um ciclo na sua história política. O ciclo, onde a organização independente dos trabalhadores era o princípio partidário mais importante e para a qual os seus militantes atuavam.

Ao contrário de outros momentos, o PT colocou suas forças em 2000, nas eleições para prefeito, em uma coligação a favor de Colbert Filho. O PT encerrava, melancolicamente, a sua trajetória aliado aos “populistas”, seus arquiinimigos na função de representar o povo. O PT aproximara-se do capital e da direita, não o contrário.

Contraditoriamente, quando abandonou a política centrada no protagonismo dos trabalhadores organizados, elegeu seu primeiro vereador, José Cerqueira Neto, um ex-quadro do Movimento Democrático Brasileiro. O final da nossa dissertação nos dá uma impressão de que o PT de Feira de Santana caminhou toda a sua trajetória na contramão do sentido que lhe era imposto pelos adversários e determinações, resistindo até onde

⁶¹² Ver o debate sobre o projeto de reformada previdência formulado por Eduardo Jorge, deputado federal do PT, que recebeu o apoio de FHC e de Itamar Franco. COELHO... Op. Cit. cap. 5.

⁶¹³ PT em ação... Op. Cit, pp. 18.

pôde às investidas hegemônicas, seja dentro do partido, no nível nacional ou Estadual, seja na política local, quando todos os outros partidos socialistas, ou comunistas, optaram pela certeza de sucesso eleitoral através das alianças com Colbert Martins e o PMDB, na contramão da liberdade conquistada para os parlamentares para atuarem coerentemente.

Ao se desenvolver, o PT tentou durante mais da metade da sua vida ir na contramão da política local e da esquerda local. Esteve até mesmo na contramão da bibliografia que versa sobre o PT. No ano de 2000 e nos dias atuais o PT também se encontra na contramão. Ao final de duas décadas de análise o PT de Feira de Santana se encontra na contramão das intenções dos seus impulsos iniciais em Feira de Santana. Longe das lutas das classes trabalhadoras, aliás, longe da noção de lutas de classes, e mais perto dos “populistas”. Assim se justifica o título desta dissertação.

Na contramão do sentido capitalista, quando remava contra a maré; na contramão do sentido socialista, quando não mais remou contra a maré.

Conclusão: o historiador e a “eficiência real”

Como já é um consenso entre os historiadores, nenhuma conclusão em história é absolutamente irredutível a futuras descobertas de fontes, de novas metodologias e, principalmente, de investigação do historiador sobre o seu tema e objeto. Esta conclusão, portanto, apenas ressalta essa característica. Aproveito esta seção para explicitar a minha reflexão metodológica.

A dissertação se desenvolveu por uma interpretação da sugestão de metodologia para a história dos partidos políticos, sugeridas por Gramsci, acerca da “eficiência real” dos partidos.

Um dos primeiros passos do pesquisador após escolha do tema de pesquisa é vasculhar bibliotecas, livrarias, sebos, internet, etc. em busca de bibliografia vinculada

ao seu tema de pesquisa. O caso desta pesquisa não foi diferente. E parte da problematização que aqui seguiu decorreu sobremaneira destas leituras.

Ao comentar o livro de Robert Michells, cientista político que no início do século XX teorizava a respeito da formação e do caráter dos grandes partidos de massa, Gramsci anotou em um dos seus cadernos alguns comentários preciosos, e deu-lhe o caráter de metodologia do estudo para historiadores dos partidos políticos.

Michells desenvolvera a tese de que os partidos de massa, principalmente os Social-Democratas, oligarquizavam a sua direção, criavam chefes políticos, ao passo que cresciam suas estruturas internas, sua profissionalização e sua inserção no sistema partidário eleitoral (teoria das elites). Postos de comando se erigiam e deixavam as massas como expectadores das disputas internas. Formava-se assim uma espiral crescente, onde seus integrantes, para se manter com relativa força dentro da estrutura partidária, tenderiam a unir-se a algum chefe partidário.

Para Gramsci, esse era realmente um grande problema na vida partidária, ao ponto do mesmo escrever em uma nota:

“A burocracia é a força mais perigosa, é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa: se ela chega a se constituir como um corpo solidário voltado para si mesmo e independente da massa e do partido, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar.”⁶¹⁴

Nota-se que o mesmo processo ganha outro nome: o que para Michells era oligarquização, chefamento, para Gramsci, este tipo de acontecimento histórico era o burocratismo. Ainda que detectando aspectos parecidos, a mudança de nome tem um significado grande no que diz respeito à natureza do processo histórico que o gera, e suas conseqüências futuras.

⁶¹⁴GRAMSCI, A. Op. Cit. Vol. 3. 2000, Pg. 61-62.

A natureza da burocratização é social e determinada por acontecimentos que não estão atados apenas à vida partidária. Dessa postura deriva a crítica a Michells que, segundo Gramsci, leva em conta apenas aspectos internos e não avança na compreensão das contradições históricas impostas aos partidos, que os leva a este processo.

“O que é a história de um partido político? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas das quais se forma o seu programa e sua concepção de mundo e vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos, e em alguns casos da biografia política de uma individualidade singular
615 ”

A resposta negativa antecede a proposição do que seria a história de um partido político: 1) deveria ser uma “história geral do país de um ponto de vista monográfico”, dessa forma, Gramsci nos indica o caminho clássico da historiografia marxista: trilhar a história dos partidos políticos é captar as classes sociais em movimento e em suas lutas constantes, o que nos leva logo, com efeito, ao ponto 2) A história de constituição e desenvolvimento de um partido não se analisa apenas pelos seus estatutos, pelas suas disputas internas, pelos seus chefes, etc. Se se quer verdadeiramente trilhar a história de um partido político, deve se observar a sua “**eficiência real**”. No dizer de Gramsci, aquilo que foi capaz de construir, aquilo que não foi capaz, ou o que foi e não foi capaz de destruir. Essa interpretação alerta o historiador para a questão da luta de classes, e da relação do partido com a classe a qual está vinculado, já que, para Gramsci, todo partido é composto e organizado por classes sociais em disputa pela condução do poder político⁶¹⁶.

A sugestão implícita é de que a forma para captar o real concreto e não somente o aparente – a representação imediata do concreto –, exige a de investigar as atuações dos partidos junto às organizações das classes sociais: quem combateu? Com que classe

⁶¹⁵ GRAMSCI, A. Vol. 3. 2000, pp. 87.

⁶¹⁶ Idem.

colaborou? O que se organizou à sua volta? Em que medida seus programas foram efetivados ou tiveram o alcance entre os grupos sociais pretendidos? Qual o poder criativo deste partido?

Para a análise do partido político de um ponto de vista interno, Gramsci deixa isso a cargo do sectário “que se exaltará com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo e mística”.⁶¹⁷

Se a questão da “eficiência real” fosse encarada de maneira pragmática ou linear, poderia conduzir a uma perspectiva analítica limitada, reduzida a identificar qual partido foi útil historicamente e qual não foi, qual partido foi bem sucedido e qual não foi. Não é assim que entendemos o pensamento de Gramsci. Essa proposição tenta localizar a história de um partido vinculado diretamente à vida social, tenta propor uma baliza metodológica para o historiador averiguar o alcance e veracidade real da fantasia pensada e do seu real efeito, como um mito-príncipe, isto é, a capacidade de transpor um programa, uma utopia friamente pensada no papel para “uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva”⁶¹⁸. Documentos de proposições partidárias não necessariamente condizem com a realidade real das suas práticas. Principalmente em tempos de política de massa, de sufrágio universal, onde a hegemonia para ser exercida deve contar, ainda que aparentemente, com demandas político-econômicas de classes que o partido pode não representar realmente.

Gramsci eleva para o historiador – novamente implicitamente – a categoria da “praxis”, aquela em que a relação prática-teoria/teoria-prática é dotada de um sentido unívoco e condutor da reflexão e da atuação no mundo. Esta categoria tem o mérito de

⁶¹⁷ Idem. Pg. 88.

⁶¹⁸ Idem, pp. 13 e 14.

possibilitar uma análise única de dois momentos que são *didaticamente* distintos⁶¹⁹: o da elaboração, das discussões ideológicas internas, da concepção política de atuação; e o da prática, aquela que converte o programa em “vontade coletiva”. A linha tênue dessa noção de práxis possibilita captar o momento de real eficiência daquilo que o partido programou criar ou destruir e sua capacidade de trilhar os meios táticos elaborados e a real eficiência dessa ação.

Essa noção tem o mérito, como já foi dito, de municiar o historiador para encontrar na reconstituição da história do partido político os movimentos das classes sociais, pois os partidos se constituem estreitamente correlacionados com as classes sociais. Os partidos políticos são expressões das classes sociais, por isso, para contrariar Michells, deve-se, se quisermos percorrer a história de um partido político, “escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou os que criticou “realisticamente”, dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas”⁶²⁰.

O caminho é socialmente inverso, das classes para o partido político e não, como apontava Michells, de que um dado formato partidário, automaticamente, produzia um efeito de produção/aceitação dos chefes nas massas⁶²¹. Esta questão é muito importante para Gramsci, assim como em Marx⁶²², ao ponto dele balizar uma dupla concepção de partido político. Uma das concepções busca dar visibilidade ideológica e prática a formas não necessariamente institucionalizadas de organização das classes sociais, a outra busca abordar os formatos que os partidos adquiriram por obrigação das

⁶¹⁹ Pois, se operacionalizada como momentos separados deixa automaticamente de ser uma práxis.

⁶²⁰ GRAMSCI, A... Idem. Pg. 87.

⁶²¹ Bastaria apenas a mudança de forma para resolver o problema da chefia ou da burocracia? A resposta de Gramsci é que se deveria mudar a relação entre o partido e a base.

⁶²² MARX, Karl. Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: Os pensadores. Abril editorial. 1979.

legislações burguesas, ou seja, o partido que conhecemos como tal, com direções, cargos, diretórios, etc.

Se em Gramsci e em Marx, todo partido político remete a uma classe social, isso não significa que um partido político, ao organizar uma expressão da vontade política de uma classe, não permita a absorção do seu discurso em elementos de outra classe. Ao contrário, esta deve ser a sua função, realizar um trabalho político que, ao se desvelar como embrião de alternativa de poder, expresse, mesmo que arbitrariamente, uma resolução para os grupos sociais envolvidos nas disputas de projetos políticos.

Desta forma, podemos ver, no Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte, que Marx para demonstrar a organização política desenvolvida ao longo do processo que desencadeou o *Coup d'Etat* de Luís Bonaparte em 1851, reconhece uma organização política coesa e coerente que se move no sentido de aniquilar a força do proletariado: o “partido da ordem”.

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como o partido da Anarquia, do socialismo, do comunismo⁶²³.

Do lado oposto, unificados no partido do proletariado daquele momento, figurava o partido blanquista. Sabe-se que existiram diversas lideranças e projetos distintos na luta política do proletariado, mas Marx reconhece nos blanquistas a força maior de organização do proletariado parisiense, um maior “espírito de cisão”, para usar um termo que Gramsci toma emprestado de Sorel. Por isso lhe atribui a denominação de partido político, mesmo que não adotasse o formato que conhecemos de partido político.

Dessa forma, um partido deve ser parte da classe, fazer parte da organização da Classe (aparelho privado de hegemonia). Assim, tanto para Marx quanto para Gramsci,

⁶²³ GIANNOTTI, J. A (Org). Coleção Os Pensadores Marx. In: MARX. Karl. O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Pg. 335.

um tipo qualquer de associação, que tomasse parte de alguma ação política, consciente, de organização de “vontades coletivas”, dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade, podia ser encarado como partido político. No Dezoito Brumário, Marx, ao discutir as forças republicanas burguesas identifica “o Partido do National” como uma força puramente republicana ⁶²⁴.

Gramsci também afirma esta possibilidade de um Jornal, ou outra forma de associação, ser encarado como partido político, principalmente na Itália, onde intelectuais se organizavam em torno de jornais e revistas para refletirem sobre a política nacional Italiana, como foi o caso do seu grande interlocutor, Benedetto Croce⁶²⁵. Assim, ele expressou em 1921, ainda em liberdade:

Uma **associação** pode ser chamada de “partido político” somente quando possui sua própria doutrina constitucional, quando consegue concretizar e divulgar sua própria noção da idéia de Estado, quando consegue concretizar e divulgar entre as massas um programa de governo, capaz de organizar praticamente – ou seja, condições determinadas, com homens reais e não com fantasmas abstratos de humanidade – um Estado ⁶²⁶.

A forma como militantes e dirigentes partidários se relacionam com o movimento real também faz parte dessa “eficiência real”, ela determina e colabora naquilo que o partido se propõe a construir ou destruir. Nesta seção destacamos as análises que Gramsci fez de múltiplas formas de relacionamento entre direção e base, principalmente, o movimento dialético entre intelectuais e massas, entendido como a

⁶²⁴ Idem. Pg. 337. O *National* era um jornal parisiense que tinha como seu redator chefe Marranst, presidente da Assembléia Constituinte, ambos desenvolveram forte propaganda republicana durante os acontecimentos na França.

⁶²⁵ A vida política da Itália segundo revela Gramsci, principalmente, no livro 5 dos seus Cadernos do Cárceres, aponta para uma fragilidade da sociedade civil e uma dificuldade na organização de fortes aparelhos privados de hegemonia o que caracterizou a Itália como uma nação apta a revoluções pelo alto, ou a consorteira. Criou-se um ambiente político onde associações, revistas, jornais desenvolviam papel de verdadeiros partidos. Sobre a vida política na Itália e a inserção de Gramsci ver DIAS, E. F. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. Xamã, São Paulo: 2000.

⁶²⁶ GRAMSCI, A. Escritos Políticos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 25.

relação entre dirigentes/militantes partidários e trabalhadores e o processo de fazer-se deste trabalhador em dirigente/militante.

É importante relatar que a dialética intelectual-massa, não acontece dentro do partido apenas, para não repetir o erro de Michells, ela acontece fora do partido e dentro dele ao mesmo tempo, ou seja, a capacidade que o partido político tem de estabelecer uma “linguagem comum” com as pessoas que o partido propõe dotar de uma visão de mundo. Isto se aplica à forma como se dá a relação política entre base e partido, como se consolida uma cultura política comum que, socializada, passa a ser encarnada por ambos os setores, base e direção, e ambos se vêm como parte do mesmo processo. Este seria o momento de fundação de uma organicidade do partido entre as massas e vice-versa. Quando se consolida a cisão necessária para fundar um novo bloco-histórico de sujeitos sociais comprometidos com um mesmo projeto.

Os partidos políticos aparecem em Gramsci como o local onde as relações entre militantes do estado-maior do partido (dirigentes intelectuais), deveriam atender continuamente um processo de formação política da classe. Assim evitar-se-ia um processo de burocratização e de sacralização das posições tomadas pelos dirigentes, o que não contribui nem para a vida política do partido nem para uma nova sociedade.

Se para Gramsci o partido era uma escola de Estado e se “o espírito de partido, que é o elemento fundamental do espírito estatal, é uma das mais significativas teses a ser sustentada ⁶²⁷”, o partido mesmo deveria realizar em suas ações iniciativas que visassem fortalecer um mesmo terreno cultural comum,

Uma linguagem comum, modos comuns de raciocínio entre pessoas que não são intelectuais profissionais, que ainda não adquiriram o hábito e a disciplina mental necessária para relacionar rapidamente conceitos aparentemente díspares, assim como, inversamente, para analisar rapidamente, decompor, intuir, descobrir diferenças essenciais entre conceitos aparentemente semelhantes ⁶²⁸.

⁶²⁷ GRAMSCI, A. Op. Cit. Vol. 3. 2000, pp. 328.

⁶²⁸ GRAMSCI, A. Op. Cit. Vol. 4. 2000, pp. 77.

Não nos parece ser a intenção de Gramsci atribuir o mérito da direção somente àqueles que são intelectuais como numa república de filósofos, mas de reconhecer que o sucesso de um novo bloco histórico (socialista) dependeria da capacidade da classe trabalhadora questionar e obter respostas no desenvolvimento de suas necessidades, evitando que o partido e, com efeito, o próprio Estado se enrijeçam na burocracia, ou em uma cúpula dirigente de quem o proletariado deveria esperar sua condução, como uma espécie de guia.

Dessa forma, para um Partido ter uma vida durável, mesmo em condições adversas, seria necessário a relação entre três elementos da vida partidária:

“1) Um elemento difuso comum, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. [Que] sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria ‘somente’ com eles(...). 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, (...) este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isso mesmo) inventiva (...). Também é verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formulá-lo mais do que o primeiro(...) 3) um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento que os ponha não só em contato físico, mas moral e intelectual ⁶²⁹.”

A diferenciação de elementos no partido não deve ser concebida como estrutural, nem comum funcionalismo hierárquico das posições, de funções, ou de prestígio. O elemento médio (3) teria no partido—pensado por Gramsci a principal função na manutenção da vida do partido. Além de ser o elemento que, em processo contínuo de exercício da política, da prática militante, adquire representatividade e maturidade intelectual para fazer-se dirigente (elemento 2). Este também é o elemento que põe em contato as atividades formuladas teoricamente no partido com as “paixões” das massas, elevando a sua consciência e proporcionando uma expansão do elemento médio entre as massas.

⁶²⁹ GRAMSCI, A. Op. Cit. Vol. 3. 2000, pp. 316.

Este é o princípio básico da vida de um partido, para Gramsci. A teoria gramsciana permite aos historiadores analisar como se estabelece a relação entre a classe, seus intelectuais e a população, a partir da dinâmica do partido, sempre pensado como organização em sentido amplo e não simplesmente como entidade administrativa. No caso de um partido dos trabalhadores, trata-se de verificar que tipo de organicidade interna predomina, como o partido formula e difunde seus componentes programáticos, como age no sentido da reprodução tanto de suas modalidades organizativas quanto de sua ideologia entre seus integrantes, assim como na sua difusão mais ampla, com o objetivo de expandir-se (aglutinar em torno de si mais setores populares) e de constituir uma efetiva visão de mundo comum aos diversos setores populares. Caso tal aglutinação não ocorra, a vida partidária se internaliza e a “eficiência real” fica comprometida.

Fizemos uma análise sobre o Partido dos Trabalhadores de Feira de Santana, procurando compreender a “eficiência real” da estrela petista feirense. Abordamos diversos aspectos de sua relação com diferentes bases sociais e com as organizações políticas, onde se apresentava como igual, diferente ou antagônico, como criador ou seguidor, procurando evidenciar a tensão entre o pensado, o formulado e o realmente vivido.

Esta dissertação, debruçada sobre farta documentação local, mas analisando um partido de âmbito nacional, propõe uma dupla leitura crítica. Em primeiro lugar, com a literatura historiográfica que versa sobre o tema. A história do PT no Brasil é contada por muitos autores a partir de uma espécie de modelo construído pelo epicentro paulista dos primeiros momentos, e privilegiava apenas alguns sujeitos sociais.

Este modelo relata a formação do partido em determinadas relações sociais: como a industrialização, concentrada durante determinado tempo em alguns espaços

territoriais, na qual os trabalhadores se encontravam cooperando na produção, reunidos em grande escala e sob a direção de um corpo de técnicos e burocratas; a extensão de valores sociais operários, a exemplo dos nordestinos que migraram para São Paulo⁶³⁰, transmitidos na família e nos bairros, cimentando um contexto onde as lutas, demissões e aumentos salariais que ocorriam nas fábricas se desdobravam em mobilizações nos locais de moradia ou na **Igreja**, só para citar dois casos. As mobilizações no seio do maior parque produtivo do país e de expressiva parcela da **classe operária** brasileira, justificaria, assim, a participação dos **intelectuais** de esquerda no novo partido, considerando-se também como um dos sujeitos fundadores do PT. O operariado da grande indústria parecia, afinal, assumir a primazia revolucionária em direção ao socialismo.

A pesquisa que concluiu identificou outro contexto e outros sujeitos na formação do Partido dos Trabalhadores em Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia. Feira de Santana era na década de 1980, e permanece ainda hoje, município amplamente assentado na pecuária e no comércio de varejo e atacado. Em meados da década de 1970, experimentou um surto industrial, promovido por capitais oriundos do sudeste brasileiro e associados internacionais. Esse processo de industrialização reforçaria laços políticos com correntes partidárias estaduais, imbricando de forma peculiar o local, o regional, o estadual e o nacional.

O município vivenciou também uma extensa migração, regional, estadual e nacional, ainda pouco estudada. Certamente, tais migrantes atuaram sob diversas modalidades no mercado de trabalho da cidade e foram, em boa parte, absorvidos pelo trabalho comercial, onde as relações de exploração eram vivenciadas de outra maneira, provavelmente, com formas coercitivas bem mais diretas.

⁶³⁰ Sobre este debate ver FONTES, Paulo. Migração Nordestina e Experiências Operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In. FORTES, BATALHA, DA SILVA... Op. Cit. capítulo 11.

Os maiores sindicatos na cidade de Feira de Santana estavam, no auge das mobilizações do ABC Paulista, sobre o controle dos “pelegos”. Coube aos estudantes universitários da cidade, juntamente com alguns profissionais liberais, fundar o partido em Feira de Santana.

À medida que o número de trabalhadores aumentou no PT, conquistar os sindicatos dos “pelegos” seria um feito considerável nas intenções organizativas dos petistas. Antes, porém, precisavam acertar as contas com a proeminência de lideranças populares envoltas nessa relação social paternalista, e que os petistas feirenses denominaram de “populismo”, termo que talvez não dê plenamente conta do processo feirense, uma vez que nele conviviam práticas paternalistas ao lado de efetivas conquistas organizativas populares. Apresentamos o perfil desse “populismo”: na história dos trabalhadores de Feira de Santana houve uma forte experiência política, anos antes do golpe civil-militar e por ele reprimida, de mobilização, organização e arregimentação dos trabalhadores pobres da cidade em sindicatos e associações de moradores, inclusive com a criação de uma federação de moradores, por parte do prefeito da época, Francisco Pinto (PSD).

A plebe urbana, quando convocada para o centro da cidade pelo prefeito, tomava as ruas em defesa das reformas de base e do governo João Goulart, além de acompanharem a prestação de contas do orçamento municipal realizada pelo prefeito e seus secretários. Participavam ativamente de assembléias para determinar os investimentos e as prioridades municipais. Paralelamente, reforçando esta configuração, havia uma ampla mobilização promovida por administradores de bairros, que incentivavam, barganhavam e representavam o prefeito, política e administrativamente, nos bairros. Podiam levar os pedidos, caso a caso, ao prefeito para resolução. A Federação de Associações de Moradores, aparentemente, funcionava como instituição

onde as demandas dos trabalhadores adquiriam voz, ainda que essa voz passasse por uma instituição criada pelo governo municipal.

Essa experiência merece pesquisas ulteriores, pois se admitia uma atuação paternalista, também permitiu a consolidação de entidades representativas e assegurou um espaço político popular na cidade, duramente reprimido posteriormente. Outro prefeito, Colbert Martins, da mesma filiação política que Francisco Pinto, transferia para os bairros pobres a prefeitura durante algumas semanas, conversava com os trabalhadores e encaminhava as obras solicitadas.

Essa experiência política durou pouco tempo e foi suprimida pela força do regime civil-militar. Destruiu laços que começavam a ganhar identidade política e deu lugar a prefeitos vinculados aos planos de modernização conservadora do regime. A máquina municipal deixava de fomentar a organização dos trabalhadores, e dava lugar aos propósitos de destruição da velha Feira de Santana, mercantil. Erigia agora o signo da indústria. Construíram-se conjuntos de habitações populares, fora do centro da cidade, desbaratando a antigas identidades fundadas nos locais de moradia e diluindo o poder de organização dos bairros antigos.

A dupla face paternalista e popular reapareceria em diversos momentos, reavivando as ligações populares com partidos e políticos anteriores (com toda a ambivalência que a caracterizara), mas mantendo sua vitalidade. Os sindicatos, mais ou menos “pelegos”, e os governantes, durante e depois da ditadura, reforçavam o viés assistencial (sempre paternal) dos sindicatos, associações de moradores e administradores de bairro. Outras entidades de cunho assistencial, como o SIM e a AFAS, foram fundadas e patrocinadas pelos cofres públicos, colocando os trabalhadores em contato com diversos intelectuais das classes médias da cidade.

A ruptura destas relações políticas, “populistas” segundo os petistas, exigiria uma ação precisa em suas bases de sustentação, porém, eram constantemente fortalecidas, ao sabor da conjuntura política, por políticos do PDS ou do PMDB, consolidando uma forma quase que institucional de relacionamento com os trabalhadores.

A construção do PT deparou-se, portanto com uma cultura política local peculiar, além de um acirrado ataque de seus adversários, que o apresentavam reiteradamente como excessivamente radical. O perfil peculiar da militância petista possivelmente também contribuiu, com debates sobre o fim da monogamia (numa cidade de catolicismo conservador), por exemplo. A própria reivindicação de Assembléia Nacional Constituinte sob hegemonia dos trabalhadores, numa cidade que rememorava os anos gloriosos da democracia paternalista, como nos tempos de Francisco Pinto, talvez não fosse suficientemente precisa nem compreensível de maneira imediata.

O PT feirense experimentou longo isolamento sindical (com exceção dos trabalhadores rurais) e político-eleitoral, numa cidade comercial, onde o acordo e o entendimento entre as partes marcavam a linguagem popular e serviam para decodificar a política, num procedimento que apelava para a memória efetiva de conquistas populares anteriores (antes da ditadura), e se rerepresentava numa reconfiguração na qual o paternalismo, retomado, se apresentava ao lado de intensa coerção direta. É possível supor certo desencanto eleitoral, dado o confuso quadro partidário local e suas imbricações regionais e nacionais: os trabalhadores trocavam chefes políticos por outros chefes políticos, que igualmente desconheciam as experiências de moradia, de lazer, de tradições e discriminações raciais, experimentadas pelos trabalhadores, principalmente os mais pobres, no município de Feira de Santana. O PMDB perdurou como o partido, sem sombra de dúvida, com penetração eleitoral maior que o PT. O PT seguia, não obstante, reiterando a importância de “trabalhador votar em trabalhador” e tendo

militância consistente nos âmbitos – ainda que restritos à oposição, na maioria dos casos – em que atuava.

Na década de 1990, o crescimento do marketing eleitoral do PT e a crescente dependência do partido aos mandatos, estadual e nacionalmente, pressionaria o modo petista feirense de ser. A nova roupagem nacional do partido, de meados da década de 1990, desvinculava o PT da noção de independência de classe e promovia um encontro de novo tipo do PT de Feira de Santana com os setores populares, aceitando, agora, a herança “populista” e levando-a adiante, através de práticas típicas da terceira via. Esta se evidenciou através da aliança com os políticos e militantes paternalistas e suas novas personificações (como a ONG MOC).

O PT se encontraria, lado a lado, pela primeira vez, com o PC do B na década de 1990, apesar da aliança destes com os “populistas” durante toda a década de 1980, e tornou-se “parceiro” de Colbert Martins Filho, Ildes Ferreira, Luciano Ribeiro, Albertino Carneiro, etc., antigos inimigos.

Ao longo dessa última década, com os trabalhadores combalidos pela concorrência imposta pelo neoliberalismo, o partido mudava a direção de sua intervenção, abandonando o antigo intuito de dirigir os trabalhadores nos conflitos de classe. Exatamente quando as lutas de classes tornaram-se mais dramáticas, o PT duvidava da pertinência e, mesmo, da possibilidade real de expressão dessas lutas. O Transformismo feirense expressaria uma tentativa eleitoral, agora aliado às forças que outrora combatera. Resultou de uma relação tensa e conturbada com o “populismo”, num momento onde o “populismo” não mais conservava seu caráter ambivalente anterior (conquistas e paternalismo). Os antigos “populistas” constituíam agora uma força estadual, anti-carlista, porém estreitamente associados ao bloco neoliberal, ao qual

estava associado nacionalmente. Aos poucos, o próprio PT ingressaria na linha de frente da tentativa de “minorar” o impacto neoliberal, adotando políticas de terceira via.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO, D. Ditadura e Sociedade. As reconstruções da Memória. In: AARÃO, Daniel. O Golpe 40 anos depois. Bauru. Edusc. 2004.

_____, SÁ, Jair Ferreira de. Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas e de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ARANTES, Aldo. LIMA, Haroldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B. Alfa-Ômega. São Paulo. 1984.

ARANTES, Paulo Eduardo. Zero a Esquerda. Coleção Baderna. Conrad. Rio de Janeiro. s/d. p. 169.

ALMEIDA, Jorge. Estratégia: A luta política para além do horizonte visível. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

ALVES, Maria helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

ANTUNES, R. A Desertificação Neoliberal no Brasil. (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Lutas Sociais e Desenho Societal no Brasil dos Anos 90. In: Crítica Marxista: n. 07. xamã: São Paulo. pp. 93.

AUGUSTO, Guilherme. A Permanência da Hegemonia: Comerciários e Comerciantes varejistas em Feira de Santana. (1970-1992). Texto sem publicação apresentado no I seminário anual do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais em Feira de Santana. 2006

BADARÒ, Marcelo. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988). Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Révan, Brasília, DF: Editora UNB, 2001.

BATALHA, Cláudio. FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. Culturas de Classe. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

BETO, Frei. Cristianismo e Marxismo. Petrópolis-RJ. Vozes.1986.

BITTENCOURT, Larissa Penelu. Costumes e Conflitos de pequenos feirantes de Feira de Santana. (1970-1990). Texto sem publicação. I Seminário Anual do laboratório de História e memória das Esquerdas e das Lutas Sociais. 2006.

BRANDÃO, Marco Antônio. O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Anna Blume: FAPESB, 2003.

Cadernos de Teoria e Debate. O PT e o Marxismo. Teoria e Debate. São Paulo. 1991.

CASTELO, Ana Maria Pereira. Mas afinal o que querem as mulheres? A mulher no sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana 1971-1995. Monografia do curso de especialização em História. CHF/UEFS. Feira de Santana. 1999.

CÉSAR, Benedito Tadeu. PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político. (1980-1991). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o Capital. Tese de doutorado em História. IFCH-UFF, Niterói-RJ, 2005.

COUTINHO, C.N. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez Editora: Editores Associados, 1992.

CRUZ, Rossine Cerqueira. A inserção de Feira de Santana (BA)nos processos de integração produtiva de desconcentração econômica nacional. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 1999.

DIAS, E. F. Gramsci em Turim. A construção do Conceito de Hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

DIOCLESIANO, Vicente. Projeto Feira Livre. IN: Sitientibus, Feira de Santana, 3 (5): 171-176, Jan-jun., 1986.

FERREIRA, Ildes. A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas 502 micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia. UFPB. Campinha Grande. 1997.

FERREIRA, Jorge. O Imaginário Trabalhista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. In: site fundação Joaquim Nabuco. Acessado em 15 de maio de 2007.

FONTES, Virginia. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade, trabalho e capital, economia e política. Sem publicação. 2003.

_____. FONTES, Virginia. A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. Texto sem publicação. 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2003.

FREITAS, Mirian Tereza M. G. de. Populismo e Carestia. 1951-1954. Mestrado em Ciências Sociais FFCH. Salvador. S/D

FREITAS, Nacelice Barbosa. Urbanização em Feira de Santana: influências da industrialização. 1970-1996. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFBA. 1997.

FRENCH, John. Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. Combates nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. Cadernos dos Cárceres. Vols 2, 3, 4, 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Escritos Políticos. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

_____. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Formação e Hegemonia Burguesa na Bahia. 1930-1964. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. FFCH/UFBA. Edição revisada pelo autor em 2003.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos. O Breve século XX. (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e consentimento. Expressão popular. São Paulo.2006.

LIMA, Zélia de Jesus. Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849. Dissertação de mestrado. UFBA. Salvador. 1990.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. In: Crítica marxista. São Paulo: Revan, n. 17. Novembro de 2003, pp. 51-79

KECK, Margaret E. A Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. O Fim da Ditadura Militar. São Paulo: Contexto, 2001.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1979.

MARANHÃO, Bruno. Os trabalhadores e os Partidos. São Paulo: Semente, 1981.

MARX, Karl. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. GIANNOTI, J. A. (org.). In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1979.

_____. A cooperação. In: MARX, Karl. O Capital. Livro I. volume I. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1988.

MENDONÇA, Sônia Regina de, FONTES, Virginia. História do Brasil Recente. 1964-1992. Ática. Rio de Janeiro.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Boitempo, Unicamp. São Paulo. 2002.

MOISÉS, José Álvaro [et al]. Cidade Povo e Poder. Cadernos CEDEC, n 5. CEDEC. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002

MORAIS, Ana Angélica Vergne de (Org). Conhecendo Feira de Santana. Olhares sobre a cidade. Feira de Santana: EDUEFS, 2004.

MOREL, Mário. Lula o metalúrgico – Anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MOTTA, Rodrigo. P. Sá. O MDB e os “Novos” Movimentos sociais. (1974-1979). In: LPH: Revista de história, n. 4. Minas Gerais. 1993/1994.

NEVES, L. M. W. A Nova Pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. Rio de Janeiro: Xamã. 2006.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro. A experiência do Sindicato dos Matalúrgicos de São Paulo. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão dualista. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

_____. O elo Perdido. Classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Quem tem medo da governabilidade? Estudos CEBRAP. Março de 1995. pp. 61-65.

_____. A nova hegemonia da burguesia no Brasil nos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. Teoria e Educação no Labirinto do Capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. Trabalho e Política. As Origens dos Partidos dos Trabalhadores. Petrópolis – RJ: Vozes, 1989.

OZAÍ, M. A. História das tendências do Brasil. (Origens, cisão e propostas). 2 ed. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.

PARISSE, Andréa Tandja. A Sociedade Civil no Contexto da Ditadura: A experiência do MOC (Movimento de Organização Comunitária) na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979. Monografia de especialização. DCHF. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontro e Congressos do Partido dos Trabalhadores. 1979 – 1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

PETERSEN, Silvia. R. F. Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a História operária. In: ARAÚJO, Ângela. M. C (org). Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.

PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista – a Trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo: Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA): 1996.

PINHEIRO, L. U. Combate político, Debate Teórico. Remando contra a maré: Intervenções à esquerda. Salvador: S/E, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, vol. 05, n. 10, 1992, p. 200 a 212.

POMAR, Wladimir. Quase Lá – Lula o susto das Elites. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1990.

POPINO, Rollie. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

RAMAIANA, Clovis Frederico. Do Empório a Princesinha do Sertão. Utopias civilizadoras em Feira de Santana. Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA. Salvador, S/D.

- RÉMOND, René (org). Por uma História Política. Rios de janeiro: FGV, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mistificação da Resistência Armada: Armadilha Para Pesquisadores. In: AARÃO, Daniel. MOTA, Rodrigo P. S. RIDENTI, Marcelo. Bauru – SP: EDUSC, 2005.
- RIDENTI, M. Professores e Ativista da Esfera Pública. São Paulo: Cortez editora, 1995.
- RODRIGUES, L. M. CUT: Os Militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências e Luta dos Trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E. O Poder, Cadê o Poder? Ensaios para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. E agora PT? Caráter e Identidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. SADER, Emir. GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SCALETSKY, Eduardo Carnos. O Patrão e o Petroleiro. Um passeio pela História do Trabalho na Petrobrás. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SILVA, Antônio Ozaí da. Os Partidos, Tendências e organizações Marxistas no Brasil (1987-1994): Permanências e Descontinuidades. Dissertação de Mestrado: PUC-SP. 1995
- SINGER, Paul. A Crise do Milagre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SINGER, André. Sem Medo de ser Feliz. Cenas de campanha. São Paulo: Scritta oficina editorial. 1990. p. 99.
- THOMPSON, E. P. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. São Paulo: Textos Didáticos: Unicamp, 1998.
- _____. La Sociedad inglesa del siglo XVIII. Lucha de clase sin clase? In: Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre las crisis de la sociedad preindustrial: Barcelona: Editorial Crítica. S/D.
- VALENTE, Andrei Brito. Sem título. Texto sem publicação apresentado no I Seminário anual do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais. 2006.
- VASQUEZ, Petilda Serva. Movimento de Bancários: Possibilidades criativas de experiências de constituição de identidade. Tese de Doutorado. Unicamp - IFCH. Sociologia. Campinas. 2001.
- WOOD, Ellen Meiskinsins. Classe como processo e como relação. In: Democracia contra o Capitalismo. Ensaios de renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2002.

